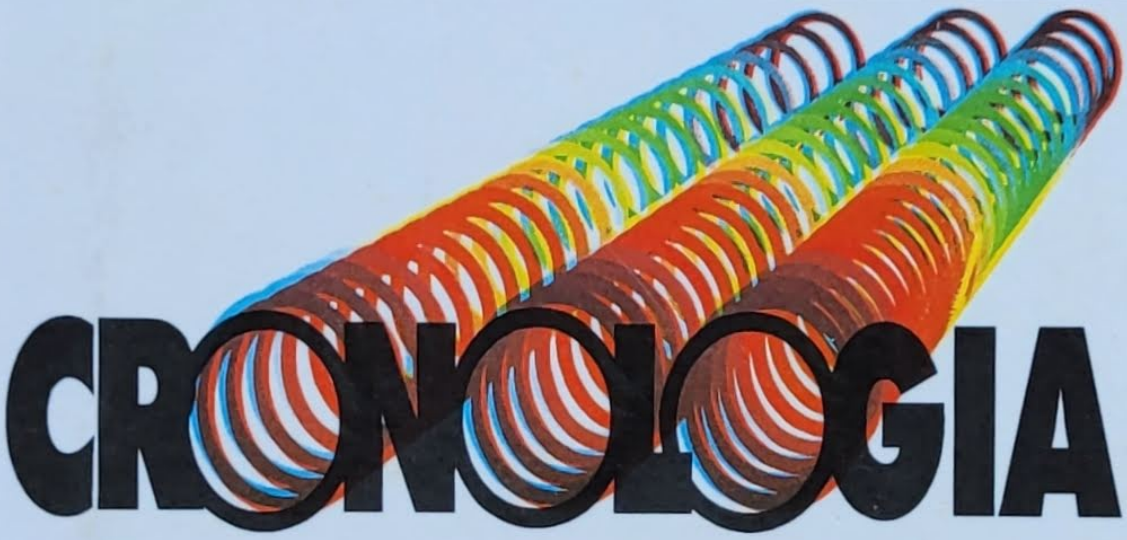
R. BATISTA ARAGÃO



CRONOLOGIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

CAPA: JOSÉ ARAGÃO

Raimundo Batista Aragão
Rua Tertuliano Sales, 387 - Planalto Rodoviário
Fone: (085) 272.4104 - Telefax 257.3308
Fortaleza - Ceará - CEP 60410-790

CE/R
981.31
A659c
ex.2
T.105026 109
+

BIBLIOTECA PÚBLICA GOV. MENEZES PIMENTEL
ENTRADA
Nº. REGISTRO 105026
DATA: 03/08/2009

A659c Aragão, R. Batista
Cronologia dos municípios cearenses/ R. Batista Aragão. - Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1996.
324p.

1. Municípios - Ceará - História - Cronologia. I. Título

CDD: 981.31
352.08131

R. BATISTA ARAGÃO

Cronologia dos Municípios cearenses

Fortaleza - Ceará
1996

Biblioteca Pública G M Pimentel
Setor do Ceará

BARRACA DO ESCRITOR CEARENSE
Rua São Paulo, 80 - Centro
CEP 60055-140 - Fortaleza-CE
Fone: (085) 253.3588

ESCRITÓRIO
Rua Tertuliano Sales, 387 - Planalto Rodoviário
CEP 60410-790 - Fortaleza-CE
Fone: (085) 272.4104
Telefax 257.3308

Apresentação

Cronologia dos Municípios Cearenses *não tem o pretenso orgulho de ser o primeiro trabalho no gênero e tampouco o mais completo de quantos deverão ser publicados ao longo do tempo.Todos, dentro de suas reais limitações, desempenharam e assim o farão no porvir, oferecendo aos estudiosos de nossas riquezas históricas informações valiosas. Em nossa caminhada oferecemos, nada mais nada menos, que um capítulo novo sobre o que já foi dito, acrescentado novos degraus à escada do conhecimento e galgando o minarete de nossa contemporaneidade, estágio a partir do qual divisamos o passado em suas raízes coloniais.*

Em seus vários aspectos, envolvendo história, evolução política, desempenho eclesial, economia, lendas e topônimos, além de variantes sociológicas e fisiográficas, cremos haver alcançado os objetivos propostos, se bem que de maneira sucinta, porém assimilável, graças naturalmente ao poder de síntese, à capacidade de ordenamento e sobretudo ao conhecimento que nos é peculiar com relação a cada pedaço de chão cearense.

Na compusloriedade de fontes temos o invejável privilégio de reter em nossos arquivos tudo o quanto se poderia desejar em matéria de informação. Em nosso Fichário, contendo cerca de oito mil exemplares, estão consignadas informações colhidas e filtradas de Revistas do Instituto do Ceará, acervo sem o qual nenhum historiador teria alongado a picareta da pesquisa até o fundo do poço, notadamente com relação ao período de 1888 a 1960, o chamado período gordo dos seus registros hitóricos. Tivemos aí, além do inolvidável Barão de Studart os demais que lhe seguiram as pegadas, donde se destacam Pompeu Sobrinho, João Brígido, Theberg, Paulino Nogueira, Euzébio de Souza, Joakim Catunda, Raimundo

Girão, Antônio Bezerra, outros nomes de prol não referenciados e a fechar com chave de ouro, registrando o nome do último dos Studart, no caso o Dr. Carlos Studart Filho. Em fontes complementares tivemos Enciclopédia dos Municipios Cearenses - Vol 16º - e o próprio autor, buscando em História do Ceará - Vol. I/V - Índios do Ceará - 2ª Edição - e Gramática Tupy, informações sem dúvida de real aproveitamento cultural.

Na transposição de dados, utilizados como pilares de sustentação jurídica, temos verdadeiro ementário, reunindo Leis, Decretos-Leis, Cartas Régias, Atos Legislativos e Resoluções, assim distribuídos: ***a)*** *-Leis = 970;* ***b)*** *- Decretos-Leis = 373;* ***c)*** *-Cartas Régias = 32;* ***d)*** *-Atos Legislativos = 75;* ***e)*** *-Resoluções = 79. Total = 1.529. Esses referenciais, vistos de relance como de somenos imprtância, guardam em suas origens fatores de nossa contemporaneidade, desde que aplicados em situações que envolvam postergação de direitos adquiridos, notadamente com relação a quebra de hierarquia das Leis, em que por exemplo, uma simples Lei Municipal tenta solapar ou solapa a autonomia distrital ou a transferência de sede para os chamados "Currais Eleitoreiros".*

Em resumo concluimos por apresentar, cronologicamente, os 184 Municípios e os 366 Distritos que mantêm a estrutura política do Ceará, omitindo destes últimos aqueles, que municipalmente instituídos ou transferidos não ofereçam os dados sem os quais os registros estariam incompletos.

Vista a questão sob outro prisma, em que o fruto das pesquisas obtidas e transpostas para as páginas de ***CRONOLOGIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES*** *tem função amplamente informativa, diríamos com ufano sabor de triunfo havermos contribuído em prol não apenas dos estudiosos amadurecidos, como de modo especial em favor da juventude ávida de conhecimenos, desde que na rede educativa haja espaço para sua inclusão curricular.*

O AUTOR

PARTE PRIMEIRA

Municípios

MUNICÍPIOS

ABAIARA

História - Município localizado ao Sudoeste da Mesorregião do Cariri. Suas origens remontam ao início do Século XIX, quando aí se instalaram os fazendeiros José Leite da Cunha e José Júlio Sampaio, cujo desempenho firmou-se no domínio geofísico e no aproveitamento do potencial agroprodutivo, além do apoio subsidiário do criatório.

Evolução Política - A primeira manifestação nesse sentido surgiu em virtude da criação do Distrito de Paz, evento que se registra a 27 de março de 1873. Sua elevação à categoria de Vila ocorreu, segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, trazendo como novidade a denominaçào de *Pedro Segundo,* nome que, por não ter caído na simpatia popular, logo foi substituído pelo atual (Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943). Sua elevação à categoria de Município deu-se consoante Lei nº 3.921, de 25 de novembro de 1957, vindo a ser instalado a 25 de março de 1959.

Igreja - A primeira manifestação religiosa veio através do padre José Antônio de Araújo, a quem coube a ereção da capela em torno da qual se formaria a povoação. Com a evolução desse primitivo agregamento e o desgaste próprio do tempo, chegou-se ao consenso segundo o qual o nicho deveria ser reformado.

Em segunda etapa, portanto e ainda com vinculação gerencial dos primitivos fundadores, coube ao pioneiro José Júlio Sampaio a construção de segunda capela, ao lado da primeira e sem ferir as tradições do padroado.

Esse novo templo, cuja estrutura chegaria aos parâmetros da modernidade atual, veio através do padre José Antônio de Maria Ibiapina, porém dedicando-o ao culto do Sagrado Coração de Maria. Coerente com as tradições locais, pelo menos em parte, Ibiapina negou-se ao arbítrio, conservando a antiga denominação.

Economia - Situado em área geologicamente diversificada, o Município de Abaiara oferece padrões variáveis, compreendendo faixas propícias ao criatório bovino, à monocultura da cana-de-açucar, ao plantio de algodão e às espécies de subsistência alimentar.

No tocante ao comércio e à indústria, tem-se no primeiro o suporte varejista, peculiar às pequenas cidades interioranas, enquanto que no segundo, além da produção de aguardente e rapaduras, destaca-se o beneficiamento de algodão.

Nas fontes subsidiárias, como decorrência natural da redistribuição de tributos em forma de benefício, tem-se no Serviço Público a sua valiosa contribuição, notadamente com relação ao Poder Municipal, *cabide* de sustentação proletária.

Topônimo - Contrariando qualquer coisa, historicamente alinhada, deve-se esclarecer que no topônimo *São Pedro* havia dois desdobramentos. No primeiro, conforme o óbvio indica, seria o *Pedro Imperador*, ficando em segundo plano o homógrafo chaveiro das portas celestiais. Na dúvida, porém, entre o terráqueo e o celeste, prevaleceu a última versão cuja definição concilia as duas hipóteses: *Pedro Santo* conforme o desejo hierático e *Pedro Rei* na formação túpica do locativo ou, nada mais nada menos, que *abá*=homem + *Yara* = senhor donde se obtém *abaiara* = homem-rei, o mandachuva do lugar, o supremo mandante dos que lhe devem render obediência *(Aragão, R. Batista - Hist. do Ceará - Vol. IV, Pág.159).*

ACARAPE

História - Poder-se-ia admitir Acarape como sendo nada mais nada menos que simples prolongamento urbano de Redenção. Três quilômetros, apenas, separam os dois Municípios, guardando geologicamente as mesmas características de solo, assim como os mesmos referenciais hídricos, considerando para tanto as águas originárias do rio Pacoti e demais afluentes com represamento no *Açude Acarape do Meio.*

Evolução Política - Primitivamente o nome *Acarape* designava a sede do Município. O então povoado chamava-se *Calaboca.* Com o pioneirismo do Município subordinante, na libertação dos escravos no Ceará, houve-lhe por outorga honorária o nome de *Redenção.* Ainda modesto, o povoado de *Calaboca* quis homenagear as suas maternais origens, passando a chamar-se *Acarape.*

Antes, porém, desse fraternal e justo acontecimento, a povoação de *Calaboca* recebeu do acaso a cota de benefício pelo qual foi responsável a Ferrovia Fortaleza-Baturité. Esse benefício constou da Estação Ferroviária, construída pela Companhia e inaugurada a 26 de outubro de 1879. O povoado, então, despertou do seu longo e marasmático pesadelo. Pequenos

comerciantes se estabeleceram. A população rapidamente cresceu. Quando chegou o momento oportuno, os moradores se arregimentaram, requereram e obtiveram a elevação do povoado à categoria de Vila, tendo como instrumento de apoio a Lei nº 2.376, de 18 de setembro de 1926, ganhando, também, a mudança de nome. Sua elevação à categoria de Município, já com a denominação atual, provém da Lei nº 11.308, de 16 de abril de 1987.

Igreja - No tocante aos precedentes eclesiais, subscritos prioritariamente na edificação da respectiva capela, inexistem referências, pelo menos ao nosso alcance, de sorte que apenas da Igreja-Matriz se tem notícia. Consta como tendo sido inaugurada a 6 de janeiro de 1943 e que a Freguesia tem como padroeiro São João Batista.

Economia - Fundamenta-se basicamente na monocultura canavieira, produzindo além da rapadura e da aguardente o açúcar, graças este ao pioneirismo da Usina Cariri. Nos demais setores produtivos, em que a uberdade das terras baixas favorece prodigiosamente o que nelas se plantar, adicionam-se os solos pedregosos, cuja estrutura geológica estimula os plantios das chamadas culturas de subsistência.

No tocante às fontes subsidiárias, em que figuram o comércio, restrito ao varejo, e os Serviços Públicos, em suas formas naturais de redistribuição de rendas, tem-se o equilíbrio das classes proletárias e os privilégios dos que são prodigiosamente aquinhoados.

Topônimo - *Calaboca,* a figurar como reminiscência histórica, transformou-se em *Acarape,* tupicamente a exprimir o regional em detrimento do alienígena, donde se forma, com relação às suas origens, *a-cará-pe* = no caminho dos carás ou frutos tuberosos dessa planta *(Aragão, R. Batista - Fichário Antológico).*

ACARAÚ

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome e a ocupar regular extensão do litoral Nordeste do Estado, consta como sendo um dos mais antigos redutos dos tempos coloniais. Seu nome se insere nos mapas seiscentistas, com a denominação de *Barra do Caracu* e a servir de ancoradouro nas referências costeiras. Nessa *Barra* atracavam, além dos navios regularmente em movimento, os chamados navios piratas, oportunidade em que eram realizadas as operações de *escambo* ou de produtos nobres por quinquilharias originárias do *Velho Mundo.*

Evolução Política - Vem dos apagares do Século XVII, quando por Provisão de 21 de setembro de 1799, elevou-se o povoado à categoria de Distrito. Essa situação permaneceu durante quase século e meio, quando por força da Lei nº 150, de 22 de setembro de 1838, deu-se a supressão e o consequente retorno à condição anterior. Quatro anos após e por força da Lei nº 253, de 19 de setembro de 1842, deu-se em definitivo a sua restauração. Sua elevação à categoria de Vila, com o Distrito já desmembrado da jurisdição de Sobral, ocorreu segundo Lei nº 480, de 31 de julho de 1849, tendo sido instalada a 5 de de fevereiro de 1851. O título de Cidade, já com a denominação atual, ocorreu segundo Lei nº 2.029, de 5 de setembro de 1882.

Igreja - Antiga *Missão dos Tremembés* - Instituída segundo Provisão de 12 de setembro de 1766 e posteriormente transformada em *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Almofala.* Diante desse remanescente histórico e de acordo com o Decreto Geral de 5 de setembro de 1832, a precedente *Frreguesia* emigrou para a nova sede, instalando-se na povoação da *Barra do Acaraú.*

Essa situação, no entanto, logo se modificou, quando por força da Lei nº 139, de 10 de setembro de 1838, instituiu-se em *Freguesia* a capela de Santana, subordinada à Matriz de Sobral e a manter a denominação de *Freguesia de Nossa Senhora de Santana.* Com o advento Lei nº 283, de 15 de dezembro de 1842, reverte-se o quadro anterior, modificando novamente a *Freguesia.* Retornou, então, à Barra do Acaraú, com a denominação alterada para *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaraú,* local onde posteriormente seria transformada em Paróquia e edificada a Igreja-Matriz.

Economia - Frudamenta-se basicamente em fatores diversos dos quais constam a indústria pesqueira, o plantio da mandioca, a pecuária, a cultura de subsistência e artefatos de cerâmica, tendo como precedente de substanciosa expansão a indústria do charque, conhecida na época sob a denominação de *Oficinas* .

Topônimo - Em sua formação túpica, provém, etimologicamente, de *abá-cará-ú*, em que se exclui a última sílaba do primeiro elemento (*bá de abá = índio)* e junta-se o remanescente (*a)* ao segundo (*cará = peixe),* o verbo comer (vogal *ú),* donde se obtém índios comedores de carás *(Aragão, R. Batista - Hist. Obr. Cit. Vol. II - 3ª Ed - Pág. 287 - Índios do Ceará - 2ª Ed - Pág.117 - Enc. dos Municípios Brasileiros - I.B.G.E - Vol. 16º - Pág. 19/25).*

ACOPIARA

História - Município encravado na Mesorregião dos Sertões Cearenses - Primitivamente sua vinculação geográfica tinha como subordinante o Distrito denominado de Vila da Telha (Iguatu). Chamava-se *Lages,* designativo característico de sua formação geológica, envolvendo pedreiras, elevações irregulares e chãs ribeirinhas, compondo dessa forma pequenos módulos de solos diversificados. Nesse complexo variado, estabeleceu-se como pioneiro o Alferes Antônio Vieira Pita, familiares e outros imigrantes, com assentamentos que datam da segunda década do Século XVIII.

O primeiro indício de posse consta de uma sesmaria, concedida a um desses pioneiros pelo Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, em data 4 de julho de 1719. Nesse módulo e noutros posteriormente cedidos, situaram-se fazendas e edificaram-se moradias, formando a povoação cujo nome já foi descrito.

Evolução Política - Em regime patriarcalmente estabelecido e dentro das exceções determinadas pelas necessidades de movimentação rotineira, o gregamento inicial transformou-se em povoado, perdendo de sua originalidade as principais características. Quase duzentos anos se passaram, perdidos na lentidão do marasmático progresso, até que no início do Século XX, o bafejo renovador das transformações sociais proporcionaou impulsos mais alentadores. Surgiu a Ferrovia Fortaleza-Crato. A povoação de Lages, até então adormecida, recebeu como prêmio a sua Estação Ferroviária, mantendo o locativo inicial (10-07-1919). A contar de então, *Lages* tomou novos rumos e partiu para a sua emancipação já nos padrões urbanos dos quais resultaria a consecução desse objetivo.

O seu desmembramento, na qualidade de Distrito até então vinculado ao Iguatu, deu-se consoante Lei nº 1.875, de 23 de setembro de 1921, instalando-se a Vila em data de 14 de janeiro de 1922. Em 1923, consoante Decreto nº 1.156, Lages passou à denominação de *Afonso Pena*, homenagem que se prestava a um dos Presidentes brasileiros. Sua elevação à categoria de Cidade ocorreu segundo Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938, tendo sido seu primeiro Prefeito Celso de Oliveira Castro.

Igreja - Embora se saiba que nenhum Município cearense e quiçá brasileiro se tenh formado sem precedentes eclesiais, Acopiara se nos apresenta como exceção ou, pelo menos, a esses registros não tivemos acesso. Acreditamos ter apanhado o trem em marcha, posto como a 12 de outubro

de 1921, institui-se oficialmente a Freguesia, tendo como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A Igreja-Matriz já em perfil modernizado, teve como fundador Monsenhor José Coelho da Rocha e como seu primeiro vigário o padre Leopoldo Rolim.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura. No primeiro item, apresentam-se como favorárveis ao seu desenvolvimento as elevações e baixadas em cujos tipos de solo cresce a vegetação arbustiva e de pastoreio. No segundo, banhado pelas águas do Rianho Quincoê e córregos próprios das quadras hibernais, vicejam o algodão, o arroz, o milho e o feijão, assegurando aos moradores os recursos mínimos de subsistência.

Em termos de fontes subsidiárias, tem-se como especial reforço o complexo industrial bastante alentado, donde se destacam beneficiamento de matéria-prima, torrefação de café, artigos de cerâmica, além de agências bancárias, comércio em geral, órgãos do Serviço Público federal, estadual e municipal, estabelecimentos de ensino, hospitais e demais componentes de assistencialidade social.

Topônimo - Lages, primitivamente, teve a sua mudança de nome para a denominação atual, consoante Decreto nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Esse nome possui raízes túpicas e traduz-se, etimologicamente, por *Aabá* = homem + *co* = *roça* + *piara* = *caminho* em que, uma vez eliminada a última sílaba do primeiro elemento oferece como resultado o locativo *Acopiara,* de cuja tradução se obtém *roças do caminho dos brancos (Aragão - Fichário - Índios do Ceará, Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 117/18 - Enc. - I.B.G.E* - Obr. Cit. Pág. 26/31).

AIUABA

História - Município localizado na Mesorregião dos Inhamuns, tendo como referência geográfica o *Riacho dos Bois,* exatamente no lugar antes conhecido por *Campo Alegre.* Suas origens datam do Século XVIII, quando por doação o Capitão-Mor Salvador Alves da Silva concedeu ao fazendeiro Lourenço Alves Feitosa várias Sesmarias, das quais constam terras já pertencentes a Ventura Rodrigues de Sousa e Domingos Rodrigues. Essa doação contém a data de 20 de agosto de 1721 e guarda como centro de referência especial uma lagoa onde habitualmente os criadores de gado davam de beber aos seus rebanhos.

Evolução Política - Essa lagoa ou bebedouro comum a todos os fazendeiros localizava-se em território vinculado ao então Distrito de Arneiroz, um dos mais antigos redutos da Capitania e politicamente em evidência. Sua desanexação originária e subsequente vinculação ao Município de Saboeiro, na categoria de Distrito ocorreu, segundo Resolução Provincial nº 806, de 26 de agosto de 1857.

A elevação do Distrito à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 3.338, de 15 de novembro de 1956, instalando-se a 22 de outubro do mesmo ano, com a denominação atual.

Igreja - Escassez de documento impede se faça descrição mais detalhada quanto ao currículo paroquial do Município, sabendo-se apenas que existe Igreja-Matriz e que esta guarda como padroeira Nossa Senhora do Patrocínio, com subordinação eclesial ao Bispado de Iguatu.

Economia - Encravado no Alto Sertão dos Inhamuns, o Município ressente-se do carma das longas estiagens, tornando-se pouco produtivo em termos de agricultura, exceto com referência à produção algodoeira da qual se extrai uma de suas principais fontes de renda. Além desses fatores, tem contra o seu desenvolvimento agroprodutivo as cruezas geológicas, decorrentes em grande parte de solos rasos e pedregosos, restando em termos de aproveitamento os vales margeantes de rios e riachos sazonalmente abastecidos. Contudo, ainda se deve creditar à pecuária a sua principal fonte de renda, considerando o elevado e dispendioso esforço dos criadores.

Em termos de fontes subsidiárias, tem-s no modesto comércio e no Serviço Público em geral as suas parcelas de insumo retributivo, notadamente com relação a Prefeitura, *cabide* empregatício da população sem maiores chances.

Topônimo - Compõe-se etimologicamente de *a-i-ú-aba,* em que funcionam o pronome paciente *a* + *i* = *água* + ú - comer ou beber + *aba* = partícula indicativa do particípio do verbo que se conjuga, donde se obtém água bebida ou *Bebedouro,* nome precedentemente admitido (*Aragão - Hist. Vol. IV - Obr. Cit. Pág. 159).*

ALCÂNTARAS

História - Município localizado na Mesorregião da Meruoca. Suas raízes datam do Século XIX e têm como precedentes João Capistrano de Alcântara e sua mullher D. Antônia Germano de Alcântara, Francisco Guilherme de Alcântara e sua mulher D. Ermelina Emília de Alcântara, doadores do patrimônio eclesial.

Evolução Política - Chamou-se primitivamente São José dos Alcântaras, quando ainda vinculado ao Município de Meruoca (1807), depois e em períodos alternados, vinculou-se aos Municípios de Sobral e Massapê. Com o advento da Lei nº 1.153, de 22 de setembro de 1951, elevou-se à categoria de Distrito, volvendo à jurisdição da Meruoca. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 3.961, de de 10 de dezembro de 1957.

Igreja - Os trabalhos iniciais da capela datam de 1908 e tiveram como responsável o padre Custódio de Araújo, dedicando o nicho ao orago de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A partir desse estágio, começou a definir-se o perfil urbano, atraindo moradores estranhos ao reduto patriarcal e obviamente promovendo o créscimo de construções mais recentes.

Economia - Modesta, fundamenta-se basicamente na produção frutícola, cana-de-açúcar, mandioca e espécies regionais de subistência alimentar. Em termos de fontes subsidiárias, mantém regular comércio e representatividades do Serviço Público, havendo como destaque o Poder Municipal, do qual provém a maior cota de assalariamento, se bem que apenas vegetativo.

Topônimo - Provém de fontes memorialistas em que figuram os *Alcântaras,* na qualidade de doadores patrimoniais, reconhecimento que se manifesto através do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, sacrilizando a atual denominação *(Aragão - Hist.. Obr. Cit. Vol. IV - Pág. 160).*

ALTANEIRA

História - Município localizado na Mesorregião de Caririaçu, chamado inicialmente Santa Tereza, e a ter como subordinante o Município de Assaré.

Evolução Política - Com o advento da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, transferiu-se para a jurisdição do então Município de Quixará, oportunidade em que foi elevado à categoria de Distrito. Retornou ao Município de Assaré, consoante Lei nº 2.194, de 5 de dezembro de 1953, retornando novamente para Quixará conforme Lei nº 3.382, de 16 de outubro de 1956.

Igreja - Inexistem, pelo menos ao nosso alcance, documentos através dos quais se possa oferecer as informações que se fazem necessárias.

Economia - Dentro das condições geológicas e geograficamente situado o Município, tem-se na economia dimituto perfil. Além da agricultura

e sobretudo no tocante à produção algodoeira, subsiste o pequeno comércio, ficando as transações de maior porte reservadas à vizinha cidade do Crato. Em termos subsidiários, contribui de certa forma o Poder Público, notadamente a Prefeitura, o maior empregador do Município.

Topônimo - Neste particular pouco se conhece, pelo menos com relação aos precedentes toponímicos, a não ser que o nome atual tem por autor o padre David Augusto Moreira, constando como instrumento de fixação a Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 (*Aragão - Fichário).*

ALTO SANTO

História - Município localizado na Mesorregião do Jaguaribe. Chamou-se primitivamente *Alto da Viúva,* com subordinação jurisdicional ao Município de Russas.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito, com a denominação referenciada, ocorreu segundo Resolução Provincial nº 1.245, de 7 de outubro de 1870. Suprimido consoante Ato Provincial de 24 de março de 1871 e restaurado pelo também Ato Provincial de 7 de janeiro de 1873, oportunidade em que foi transferido para o Município de Limoeiro. Suprimido em segundo turno, segundo Decreto nº 29-H, de 6 de outubro de 1892 e restaurado em data não identificada, de modo que em 1922, consoante Divisão Territorial Brasileira, aparece como Distrito e ainda vinculado a Limoeiro. O Município, com a denominação atual, provém da Lei nº 3.814, de 13 de setembro de 1957, tendo sido instalado a 1º de junho de 1958.

Igreja - Coube ao Capitão Simplício de Holanda Bezerra, fazendeiro e proprietário de terras no reduto e àreas circunjacentes a iniciativa de construir uma capela (1866), tendo como objeto de inspiração religiosa o Menino Deus.

A Paróquia, vinculada ao Bispado de Limoeiro do Norte, instituiu-se a 20 de setembro de 1921, sob a invocação do Pequeno Grande, tendo como primeiro vigário o padre Francisco de Assis Castro Monteiro. Existem sob a jurisdição paroquial dois templos, sendo um dedicado ao Menino Deus e outro a Nossa Senhora de Lourdes.

Economia - As condições geológicas do Município associadas às limitações geográficas são fatores inibitivos do desenvolvimento local, exceto com relação ao criatório.

Nos demais segmentos pequeno comércio, além dos rendimentos originários da redistribuição salarial do Serviço Público.

Topônimo - Sem quaisquer indicativos de criatividade, desprezou-se apenas do original (Viúva), permanecendo sem explicação a denominação atual *(Aragão - Fichário - Hist. Obr. Cit. Vol. IV - Pág. 161).*

AMONTADA

História - Município localizado na Mesorregião de Itapipoca. O povoamento remonta aos primórdios do Século XVIII, quando Índios Tremembés e missionários davam os passos iniciais em prol da Catequese.

Evolução Política - Sua estruturação social, fundada em níveis estáveis e de caráter pacífico, sofreu reiteradas elevações e depressões cuja enumeração consta da seguinte ordem: **1)** - Distrito em 1757; **2)** - supressão consoante Lei nº 150, de 2 de setembro de 1838; **3)** - restauração conforme Lei nº 253, de 19 de dezembro de 1842; **4)** - Município conforme Lei nº 1,735, de 30 de agosto de 1876; **5)** - extinção conforme Lei nº 1.776, de 26 de novembro de 1878; restauração segundo Lei nº 2.082, de 29 de agosto de 1884; **7)** - transferência de jurisdição para São Pedro da Timbaúba conforme Decreto nº 43, de 13 de agosto de 1890; **8)** - retorno e alteração de nome para *São Bento de Amontada* conforme Decreto nº 14, de 23 de março de 1892; **9)** - extinção consoante Decreto nº 19, de 6 de abril de 1892; **10)** - restauração segundo Lei nº 424, de 29 de setembro de 1897; **11)** - extinção conforme Lei nº 971, de 1º de agosto de 1905; **12)** - restauração segundo Lei nº 6.447, de 29 de julho de 1963; **13)** - supressão segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965; **14)** - restauração segundo Lei nº 11.010, de 5 de janeiro de 1985, tendo sido instalado a 1º de janeiro de 1986.

Igreja - Em relação às manifestações religiosas, tem-se como padroeira do Município Nossa Senhora da Conceição, sem contudo, existirem precedentes históricos que identifiquem a data de ereção do respectivo templo. A instituição da Paróquia, vinculada ao Bispado de Itapipoca, tem como respaldo a Provisão de 30 de agosto de 1757, expedida pelo Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, tendo como consagrante o Padre Visitador José Pereira de Sá.

Economia - Sem opções geofisicas que proporcionem aos moradores insumos agropecuários que se estendam além das primárias necessidades de subsistência alimentar.

Topônimo - Instituído aleatoriamente ou se precedentes existem, não nos chegaram ao conhecimento *(Aragão - Fichário).*

ANTONINA DO NORTE

História - Município localizado na Mesorregião de Várzea Alegre, ocupando terras margeantes do Riacho São Pedro e a separar as águas provenientes do Riacho Conceição.

Evolução Política - Em seus precedentes históricos, advém da povoação denominada de Mocambo, local onde se estabeleceram os primeiros moradores. Sua elevação à categoria de Distrito ocorreu segundo Lei nº 3.338, de 19 de maio de 1956, passando a Município na forma da Lei nº 4.077, de 8 de maio de 1958.

Igreja - Em suas manifestações religiosas, tem-se como padroeiro Santo Antônio, de cuja moradia terrena se ignora a época de construção, sabendo-se, entretanto, que a Freguesia está vinculada à Paróquia de Saboeiro.

Economia - Fundamenta-se basicamente na cultura do algodão, no criatório, na agricultura de subsistência, comércio e retorno tributário em forma de assistencialidade social, sendo a Prefeitura o principal empregador.

Topônimo - Mocambo, tupicamente a traduzir *esconderijo* e, depois, o nome atual, embora sem precedentes de origens, tendo apenas como respaldo a Lei através da qual lhe foi outorgado o título de Cidade *(Aragão - Fichário).*

APUIARÉS

História - Município localizado na Mesorregião do Médio Curu. Suas raízes datam do Século XIX, com a denominação de *Arraial do Jacu*. Criou-se o Distrito de Paz consoante Lei nº 1.153, de 24 de novembro de 1864, já existindo na oportunidade considerável númerdo de habitantes.

Com a criação do Distrito de Pentecoste (lei nº 1.300, de 31-12-1869), perdeu Jacu os seus privilégios distritais, vindo a recuperá-los segundo Lei nº 1.330, de 10 de outubro de 1870.

Evolução Política - Distrito na forma acima descrita, sua elevação á categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 3.529, de 25 de janeiro de 1957, tendo sido instalado a 1º de março do mesmo ano.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam dos idos de formação gregária, quando terá sido edificada a respectiva capela, havendo como precedente de assistencialidade religiosa o padre Manuel Ribeiro e como patrono São Sebastião. O paroquiato tem como instrumento

de criação a Provisão de 2 de fevereiro de 1946, da qual foi signatário o Arcebisbo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa, envolvendo as Freguesias de General Sampaio e Tejessuoca.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório e na agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira, além da pesca d'água doce. Em suas fontes subsidiárias, além do pequeno comércio, destaca-se o Serviço Público, cuja participação consiste na redistribuição de rendas em forma de assistencialidade social.

Topônimo - Em suas relações toponímicas provém de homenagem que se quis prestar aos *Índios Apuiarés,* Tapuias que com outras tribos habitavam a região *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. Pág. 120).*

AQUIRAZ

História - Município localizado na Mesorregião de Fortaleza. Suas raízes datam do último quartel do Século XVII, quando ainda originalmente incubado nos primórdios da colonização. Constam como sesmeiros e proprietários sucessivamente do *Sítio Aquiraz,* em primeira posse, o preador de índios Estevam Velho de Moura e, em segunda e terceira, Manuel da Fonseca Leitão e João de Barros Braga. Seria deste último, por escritura de compra e venda à Câmara Municipal, que se formaria o patrimônio no qual se fixaria o complexo urbano da Vila de São José de Ribamar do Aquiraz.

Aquiraz possui longa e controvertida história. Em 1699, quando em Carta Régia determina a Corte *se crie em Vila o Ceará,* omite-se no tocante à localização, deixando ao Capitão-General e Governador de Pernambuco a *escolha que melhor lhe aprouvesse.*

Nesse estágio Aquiraz ainda não aparece, porém o reduto portuário de Iguape, economicamente mais forte e demograficamente melhor aquinhoado. O reduto da Fortaleza, habitado quase que exclusivamente por militares, abrigava apenas o chefe da Capitania e o Poder Eclesial, representado este pelo Capelão-Mor do Presídio. Era, contudo, o local de preferência não só do representante local do governo, como também do superior hierárquico da Mauricéia, de sorte que situar a Vila em outro endereço seria nada mais nada menos que tentar escalar o Himalaia de cabeça para baixo.

Desatentos a essas prerrogativas e da influência política do Capitão-Mor Gil Ribeiro, moradores iguapenses resolveram instalar Senado e Câmara em suas dependências gregárias, considerando que o sistema unicameralista seria o bastante nas decisões administrativas. Os tributos,

até então arrecadados por sua congênere do Rio Grande, tomariam o caminho de origem, beneficiando regiamente a Capitania.

Informado dessa resolução e não satisfeito com a localização da Câmara no Iguape, o Capitão-General e Governador de Pernambuco oficiou ao governante Gil Ribeiro, determinando não apenas a suspensão do ato, mas também a instalação da Vila e Câmara junto ao Forte. Cumpre-se essa resolução em 1701. A partir de então, não o Iguape mas a Barra do Ceará entra na liça, reivindicando o mesmo privilégio para sua povoação. Consegue. Desse estágio e a passar por sucessivas alterações, chega-se ao ano de 1706, quando os camaristas iguapenses propõem a transferência da Vila para o reduto de Aquiraz.

Em verdade deve-se dizer, que nessa época, a povoação de Aquiraz possuía condições suficientemente capazes de abrigar a Vila. Sua população, reunindo o que de melhor havia no Iguape, era composta de portugueses abastados, de intelectuais e de finas damas a irradiar um colorido nobre de fidalguia, diferente, portanto, da Fortaleza cujos habitantes, além dos militares não residentes no Quartel, de mercenários, índios e desocupados, exceto naturalmente alguns fazendeiros de maiores posses. Debaixo desse perfil, reacendeu-se a batalha de usurpação contra a Fortaleza, tendo à frente os eleitos do Iguape, Vereadores que serviam onde quer que estivesse sediada a Vila, contanto que lhes surgisse o momento azado de renovar a questão.

Essa oportunidade amerissou no primeiro ancoradouro. Em vereação de 12 de julho de 1706, deliberou a Câmara pelo envio de ofício às Cortes de Lisboa, documento segundo o qual expressava o pedido de transferência da Vila. Em seus fundamentos, não apenas referem quanto aos pontos divergentes, entre a Fortaleza e Barra do Ceará, como renovam suas afirmações anteriores, dando o Iguape como opção portuária e apontando o Aquiraz como local socialmente melhor adaptável.

Dessa propositura parece não ter havido resposta ou, se houvera, certamente não agradara e permanecera em silêncio. Veio, então, o segundo petitório. Desta vez e em documento datado de 15 de dezembro de 1707, dirige-se a Câmara a El-Rei do Brasil, santo mais ou menos nacional e ainda não explorado. Nos seus arrazoados destacam os seguintes pontos: 1) - que, além do Aquiraz, existia outra opção; 2) - que, essa nova opção, seria o *Sitio Montepicu* ou metade da distância entre Aquiraz e Fortaleza; 3) - que, quanto a povoação da Fortaleza, esta não possuía os requisitos mínimos de habitabilidade individual, posto que geograficamente situada em morros de areia, sem água potável e pastagem com que nutrir seus

rebanhos; 4) - que, finalmente, a permanecer a Vila na Barra do Ceará, ter-se-ia a pior das opções, considerando sua posição fisiográfica, visto localizar-se num canto de morro e de difícil acesso aos usuários dos públicos serviços.

Desse e de outros petitórios, resultaria a Carta Régia, datada de 30 de janeiro de 1711 e a decidir favoralvemente aos anseios do povo de Aquiraz, acolhendo como justificativa a localização do reduto cujo território tinha como vizinhos o *Rio chamado Pacoty e o porto do Iguape, podendo neste atracarem barcos conduzindo farinha e carne o que não ocorria com a Fortaleza (*o grifo é nosso).

Essa resolução, que para os aquirazanos ou aquirazenses teria o sabor de duplo triunfo, foi comemorada com regozijo, não apenas com relação à conquista, como também por retirar da Fortaleza os privilégios municipais. Desse modo e após vários acertos de ordem funcional, realizou-se a transferência, evento que tem registro a 27 de junho de 1713.

Evolução Política - Vila e Câmara, já sem problemas em termos de batalha, trataram, povo, clero e autoridades em geral, da busca em torno do título máximo ou solicitando das autoridades constituídas a elevação da jovem itinerante à categoria de Cidade. Essa nova conquista veio através da Lei nº 1.258, de 27 de julho de 1915, após dois séculos de espera, mas a contentar a geração que a tantas outras sucedera. Contudo, essa nova etapa ainda veio a sofrer descontentamento, posto como o Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, suprimiu o Município, sendo finalmente restaurado na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Justiça - A Capitania, conforme se disse alhures, fora desde o início dependente ora da Paraíba ora do Rio Grande do Norte e não raras vezes de Pernambuco e até da Relação da Bahia, conforme o caso e a natureza do seu agravamento. Faltavam a Corregedoria da Real Fazenda e Ouvidoria Geral. Esses órgãos, segundo o princípio universalmente admitido, teriam por dever de obediência instalar-se junto ao Governo da Capitania, onde instalados já se achavam, além do próprio Governo, os poderes eclesial e militar. O Aquiraz, no entanto, fechou os olhos a esses deveres e tratou de conquistar e sediar sob suas vistas as duas importantes projeções Jurídica e Fiscal.

Essa pretensão levou os interessados a movimentos constantes e reiteradas solicitações junto aos diversos poderes da Corte. Esta não se fez passar por desatenta, não em termos satisfatórios, porém de acordo com a própria vontade dos senhores de *Aquém-Terras*. Assim, consoante Resolução da Mesa do Desembargo do Paço, datada de 11 de janeiro de 1711, negou-se provimento ao requerido.

No curso dos doze anos seguintes e à vista de renovadas solicitações, Lisboa se deteve em reestudar o asunto, considerando a questão dos requerentes como de alçada da Ouvidoria e da Provedoria. Quanto à primeira não haveria problema, podendo ser instalada conforme o proposto, porém no tocante à segunda, esta estaria umbilicalmente ao Governo da Capitania. Como na época ainda não existia o popular *jeitinho brasileiro,* veio como solução o *jeitinho português*, criando-se uma Ouvidoria Especial ou fórmula segundo a qual o Ouvidor enfeixaria nas mãos a duplicidade de atribuições. Dessa forma e em Resolução datada de 3 de abril de 1723, editou-se o ato de nomeação, com referência direta ao Aquiraz e a ter como agraciado do cargo o Dr, José Mendes Machado cuja posse se deu em setembro do mesmo ano.

Igreja - No começo os habitantes do Aquiraz tinham como dever religioso, além das práticas doutrinárias, a caminhada de seis léguas, indo até o Presídio da Fortaleza, onde o Capelão-Mor desempenhava suas obrigações litúrgicas. Além dos incômodos próprios da viagem, senhoras de trato queixavam-se dos soldados portugueses irreverentes e a dirigir-lhes pilhérias. Essa situação de mal-estar foi tolerada por algum tempo, porém chegou-se ao momento de reação. Entrou nessa questão o padre e Superior João Guedes. Juntos expuseram e fizeram reivindicações junto a Lisboa. Veio a resposta. Em Ordem Régia, datada de 8 de agosto de 1721, determinou-se fossem removidas para o Aquiraz imagens e paramentos existentes na capela da Fortaleza. Conclui-se dessa resolução já possuísse a Vila sua capela, faltando apenas autorização de ordem superior.

Quanto à Igreja-Matriz, sofrida em sua trajetória, tem-se como referência sobre o lançamento da pedra fundamental o mês de julho de 1748, sendo responsável pelas obras de construção o padre José Pereira de Castro e como patrono São José de Ribamar. Os atos inaugurais datam do ano de 1769, restando identificar mês e ano, respectivamente.

Real Hospício - Ainda no item referente à Igreja, tem-se como de suma importância o Real Hospício, residência missionária, colégio, internato e hospedaria destinada aos que em trânsito não tomassem por abrigo casas particulares. Esse benemérito instrumento de apoio eclesial situara-se, pelo menos oficialmente, junto à Missão da Ibiapaba (Viçosa), graças aos esforços do padre Ascenço Gago, tendo data de referendo luso o dia 15 de agosto de 1700.

Transferido o projeto para Fortaleza, onde com melhor aproveitamento deveria ser utilizado, passou logo em seguida para o Aquiraz, mercê

da interferência do Superior João Guedes, embora a conservar de suas origens o nome de *Ibiapaba*. As obras de construção, em terreno próprio e doado por beneméritos proprietários, tiveram início em outubro de 1727, sendo concluídas no ano de 1735.

Melancólico Destino - Assim como Babilônia foi amaldiçoada pelo Profeta, vaticinando como futuros habitantes répteis e demais espécies abjectas, também o Real Hospício do Aquiraz chegaria a tão degradante e melancólico destino. Abandonado num sítio canavieiro, destruído atè o extremo dos alicerces, guardaria para a História o testemunho do quanto por ele se interessaram os pósteros moradores do Aquiraz.

Massacre Indígena - Erro histórico ou engano de pesquisa induziram certos autores a situar no Aquiraz uma ou mais tribos indígenas. Deram-lhes até a denominação de *Akirazes*, o que não corresponde a nenhum dos dialetos conhecidos e tampouco ao conceito de nobreza que constituía o principal orgulho da Vila. Moravam, sim, nas proximidades, índios pertencentes aos *Anacés*, porém constantemente hostilizados pelos brancos segregacionistas. Em função dos maus tratos recebidos e outras formas de esbulho praticadas pelos moradores da Vila, esses índios resolveram tomar vingança, reunindo-se em confederação da qual participaram, além dos próprios Anacés, Índios Jaguaribaras, Paiacus e tribos de menor expressão numérica. Formado conluiu e traiçoeiramente armados para a guerra, tomaram de assalto a Vila, provocando aterrorizantes atos de vandalismo.

O assalto, seguido de massacre e a envolver pessoas de todas as idades e sexos, tem como registro o dia 18 de agosto de 1713, pouco menos de dois meses dè instalada a vila no povoado. Agiram com extrema ferocidade, matando a quantos encontravam e perseguindo aos que aflitivamente buscavam refúgio junto ao Governo da Capitania.

Como, no entanto, a distância (seis léguas). constituía-se no principal agente de conspiração, impedindo que os fugitivos chegassem incólumes ao destino, apenas um deles conseguiu chegar a Messejama, deixando para trás a estrada juncada de cadáveres. Cerca de duzentos pessoas foram assassinadas, barbaramente e tiveram seus cadáveres mutilados, prova nefanda da saciedade silvícola.

Economia - Provém fundamentalmente do coco-da-baía, da cana-de-açúcar, mandioca, artefatos de cerâmica, pecuária e produtos de subsistência alimentar em geral e atividades pesqueiras. Constituem fontes subsidiárias o comércio e o Serviço Público em suas formas retributivas de rendas socialmente aplicadas.

Topônimo - Embora alguns autores queiram vincular o locativo à língua Tupy, formulando até mesmo remendos hipotéticos, essa versão não prospera. No *Tupy Antigo* e mesmo no *Nheengatu*, quando se admite *Akirazes* como sendo uma tribo existente no local, peca-se à mingua de melhores conhecimentos idiomáticos posto como em todos os casos usava-se a consoante *C*, com o som de *k*, mesmo diante das vogais *e, i*, não se admitindo o uso desta consoante na palavra *Akirazes*. Ademais, deve-se ressaltar que sendo o Aquiraz uma povoação de brancos e quiçá hostil ao índio, não teria convivido com essa etnia contrariamente à sua tendência preconceituosa. O *Sítio Aquiraz*, portanto, tem como precedente etimológico a língua portuguesa, de onde certamente terá emigrado *(Aragão - História. Obr., Cit. Vol. I, 3ª Ed. Pág. 336/37 - Enc.- I.B.G .E* - Obr. Cit. Pág. 37/42).

ARACATI

História - Município localizado na margem direita da foz do Jaguaribe. Ocupa área plana, vasta e e baixa, sofrendo vez por outra volentas inundações. Chamou-se primitivamente *São Lourenço* (1603), *Arraial e Cruz das Almas*, além de *São José do Porto dos barcos*, simplificado finalmente para *Porto dos Barcos*. Este último nome decorre da afluência de embarcações não somente na foz do rio como também nas próximas águas litorâneas, conduzindo produtos que abasteciam a Capitania e recebendo cargas de produtos nativos, chegando a atracar, anualmente, nada menos de 25 unidades.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém de Resolução Régia, datada de 11 de abril de 1747, instrumento anteriormente aprovado segundo Resolução do Conselho Ultramarino, de 12 de dezembro de 1746. Sua instalação, com o nome atual, ocorreu a 10 de fevereiro de 1748, tendo como Presidente das solenidades o Ouvidor Manuel José de Faria. Constam da primeira Câmara os seguintes membros: 1) - Domingos Tavares da Fonseca (Juiz Ordinário); 2) - Manuel Moreira de Sousa (Juiz de Órfãos); 3) - José Batista de Freitas (Vereador); 4) - João Pimenta de Aguiar (Vereador); 5) - João da Silva Costa Vereador); Luiz Costa Faleros (Meirinho). 7) - Adriano Coelho de Araújo (Escrivão).

A elevação da Vila à categoria de Cidade provém da Lei Provincial nº 244, de 25 de outubro de 1842, não constando registro de sua instalação.

Igreja - A primeira manifestação de apoio eclesial tem como precedente a ereção de uma capela cuja estrutura aparece como sendo de

alvenaria, na parte fronteiriça, coberta de palhas, restante das paredes de taipa e piso de barro batido. Constam como seus beneméritos autores os charqueadores baianos e pernambucanos, tendo como referência de tempo o ano de 1714. Essa capela seria ampliada e melhorada nos anos de 1719 e 1728, sendo posteriormente destruída pelas cheias do Jaguaribe.

Em 1744, graças ao trabalho realizado pelo padre José Lopes de Lima, novo templo começou a ser construído, com aproveitamento de parte do material da anterior, porém sem sucesso, visto como mais uma vez a fúria do Jaguaribe reeditou o seu poder destruidor.

A Igreja-Matriz, que viria a se perpetuar, teve como empreendedor o Capitão José Pimenta de Aguiar, cujas obras tiveram início em 1761. Com o falecimento do Capitão Pimenta Aguiar, desfecho ocorrido em 1769, os trabalhos tiveram prosseguimento, mercê do empenho manifesto do Capitão Manuel Rodrigues da Silva, prolongando-se até 1786, ano em que se realizaram as festividades inaugurais, tendo como padroeira Nossa Senhora do Rosário.

Economia - Na formação deste item, poder-se-á dizer que o Aracati nasceu florescente, tendo se tornado em breve tempo o centro mais rico da Capitania. O seu embasamento inicial, além das atividades portuárias, firmou-se na produção salineira, cera de carnaúba, na agropecuária, na pesca marítima e fluvial e posteriormente na indústria têxtil. Nos setores de urbanismo, destacou-se por suas espaçosas avenidas e sobradões de alvenaria, confeitados em amplos andares em piso de madeira nobre e paredes externas, confeitas em estuque ou em mármore de carrara. Na parte comercial, em que figuravam armazéns de exportação para o interior, 178 estabelecimentos seriam arrolados pelo Governador e historiador Luiz Barba Alardo de Menezes (1808).

O setor de maior conteúdo econômico e pioneiro em todo o Brasil nasceu com a industrialização da carne bovina ou *Charque*, logo no início do Século XVIII, tendo como preceptor José Pinto Martins, morador e pecuarista no Município. Como principais consumidores, além do Ceará, destacam-se as Capitanias de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, empenhadas na indústria açucareira e na mineração, não lhes restando espaço para desenvolvimento de atividades de caráter alimentar. Desse conjunto de interesses, em que os de lá perdiam-se no fascínio do ouro e das exportações açucareiras e os de cá, tendo na Capitania o que se cognominou de *Curral da América*, chegar-se-ia à segunda metade do Século XVIII com nada menos de cinquenta mil reses abatidas anualmente ou cerca de 12% (doze por cento) dos nossos rebanhos, considerando sua estimativa

orçada em 4.000.000 (quatro milhões) de animais. Toda essa opulência, formada com sacrifício e operosidade, seria fulminada em dois anos consecutivos de calamitosa estiagem, a chamada *Seca dos Três Sete* (1777/78), tocando de volta ao marasmo provinciano essa tão florescente *metrópole*.

Topônimo - Sobre o nome *Aracaty* existem três versões especificamente qualificadas. As duas primeiras associam-se diretamente aos possíveis referenciais toponímicos e estão subscritas nos seguintes termos: **a)** - Em Pompeu Sobrinho - *Inst. do Ceará* - Obr. Cit. - traduz-se por *ara* = tempo, dia claro, estação do ano, tempo + *caty* de *catu* = bonito, bom, agradável, donde se obtém, opcionalmente, tempo bom, bonito, sol luzente e ares saudáveis e regeneradores. **b)** - Em Silveira Bueno - *Vocabulário Tupy Guarany* - lê-se: "Variedade de castanha existente no Amazonas e de pinha, fruto silvestre e nativo do próprio Vale". As duas referências conduzem ao mesmo locativo, o que dispensaria maiores comentários, não fora a terceira versão, cujos referenciais interpretativos suscitam o alongamento da questão.

Nessa terceira versão, consagrada por renomados autores, traduz-se *Aracaty* por vento de maresia. Isso ocorre por ocasião da maré-montante e poderá estender-se por longo percurso, desde que direcionado por canais marítimos ou de águas fluviais. No caso em espécie, além da foz do Jaguaribe, o próprio rio oferece meios de continuidade, levando-o a limites verdadeiramente extraordinários. Percorre, então, nada menos de quatrocentos quilômetros, a contar das origens ao Iguatu e a se manter em reduzidos espaços além do currículo margeante e a manter horário que pouco varia de entre seis da tarde e nove da noite.

Diante dessas peculiaridades, não se deve confundir o *Aracaty* topônimo com o seu homógrafo eólico, porém classificar este no rol dos fenômenos de igual configuração, donde sobressaem, dentre outros, o *Minuano* no Rio Grande do Sul e o *El-nîno* na costa do Pacífico (*Aragão - Pilares da Economia Brasileira - 1990 - Pág. 91/92 - Enc. - I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 43/55).*

ARACOIABA

História - Município encravado na Mesorregião de Baturité. Os primeiros indícios de colonização provêm de uma Sesmaria cuja localização se situa no *Riacho Aracoiaba,* contendo três léguas de frente por uma de fundo. Essas terras foram concedidas a Pedro da Rocha Maciel, no ano de

1735, que aí se estabeleceu e prosperou, atraindo outros moradores para o reduto.

Evolução Política - O primeiro sinal característico de evolução surgiu com a criação do *Distrito Policial*, evento que tem registro em data de 18 de setembro de 1871. Três anos após, conforme Lei nº 1.607, de 21 de agosto de 1874, cria-se também o Distrito de Paz. Sua elevação à categoria de Município provém do Decreto Estadual nº 44, de 16 de agosto de 1890, tendo sido instalado a 7 de setembro do mesmo ano, homenagem que se prestava à Proclamação da Independência.

Por ocasião da Divisão Administrativa do Brasil, realizada em 1911, soma-se ao Município o então Distrito de Vazante, criado segundo Lei Provincial de 1882. Quando se chegou ao Governo do Interventor Manuel do Nascimento Fernandes Távora, suprimiu-se o Município, anexando-se o seu território ao Município de Baturité (Dec. nº 193, de 20-05-1931). Deu-se a restauração, apenas como Distrito, segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. O título de Cidade, indicativo da total emancipação, adveio por força do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo a denominação atual.

Igreja - A primeira manifestação de apoio eclesial decorre de Provisão do Bispado do Ceará, assinada por D. Manuel da Silva Gomes a 22 de maio de 1914, criando a Freguesia de Aracoiaba. A capela, originariamente dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, constituir-se-ia na Igreja-Matriz, tendo como instrumento de apoio a Provisão acima referida.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura e na fruticultura, destacando-se esta, em virtude da produção de bananas. Em fontes subsidiárias, mantém regular comércio, além dos insumos originários do Serviço Público, comumente redistribuídos em forma de assistencialidade social.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Canoa*. Em virtude das alterações posteriormente ocorridas, com extensão a outros Municípios, recorreu-se às composições túpicas, donde se forma: *ara* do verbo colher + *incõen* do substantivo banana e *aba* como particípio do verbo que se conjuga ou lugar no qual *bananas são colhidas*, excluídos naturalmente os adicionais gramaticalmente admitidos *(Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit. Pág. 161/62 - Enc. - I.B.G. - Obr. Cit. Pág. 55/59 - Aragão - Índios do Ceará - 2ª Ed. Pág. 122).*

ARARENDÁ

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús e antes, como Distrito, vinculado ao Município de Nova Russas. Suas origens provêm do sítio denominado *Canabrava*, encravado ao sopé da Ibiapaba e pertencente ao Capitão-Mor Antônio de Barros Galvão. Nesse sítio, fixou residência o genro Sebastião Ribeiro de Melo, adminsistração da qual se formaria a povoação.

Evolução Política - A criação do Distrito, quando ainda vinculado a Nova Russas, provém do Dec—Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, conservando o primitivo nome. O seu desmembramento e elevação à categoria de Município ocorreu segundo Le nº 6.525, de de 5 de setembro de 1963, porém suprimido antes de sua instalação (Lei nº 8.339, de 14-12-1965). Sua restauração, com o nome atual, ocorreu segundo Lei nº 11.771, de 21 de dezembro de 1990.

Igreja - Em termos de apoio eclesial, tem-se a capela, posteriormente apmpliada e transformada em Igreja-Matriz, sendo seu padroeiro São Vicente de Paula.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura de subsistência, no pequeno comércio e na redistribução de rendas públicas em forma de benefício.

Topônimo - Tupicamente Ararendá provém de *arara* = papagaio + *endá* = *pouso*, donde se obtém pouso dos papagaios ou das araras (*Aragão - Fichário).*

ARARIPE

História - Município localizado na Mesorregião da Chapada do Araripe. Constam como seus primitivos colonizadores os sesmeiros Manuel Rodrigues de Lima e outros, todos oriundos do Icó e dos Inhamuns. Em suas primeiras manifestações evolutivas, tem-se por referência o ano de 1849, quando em reunião de seus moradores e em operação de desobriga, celebrou-se a primeira missa do reduto, tendo como local uma casa de residência. Seria o despertar comunitário e consequentemente o marco a partir do qual se fixariam os primitivos moradores.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito ocorreu segundo Lei nº 1.359, de 5 de novembro de 1870, sendo desmembrado do Município de Assaré consoante Lei º 1.661, de 3 de agosto

de 1875. Suprimido conforme Lei nº 523, de 19 de julho de 1899 e restaurado em virtude de Lei nº 798, de 11 de agosto de 1905. Suprimido em segundo turno, conforme Dec.-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurado consoante Dec-Lei nº 1.540, de 3 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Dec- Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Entre os anos de 1849, quando se celebrou a primeira missa no local, e 1871, pemaneceu o regime de periodicidade assistencial, sendo responsáveis por esse sistema os clérigos itinerantes. Em 1870, criou-se a Freguesia de Santo Antônio do Brejo Seco (05-11-1870). No ano seguinte, graças ao trabalho empreendido e realizado pelo padre Henrique José Cavalcante, edificou-se a Igreja-Matriz (em 75 dias), dedicando-se esse templo ao já familiarizado Santo Antônio. Em data de 1º de dezembro de 1871, conforme Provisão do Bispo de Fortaleza, D. Luiz Antônio dos Santos, ratificou-se canonicamente a Freguesia e ampliou-se a sua jurisdição, abrangendo a povoação de *Poço da Pedra*. Consta como seu primeiro vigário o padre Antônio Pereira de Oliveira Alencar, a quem caberia o mérito de organizar a Paróquia, nela permanecendo até 1885.

Economia - Situado em terras geologicamente diversificadas, abrangendo costaneiras serranas e áreas sertanejas, o Município não poderia fugir à natural vocação das atividades polivalentes, em que se destacam o criatório e a agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira. Em termos de apoio subsidiário, além do modesto comércio, tem-se no Poder Público o retorno tributário, permanente fonte que se faz distribuir em forma de benefício.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Brejo Seco,* nome com que se tornou Distrito (Lei nº 1.359, de 05-11-1870). A denominação atual, consagrada na forma da Lei nº 2.172, de 23 de agosto de 1889, provém tupicamente de *ara* = tempo + *ri* = água da chuva + *pe* = no ou na, donde se forma no riacho de águas periódicas ou *Riacho Seco (Aragão - História - Vol IV - Obr. Cit. Pág. 162/63 - Enc. - I. B. G. E - Obr. Cit. Pág. 60/64).*

ARATUBA

História - Município localizado na Mesorregião do Maciço de Baturité e conhecido primitivamente pelo nome de *Coité.* Suas origens, de formação lenta e pouco desenvolvida, datam do Século XIX, quando atraídos pelo clima e condições frutícolas, moradores provenientes de outras regiões aí se fixaram. Formou-se o povoado. A partir de então, vão surgindo os

implementos de constituição urbana, oferecendo aos seus habitantes meios racionais de sobrevivência.

Evolução Política - Os primeiros indícios de evolução política surgem com o advento do Dec-Lei nº 35, de 1º de agosto de 1890, elevando a povoação à categoria de Distrito. Suprimido conforme Lei nº 550, de 25 de agosto de 1899 e restaurado na forma da Lei nº 602, de 6 de agosto de 1900. Essa mesma Lei atribuiu-lhe o nome de *Santos Dumont.* Suprimido em segundo turno, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, e anexado ao Município de Baturité, readquiriu sua autonomia distrital, acrescida do título de Cidade conforme Lei nº 3.563, de 20 de março de 1957, ocorrendo sua instalação a 25 de março de 1959.

Igreja - O primeiro instrumento de apoio eclesial, preponderantemente destinado a reunir na povoação as características sociais de urbanismo, nasceu com a idéia de se erigir no reduto a sua capela. Houve como preferente hierático São Francisco de Paula. Essa idéia prosperou, reuniu adeptos, de sorte que em 1883, edificava-se a primitiva capela. No ano seguinte, graças ao florescente progresso religioso, criou-se a Freguesia cuja instalação data de 8 de janeiro de 1884, tendo como órgão subordinante o ispado de Fortaleza.

Economia - Conforme já foi dito antes, Aratuba tem como atrativos econômicos o clima e as potencialidades frutícolas, notadamente com relação à produção de bananas e implemenntos de horticultura. Além dos ventos sadios e do café, tendo-se este como fruto do esforço humano, há como destaque o pequeno comércio, quase que exclusivamente mantido pelas redistribuições tributárias em parcelas de benefício.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Túpica e etimologicamente, estrutura-se no adjetivo *ara* = alto + tuba de *tyba* = muito, donde se traduz por topo de maior elevação da motanha (*Aragão - História - Vol. IV -Pág. 163).*

ARNEIROZ

História - Município localizado na Mesorregião dos Inhamuns. Consta como sendo um dos mais antigos redutos dos Altos Sertões Provinciais. Suas tradições indígenas, guerras de extermínio, batalhas emancipacionistas e constantes lutas pessoais em busca dos meios da própria sobrevivência dos seus moradores atestam o quanto de esforços têm sido empreendidos ao longo de sua caminhada histórica.

Inicialmente e ainda no limiar do Século XVIII, lançam-se as sua primeiras raízes sociais, tendo como ponto de partida o realdeamento dos agressivos Índios Jucás (1727). Dessa concentração íncola decorrem escaramuças várias, envolvendo famílias em locais diversificados, dentre estas os respeitáveis clãs do tronco Feitosa.

Evolução Política - A primeira manifestação política, oficialmente registrada, data de 28 de setembro de 1767, se bem que na prática a idéia não se tenha concretizado. Essa manifestação decorre de determinação originária do Governador Geral de Pernambuco, sugerindo a elevação do povoado à categoria de Vila, mantendo o nome de *Arneiroz*.

Contra essa proposição insurge-se o Icó, através do Senado da Câmara, fundamentando-se no pressuposto histórico segundo o qual a povoação nada mais era que antigo aldeamento missionado e destinado a reunir os Índios Jucás. Além dessa condição, altamente negativa, havia contra os pretensos beneficiários o fato de serem os seus habitantes constituídos de verdadeiro antro de ladrões e vagabundos (25-11-1767).

Ainda com relação ao protesto dois camaristas icoenses, propõem eles sejam transformados em Vila não o Arneiroz, porém redutos de Telha e Mangabeira (Lavras). Dessa investida não constam manifestações de recusa ou assentimento, presumindo-se como fruto de desqualificação o silêncio.

Nos anos seguintes e sem a interferência contrária do Icó, prosseguiu a batalha emancipacionista, entremeada de evoluções e depressões, conforme se enumera: **1)** - Lei nº 1.128, de 21 de novembro de 1864, eleva o povoado à categoria de Vila e Município simultaneamente: **2)** - Lei nº 1.084, de 19 de abril de 1913, extingue os efeitos da Lei anterior; **3)** - Lei nº 1.181, de 23 de julho de 1914, determina a sua restauração; **4)** - Lei nº 1.714, de 9 de outubro de 1920, anula a concessão anterior; **5)** - Lei nº 2.002, de 16 de junho de 1928, determina se proceda à restauração antes suprimida: **6)** - Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, determina a supressão e anexação do território ao Município de Tauá; **7)** - Lei nº 3.554, de 14 de março de 1957, restaura em definitivo o tão sofrido Município.

Igreja - Nos referenciais de apoio eclesial tem-se, inicialmente, a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns, cuja atuação estende-se a outras Freguesias do Alto Sertão. Como forma de obterem autonomia, reúnem-se os habitantes locais e enderaçam carta ao Bispo de Pernambuco, D. Thomaz da Encarnação, solicitando a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Paz. Foram atendidos. Em Provisão, datada de 13 de novembro

de 1783, criou-se o objeto pretendido, sendo seu primeiro vigário o padre Francisco Xavier Cabral.

O patrimônio da Freguesia teve como doadores o Capitão Francisco Alves Feitosa e sua mulher, contendo 100 braças de terras, situadas estas entre o Boqueirão da Serra e o Rio Jaguaribe, compreendendo um córrego à direita da Vila (04-04-1789). Desse estágio iniciam-se os esforços no sentido de construir-se a Igreja-Matriz, cujos trabalhos ficaram a cargo de José Bezerra da Costa. A conclusão, no entanto, coube ao Capitão Manuel Calheiros Corrêa Pessoa, graças ao apoio material dado pelo Coronel Eufrásio Alves Feitosa, porém sem documentos que atestem a data dos atos inaugurais do evento.

Economia - Geograficamente localizado numa das regiões mais ingratas do semi-árido, Arneiroz ficou reduzido a querelas e disputas regionais, porém sem descurar de suas prioridades pastoris e agrícolas. Desenvolveu, então o criatório bovino e a monocultura do algodão, além dos plantios de subsistência alimentar. Em termos comerciais, pouco se há a registrar, não passando de atividades varejistas e a ter como fonte subsidiária os réditos fiscais distribuídos em forma de benefício.

Topônimo - Em termos toponímicos, trata-se originariamente como sendo o nome de antiga Freguesia de Portugal, do Concelho de Lamego, Distrito de Vizeu, Província de Trás-os-Montes, Alto do Douro *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. II, 2ª Ed. Pág. 289/91)*.

ASSARÉ

História - Município localizado na Mesorregião do Araripe. Suas origens remontam, primordialmente, a determinadas situações emergenciais e programadas ao acaso de circunstâncias próprias da contemporaneidade em que se registraram. Essas circunstâncias, por seu turno, têm precedentes em fatos sociais de relevante importancia, datando do Século XVII, quando levas de pecuaristas baianos e pernambucanos desciam seus rebanhos em busca de terras desocupadas, tendo como alvo perseguido as Capitanias do Ceará, Piauí e Maranhão.

Com relação a este último tópico, tem-se como referência duas rotas através das quais se fazia o itinerário em busca das regiões antes programadas. Uma dessas rotas tomava o destino Oeste do *Cordão da Borborema*, desembocando ao Sul do Ceará e tomando o caminho que a levaria ao ponto desejado. A outra, buscando a banda Leste da *Borborema*,

T105026/09

buscava o Icó, de onde tomava a rota de encontro com a primeira. As duas, qualquer que fosse o tempo de espera, encontravam-se no cruzamento, denominado, então, de *Caminho do Atalho,* local onde aos poucos ia se formando o povoado.

No Século XVIII, quando por sesmarias vários colonizadores requereram e obtiveram porções territoriais onde situaram suas fazendas, constou como principal sesmeiro Alexandre da Silva Pereira. Isso ocorreu no ano de 1775. O local escolhido por cada sesmeiro coincidiu exatamente com o já consagrado Assaré, abrangendo vários riachos junto aos quais se fixaram, além de Alexandre Pereira, os seguintes fazendeiros: 1) - Carlos Gonçalves; 2) - Bento Francisco da Costa (Fazenda Caiçara); 3) - Manuel da Silva Pereira (Malhada de Pedra). 4) - Amaro Pereira de Barros (Várzea); 5) - Inácio Rodrigues da Silva (Morcego); 6) - Manuel Nunes de Sousa (Canabrava).

Forças Expedicionárias do Ceará - Quando em 1823 deu-se o recrutamento e a convocação de voluntários cearenses pelo então *General Comandante em Chefe do Exército de Salvação*, José Pereira Filgueiras e o seu companheiro Tristão Gonçalves com a finalidade de dar combate aos irredentos de Fidié no Maranhão, estabeleceu-se como ponto de referência para encontro o Assaré. Pereira Filgueiras marcharia, via Icó, diretamente para o Crato, enquanto que Tristão faria o contorno Aracati-Russas, não apenas reunindo voluntários como também angariando fundos para custeio do empreendimento, fundos estes que deveriam ser resgatados oportunamente. Os dois comandos, então, marchariam por itinerários diferentes, razão segundo a qual o ponto de encontro seria o Assaré. Desse encontro e reunidas as duas frentes, tomar-se-ia o destino programado, passando pela *Várzea das Vacas* (Campos Sales), Picos e Campo Maior no Piauí e finalmente Caxias no Maranhão, transformada em Quartel-General dos rebeldes.

A primeira coluna a chegar e acampar no Assaré consta como tendo sido a que estava sob o comando dos dois Batista Vieira, Franciso (Barão do Icó e João, seguida de forças dirigidas pelos voluntários Manuel José Carlos dos Prazeres, Manuel Carlos Cavalcante e João da Silva Pereira (filho do fazendeiro Alexandre da Silva Pereira).

O tempo de espera, até que as demais colunas chegassem, alongou-se por três meses, o suficiente também para que chegassem os *carreiros* de produtos alimentícios, itinerantes do acaso e aproveitadores de semelhantes oportunidades. No final desse período, em que o arraial assumira proporções inusitadas, as tropas abandonaram o acampamento e tomaram o seu destino.

Desses dois fatores, praticamente acidentais, nasceria o reforço urbano do qual tiraria proveito o então conhecido como *Caminho do Atalho.*

Evolução Política - O primeiro indício de evolução política surgiu em 1842, quando por resolução do Governo Provincial criou-se o Distrito de Paz. Consta como titular do cargo, na qualidade de Juiz de Paz, o Capitão Antônio Gonçalves de Alencar Tamiarana, indicado pela Câmara de São João do Príncipe (Tauá), Município-sede do Termo.

A transformação do Distrito em Vila, com desmembramento do Município de Saboeiro deu-se conforme Lei nº 1.152, de 19 de julho de 1865, tendo sido instalada a 11 a 11 de janeiro de 1869 já com a denominação de Assaré. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segunodo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - A primeira manifestação de apoio eclesial surgiu no alvorecer do estágio colonial, consoante doação do respectivo patrimônio, tendo por ofertante o fazendeiro Alexandre Pereira da Silva (1775). Edificada a primitiva capela, esta permaneceria inalterada até pelo menos até a conclusão das obras inerentes à Igreja Matriz. E esta, cuja pedra fundamental data de 1º de agosto de 1838, com início de obras em 1842 e inauguração no ano de 1850, não foi propriamente edificada no mesmo local, porém na Fazenda *Várzea,* situada um pouco ao Norte.

A sede da Freguesia instituída a 4 de dezembro de 1850 (Lei nº 520) pertencera anteriormente à Vila de *Santana do Brejo Grande* (Santana do Cariri), tendo como padroeira Nossa Senhora das Dores e primeiro vigário o padre José Tavares Teixeira.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura de subsistência e na monocultura do algodão. Em termos de fontes subsidiárias, destaca-se o comércio, além da redistribuição de rendas públicas em forma de benefício, donde resulta uma economia praticamente sendimentada.

Topônimo - O nome atual provém, tupicamente, de *assá* = travessia, atalho, caminho + *ré* = diferente, donde se obtém caminho do atalho ou diferente da rota tradicional *(Aragão - História - Vol. II, 2ª Ed. Ob. Cit. Pág. 126 - Enc. - I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 64/69).*

AURORA

História - Suas origens estão vinculadas a um modesto estabelecimento comercial, localizado no ponto geográfico de cruzamento e

tornando obrigatório o encontro de tropeiros vindos de regiões várias. Chamou-se primitivamente de *Venda*. Transitavam por esse ponto de referência itinerantes da Paraíba, do Ceará Central e do Rio Grande do Norte, uns em busca do Crato, outros já em retorno, além dos que se destinavam ao Ceará Sudoeste e Sudeste do Piauí, via Campos Sales-Assaré. *Venda*, portanto, tornou-se mais conhecida que o próprio Rei de Portugal.

Com o fluir dos anos esse estabelecimento que deveria pertencer a certa *mulher-paraíba*, chamada *Aurora*, passou a ter companhia, não propriamente de marido ou equivalente, de outro estabelecimento comercial, localizado mais abaixo ou na estreita planura logo no final da depressão. A partir de então, antiga *Venda* passou a ser chamada de *Aurora Velha, Aurora Nova* ou simplesmente *Aurora*, nome em torno do qual se formaria a povoação.

Evolução Política - Os primeiros indícios de evolução política nasceram da elevação do povoado à categoria de Vila, evento que tem apoio na Lei nº 2.047, de 10 de novembro de 1883, com instalação a 30 de maio de 1885. Suprimida, consoante Lei nº 2.111, de 12 de dezembro do mesmo ano e restaurada na forma da Lei nº 2.141, de 29 de julho de 1889. Suprimida em terceiro turno, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, teve sua restauração confirmada segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Município provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, ratificando o nome atual.

Igreja - Diante dos preconceitos segundo os quais ao negro era vedado frequentar locais reservados aos brancos, mesmo em se tratando de templos religiosos, os escravos residentes em Aurora, Cedro e locais adjacentes ficavam impedidos do cumprimento inerente aos sacrodeveres. Veio a solução. O preto de nome Benedito José dos Santos, conhecido popularmente por *Mestre Benedito*, tratou de somar forças junto aos seus iguais, decidindo pela construção da própria capela e a dar-lhe como padroeiro o *moreno* São Benedito.

Como forma de chegar à realização desse empreendimento, Mestre Benedito deslocou-se de Aurora ao Rio de Janeiro, onde pessoalmente deveria expor o objeto de sua pretensão. Não se decepcionou. D. Pedro, não sabemos se o de número *um* ou o de número *dois*, não somente autorizou a construção da capela como fez-lhe presente das imagens, inclusive a do santo padroeiro, além de paramentos e um sino no qual estavam gravadas as Armas Imperiais. De quebra, ofertou-lhe dois retratos pintados a óleo, sendo um do próprio Imperador e outra da Rainha Imperatriz, com recomendações especiais de serem entronizados na modesta *Casa de São Benedito*.

Feliz da vida e a bendizer do Supremo Chefe, o *Templo Negro* foi realmente edificado, porém a permanecer dentro das mesmas regras preconceituais. Com a edificação de outra Igreja, obviamente pelos brancos, criou-se a *Freguesia do Menino Deus de Aurora*, conforme Provisão assinada por D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza, e a ter registro em data de 27 de julho de 1893. Consta como seu primeiro vigário o padre Vicente Pinto Teixeira.

Economia - Consiste fundamentalmente na pecuária, na agricultura de subsistência e na cultura do algodão, além do comércio, moagem de café e atividades semi-industriais ou melhoramento da produção algodoeira. Em termos sociais, mantém estabelecimentos de ensino, hospital, Correios e aplicação de rendas públicas em forma redistributiva.

Topônimo - Constam como precedentes do nome atual, *Venda, Aurora Velha, Aurora Nova e Vila Xavielina*, nome este não aceito pelos respectivos habitantes *(Aragão - História - Vol. II, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 293/94 - Enc. I. B. G. R. - Obr. Cit. Pág. 70/7)*

BAIXIO

História - Suas origens são recentes e datam do Século XIX, quando aí se estabeleceu o fazendeiro Liberalino José de Carvalho, ocupando terras no lugar denominado *Baixio*, então vinculado ao Município de Umari.

Evolução Política - Com a supressão do Município de Umari e sua vinculação ao Município de Lavras da Mangabeira, conforme Lei nº 1.784, de 9 de outubro de 1920, Baixio fez parte da mesma bagagem, permanecendo pouco mais de dez anos nessa condição submissa. Com o advento do Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, restaurou-se o Município de Baixio, porém com sede em Umari. Em segundo renascimento e consoante Lei nº 650, de 1932, restaura-se o Município de Baixio e rebaixa-se Umari à condição de Distrito vinculado ao seu antigo dependente. O Termo Judiciário, que até então permanecia em Umari, transfere igualmente, consoante Dec-Lei nº 1.114, de 9 de maio de 1933.

Sua elevação à categoria de Cidade tem como instrumento de apoio o Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, porém a Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, transfere a sede do Município para Alagoinha e posteriormente para Ipaumirim, consoante Lei nº 2.161, de 9 de janeiro de 1954. Em sua restauração, houve como instrumento de apoio a Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956, tendo ocorrido sua instalação a 2 de outubro de 1957.

Igreja - Os primeiros indícios de formação religiosa tiveram como precedente o culto dedicado a São Francisco das Chagas e a consequente ereção do respectivo templo.

Economia - Nos seus referenciais de sustentação econômica, tem-se como principais fatores o criatório bovino e a agricultura de subsistência, porém em termos relativamente pequenos. O comércio, igualmente pequeno, tem como fonte subsidiária o Serviço Público, donde resultam parcelas também reduzidas e aplicadas nos meios próprios da assistencialidade social.

Topônimo - Geograficamente situado em terreno de configuração irregular, elevações, depressões e planuras baixas, sua denominação assumiu o lugar-comum e caractrístico do nome atual *(Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit - Pág. 163/64).*

BANABUIÚ

História - Município localizado na Mesorregião de Quixeramobim e situado em terreno margeante do rio de igual nome (tributário do Jaguaribe), além do Açude em contorno montanhoso do próprio Banabuiú.

Evolução Política - Elevado irregularmente à categoria de Município, sem antes haver cumprido o estágio de Distrito, teve como instrumento de ratificação a Lei nº 1.613, de 29 de outubro de 1918. Suprimido, consoante Lei nº 2.392, de 8 de setembro de 1926, ocorreu-lhe ser restaurado, na categoria de Distrito, na forma da Lei nº 6.709, de 21 de outubro de 1963. Suprimido em terceiro turno, conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1954, e suprimido antes de sua instalação, porém elevado a Município de acordo com a Lei nº 11.427, de 26 de janeiro de 1988.

Igreja - Em termos de apoio eclesial, consta como sede de Paróquia e a ter como padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Economia - Consiste basicamente na cultura do Algodão, no criatório bovino, na agricultura de subsistência e na pesca fluvial, além de manter os canais de irrigação que se estendem ao Município de Morada Nova.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Laranjeiras do Norte* e simplesmente *Laranjeiras*. Em sua formação tupicamente admitida, provém de *baná* = borboleta + *buiú* = brejo, seguido do verbo *ú*, que se traduz por comedouro ou bebedouro, donde se obtém o nome atual ou Brejo das Borboletas *(Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 126).*

BARBALHA

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri. Suas origens remontam ao início do Século XVIII, quando por doação e em favor do patrimônio religioso no qual deveria ser edificada a primitiva capela, o Capitão Francisco Magalhães Barreto de Sá e sua mulher, D. Maria Polucena de Lima, destinam o lote de terras correspondente.

As terras, nas quais estaria encravada essa doação, consistiam na posse, antes adquirida em operação de compra e venda a Inácio de Figueiredo Adorno. Situavam-se no lugar conhecido por *Sítio Barbalha,* denominação esta que lembrava uma senhora cujo sobrenome *Barbalha* se fixara no respectivo sítio e que nada mais seria senão uma corruptela de *Barbalho.* Dada a sua localização, cujo centro geográfico indicava-a como sendo às margens do *Riacho Salamanca*, daria inicialmente ao povoado esta denominação, até que nos seus estágios evolutivos predominasse o locativo originariamente coesagrado.

Evolução Política - Reduto de origens feudais, cresceu e se tornou povoado, sendo elevado à categoria de Distrito consoante Lei nº 374, de 17 de agosto de 1846. Sua elevação à categoria de Município, desmembrado da jurisdição do Crato, provém da Lei nº 1.740, de 30 de agosto de 1876, quatro anos após ter conquistado foros de Comarca (Lei nº 1.492, de 16-12-1872).

Igreja - A edificação da primitiva capela, em terrenno doado e localizado conforme antes foi dito, teve como precedente formal requerimento do qual foi signatário o próprio Capitão Sá Barreto e a ter como destinatário o Padre Visitador Manuel Antônio da Rocha. Apreciado o documento e justificada socialmente a sua procedência, houve como resposta o deferimento do qual se geraria a Provisão, datada de 16 de junho de 1778 e firmada por D. Diogo de Jesus Jardim, donde provém o suscitado objeto, nele constando como padroeiro o *casamenteiro* Santo Antônio.

Firmado o consenso de religiosidade, veio em termos de complemento básico a criação da Freguesia, ainda subornidada à Paróquia de Missão Velha. O seu paroquiato, desvinculando-a da subordinação anterior, provém do Decreto Imperial de 23 de julho de 1862, tendo como assistente eclesial o padre Castro e Silva, em permuta com o seu colega Francisco da Costa Nogueira. No cabide das sucessões, veio em primeiro turno o padre Manuel Lemos de Aquino, seguido do padre Manuel Roberto Sobreira, empossado a 22 de maio de 1859 em cuja administração edificou-se a Igreja-Matriz, dedicada à Nossa Senhora do Rosário.

Economia - Quando se diz ter Barbalha nascido na opulência, pretende-se com esse qualificativo fosse mensurar e definir geologicamente as potencialidades naturais do seu território, procurando assim traçar o seu verdadeiro perfil. Trata-se evidentemente de um dos Municípios mais bem aquinhoados da hinterlândia, detendo em seus limites, desde o extenso e humoso vale, onde a cana-de-açúcar prospera nos lugares de maior elevação onde o solo vermelho e argiloso sugere o exercício de várias atividades, notadamente no campo da indústria ceramista.

Em resposta a privilégios de tão exuberante teor, os seus proprietários, na maioria bafejados pela fortuna, têm desenvolvido ao longo do tempo, além da produção de rapaduras e aguardente a indústria açucareira, assim como os trabalhos mecânicos relativos ao melhoramento de matéria-prima, notadamente o algodão. Nas atividades de menor porte, destacam-se a farinha de mandioca, a cultura da banana e o criatório bovino, especialmente destinado à incrementação da bacia leiteira.

A soma de todos esses bens, na maioria comercializados, têm oferecido aos seus investidores permanentes índices de solidez, proporcionando sucesso segundo o qual mantêm-se incólumes as antigas regras de tradicional opulência.

Topônimo - Originariamente provém de *Barbalha,* sobrenome de pessoa e a firmar-se por corruptela de *Barbalho,* conforme em outros sítios da História se tem verificado *(Aragão - História - Vol. II, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 294/295 - Enc.- I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 79/86).*

BARREIRA

História - Município localizado na Mesorregião de Redenção, constando como integrante dos recém-criados produtos das improvisações políticas.

Chamado inicialmente *Barreira Vermelha*, quando ainda povoado, foi elevado à categoria de Distrito, simplificado para *Barreira*, conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Sua elevação à categoria de Município provém da Lei nº 11.307, de 15 de abril de 1987.

Igreja - A capela, dedicada ao orago de São Pedro, teve por construtor, auxiliado pelo padre Luiz de Carvalho Rocha, Félix Pereira da Silva, no ano de 1914, com inauguração a 9 de outubro do mesmo ano.

Economia - Fundamentalmente estruturada na cana-de-açúcar e na agricultura de subsistência, além do modesto e variado comércio. Em termos

subsidiários, tem como apoio social a redistribuição de rendas públicas em forma de benefício.

Topônimo - Provém de fontes primárias, em que determinados padrões geológicos associam ideograficamente o locativo *(Aragão - Fichário).*

BARRO

História - Município localizado na Mesorregião de Milagres. Na última metade do Século XVIII, colonizadores oriundos de várias procedências situaram-se na *Ribeira do Cumbe,* onde procurariam sobreviver com os seus rebanhos. Dentre esses, figuravam o Capitão Nicolau da Silva e sua mulher, D. Amélia Ferreira da Silva, assim como o Coronel Joaquim Jorge Papinha, responsáveis por numerosa prole.

As terras concedidas ao Capitão Nicolau datam do ano de 1786, compreendendo vasta porção e destinadas à pecuária e à agricultura. Anos mais tarde e mediante redistribuição das terras do *Cumbe*, novos proprietários se instalaram, ocupando os lotes denominados *Timbaúba, Chique-Chique, Gangorra, Catolé, Bálsamo* e o sítio *Barro,* sendo este último o que prosperaria em termos mais avantajados.

No final do Século XIX e até às primeiras décadas do Século XX, exerceu soberanamente o coronelato sertanejo o fazendeiro e chefe político José Inácio de Sousa, conhecido popularmente por *Coronel José Inácio do Barro* e um dos signatários, juntamente com o Padre Cícero, do famoso *Pacto dos Coronéis.*

Sua história, repleta de acontecimentos inusitados, preencheria volumes, havendo como destaque o seu protecionismo ao cangaço, tendo figurado, juntamente com o Senhô Pereira, no rol dos agraciados de Lampião. Graças, portanto, a antecedentes tão ricos em acontecimentos, nasceu e cresceu o povoado, conservando em suas tradições o primitivo nome.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Decreto Estadual nº 378, de 20 de outubro de 1937. Os foros de cidade, se bem nascidos de interesses políticos, provêm da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, com instalação a 25 de março de 1955.

Igreja - O nicho religioso, criado por força do crescimento populacional e da vocação hierática dos seus habitantes, teve como precedente a doação do respectivo patrimônio do qual consta como benemérita ofertante D. Ana de Sousa, mulher do fazendeiro Januário José

de Sousa (1880). Dessa doação resultaria a capela cujo orago teria como patrono Santo Antônio. Reformada, ampliada e transformada em Igreja-Matriz, tem como referência inaugural o ano de 1911, constando como oficiante o padre Manuel Duarte de Queiroz, vigário de Milagres.

Economia - Fudamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira, além de manter a industrialização de produtos semi-acabados. Mantém regular comércio, Hospital, Emissora de Rádio, Serviço Postal e Previdência, assim como demais representatividades de outros órgãos públicos.

Topônimo - Vincula-se aos aspectos físicos que compõem a estrutura geológica do Município, donde igualmente terá se formado a *Fazenda Barro (Aragão - História - Obr. Cit. Vol. IV, Pág. 164/166 - Fichário).*

BARROQUINHA

História - Município localizado na Mesorregião de Camocim, à margem do *Riacho Tabocal,* onde se fixou a povoação, inicialmente com o nome *Paço Imperial.*

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu em função da Lei nº *2.078,* de 28 de agosto de 1884. Alterado em sua denominação primitiva, com o nome de *Barroquinha,* consoante Decreto nº 1, de 2 de dezembro de 1889. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 6.356, de 1º de julho de 1963, com o nome de *Bitupitá* e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. Restaurado, finalmente, com o nome atual, na forma da Lei nº 11.432, de 11 de maio de 1988.

Igreja - No tocante aos referenciais de apoio eclesiástico, tem-se como precedente uma capela, construída inicialmente, reformada e convertida em Igreja-Matriz, tendo como padroeiro São Francisco.

Economia - Consiste basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além do reduzido comércio varejista. Em termos subsidiários, tem como fonte permanente a redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Provém, geologicamente, de pequenas massas erodidas ou barrocas, donde certamente terá se formado *Barroquinha (Aragão - Fichário).*

BATURITÉ

História - Município localizado na Mesorregião do Maciço de igual nome. Suas origens remontam ao Século XVII, quando no ano de 1746 e por solicitação dos colonizadores Inácio Moreira Barros e seu companheiro André Moreira de Moura, concedeu-lhes o Capitão-Mor João de Teive Barreto uma Sesmaria cujos limites abrangiam o centro geográfico a partir do qual se iniciariam futuros povoamentos. Nove anos após ou, precisamente, em 1755, instalou-se no mesmo local a *Missão de Nossa Senhora da Palma,* tendo como finalidade realdear os Índios Jenipapos e Canindés. Ignora-se se dessa ocupação tenha havido consenso de partes ou, se contrariamente, possa ter ocorrido conflito de posse. Sabe-se, no entanto e no ano de 1759, que o Desembargador Bernardo Coelho da Gama e Casco, erigiu em Vila o reduto, dando-lhe o nome de *Monte-Mor o Novo d'América* e deixando sob o arbítrio das *Vigararias Gerais* a antiga Missão Jesuítica.

No momento, entretanto, de proceder-se à conferência em relação ao número de moradores, que deveria constar obrigatoriamente de *50 fogos,* verificou-se a inexistência desse quantitativo, o que implicaria a inconsistência legal do fato determinado pelo *Todo-Poderoso* Desembargador.

Evolução Política - Inconformados com o resultado político, decorrente da insuficiência populacional e arrimados na estrutura socialmente construída, clérigos e moradores dirigiram-se à Corte, expondo e solicitando o restabelecimento do que antes fora proposto. Desse procedimento e consoante Carta Régia de 6 de agosto de 1763 e Portaria de 15 do mesmo mês e ano, restabeleceu-se o privilégio anterior. A partir de então, cumpriram-se tão-somente os complementos de ordem burocrática.

Em Edital, publicado a 31 de março de 1764, fixou-se a data de ereção do povoado em Vila. Vencidos os prazos, consignados em lei, deu-se de fato e de direito o que de modo satisfatório viria ao encontro das comuns aspirações. O antigo reduto missionário chamava-se *Monte-Mor o Novo d'América.* Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 844 de 9 agosto de 1858, alterando a denominação para o nome atual.

Igreja - Independentemente dos radicais missionários, em que se beneficiaram os Índios realdeados, tem-se na área do Clero Secular a criação da respectiva Paróquia, confirmando no padroado Nossa Senhora da Palma. Houve, como instrumento de apoio a esse referendo, o Alvará Régio, datado de 8 de maio de 1785.

Lenda - reza a tradição oral, no tocante à imagem de Nossa Senhora da Palma, que esta fora encontrada na *Serra da Palma*, Município de Quixadá e precisamente na fazenda denominada *Frade*, lugar no qual se diz ter sido assassinado um frade, vítima da truculência indígena.

Economia - A posição geográfica do Município, como centro polarizador da região, associada às condições geológicas e hidrográficas, fazem com que Baturité se destaque em vários aspectos.

Em termos gerais e no tocante à sua configuração geológica, detém vastas áreas agricultáveis nas quais prosperam o algodão e o criatório bovino, além da cafeicultura e da prodrução frutícola, oferecendo ainda perenes e saudáveis mananciais hídricos. Com relação aos implementos de natureza urbana, mantém indústria de transformação e beneficiamento, agências Bancárias e da Previdência Social, Estação Ferroviária, Correios e Telégrafos, Teleceará e outros serviços igualmente úteis. As ruas são em plano ascendente, buscando o lombo da montanha, o clima é retemperante e as opções de lazer estimulam de modo satisfatório a indústria do turismo.

Topônimo - Em sua formação túpica, provém de *Ybytira* = serra + *eté* = legítimo, puro por excelência, donde se obtém, dentro das exceções gramaticais, serra excelentemente saudável (*Aragão - História - Obr. Cit. Vol. I, 3ª Ed. Pág. 362/65 - Índios do Ceará - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 126 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 90/97).*

BEBERIBE

História - (*Bibiribe)* - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Suas origens estão vinculadas a uma Sesmaria concedida pelo Capitão-Mor Thomaz Cabral de Olival aos fazendeiros Domingos Ferreira Chaves, Manuel Nogueira Cardoso, Sebastião Dias Freire e João Carvalho da Nóbrega. Essa Sesmaria compreendia, além de outras glebas, os sítios *Lucas* e *Bom Jardim*, tendo como referência de data 16 de agosto de 1691. Quanto ao povoamento inicial, este se formou em torno do sítio Lucas, denominação predominante durante anos, pelo menos até que novas alterações se processassem.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu na forma da Lei Provincial nº 2.051, de 24 de novembro de 1883. O Município viria dez anos após, conforme Lei nº 67, de 5 de julho de 1892, tendo sido instalado a 18 de setembro de 1893. Suprimido, conforme Lei nº 2.423, de 21 de outubro de 1920, e restaurado na forma da Lei nº 2.436, de 21 de

outubro de 1926. Suprimido em segundo turno, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, e finalmente restaurado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, ocorrendo sua instalação a 25 de março de 1955.

Igreja - Os precedentes de apoio eclesial que iriam se manifestar no reduto constam dos primeiros anos do Século XIX, tendo por objeto de instigação um naufrágio em águas do Atlântico. Por ocasião do naufrágio, cuja extensão chegara a causar pânico em meio dos passageiros, uma senhora de nome Maria Calado valeu-se da Sagrada Família, de quem era devota, prometendo erigir uma capela sob a invocação de Jesus Maria e José, a qual deveria se situar em terras de primeira aportagem.

Atendido o petitório ou eventualmente satisfeita a súplica, tão logo se deu a aportagem, precisamente em praias de Morro Branco, em local entre o rio Choró e a Barra da Lagoa do Uruaú, veio em primeiro plano o cumprimento da promessa. A promitente senhora tratou da ereção da capela, nicho que pelos tempos adiante seria ocupado pelo cemitério local, conservando como lembrança o nome de *Igreja Velha*. Diz-se, segundo a tradução popular, que pessoas enfermas, quando invocam a proteção do nume salvador do naufrágio, são prontamente atendidas.

A segunda capela, da qual se formaria a Igreja-Matriz, teve como precedente histórico Brasiliano Ferreira de Araújo, neto de Baltazar Ferreira e proprietário do *Sítio Lucas*. Nesse Sítio e em local defronte da sua residência o jovem Brasiliano o templo antes referenciado, dedicando-o ao já consagrago padroado.

A prefalada Igreja-Matriz, quando de sua construção, teve por responsável o Coronel Raimundo Pereira Leite, sobrinho e genro de Baltazar Ferreira, promovendo as reformas que se faziam necessárias.

A Freguesia teve como instrumento de apoio a Lei nº 2.051, de 24 de novembro de 1883, data em que se elevou à condição de Igreja-Matriz o nicho anterior. Em Provisão de D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza e datada de 14 de março de 1884, sancionou-se canonicamente aquilo que em Lei temporal havia sido sacralizado. Consta como seu primeiro vigário o padre José Cândido de Queiroz Lima.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, agricultura de subsistência e na pesca marítima e fluvial, além do pequeno comércio. Subsidiariamente, mantém-se da redistribuição de rendas públicas, aplidadas em forma de beneficio.

Topônimo - Traduz-se, tupicamente, por *bibi* = que vai e que vem + *ri* = água corrente, donde se obtêm águas que vão e que vêm sob o fluxo e

influxo da maré, tendo-se como forma usual *Beberibe (Aragão - História - Obr. Cit. Vol. IV, Pág. 166//67 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág.126/27 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 98/102).*

BELA CRUZ

História - Município localizado na Mesorregião do Acaraú. Chamou-se primitivamente *Alto da Genoveva,* nome que provém de uma mulata então residente no sitio de origem. Em 1798, quando por esse sítio missionava Frei Vidal da Penha (final do Século XVIII), mudou-se a denominação para *Santa Cruz do Acaraú*, em alusão ao cruzeiro de praxe, sempre erguido nos lugares por onde peregrinava esse andante missionário.

Evolução Política - Gerado o reduto, tendo como referência a cruz deixada pelo frade, houve certa prosperidade, de sorte que sua elevação à categoria de Vila ocorreu em virtude de Lei nº 1.893, de 7 de março de 1888. Quanto ao primitivo nome, este sofreu alteração, mudando para Bela Cruz, em virtude do Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 3.538, de 23 de fevereiro de 1957, tendo sido instalado a 25 de março de 1959.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial ocorreram a partir da ereção da capela, nicho dedicado em honra de Nossa Senhora da Conceição. O patrimônio, no qual edificou-se a capela e constante de meia légua de terras na Ribeira do Acaraú, teve como doadores Domingos Aguiar de Oliveira r Nicolau da Costa Peixoto, havendo como reforço quarenta vacas de cria (12-09-1832).

Essa capela, que pelos tempos adiante seria transformada em Igreja-Matriz, recebeu tratamento especial, sendo ampliada e melhorada graças aos trabalhos realizados pelos padres Teotime de M. Vasconcelos (1894) e Joaquim Severiano (1923). Sua transformação em Igreja-Matriz deu-se por ato de D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, conforme registro de 20 de dezembro de 1941, sendo inaugurada a 11 de janeiro de 1942.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura de subsistência, no criatório diversificado, na produção de artefatos ceramistas e nas modestas atividades comerciais. Subsidiariamente, usufrui da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Decorre, conforme referência anterior, da primitiva cruz erguida de acordo com a praxe adotada pelo andante missionário Frei Vidal da Penha (*Aragão - Fichário).*

BOA VIAGEM

História - Município localizado na Mesorregião de Quixeramobim. Suas raízes históricas remontam aos anos finais do Século XVIII e se arrimam em fatos extraordinariamente aventureiros, tendo como referência um casal de fugitivos amantes. Na versão que se firma, o jovem de nome Domingos Alvarez apaixonara-se perdidamente por certa donzela icoense, por quem igualmente fora correspondido. Não se sabe se por preconceito, compromisso anterior dos pais da jovem ou intriga entre famílias, a união preconcebida seria aprioristicamente negada. Os dois, então, decidiram-se pela fuga, empresa de grande risco, mas a única opção que o momento oferecia. Fugiram. Nessa fuga e utilizando-se de um único cavalo, tomaram o destino de Quixeramobim, onde certamente o jovem audaz teria proteção.

Revoltado com a ocorrência, tida como afrontosa e digna de revanche, o fazendeiro e pai da jovem fujona resolvera tomar vingança, mandando em perseguição uma leva de facínoras. O vereddito era simplesmente cruel. Tocar de volta a jovem, mesmo que necessário fosse atar-lhe pés e mãos, matar o pretenso genro, enterrá-lo no local e apresentar-lhe como prova apenas uma das orelhas.

Ao longo da caminhada, que deverá ter sido contínua e apressada, o cavalo dos fujões capotou estafado. Morreu. Os dois, então, vêem-se irremediavelmente perdidos, uma vez que a reação do fazendeiro seria tão certa quanto o amanhecer de cada dia. Sem melhores opções e protegidos apenas por escassa vegetação, acomodaram-se sob os barrancos de um riacho próximo. A folhagem de plantas aquáticas ajudou a encobri-los. Nesse momento, já a escutar os assomos da tropelia, Domingos lembrou-se da proteção divina. Era devoto de Maria, a mãe de Cristo. Nesse ápice, orou apressadamente por três e por três vezes exorou o apoio da santa de sua devoção, prometendo, se vivos escapassem à sanha dos seus perseguidores, erigir no local onde o cavalo morrera uma capela e dedicando-a em honra de *Nossa Senhora da Boa Viagem.*

A prece bem não havia chegado ao seu endereço e por motivos inexplicáveis, a matula se confunde e perde a trilha, deixando incólumes os seus perseguidos. Os dois, então, sobreviveram. Nasce desse episódio a povoação de *Cavalo Morto* e nasce, igualmente, o culto de adoração à *Nossa Senhora da Boa Viagem.*

Evolução Política - O povoado de Cavalo Morto, assim denominado em seus primórdios, teve a sua elevação à categoria de Vila consoante Lei nº 1.025, de 18 de novembro de 1862. A Lei nº 1.128, de 21 de novembro

de 1864, elevou o Distrito à categoria de Município. Suprimido, conforme Decreto Interventorial nº 193, de 20 de maio de 1931, restaurou-se na forma da Lei nº 260, de 28 de dezembro de 1936. A mudança de nome, entre *Cavalo Morto* e a denominação atual, ocorreu segundo Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Cessados os riscos decorrentes dos aventureiros momentos e apoiado em familiares que o protegiam, Domingos tratou de realizar seus projetos iniciais, desposando a jovem dos seus encantos e erigindo a capela segundo o prometido. Doou, então, meia légua de terras, localizadas na já denominada *Fazenda Cavalo Morto,* acrescida de 50 vacas de cria e um touro reprodutor. Essa doação consta de registro efetuado no Cartório do Tabelião Bento Alvarez da Silva, notário com sede na Vila de Quixeramobim, nascendo, então, a capela cujo padroado dedicou-se à Nossa Senhora da Boa Viagem. Em data posterior, nasceria dessa capela a Igreja-Matriz, tendo como seu primeiro vigário o padre Corrêa de Sá, nomeado conforme Provisão de 4 de maio de 1863. A Freguesia tem como instrumento de criação a Lei nº 1.113, de 27 de outubro de 1964.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira, além da indústria do couro e transformação de matéria-prima em produto semi-acabado. No campo das atividades comerciais, destaca-se em ramos diversificados, compreendendo tecidos, varejo não especificado, armazéns de secos e molhados, farmácia e Agências Bancárias. Nos setores de assistencialidade social, além de Hospitais, mantém escolas de 1º e 2º graus, gabinetes médicos, odontológicos e proteção à maternidade.

Topônimo - Não há o que relatar além dos referenciais históricos dos quais se gerou o Município *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. II, 2ª Ed. Pág. 295/96 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 103/106).*

BREJO SANTO

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. Suas origens datam do Século XVIII e têm como precedente histórico o assentamento do qual consta como pioneira uma senhora viúva de nome Maria Barbosa. O sítio de sua preferência inicial, abrangendo vasta porção de terras, conta como tendo sido o lugar *Porteiras.*

Comenta-se, em termos de fantástica plenitude de sorte, que *Dona Barbosa* chegou a prosperar, reunindo em torno da fazenda expressivo

contingente animal, notadamente com relação à bovinocultura, caprinocultura e suinocultura. Tornara-se grande criadora de porcos. Diante das quadras de estiagem, em que vertentes e córregos desapareceram, viu-se ela em grande apertura. Faltavam alimentos para os animais e, sobretudo, com relação às fontes de bebedouro. Desses animais, por serem mais vulneráveis à escassez de água, destacaram-se os porcos, sequiosos e sufocados pelo calor. *Dona Barbosa,* então, resolveu entregá-los à própria sorte, abrindo os chiqueiros e empurrando-os córrego abaixo. A manada se foi. Ao cabo de alguns dias, quando se esperava terem os porcos, morrido na aridez da estiagem veio a grande surpresa. Os porcos não só retornaram, como ainda traziam nas patas e no lombo sinais evidentes de que haviam encontrado água.

Esses indícios, quando se sabia estar tudo estorricado, denunciavam que não muito distante havia água. Confiante, *Dona Barbosa* dobrou a ração dos animais, reforçando o tempero de sal e logo em seguida tocou-os de volta. Seguindo-lhes no encalço, grupos de vaqueiros os acompanharam. Surpreenderam-se. Ao longo do córrego seco e numa baixada que se estendia por entre serrotes, deram com os olhos em vasto brejo, mantido e alimentado por vertentes próprias. Retornaram. Diante da informação, D. Maria autorizou a mudança da fazenda, instalando-se na prodigiosa terra e dando-lhe a denominação de *Brejo da Barbosa.*

A viúva e abastada fazendeira tinha dois filhos. Um deles se chamava Francisco Pereira Lima. Do outro não se tem registro. Sabe-se, entretanto, que em virtude do matriarcal falecimento, Francisco Pereira herdou o *Sítio Brejo,* ficando o segundo com o *Sítio Nascente.* Ao herdeiro do *Sítio Brejo* sucederam os irmãos João Inácio de Oliveira Santos e Manuel Inácio de Oliveira Santos. Desses herdeiros de sobrenome Santos nasceria a denominação toponímica, vazada no familiar apodo de *Brejo dos Santos.*

Evolução Política - Durante espaços relativamente curtos, outros fazendeiros adquiriram no mesmo circuito, estabeleceram-se e juntamente com os *Santos* formaram o povoado, embora que sob constantes atos de turbulência.

Quando se chegou ao ano de 1858, duas *Casas-Grandes* existiam, uma pertencente ao Coronel Aristides Cardoso dos Santos e outra de propriedade de D. Senhorinha Pereira Lima (Viúva de Antônio José de Souza). Nesse ano e graças ao assentamento de novos moradores, inicia-se a projeção urbana do reduto, ocorrendo a sua elevação à categoria de Vila, segundo Ato Provincial de 20 de dezembro de 1862 e ratificado conforme Lei nº 1.708, de 25 de julho de 1876, tendo acontecido a instalação a 5 de

novembro do mesmo ano. E, finalmente, a elevação à categoria de Município ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, com a atual denominação de Brejo Santo.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio religioso têm precedentes na ereção da primitiva capela cujo orago dedicou-se ao Sagrado Coração de Jesus. O título de Freguesia advém com a mesma Lei que elevou o Distrito à categoria de Município. E a Igreja-Matriz, resultante do melhoramento da capela já existente, teve como instrumento de ratificação, canonicamente determinada, a Provisão de 29 de maio de 1877, tendo como seu primeiro vigário o padre Francisco Lopes Agath, empossado a 2 de setembro do mesmo ano.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório, na monocultura do algodão, produção de milho e feijão, cana-de-açucar e demais componentes da agricultura de subsistência. Em outros ramos de atividades lucrativas, destacam-se estabelecimentos bancários, comércio em geral e armazéns de secos e molhados. Em termos de assistencialidade social, funcionam estabelecimentos de ensino, casas hospitalares, Clubes de Serviço e Previdência Social.

Topônimo - Provém dos referenciais históricos já descritos (*Aragão - Hisória-Vol IV - Pág. 168/69 - Enc.- I..B.G.E. - Obr. Cit.Pág. 107/110).*

CAMOCIM

História - As primeiras referências datam da segunda metade do Século XVI, quando cartograficamente identificou-se a nomenclatura costeira, a começar de Tutóia no Maranhão aos limites finais entre Ceará e Rio Grande do Norte. O ancoradouro, denominado pelos nativos de *Camocim,* constou do levantamento cartográfico com o nome de *Rio da Cruz* ou foz do rio Coreaú, no percurso extensivo ao atual Município de Granja.

No início do Século em referência (19-01-1604), Pero Coelho de Souza aportou no ancoradouro do *Rio da Cruz,* partindo no dia seguinte rumo a Ibiapaba,

Em 1656, precedendo a visita do Superior Padre Antônio Vieira à Ibiapaba, o Governador do Maranhão autorizou a construção de Forte em Camocim, na suposição segundo a qual os Índios Tabajaras não receberiam pacificamente o ilustre visitante. Como, no entanto, o contrário viesse a ocorrer, o Forte não passou de simples projeto.

No começo do Século XVII, quando o padre Ascenço Gago instalou várias tribos, retiradas da *Missão da Tabaínha,* houve como local de realdeamento o *Rio da Cruz,* porém no extremo-sul da foz do Coreaú, no que se presume tenha sido no final da extensão Granja-Camocim.

Na foz do rio, então dominada por Índios Tremembés e de outras Nações por esses não rejeitadas, formou-se a povoação, constantemente assediada por embarcações em tráfego e eventualmente a reclamar pouso.

Evolução Política - Município localizado na Mesorregião do Acaraú e costa setentrional da Capitania. Sua elevação à categoria de Vila, subordinada ao Município de Granja, ocorreu segundo Lei nº 1.786, de 23 de dezembro de 1778, com o nome de *Barra do Camocim,* tendo sido instalada a 8 de janeiro de 1783. Desmembrado da jurisdição de Granja, consoante Lei nº 1.849, de 29 de setembro de 1879, elevou-se a Município segundo Lei nº 2.162, de 17 de agosto de 1889.

Igreja - A primitiva capela, dedicada ao Bom Jesus dos Navegantes, teve início de obras em 1880, obedecendo planta e orientação do engenheiro José Privat, responsável pela construção da Ferrovia Camocim-Sobral. A continuação das obras, já sob a direção do engenheiro Beltrão Pereira e em termos de Igreja-Matriz, data do ano de 1882. Em 1905, tendo à frente o padre João Teixeira de Abreu, os trabalhos são interrompidos, contando-se para tanto com a transferência desse obreiro. No ano seguinte e sob a direção do padre José Augusto da Silva as obras tiveram prosseguimento, porém sem resultado satisfatório. Ruiu tudo o quanto fora construído. Recomeçados, então, os trabalhos, sob a direção do mesmo vigário, concluiu-se finalmente o templo cuja data de inauguração fica na obscuridade à míngua de informação.

Economia - Fundamenta-se basicamente na indústria da pesca marítima, na produção salineira, cajucultura, plantios de subsistência alimentar, cera de carnaúba, cerâmica, armazéns de tecidos, secos e molhados, exportação de produtos regionais, parque ferroviário (desativado), hotelaria e turismo. Em termos subsidiários e socialmente admitidos, destacam-se Agências Bancárias, Correios, Meza de Rendas, Agência da Previdência Social, Hospitais, estabelecimentos de ensino, Clubes de Serviço, Maçonaria, Delegacia do Fisco Estadual, sindicatos, Batalhão de Polícia Militar e, historicamente, o privilégio da primeira amerissagem, tendo como piloto o camocinense Euclides Pinto Martins.

Topônimo - Forma-se tupicamente de *camucî (cim)* ou urna funerária (pote de barro), na qual os Índios depositavam e enterravam os seus entes

findos *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. 1/2 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 111/116).*

CAMPOS SALES

História - Município localizado na Mesorregião dos Inhamuns. Originariamente pertencia ao Município de *Brejo Seco* (Araripe), ocupando vasta porção de terras agricultáveis e pastoris. O povoamento inicial, com o nome de *Várzea da Vaca,* tem como fator de expansão o número de fazendas, situadas ao longo de suas dimensões geográficas, além do intercâmbio comercial mantido com o Piauí.

Evolução Política - Os primeiros vestígios em busca da formação urbanística ocorreram em virtude da criação do Distrito de Paz, novidade que tem registro no ano de 1883. Perdeu, por esse evento, a primitiva denominação, passando a chamar-se de *Nova Roma.* Sua elevação à categoria de Vila e Cidade, simultaneamente, ocorreu segundo Lei nº 530, de 29 de julho de 1889, com instalação a 27 de outubro do mesmo ano. Suprimido conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, reconquistou parcialmente a condição anterior, elevando-se à Vila segundo Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação a Município, com a denominação atual, deu-se conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Em termos de apoio eclesial, houve como precedente a contrução de uma capela cujo orago dedicou-se à Nossa Senhora Aparecida. Quando da ereção da Igreja-Matriz, obra que data do ano de 1847, admitiu-se como padroeira Nossa Senhora da Penha, paroquialmente vinculada ao Araripe, vindo a ter sua própria Paróquia a partir de 28 de dezembro de 1943.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, desta havendo como destaque a cultura do algoão. Em termos industriais, mantém usinas de beneficiamento e transformação de matéria-prima em produtos semi-acabados, além da produção de cal, fumo em corda e farinha de mandioca. O comércio consta como sendo bastante diversificado, compreendendo armazéns de secos e molhados, tecidos a varejo em geral, além de estabelecimentos bancários. No tocante aos meios de assistencialidade social, possui Agência Previdenciária, casas de saúde, estabelecimentos de ensino, Clubes de Serviço e outros implementos de apoio às classes meno favorecidas.

Topônimo - Provém de homenagem que se quis prestar ao então Presidente da República, Dr. Manuel Ferraz de Campos, o 4º na ordem dos chefes de governo republicanos (*Aragão - História - Obr. Cit.- Vol. IV, Pág. 169/50 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 117/22).*

CANINDÉ

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. Suas origens estão subscritas na prefiguração indígena - *Índios Canindés e Jenipapos* - nativos ocupantes de vastas porções territoriais. Em pacífica convivência, tem-se por colonizador branco Francisco Xavier de Medeiros, fazendeiro de grandes posses e detentor de terras situadas nas margens do rio Canindé. Esse patriarcado misto, que daria ao reduto foros de povoação, data do ano de 1775, assinalado inicialmente pela construção de uma capela cujo patrimônio guarda a chancela desse benemérito fazendeiro e cujo orago dedicou-se a São Francisco.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila tem como instrumento de apoio o Decreto Provincial nº 340, de 29 de julho de 1846, com referência especial à denominação de *São Francisco das Chagas de Canindé.* Elevado o Distrito à categoria de Município, segundo Lei nº 1.221, de 23 de agosto de 1914, alterou-se a denominação para o nome atual.

Igreja - Em seus primados de cultura religiosa, notadamente com relação a milagres e suas consequentes romarias, Canindé detém a preeminência regional, tendo como vetor de espiritualidade o santo padroeiro.

A primitiva capela, iniciada pelo fazendeiro Francisco Xavier de Medeiros, sofreu interrupção no curso de suas obras, havendo como fator impeditivo a seca de 1792. Reiniciados os trabalhos em 1995, já em busca de sua evolução em termos de Igreja-Matriz, foram concluídos em 1796.

No tocante ao patrimônio eclesiástico, além do que contara com relação à primitiva capela, destacam-se a *Fazenda Santa Rosa,* doada pelo Capitão Antônio Alves Bezerra (1787) e o *Sítio Araticum*, igualmente doado pelo fazendeiro Francisco do Rego Barros (1801).

Lenda - Em nota que se perde nos fastos da lenda, que numa das prodigiosas manifestações de São Francisco, ocorreu um fato segundo o qual tem-se como agraciado um dos operários ocupados nos serviços de construção da Igreja-Matriz. Trabalhavam - reza a tradição oral - no último

andaime da obra. De súbito e sem ter em que se agarrar, um deles despencou-se abruptamente, tendo como destino final o chão.

À meia distância e tudo por repentina intuição, lembrou-se o indigitado operário de recorrer a São Francisco, que afinal de contas era o seu patrão material e como tal poderia evitar o desfecho. Não suplicara em vão. Qual não foi o seu espanto, assim dos que testemunhavam o acidente, quando sem saber como viu-se dependurado, fisgado pela camisa na ponta de uma estaca e à espera de que os colegas de trabalho tratassem de completar o milagre.

Economia - Estrutura-se basicamente na pecuária e na agricultura, sem menosprezo ao quanto rendem os atrativos do milagre, colocando na cidade milhares de romeiros. Dos produtos de maior destaque, conta-se da produção algodoeira, a indústria do cal, a transformação de matéria-prima em produtos semi-acabados e a cerâmica, além do comércio, cujas proporções são satisfatoriamente vastas e diversificadas.

Em termos de assistencialidade social, mantém escolas, hospitais, estabelecimentos conventuais, Clubes de Serviço e outros implementos de significativa importância.

Topônimo - Provém de homenagem que se quis prestar aos *Índios Canindés*, primitivos habitantes da região. *(Aragão) - História - Obr. Cit.- Vol. II, 2ª Ed. Pág. 298/300 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit.- Pág. 122/129).*

CAPISTRANO

História - Suas origens estão vinculadas ao fazendeiro Daniel Ferreira Lima, proprietário das terras situadas no lugar denominado *Ribeira do Riachão.* Além da *Casa-Grande*, construiu Ferreira Lima modestas residências cuja destinação seria o agregamento de moradores. Desses assentamentos nasceria a povoação em torno da qual se instalaria a Estação Ferroviária, principal fonte de estímulo ao desenvolvimento do lugar (08 de dezembro de 1890).

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila, ainda com o nome de Riachão, provém de Lei datada de 27 de março de 1896. Os Decretos-Leis nº 193 e 1.156, de 20 de maio de 1931 e 4 de dezembro de 1933, respectivamente, mantiveram a condição de Vila, porém alterando a denominação para *Capistrano de Abreu.* Essa denominação seria alterada e simplificada para *Capistrano,* segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Sua elevação à categoria de Município ocorreu

segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - Supõe-se e segundo a praxe, tenha esta precedido os primeiros indícios de formação urbana. Como, porém, inexistem provas a respeito, tem-se a criação da Freguesia em cujo registro consigna-se como data, 23 de novembro de 1943, tendo-se como padroeira Nossa Senhora do Nazaré.

Economia - Município ainda jovem e sem as tradições estabilizadoras da economia, fundamenta-se basicamente na agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira, além da cana-de-açúcar e demais espécies de subsistência alimentar. Nos setores de comércio e indústria, tem-se no primeiro o conjunto de atividades gerais, enquanto que no segundo despontam empresas de transformação e beneficiamento. Tem-se como retorno parcelas da massa tributária, socialmente distribuídas em forma de benefício.

Topônimo - Trata-se de homenagem que se quis prestar ao historiador cearense João Capistrano de Abreu *(Aragão - História - Obr. Cit.- Vol. IV, Pág. 170 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 129/32).*

CARIDADE

História - Município localizado na Mesorregião de Canindé. Suas origens remontám ao segundo quartel do Século XIX, tendo como precedente o fazendeiro Gaspar da Silveira, estabelecido nas cabeceiras do *Riacho Macaco.* Sua propriedade chamava-se *Fazenda Cágado,* cortada pela estrada Maranguape-Canindé, via movimentada por tropeiros e penitentes em romaria. Além do fazendeiro Gaspar, havia os investidores itinerantes ou que buscavam localizar seus rebanhos entre os *Sertões dos Inhamuns* e regiões de Santa Quitéria.

Por volta de 1880, estando em desobriga o padre José Thomaz, ocorreu-lhe missionar na Fazenda Cágado, oportunidade em que propôs edificar-se no local uma capela. Aceita a proposta, trataram os moradores da edificação do nicho, tendo como doador do patrimônio eclesiástico o próprio Coronel Gaspar, nascendo dessa relíquia a breve povoação.

Evolução Política - A elevação do reduto à categoria de Vila, subordinado a Canindé, ocorreu a 4 de janeiro de 1884. Criado o Município, com a denominação atual, segundo Lei nº 1.039, de 4 de agosto de 1911, com instalação a 24 de dezembro de 1912. Suprimido conforme Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920 e restaurado na forma da Lei nº 4.157, de 6 de agosto de 1958.

Igreja - Precedida graças ao trabalho realizado pelo itinerante padre Antônio Thomaz e apoiada na doação patrimonial que foi atribuída, erigiu-se a capela, tendo como padroeiro Santo Antônio de Lisboa (1880). Dessa capela, simples e sem maiores pretensões, nasceria a Igreja-Matriz cujo maior empenho se deve ao padre José Antônio Cavalcante, seu primeiro vigário, assim como o apoio material de que foi benemérito colaborador o Capitão Raimundo Lopes Ferreira. Sua inauguração, presidida por Frei Cirilo de Bérgamo, ocorreu a 13 de junho de 1917, data centenária da Igreja-Matriz de Canindé.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além das modestas e variadas atividades comerciais. Subsidiariamente, participa da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de beneficio.

Topônimo - Provém de origens historicamente não esclarecidas (*Aragão - História - Vol. IV. Obr. Cit - Pág. 170/71).*

CARIRÉ

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. O arraial formou-se nos idos crepusculares do Século XIX, tendo por estímulo a construção da Ferrovia Sobral-Crateús.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila e Município, respectivamente, deu-se conforme Lei n° 2.704, de 16 de setembro de 1929, agregando em sua jurisdição os Distritos de *Barra do Macaco, Riacho Guimarães* e *Taquara.* Suprimido conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1932 e restaurado segundo Lei nº 157, de 23 de setembro de 1935, com exclusão dos Distritos antes agregados.

Com o advento do Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938, teve por retorno o Distrito de Riacho Guimarães. O Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938, atribuiu-lhe o título de Cidade, modificando-lhe a base territorial. Excluiu o Distrito de Entre Rios (Barra do Macaco). Na Divisão Territorial de 1939, foram-lhe acrescidos ou ratificados jurisdicionalmente os Distritos de Araríus e Riacho Guimarães.

Igreja - Os seus implementos de apoio eclesial datam do final do Século XIX, época em que se iniciaram as obras de construção da primitiva capela, dedicando-se o padroado em honra a Santo Antônio de Pádua. Os atos inaugurais dessa capela ocorreram a 19 de março de 1938, tendo como oficiante Monsenhor Diogo de Sousa Lima, vigágrio da Diocese de Sobral.

A ampliação e transformação da capela em Igreja-Matriz constam como tendo ocorrido em 1939, sob a direção do padre Domingos de Araújo. A criação da Freguesia, desmembrada da Paróquia de Sobral, ocorreu a 24 de fevereiro de 1944, tendo como seu primeiro vigário o padre Tibúrcio Cavalcante de Paula.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além da produção de cera de carnaúba e sementes de oiticica. As atividades comerciais se resumem no varejo de tecidos, bens de consumo e mercadorias em geral. Em fontes subsidiárias, mantém o lugar-comum e participativo da massa tributária, beneficiando-se socialmente das parcelas que lhe são destinadas.

Topônimo - Tupicamente se traduz por *cari* = peixe + *ré* = diferente, donde se obtém certa espécie conhecida pelo nome de *bodó (Aragão - História - Obr. Cit - Pág. 171 - Índios - Obr. Cit - 2ª Ed. Pág. 129).*

CARIRIAÇU

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. A primeira manifestação de reconhecimento oficial de sua existência data de 11 de maio de 1852, quando se criou o Distrito Policial de *São Pedro da Cachoeira.*

Evolução Política - A povoação, ainda sob a denominação de São Pedro da Cachoeira, elevou-se à categoria de Vila e Município, respectivamente, conforme Lei nº 1.727, de 18 de agosto de 1876, sofrendo alternadamente as seguintes variações: 1) - suprimido conforme Lei não identificada; **2)** - restaurado conforme Lei Provincial nº 2.046, de 12 de novembro de 1883; **3)** - suprimido conforme Lei nº 589, de 24 de julho de 1900; **4)** - restaurado segundo Lei nº 805, de 21 de agosto de 1905; **5)** - suprimido conforme dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931; **6)** - restaurado, finalmente e na categoria de Distrito, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Município ocorreu em virtude do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, simplificando a denominação para *São Pedro.*

Igreja - Os primeiros indícios de apoio eclesial constam da edificação de uma capela em honra de São Francisco, tendo como responsável o padre Vicente Alves Feitosa (1858). A segunda e dedicada a São Pedro nasceu graças ao trabalho realizado pelo padre Manuel Carlos da Silva Peixoto (1864). Além desses primitivos templos, surgiria em 1944, a terceira igreja,

Biblioteca Pública G M Pimentel
Setor do Ceará

dedicando-se esta, em honra de Nossa Senhora do Carmo, tendo como fundador o padre Francisco das Chagas Barros. A Freguesia, então vinculada à Paróquia do Crato e anteriormente instituída, cria-se em virtude de Lei Provincial nº 1.302, de 9 de novembro de 1870.

Economia - Situado num dos *Espigões do Complexo Borborema*, Caririaçu divide-se geograficamente em três áreas distintas, compreendendo: **a)** - serra e boqueirões; **b)** - contrafortes; **c)** - vales de solo irregular e pedregoso. No contexto serrano, de clima ameno, servido por abundantes vertentes, além de espécies frutícolas prospera a mocultura da cana-de-açucar, notadamente na chamada *Serra Verde, onde* franceses aí situados produzem rapaduras e aguardente. Nos contrafortes, extensos e desprovidos de água, desenvolve-se a agricultura de subsistência, acrescida de mamona, algodão e sisal. Nos vales sertanejos, além das culturas de subsistência, prospera o criatório bovino, se bem que em termos praticamente domésticos.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *São Pedro da Cachoeira, São Pedro do Cariri, São Pedro* e finalmente o nome atual, sacralizado na forma do Dec-Lei n° 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em suas origens etimológicas, traduz-se tupicamente por *cariri* = complexo geográfico da região + *açu* = elevado, alto, donde se obtém parte superior do respectivo vale *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. IV, Pág. 171/72 - Índios - Obr. Cit - 2ª Ed. Pág. 130).*

CARIÚS

História - Município localizado na Mesorregião de Várzea Alegre. Suas origens remontam ao início do Século XVIII e estão vinculadas ao ciclo missionário em que figuram *Quixelôs* e *Jucás*, administrados pelo Coronel Gregório Martins Chaves (1719). O povoamento, entretanto, dentro dos padrões racionais de habitabilidade, data de época bem mais recente, tendo como referência a segunda década do Século andante.

A partir de 1920, quando se cogitou da abertura de poços na região, assim como da construção do reservatório denominado de *Poço dos Paus*, inúmeros alojamentos foram instalados no reduto. O *Açude*, então, que chegou a ser empreitado na administração Epitácio Pessoa (1921), deveria ter capacidade de armazenamento fantástica. No coroamento a parede mediria 62 metros por 560 de extensão e base equivalente 49 metros. A bacia hidrográfica seria de 80 km², o suficiente para irrigar vasta porção de terras algodoeiras, canavieira, rizicultora e espécies classificadas no complexo inerente às culturas de subsistência.

Na montagem da infra-estrutura os avanços envolveram a construção de um ramal ferroviário, parque de manutenção, moradias funcionais e demais implementos correlatos, quando surpreendentemente o projeto recebeu o golpe fatal do arquivamento (1922).

Evolução Política - Chamou-se primitivamente *Poço dos Paus*, reduto vinculado ao Município de Jucás e elevado à categoria de Vila segundo Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938. Sua elevação à categoria de cidade e Município, com desmembramento da jurisdição anterior, deu-se conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, instalando-se a 25 de março de 1955.

Igreja - Em termos de apoio eclesial, tem-se como forma de embasamento a *Freguesia*, cuja instalação ocorreu a 25 de dezembro de 1964, tendo como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora.

Economia - Mantém-se, fundamentalmente, da agricultura e da pecuária, predominando nesta última a monocultura do algodão, além da produção de milho. Em termos de fontes subsidiárias, têm-se como de maior expressão a indústria de transformação algodoeira, o comércio lojista e varejo diversificado, além do Serviço Público, cujo assalariamento dá certo equilíbrio nas relações de apoio social.

Topônimo - Do ponto de vista etimológico provém, literalmente, de *cari* = peixe + *ú*, do verbo comer, donde se obtém comedouro dos caris *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. IV, Pág. 172/73 - Índios, 2ª Ed. Obr. Cit - Pág. 130 - Enc. Obr. Cit - Pág. 141/44).*

CARNAUBAL

História - Município encravado na Mesorregião de São Benedito. Suas raízes históricas remontam à segunda metade do Século XIX, quando Manuel Estórgio de Brito e sua mulher D. Francisca Maria de Jesus doaram quatrocentas braças de terras destinadas à formação do patrimônio eclesial, tendo por objetivo a ereção de uma capela (12-08-1869).

Evolução Política - A partir da Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1936, constituiu-se a povoação em Distrito, vinculado à jurisdição de São Benedito. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 3.702, de 22 de julho de 1957, tendo sido instalado a 25 de março de 1959.

Igreja - A pedra fundamental da capela tem como data de lançamento o dia 29 de agosto de 1869, tendo presidido às respectivas solenidades o *Padre Joca.*

O início da construção desse pequeno templo teve como responsável Eloy de Sampaio Brito, não chegando, entretanto, à conclusão em virtude do seu falecimento.

A conclusão das obras teve como continuador Felinto da Silva Sampaio que, além da capela, construiu várias casas cuja destinação consistiu no alongamento urbano do povoado, vendendo-as a pretendentes moradores. Vale referir que Felinto da Silva Sampaio, além de construtor da capela, consta como primeiro habitante do reduto.

A primeira reforma dessa capela ocorreu em 1945, sob a direção de Horácio Fontenele de Sampaio e Joviniano de Assis Brito, deixando-a em condições de ser elevada a Igreja-Matriz.

A criação da Paróquia teve como precedente meritória campanha encetada pelos fiéis da Cidade, angariando fundos e reivindicando sua criação a quem de direito cabia o deferimento. A elevação da capela à categoria de Igreja-Matriz, dedicada ao orago de Nossa Senhora Auxiliadora, ocorreu a 6 de janeiro de 1958, tendo sido seu primeiro vigário o padre José Batista de Araújo.

Economia - Geologicamente poder-se-á definir Carnaubal como sendo um dos Municípios menos aquinhoados do Estado. Situado ao Sudoeste do sistema ibiapabano, em solo profundo, seco e arenoso, compõe-se do tipo de vegetação arbustiva, xerófita ou mais apropriadamente denominada de *Carrasco.* Suas potencialidades agroprodutivas não vão além da cultura da mandioca e fibras nativas de resultados insignificantes, sendo de restrito aproveitamento no tocante às espécies de subsistência alimentar.

Como fontes subsidiárias, destaca-se o pequeno comércio cujos meios de sustentação residem no Serviço Público, tendo como principal mantenedor o erário municipal.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Carnaubal dos Estórgios, Olho d'Água da Cruz* e finalmente o nome atual, originário este de pequeno carnaubal ao longo da única vertente que abastece o Município *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. IV, Pág. 173).*

CASCAVEL

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. Suas raízes datam do Século XVII, quando o Alferes Manuel Rodrigues de

Bulhões, de parceria com outros obteve por Carta de Sesmaria uma porção de terras no *Sítio Cascavel,* antes pertencente a Domingos Paes Botão e João da Fonseca Ferreira (20-10-1690). Será em parte, dessa gleba, por efeito de parceria ou concessão posterior, que chegaria às mãos do Sargento-Mor Manuel Rodrigues da Costa, donde se daria o nascimento do povoado.

Evolução Política - Quase século e meio decorrido sem que se alterasse o primitivo conceito de povoado, surgiu a Resolução do Conselho de Província, instrumento segundo o qual se deu sua elevação à categoria de Distrito (06-05-1833), constando sua instalação de 17de outubro do mesmo ano. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 2.039, de 2 de novembro de 1883.

Igreja - A primeira manifestação eclesial remonta à *Missão Apostolada,* pela qual era responsável o padre Antônio Vieira, com sede no Maranhão e extensão catequética na Ibiapaba (Viçosa), local de onde se havia instalado o polo centralizador das projeções missionárias (1660).

A primeira capela do reduto, dedicada a Nossa Senhora Duó, teve como edificadores o casal Manuel Rodrigues da Costa e sua mulher D. Francisca Ferreira. A este casal deve-se a doação do patrimônio religioso, constante de quatrocentas braças de terra e vinte e quatro vacas de cria, cuja escritura data de 7 de agosto de 1717.

As obras de construção desse primitivo templo iniciam-se antes mesmo de ser doado o patrimônio, guardando como referência o ano de 1710.

Mediante Lei Provincial de 4 de setembro de 1832, criou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em substituição ao padroado anterior, que a seguir se instala, consoante solenidade presidida pelo padre José da Costa Barros.

Economia - Calcada na pecuária, pouco expressiva e na agricultura, vinculada esta na pobreza de solos costeiros, limita-se a resultados de modesta expressão. Além do criatório, destacam-se a monocultura canavieira e seus derivados de consumo restrito, tais como a rapadura e a produção de aguardente.

Em termos de fontes correlatas e subsidiárias, têm-se no comércio em geral e nos réditos tributários o relativo equilíbrio social, havendo como principal *cabide* de empregos o Poder Municipal. E, finalmente, se alguém acredita na colaboração econômica das *Rendeiras* e das *Carpideiras,* será em Cascavel que esse tipo de manifestação social virá a produzir insumos acessórios de significativa importância social.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cascavel*, sendo resumido para o nome atual, quando de sua elevação a Município, conforme referência anterior *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. II, 2ª Ed. Pág. 301/303 - Exc. - Ob. Cit - Pág. 145/150).*

CATARINA

História - Município localizado na Mesorregião dos Inhamnus. Chamava-se primitivamente *Santa Catarina*, vinculado ao Município de Arneiroz e a ocupar geograficamente a *Chapada da Serra de Santa Catarina*, em local próximo às nascentes do *Rio Truçu*.

Evolução Política - Com o advento do Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, incorporou-se ao território de *Afonso Pena* (Acopiara), sofrendo em seguida as seguintes alterações: 1) - transferido para Tauá; 2) - transferido para o Município de Saboeiro; 3) - Tauá - Lei nº 263, de 26-12-1936; 4) - Saboeiro - Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938, sendo elevado à categoria de Vila; 5) - Lei nº 3.604, de 25 de maio de 1957, outorga ao Distrito o título de Cidade, cessando em definitivo a sua peregrinação.

Igreja - A igreja local, dedicada ao orago de São José, vincula-se inicialmente à Paróquia de Iguatu.

Economia - Catarina figura no rol dos Municípios cujas condições geológicas são desfavoráveis ao seu desenvolvimento. Existem, contudo, a produção algodoeira e o criatório bovino, além do cultivo inerente aos fatores de subsistência alimentar.

Em termos de fontes subsidiárias, possui comércio de expressão limitada e o assalariamento relativo ao Serviço Público, havendo como destaque o poder Municipal.

Topônimo - *Santa Catarina*, inicialmente, e *Catarina* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 *(Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit. Pág. 173).*

CATUNDA

História - Município localizado na Mesorregião de Santa Quitéria, chamado inicialmente *Madalena*.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a Município mediante Lei

nº 6.809, de 12 de dezembro de 1963. Suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 dezembro de 1965, antes mesmo de ser instalado. Restaurado na forma da Lei nº 11.772, de 27 de dezembro de 1990.

Igreja - A primitiva capela, dedicada ao orago do Sagrado Coração de Jesus, tem como instrumento de apoio autorização do Bispado de Sobral, datada de 14 de setembro de 1911.

Economia - Situado em região de solo raso e pedregoso, do semi-árido, o Município de Catunda pouco oferece em termos de economia, a não ser com relação ao criatório bovino, além de *miunças* resistentes às estiagens.

Em termos subsidiários, além do pequeno comércio, representações do Serviço Público, neste incluído o poder municipal, órgão de maior assistencialidade no campo das relações humanas.

Topônimo - O nome atual, decorrente do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, tem por objetivo homenagear o santa-quiterense e historiador Joaquim de Oliveira Catunda (*Aragão - Fichário).*

CAUCAIA

História - Município do circuito metropolitano de Fortaleza, primitivamente habitado por Índios de Nação Potiguar, conhecidos sob o nome de *Caucaias*. Esses Índios foram encontrados na área de povoamento no final da primeira metade do Século XVIII, pelos missionários encarregados da Catequese, tendo como destaque o Principal *Amanari*, braço forte e decisivo na conquista do reduto.

Evolução Política - A elevação do povoado indígena, à condição de Vila, ocorreu segundo Provisão Régia, de 14 de janeiro de 1755 e Alvará de nº 6/7, do mesmo ano, dando como sede o reduto de origem. Esses Reais Instrumentos de Lei diziam respeito não apenas à povoação dos *Caucaias*, mas genericamente aos redutos missionados pelos Jesuítas, tendo como executor o Ouvidor de Pernambuco Bernardo Coelho Gama e Casco.

Os atos inaugurais da *Vila dos Caucaias* guardam como data de efetivação o dia 15 de outubro de 1759, com o nome de *Vila Nova de Soure*. A partir desse patamar, várias modificações foram realizadas, das quais se destacam: 1) - supressão do Município, consoante Resolução do Conselho de Província, de 6 de maio de 1833; 2) - restauração conforme Resolução Provincial de 13 de outubro do mesmo ano; 3) - supressão conforme Lei nº 2, de 13 de junho de 1835; 4) - restauração segundo Lei nº

1.772, de 23 de outubro de 1878; **5)** -supressão conforme Lei nº 501, de 31 de outubro de 1898; restaurado conforme Lei nº 726, de 20 de agosto de 1903.

Sua conquista do título de Cidade ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo o nome atual.

Igreja - No tocante às projeções eclesiais, a contar dos primeiros tempos, sabe-se que, em 1715, quando o padre Félix de Azevedo missionava junto às Aldeias locais, falava-se da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Em declarações prestadas por esse missionante, sobre os índios de maior notoriedade, consta o nome do cacique João Ferreira, a quem o mesmo vigário elegeu para o posto de Sargento-Mor. Em suas justificativas, perante a Real Coroa, alega a prestação de serviços relevantes ao Rei e seus súditos. Esse índio e Sargento-Mor governou o reduto por espaço de doze anos, quando faleceu, tendo por substituto um filho, que por sua vez foi substituído por um filho de nome Diogo Pereira, já por volta de 1751.

A Freguesia data de Provisão expedida em 5 de fevereiro de 1759, sendo extinta em 1835 e restaurada segundo Lei nº 1.261, de 5 de novembro de 1870. Quanto às datas de fundação, ereção e inauguração da Igreja-Matriz, estão prejudicadas em virtude da falta de documentos. Sabe-se, no entanto, que a doação patrimonial, feita pelo Capitão Francisco de Sousa Barroso e sua mulher D. Maria da Assunção Tabosa, data de 8 de novembro de 1816, constando das seguintes propriedades: **a)** - Lagoa do Damião; b) - Lagoinha Seca (chamada *Lagoa do Dinheiro)*. Essas terras continham de extensão 150 braças e destinavam-se nominalmente ao patrimônio de Nossa Senhora dos Prazeres.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura, pecuária, indústrias extrativas, salineiras, cera de carnaúba, na fruticultura, mandioca, cajucultura, na produção ceramista e artefatos de cimento e polo turístico. Merece destaque o criatório bovino, com rebanhos selecionados, mantendo bacia leiteira e unidades exportáveis de reprodução.

Em termos subsidiários, além de regular comércio mantém várias representatividades do Serviço Público, rede bancária, assistência hospitalar, Estação Ferroviária, rede própria de transportes coletivos e outros implementos de assistencialidade social.

Topônimo - Chamou-se inicialmente *Aldeias dos Índios Caucaias, Vila Nova e Real de Soure* e retorno ao qualificativo etimológico tribal ou *Caucaia,* nome com que se quis homenagear os primitivos habitantes, conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 (*Aragão - Fichário*

- História - Obr. Cit.- Vol. I, 3ª Edição. Pág. 356/58 - Enc. - I.B.G.E - Obr. Cit. Pág. 151/58).

CEDRO

História - Município localizado na Mesorregião de Iguatu. Antiga fazenda de propriedade do Coronel João Cândido da Costa, compreendendo partes dos Municípios de Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira e abrangendo terras abundantes em recursos hidrográficos. Desse reduto possessório nasceu a *Fazenda Cedro,* que por sua vez prosperou e gerou a povoação a qual se denominou de *Cedro.*

Evolução Política - Essa povoação, no entanto, sofreu do tempo considerável espaço, vindo a prosperar a partir da instalação da Estação e Parque Ferroviários, cuja inauguração tem como data o dia 15 de novembro de 1916.

Diante da instalação dessa providencial novidade, a povoação cresceu rapidamente, evoluindo em casas residenciais e comércio de sorte que, quatro anos após, vem a sua transformação em Vila e Município, simultaneamente, assim como o seu Termo Judiciário. Houve, como instrumento de apoio a esses referenciais, a Lei nº 1.725, de 9 de julho de 1920, tendo ocorrido as solenidades inaugurais a 21 de outubro do mesmo ano. Sua concessão e inauguração do título de Cidade ocorreu, segundo Lei nº 2.255, de 19 de agosto de 1955.

Igreja - Em termos de manifestação religiosa e diferentemente de outras congêneres de sua contemporaneidade, concentram-se em Cedro três Igrejas de obediências distintas, donde se destacam o catolicismo, o presbiterianismo, tendo como extensão filosófica uma Loja Maçônica.

Criou-se e instalou-se a Freguesia, sob o padroado de São João Batista, a 7 de setembro de 1921. A Igreja-Matriz, por evolução da capela inicial, apresenta-se em bases estruturais modernas, figurando como um dos mais belos templos dos que compõem o clericato cearense.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura, na pecuária e na indústria extrativa, tendo como principal fonte a produção algodoeira. Em termos subsidiários, possui comércio estável, representatividades do Serviço Público, unidade hospitalar e demais componentes de assistencialidade social.

Topônimo - Provém do nominativo convencionalmente admitido e sacralizado segundo Leis próprias de sua evolução política, mantendo o

primitivo *Cedro (Aragão - História - Obr. Cit.- Vol. IV, Pág. 173/74 - Enc. Obr. Cit. Pág. 158/64).*

CHAVAL

História - Município localizado na Mesorregião de Camocim. Suas raizes têm como fonte de estrutura social o aldeamento dos Índios Tremembés. Esses Índios, singulares em suas formas de cultura, tinham como preferência gregária as regiões litorâneas, vivendo especialmente da pesca e, em especial, da caça ao tubarão. Estendiam-se, em suas origens, dos *Lençóis* no Maranhão às praias do Camocim, sendo posteriormente realdeados em Amontada, de onde seriam remanejados para Tutóia (MA).

Os primeiros povoadores brancos são originários do reduto de Ibuaçu, Município de Granja e representados pelo padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo e seus pais Joaquim Carneiro da Cunha e D. Francisca Joaquina do Nascimento. Essa migração ou imigração consta como tendo ocorrido no ano de 1873, nascendo dessa época o arraial de que se geraria o Município que se comenta.

Evolução Política - A povoação de Chaval, então vinculada ao Município de Camocim, elevou-se à categoria de Vila, segundo Dec-Lei, nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - A primeira manifestação de apoio eclesial ocorreu em virtude de concessão, antes requerida pelo padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, para edificação de uma capela (10-12-1881), tendo como patrono Santo Antônio. O início das obras tem como data o dia 2 de fevereiro de 1885, não se tendo, precisamente, a data de término, uma vez que o seu idealizador faleceu a 8 de julho de 1889.

Em 1924, achando-se a capela, prestes a desabar resolveu o vigário paroquial de Granja, Monsenhor Vicente Martins, solucionar o problema dos fiéis, edificando em local próximo e defronte outra capela. Houve como responsáveis pelas obras Temístocles Porfírio da Mota e José Cristiano de Sales, ocorrendo a inauguração no mesmo ano.

A Paróquia foi instituída a 30 de setembro de 1938, servindo de Igreja-Matriz a capela antes referida, assumindo como seu primeiro vigário o padre José Carneiro da Cunha, sobrinho do padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, fundador do reduto.

Em 1940 e baseado em projeto do arquiteto italiano Agustinho Odísio Ralmes, Monsenhor José Carneiro da Cunha iniciou os trabalhos da Igreja-Matriz, cujo término ocorreu em 1950. Presidiu às solenidades inaugurais o Bispo de Sobral, D. José Tupinambá da Frota, tendo como data o dia 16 de julho do mesmo ano.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório bovino, na pesca, indústria salineira e agricultura, tendo como fontes subsisiárias o comércio e a redistribuição de rendas em parcelas de assistencialidade social.

Topônimo - Embora existam hipóteses diversas quanto ao nome, acredita-se tenha como procedência o substantivo francês *cheval* ou cavalo, desde que se admita corruptela na formação alienígena (*Aragão - História - Vol. IV - Pág.174/75 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág.164/168).*

CHORÓ

História - Município localizado na Mesorregião de Quixeramobim e vinculado ao Município de Quixadá. Suas raízes têm como referência o ajuntamento de operários empregados na construção de barragens e açudes com o aproveitamento das águas do Rio Choró, no lugar *Boqueirão do Limão,* tendo como responsável o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho (1932/34).

Evolução Política - O agregamento rápido e de caráter cosmopolitano, transformou simples acampamento em povoado, de sorte que em 1933, consoante Dec.-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro desse ano, elevou-se o arraial à categoria de Distrito.

Munícipio, conforme Lei nº 4.447, de 2 de janeiro de 1959 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. Restaurado, em definitivo, segundo Lei nº 11.926, de 27 de março de 1992, mantendo o nome atual.

Igreja - Tem como precedente o patrimônio eclesial cuja doação se deve a Benedito Paracampos e sua mulher D. Mimosa Paracampos. A capela, dedicada a São Sebastião e localizada ao sopé da *Serra do Estevam,* tem como data de fundação o dia 20 de janeiro de 1952, com instalação a 1º de março de 1953.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura e na pecuária, havendo como destaque a cultura do algodão. Em suas fontes subsidiárias, além do minguado comércio, conta com o retorno salarial do Serviço Público, notadamente a Prefeitura, o principal empregador do Município.

Topônimo - Traduz-se, tupicamente, por *chororó* = rio murmurante, característica própria de sua correnteza, tendo-se, por questão de hábito, eliminado a última sílaba (*Aragão - Fichário - Índios* - 2ª Ed. Pág. 132).

CHOROZINHO

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. Suas raízes datam da construção do trecho da Rodovia BR - 116 - quando das obras referentes à ponte do rio Choró, no lugar então chamado *Residência*. Formada a povoação e a apresentar características estáveis, deliberaram os moradores pela edificação de uma capela. Nessa oportunidade e tendo condições suficientemente capazes, apresentou-se como voluntário o cidadão de nome Raimundo Albano de Almeida, a quem coube a realização das obras de construção (1932), tendo como doador do terreno o cidadão de nome Antônio Raimundo.

Evolução Política - Antes vinculado ao Município de Pacatuba (Dec-Lei nº 1.156, de 04-12-1933), transferiu-se para a jurisdição de Pacajus (Lei nº 1.591, de 23-11-1935). Elevado à categoria de Distrito, conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo o nome atual. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 6.436, de 17 de julho de 1963 e extinto na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado. Restaurado, em definitivo conforme Lei nº 11.305, de 13 de março de 1987.

Igreja - Originária, incialmente, das liberações conforme se disse em outra parte e dedicada ao orago de Santa Teresinha (1932) sacralizada pelo Cônego Eduardo Araripe (1937). A instituição da Paróquia data de 19 de março de 1935, com subordinação à Arquidiocese de Fortaleza.

Além do templo, dedicado em honra de Santa Teresinha, consta ao lado segunda igreja, construída em estilo piramidal. Esse templo, segundo a tradição oral e ainda recente, tem origem em promessa, resultante de um sonho em que o padre Enemias Freire de Almeida, vigário da Paróquia de Pitombeias, do Município de Cascavel, curou-se de grave enfermidade. Desse sonho e dessa promessa, tendo como inspirador o Menino Jesus de Praga, resultaria a obra cuja descrição consta do tópico acima.

Essa segunda igreja, cujas obras tiveram quase que exclusivamente o apoio de fiéis, teve os seus atos inaugurais a 24 de novembro de 1971.

Economia - Fundamenta-se basicamente na monocultura do caju, plantios de subsistência alimentar e cera de carnaúba. Em termos de fontes

subsidiárias, além do modesto comércio e retribuição tributária em forma assistencial, merece relevo o produto originário das constantes romarias.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Residência*, depois, *Currais Velhos, Mocós* e finalmente o nome atual, conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Quanto a este, em que se reúnem designativos Tupy (*choró*) e português (*zinho*), nada se firma em termos de definição toponímica (*Aragão - Fichário*).

COREAÚ

História - Rio que nasce na serra da Ibiapaba e desagua no litoral norte, transformando-se na Barra do Camocim. Chamou-se primitivamente Curuayú, de *curiá* = ave aquática de pequeno porte + *iú* do verbo beber, donde se forma bebedouro dos curiás. Debaixo dessa denominação e diante das transformações posteriores, formar-se-ia o Município cuja localização tem como referência a Mesorregião de Granja.

Em seus primitivos referenciais de reduto habitável chamou-se de *Palma*, nome de formação popular, gerado em virtude do pouso em torno do qual viajantes descansavam à sombra de uma oiticica. Nesse pouso, certa negociante de beira de estrada vendia broas ou palmas, atraindo de qualquer forma os mercenários andantes.

Sua evolução populacional deu-se em virtude de uma Sesmaria concedida ao Capitão Rodrigo da Costa Araújo no lugar denominado *Várzea Grande* e coincidente com o local já popularmente conhecido pelo nome de *Palma*. A cessão dessa munificente doação data de 7 de janeiro de 1702, iniciando-se a partir de então os seus fundamentos estruturais.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de vila e Município ocorreu conforme Lei nº 1.316, de 24 de setembro de 1870, com a denominação de Palma, desmembrando-a do Município de origem. Suprimido o Município, consoante Lei nº 1.749, de 9 de outubro de 1920 e restaurado por força da Lei nº 1.887, de 13 de outubro de 1921. Suprimido novamente, conforme Dec. nº 193, de 20 de maio de 1931 e incorporado o seu território ao Município de Massapê, foi restaurado em definitivo conforme Dec. 129, de 20 de setembro de 1935.

Igreja - Em termos eclesiais, consta como primeiro indício a edificação de uma capela cuja iniciativa coube aos irmãos Plácido Rodrigues Moreira, Alexandre Rodrigues Moreira e Joaquim Rodrigues Moreira, além do cunhado José Gomes Damasceno. Em complementação à precedente

iniciativa, cem braças de terras em quadro foram doadas, tendo como local a *Fazenda Várzea Grande*, situada à margem do rio Coreaú e como padroeira Nossa Senhora da Piedade.

Essa capela vinculou-se primitivamente à Paróquia de Granja, ocorrendo seu desligamento conforme Lei Provincial nº 1.206, de 10 de agosto de 1867, quando de sua elevação passou à categoria de Freguesia. Consta como seu primeiro vigário o padre Salviano Pinto Brandão, natural de Santa Quitéria, tendo sido empossado a 15 de agosto de 1868.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório, na indústria extrativa da cera de carnaúba, na produção de oiticica e agricultura de subsistência. Em termos de fontes subsidiárias, tem como forma de sustentação o comércio, além do Serviço Público, havendo como destaque o Poder Municipal.

Topônimo - O nome atual, extraído do rio que banha a cidade, tem como instrumento de apoio o Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, guardando os radicais etimológicos de suas origens *(Aragão - História - Obr. Cit.- Vol. II, 2ª Ed. Pág. 303/304 - Índios - Obr. Cit.- 2ª Ed. Pág. 33 - Enc.I.B.G.E - Obr. Cit.- Pág. 168/172)*

CRATÉUS

História - Município encravado na Mesorregião do mesmo nome e geograficamente a ocupar terras do extremo Oeste do Ceará. Suas raízes históricas estão vinculadas inicialmente ao Piauí, juntamente com o território de Independência, pelo menos até quando se deu sua transferência ou permuta em que figurou o Município litorâneo de Amarração, o que ocorreria segundo Decreto Geral nº 2.012, de 22 de outubro de 1880.

Em suas raízes colonizadoras, em que se tem como pioneiros investidores vinculados à *Casa da Torre*, na Bahia, surgem inicialmente D. Luiza Coelho da Rocha Passos e seus acompanhantes serviçais. Do séquito, constavam animais de cria e de carga, especificamente denominados por muares e cavalares, havendo como local de escolha o sítio *Piranhas*, margeante do rio Poti, donde então se formaria o povoado. Além de pessoas e animais, D. Luíza conduzia também a imagem do seu santo de devoção, Senhor do Bonfim, presépio do qual nasceria a primitiva capela.

Evolução Política - Quando elevado à categoria de Vila, consoante Decreto Regencial de 6 de julho de 1832, recebeu a denominação de *Príncipe Imperial*, nome com que se pretendeu homenagear o jovem Imperador. Sua

elevação à categoria de Cidade ocorreu na forma da Lei nº 1.046, de 14 de agosto de 1911, com instalação a 15 de novembro do mesmo ano.

Igreja - Por volta do ano de 1792, situada a fazenda e identificado o local de melhor adaptação ao exercício religioso, D. Luíza manda edificar a capela, antes referenciada, no sítio denominado *Passagem*, destinando como patrimônio eclesial meia légua de terras em quadro. Edificado o nicho, em cujas obras trabalham mestres-obreiros vindos da Bahia, assume o trono sagrado a peregrina imagem do Senhor do Bonfim, que aí se perpetuaria como padroeiro do reduto.

A Igreja-Matriz, precedida de Freguesia e transformada em Paróquia, data de 6 de julho de 1832, tendo sido instalada a 4 de outubro de 1834. Sua transferência de jurisdição, transpondo-se do Maranhão para o Bispado do Ceará, tem como instrumento de apoio o Decreto Papal nº 88, de 10 de março de 1888, instalando-se a Freguesia a 10 de janeiro de 1889. Consta como seu primeiro vigário o padre Francisco Serafim de Assis.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório e na agricultura, notadamente com relação ao milho, feijão e algodão. Em termos de economia mais expressiva, Crateús detém considerável soma de unidades privadas e da Pública Administração, donde se destacam indústrias de transformação e beneficiamento, Agências Bancárias, Previdência Social, Estações Radiofônicas, Hospitais, Telegrafia, armazéns de gêneros alimentícios e de tecidos, comércio varejista, hotelaria, campo de couso, Estação Ferroviária, empresas de transportes rodoviários, saneamento básico e Unidade Militar de Polícia, além de sediar o 4º Batalhão de Engenharia do Exército.

Topônimo - Crateús provém tupicamente de ***cará*** = raiz tuberosa, de sabor amargo e medicinal + ***teiú*** = lagarto, também conhecido por *tejuaçu* = lagarto grande. Diz-se, em versão tradicional, que sendo o teiú o único selvático a medir forças com o cascavel, saindo-se quase sempre vitorioso, quando por este picado, corre até o local onde encontra o antídoto ou batata que lhe tomaria o nome, comendo-a e tornando inócuo o veneno do seu proverbial inimigo *(Aragão - História - Vol. II, 2ª Ed.- Obr. Cit.- Pág. 304/307 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 133 - Enc.-I. B. G. E. - Obr. Cit.- Pág. 172/170).*

CRATO

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri. Suas origens remontam a tempos imemoráveis, quando se estabeleceram na região os *Índios Kiriris*, missionados pelo padre Luiz Vincenzio Mamiani, a partir

do segundo quartel do Século XVII. Os primeiros colonizadores brancos constam como tendo sido formados por agentes da *Casa da Torre* (Bahia), seguidos de pernambucanos e sergipanos, ocupando terras localizadas no *Riacho dos Porcos* (Brejo dos Santos), no extremo sul da Capitania. Essa descida terá ocorrido por volta das décadas finais do Século XVII, época em que se registra a presença do braço aventureiro naqueles rincões e até então ocupados somente pela raça nativa.

Na primeira década do Século XVIII ou, precisamente, nos anos de 1702/1704, tem-se como primeiro cessionário de terras no Cariri o sesmeiro rio-grandense (Norte), Manuel Rodrigues Ayrosa. Sua posse situava-se na gleba *São José*, no vale denominado de *Lagoa do Ayrosa*, entre as cidades que posteriormente se denominariam de Crato e Juazeiro (Sítio São José).

Em períodos seguintes, porém quase simultaneamente, chegam à região outros desbravadores dos quais se destacam o Coronel Antônio Mendes Lobato e Gil de Miranda, que muito viriam contribuir em prol dos avanços da colonização. A partir de 1714, quando os investidores pernambucanos e baianos iniciam suas *descidas*, formando contingentes mais numerosos, o imenso Vale do Cariri passa por sucessivas divisões, em povoamento rápido e altamente produtivo.

Evolução Política - A povoação do Crato, reduto inicialmente conhecido pelos nomes de *Missão do Miranda, Aldeia do Brejo Grande* e *Missão dos Cariris Novos*, elevou-se à categoria de Vila segundo Carta de 16 de dezembro de 1762, tendo sido instalada a 21 de junho de 1764, com a denominação de *Vila Real do Crato*. Sua elevação à categoria de Cidade ocorreu segundo Lei Provincial nº 628, de 17 de outubro de 1853.

Igreja - A primeira manifestação de apoio eclesial tem como fundamento as terras patrimoniais doadas pelo Capitão-Mor Domingos Álvares de Matos e sua mulher D. Maria Ferreira da Silva, conforme escritura lavrada no Cartório do Tabelião Roque Correa Marreiro, em data de 3 de dezembro de 1743. Essa doação localizava-se, inicialmente, em terras encravadas a dois quilômetros a Sudeste da povoação, transferindo-se, em data posterior, para a margem direita do *Rio Granjeiro*.

Os trabalhos da primitiva Igreja, dedicada ao orago de Nossa Senhora da Penha de França, tiveram início em 1745, havendo como responsável Frei Carlos Maria de Ferrara e seu companheiro Frei Fidélis de Sigmaringa. A edificação desse primitivo templo revela, igualmente, o atraso de sua contemporaneidade, considerando sua estrutura, posto como as paredes eram de taipa, piso de barro batido e coberta de palhas, tendo ainda os caibros e

ripas trançados de cipós. A permanência desses religiosos, no que se chamou de *Missão do Miranda*, estendeu-se por espaço de 10 anos.

A Freguesia, ainda na vigência da antiga capela, criou-se por Provisão de março do ano de 1762 e inaugurou-se a 4 de janeiro de 1768, tendo como seu primeiro vigário o padre Manuel Teixeira de Moraes.

Com o desgaste do tempo, esse primitivo nicho entrou em deterioração, situação que levou o padre Antônio Lopes de Macedo Júnior, presbítero da Ordem de São Pedro, vigário da Vara e pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Penha, a endereçar requerimento à Junta do Real Erário, solicitando fundos necessários à construção da Capela-Mor ou Igreja-Matriz.

Atendido no seu petitório, iniciaram-se os trabalhos cuja conclusão data de 1817, constando os atos inaugurais de 3 de maio do mesmo ano.

Em seus implementos de evolução, têm-se na área de influência da Igreja, a criação da Diocese, conforme Bula Papal de 20 de outubro de 1914, sendo seu primeiro Bispo D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, empossado a 25 de dezembro de 1915, além do Ginásio Diocesano, fundado a 1º de abril de 1916. Houve, como seu primeiro Diretor, o padre José Alves de Lima, nascendo desse meritório estabelecimento a Universidade Regional do Cariri - *URCA* -

Economia - Privilegiado geologicamente, mesmo após reiteradas divisões do seu território, Crato detém ùm dos mais altos padrões de áreas produtivas nas quais se fundamenta a sua economia. Solo profundo e argiloso, banhado pelo Riacho da Batateira, margeando a Cidade ao Norte e ao Sul o Riacho da Nascente, guarda no lado Oeste os contrafortes da Serra do Araripe, origem de permanentes mananciais.

Em princípio, firma-se na monocultura da cana-de-açúcar, notabilizando-se na produção de aguardente e rapaduras. Em segundo plano, desenvolve-se a poli-agricultura, da qual se destacam o milho, o feijão e nos baixios mais afastados o arroz e o algodão. No tocante à pecuária, esta teve o seu apogeu nos idos da colonização, ficando atualmente resumida ao consumo de sustentação doméstica.

No campo industrial, funciona na faixa de óleos vegetais, bebidas diversas, cerâmica, torrefação e moagem de café, beneficiamento de algodão e produção de resíduos. Na parte comercial, figura como epicentro das exportações e importações regionais, mantendo nutridos e variados estabelecimentos.

No tocante aos implementos subsidiários, além de vasta rede bancária, mantém Serviços Públicos dos quais se destacam Previdência, unidades hospitares, colégios, empresas radiofônicas, Correios, Telefonia, Campo

de Pouso, Oficinas Mecânicas, saneamento básico, Estação Ferroviária, Estação Rodoviária, farmácias e laboratórios de análises clínicas e invejáveis recantos de lazer dos quais se mantém a Indústria do Turismo.

Poder Judiciário - Consta como tendo sediado a segunda Comarca da Provincia, dividindo com Fortaleza os encargos sociais da *toga*. Sua criação ocorreu segundo Lei Provincial nº 803, de 27 de julho de 1816 e instalada a 23 de dezembro de 1817, tendo como primeiro Ouvidor o Dr. José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa.

Revoluções - Crato, por sua condição de liderança no complexo geográfico do Cariri, não poderia deixar de contar, socialmente, com os seus atropelos revolucionários. Em 1817, 11 de maio, deu o seu primeiro grito Republicano, tendo à frente do movimento sedicioso o Diácono José Martiniano de Alencar. Frustrado o movimento, graças à superioridade reinol, Alencar, a mãe D. Bárbara de Alencar e demais familiares, amigos e parentes iriam amargar no calabouço de Sampaio indescritíves sofrimentos.

Pinto Madeira, revolucionário conservador, promoveu a chamada *Revolução Pintista,* colocando o Crato como centro de vindita da resistência hostil. Seria, na história forense o primeiro réu condenado sem o competente corpo de delito e, consequentemente, sem que se soubesse o destino da presumida vítima o seu desafeto Joaquim Pinto Cidade.

Em 1914, quando o *Coronelismo* do qual o Padre Cicero consta como principal signatário, Crato sediou as forças legalistas, frágeis, fugidias e a deixar a cidade nas mãos dos facínoras denominados de *Jagunços.* Por esses e outros referenciais de grande magnitude cívica, Crato, e não outros lugares menos expressivos, deveria figurar na galeria dos grandes benfeitores da Pátria.

Topônimo - Contrariamente ao que se tem dito, tachando de *corruptela o nominativo Crato,* tem-se como precedente circunstancial D. Antônio Prior do Crato, Principe bastardo e pretendente ao Trono Luso, referência através da qual se eliminam quaisquer insinuações (*Aragão - História - Obr. Cit.- Vol. I, 3ª Ed. Pág. 366/67 - Fichário Aragão - Enc.- I. B. G. E. - Obr. Cit.- Pág. 179/90).*

CROATÁ

História - Município localizado na Messorregião da Ibiapaba e antes vinculado à jurisdição de Guaraciaba do Norte, podendo ser classificado no rol dos que ainda muito carecem em termos emancipacionistas.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu segundo Lei nº 2.677, de agosto do ano de 1929 e a Município, conforme Lei nº 6.750, de 18 de setembro de 1963. Suprimido, conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado e restaurado na forma da Lei nº 11.430, de 28 de abril de 1988.

Igreja - Em termos de manifestação eclesial, existe na sede do Município apenas sua primitiva Capela, cujo orago dedica-se a Nossa Senhora das Dores.

Economia - Na qualidade de Município pobre, pobre e situado na Grande-Serra, sobrevive da produção frutícola, da cana-de-açúcar e culturas de subsistência alimentar. Em termos de fontes subsidiárias, mantém em atividade pequeno comécio e guarda do Poder Público as parcelas retritutivas, tendo como principal órgão de assistencialidade social a Prefeitura.

Topônimo - Advém de planta silvestre, de folhas longas e espinhosas e cientificamente vinculada à familia das *bromélias,* produzindo no enfeixamento das raízes frutos de sabor adocicado *(Aragão - Fichário).*

CRUZ

História - Município localizado na Mesorregião de Acaraú, ocupando a margem esquerda do rio desse nome - Chamou-se primitivamente *São Francisco da Cruz,* nome cujas origens envolvem lendas de sua contemporaneidade ascendente.

Lenda - Reza a tradição oral que por ocasião da calamitosa estiagem de 1825 e premido pela fome, morreu naquele local certo retirante, oportunidade em que os moradores tributaram-lhe, a título de póstumas e meritórias honrarias uma cruz da qual nasceriam versões milagrentas.

Em segunda versão e em vez do anônimo retirante, diz-se ter sido assassinado no local certo *sogro* pela mão traiçoeira do próprio genro. A este dedicaram igualmente os moradores o tradicional monumento da cruz, correndo na voz popular os prodígios originários dos que se vão de forma sofrida.

Evolução Política - A povoação, até certo ponto considerada como próspera, elevou-se à categoria de Vila segundo Lei º 4.440, de 30 de dezembro de 1958. Sua elevação à categoria de Município ocorreu em virtude de Lei nº 6.956, de 19 de dezembro de 1963, sob a denominação de *São Francisco da Cruz.* Suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro

de 1965, antes de ser instalado e restaurado, com o nome atual, consoante Lei nº 11.002, de 14 de janeiro de 1985, tendo sido instalado a 1º de janeiro do ano seguinte.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial surgiram graças aos estímulos dados pelos cidadãos Francisco Bernardino de Albuquerque e Albano José da Silveira, construtores do primitivo templo do qual consta como patrono São Francisco. Os atos inaugurais desse nicho, têm como data o dia 20 de dezembro de 1884.

Em evolução posterior, buscando a Igreja-Matriz, têm-se como responsáveis diretos os cidadãos Antônio Raimundo de Araújo e Urbano José da Silveira, além da colaboração efetiva dos padres José Edson Magalhães e Manuel Valdery Rocha.

O paroquiato, mantendo São Francisco como patrono, criou-se em virtude de Portaria expedida por D. José Tupinambá da Frota, chefe do Bispado de Sobral, tendo como data o dia 17 de março de 1958. Consta como seu primeiro vigário o padre José Edson Magalhães.

Economia - Em seus fundamentos básicos, tem-se na economia, além do criatório e das culturas de subsistência, artefatos de cerâmica e cera de carnaúba, produtos que de certo modo fortalecem a captação de artigos financeiros. Em termos subsidiários, funciona, regularmente, o comércio e, a título de rendas permanentes as parcelas retributivas do Serviço Público de que participa o Poder Municipal.

Topônimo - Inspira-se este nos referenciais lendários precedentemente descritos *(Aragão - Fichário)*.

DEPUTADO IRAPUÃ PINHEIRO

História - Município localizado na Mesorregião de Senador Pompeu. Chamou-se inicialmente *Tataíra*, composição túpica que se traduz por *ira* = abelha + *tatá* = fogo, donde se obtém abelha cor de fogo. Em segunda denominação, chamou-se *São Bernardo do Ceará*, terminando com a denominação atual.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito, com subordinação inicial ao Município de Jaguaribe e depois ao Município de Solonópole, conforeme Decreto nº 1.540, deu-se a 3 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município com a denominação de *São Bernardo do Ceará* ocorreu em virtude de Lei nº 6.320, de 28 de maio de 1963. Suprimido, consoante Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965 e restaurado segundo Lei nº 11.429, de 28 de abril de 1988.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais datam do ano de 1770, quando no então arraial edificou-se uma capela em honra de Nossa Senhora Conceição. Elevada ao paroquiato, em data que se ignora, vincula-se eclesialmente ao Bispado de Iguatu.

Economia - Situado em região geologicamente encravada no semi-árido, o Município tem como fundamento básico o criatório, além da monocultura do algodão e plantios de subsistência alimentar. Em termos subsidiários, detém pequeno comércio, sobrevivendo magramente do erário Municipal, seu principal agente empregador.

Topônimo - Consiste em homenagem que se presta ao Deputado Irapuã Pinheiro, líder do Município e certamente seu benfeitor *(Aragão - Fichário)*.

ERERÉ

História - Município localizado na Mesorregião de Pereiro, ocupando terras do Médio Jaguaribe. Chamou-se primitivamente *Saco da Orelha*.

Evolução Política - Sua elevação a Distrito de Paz ocorreu segundo Lei nº 1.135, de 24 de outubro de 1864, ainda com a denominação anterior. A elevação à categoria de Município, com o nome atual, provém da Lei nº 11.238, de 4 de junho de 1987.

Igreja - Em suas manifestações eclesiais, tem como referência a primitiva capela, com patrimônio constante de sítios na serra do Pereiro e no sertão e como patrono, o Senhor Bom Jesus da Agonia, vinculando-se o paroquiato ao Bispado de Limoeiro do Norte.

Economia - Não obstante sua localização no semi-árido, o Município detém certos privilégios dos quais se destacam a produção frutícola na zona serrana, as terras agricultáveis dos contrafortes e as regiões xerófitas da catinga sertaneja, onde o criatório se desenvolve. Em termos subsidiários, mantém modesto comércio e representações do Serviço Público, dentre elas o Poder Municipal, figura quase sempre atuante nas comunidades de baixa renda.

Topônimo - Ipiranga, conforme Lei nº 1.519, de 30 de julho de 1918 e o nome atual segundo Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, inspirado este, tupicamente, em determinada espécie de marrecos, *anatídios* comuns às aguadas do Nordeste *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 134)*.

EUSÉBIO

História - Município localizado na Mesorregião de Fortaleza. Suas origens são recentes, com a denominação de *Eusébio*, e vinculadas ao Município de Aquiraz, passando a *Eusébio de Queiroz* segundo Decreto nº 99, de 4 setembro de 1935 e novamente a *Eusébio* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito, modificada a denominação para *Eusébio*, ocorreu segundo Lei nº 1.275, de 20 de maio de 1943 e a Município conforme Lei nº 11.333, de 19 de junho de 1987.

Igreja - A capela, considerada como Igreja-Matriz, reverencia o padroado de Senhora Santa Ana.

Economia - Município desses que se formam por vontade político-eleitoreira, mantém-se praticamente da produção agrícola, donde se destaca a mandioca, além de espécies frutícolas, porém em áreas reservadas particularmente a proprietários não residentes no local. Em época recente e a contribuir com insumos tributários de apreciável expressão, funcionou certa indústria automobilística, porém desativada, pelo menos temporariamente. Em termos subsidiários, mantém pequeno comércio, representações do Serviço Público, além do Poder Municipal, o maior empregador do Município.

Topônimo - Trata-se de homenagem prestada ao historiador e abolicionista Eusébio de Queiroz Matoso e Câmara *(Aragão - Fichário)*.

FARIAS BRITO

História - Município localizado na Mesorregião de Caririaçu. Suas origens datam do Século XVIII, quando aí foram instaladas várias fazendas. Essas fazendas resultaram de Sesmarias cuja data de cessão consta como tendo sido a 22 de fevereiro de 1717 e figurando como beneficiários o Capitão-Mor Simão Rodrigues Ferra, Cosme Ferra, o Ajudante Francisco Ferra Pedrosa, Capitão Augusto Duarte Pinheiro, Coronel Gaspar Pinto e o Alferes Antônio Pita.

Ainda no mesmo ano, assim como nos seguintes, obtiveram doações os fazendeiros Gregório Martins Chaves (07-08-1717), Venceslau Gomes dos Santos, Carlos Gomes dos Santos (13-01-1719), Tenente José Dário Asto e Capitão Antônio Coelho de Rezende (25-04-1735).

São esses os povoadores da região em torno da qual se geraria o reduto urbano, valendo salientar o nome do Coronel Francisco Gomes de Oliveira Braga, fazendeiro que se destacou nos fundamentos básicos do respectivo povoamento.

Concorreu, de igual modo, a afluência de pescadores originários do Crato, do Assaré e de outras localidades vizinhas, engrossando as hostes locais e exercitando de forma harmônica atividades de natureza pesqueira. Essas atividades, por seu turno, eram estimuladas pela abundância de peixe em grande parte do Rio Cariús.

Evolução Política - Estruturado conjuntamente no criatório e nos complementos de pesca, o reduto prosperou, transformando-se na povoação que tomou o nome de Quixará. Com essa denominação e a vista de outros condicionantes de ordem política, deu-se a elevação especialmente a enfeixar os títulos de Distrito e Município respectivamente, conforme Decreto Estadual nº 82, de 13 de outubro de 1890, instalando-se a 15 de novembro do mesmo ano, em homenagem à Proclamação da República e a ter como primeiro Intendente José Alexandre Nunes.

Essa condição de independência municipalista permaneceu até 1920, ano a partir do qual ocorrem as seguintes alterações: **1)** - extinção e anexação do território ao município do Crato, consoante Lei nº 1.784, de 9 de outubro de 1920; **2)** - anexação do seu território ao Município de Santana do Cariri, segundo Lei nº 2.140, de 8 de julho de 1924; **3)** - retorno do território para o Município de Crato, segundo Lei nº 2.359, de 26 de julho de 1926; **4)** - restaurado, finalmente, como Distrito na forma do Decreto nº 268, de 30 de novembro de 1936 e Município segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam de 1867 e constam da ereção de uma capela cujos trabalhos couberam ao padre Henrique José Cavalcante, tendo como padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, imagem ofertada pelo fazendeiro Adriano Carneiro Leite. A construção da Igreja-Matriz data do ano de 1877, graças à continuidade dos trabalhos, realizada pelo padre Henrique Cavalcante.

A Freguesia, desmembrada de Assaré e criada conforme Ato assinado por D. Francisco de Assis Pires, Bispo do Crato, guarda como data de instalação o dia 16 de abril de 1938.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório, origem dos principais enriquecimentos e na agricultura, havendo como destaque o algodão, milho e arroz. Em termos subsidiários, mantém regular comércio,

indústia de beneficiamento e representações do Serviço Público, funcionando estas como redistribuição tributária em forma de assistencialidade social.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 2.194, de 15 de dezembro de 1953, tendo como finalidade homenagear o filósofo cearense Raimundo de Farias Brito *(Aragão - História, Vol. IV - Obr. Cit. - Pág. 175/76 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 190/94).*

FORQUILHA

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Suas origens são recentes e têm como fundamento básico a construção do açude do mesmo nome, obra realizada em 1927.

Evolução Política - Reduto de formação contingencial e a ter como principal rua a BR-222 e distante de Sobral apenas dezoito quilômetros, prosperou de modo rápido, atingindo os seus estágios de evolução política. Distrito, consoante Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome de *Campo Novo.* Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 6.909, de 16 de dezembro de 1963, com o nome de *Francisco Monte.* Suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado, com o nome atual, segundo Lei nº 11.012, de 5 de fevereiro de 1985, e instalado a 1º de janeiro de 1986.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial constam da primitiva capela, dedicada em honra a São Francisco e demolida por ter ficado em local abrangido pela bacia do açude (Forquilha). Sua reedificação, em local apropriado, tem como início de obras o dia 19 de novembro de 1928, com a bênção da pedra fundamental, oficiada pelo padre José Gerardo Ferreira Gomes. Deve-se ressaltar que a imagem do padroeiro, acompanhada de oito patacões, tem como ofertante o Capitão José Diogo.

Economia - Fundamenta-se basicamente na infra-estrutura proporcionada pelas águas do vizinho reservatório, donde se estendem obras de saneamento básico, irrigação de terras agricultáveis, além de pequenos lotes nos quais se pratica a horticultura. Em termos subsidiários, destaca-se o comércio de carnes, acompanhado de outros produtos, tendo no Serviço Público a redistribuição de tributos em forma de assistencialidade social.

Topônimo - Advém do encontro dos rios Madeira e Oficinas, em que, prefiguradamente, exprime o ângulo fechado popularmente conhecido por *Forquilha (Aragão - Fichário).*

FORTALEZA

História - Município centralizador das atividades político-administrativas do Estado e a manter nos dias atuais cerca de dois milhões de habitantes. Suas origens se perdem nas dobras do tempo. Quando, em 1604 e ainda com a denominação de *Rio Siará,* já encontrou o reduto habitado, concentrando Índios pertencentes à Nação Potiguar. Em época posterior e na qualidade de senhor da Capitania, visitou o reduto por duas vezes, fundando na última o *Forte São Sebastião* (20-01-1612). Depois de Soares Moreno, cujo afastamento se deu por volta de 1630, o Forte passou ao gerenciamento do antes seu comandado Domingos da Veiga Cabral.

Domínio Holandês - Desprotegido e abandonado o Forte, graças à incúria de Lisboa, dele se assenhorearam os holandeses, tomando-o de assalto e remetendo algemado para Pernambuco o remanescente do poder luso em terras cearenses (26-10-1637). Fracassa essa tentativa de colonização holandesa. Vem a segunda, trazendo como chefe Matias Beck e este redescobre o que já existia, desmantelando o Forte São Sebastião e transportando o material aproveitável para o novo Presídio, unidade administrativa a que daria o nome de *Forte Schoonemborck (*03-04-1649).

Retomada do Poder Luso - Cessado o domínio holandês, conforme acordo entre potências européias, assume o governo do Forte Álvaro de Azevedo Barreto, crismando-o de *Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção* (20-05-1654). Nessa condição e a permanecer o reduto sem o título que lhe correspondesse ao *statu*, sugeriu o Ouvidor e Corregedor da Paraíba, Cristovão Soares Reimão fosse criada *em Vila o Ceará* (1697). Por sugestão do então Capitão-Mor Pedro Lellou, apoiado no Capitão-General e Governador de Pernambuco, decidiu a Corte pelo acolhimento da propositura, expedindo a Carta régia em cujo teor se consigna a data 13 de fevereiro de 1699.

Primeira Vila - Confusa e dividida entre a povoação do Iguape e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e após vasta correspondência endereçada aos órgãos superiores em Lisboa, a Corte determinou se *constituísse em vila o Ceará,* porém sem designar expressamente o local. Dessa lacuna se serviram as lideranças iguapenses e, de modo sub-repticio e falho, instalaram em seu reduto o Senado da Câmara (25-0l-1725).

Dessa atitude resultariam novos protestos e reiterados apelos, denunciando e solicitando se instalasse junto à Fortaleza a desertora Vila, de sorte que em breve tempo se daria a reversão de parâmetros. A 26 de

julho de 1700, Câmara e Vila se instalaram conforme o desejo do Capitão-Mor Francisco Gil Ribeiro, elegendo-se o novo quadro legislativo. A partir de então, não o Iguape, mas a Barra do Ceará entraria na liça, reivindicando o sediamento da ambicionada Vila.

Essa questão, da qual resultariam sucessivas mudanças, prolongar-se-ia até o ano de 1706, quando não o Iguape nem a Barra do Ceará, porém o Aquiraz entraria no campo da competitividade. Quase sete anos se passaram. Veio afinal o decisório final. Em Carta Régia, datada do ano de 1711, determinou o repouso da Vila andeja, mandando sediá-la em Aquiraz. Assim, a 27 de julho de 1713, o reduto da Fortaleza testemunhou fuga melancólica da Vila e o triunfo dos seus competidores.

Segunda Vila - Treze anos se passaram, Capital sem Vila e nova batalha no campo das reivindicações. Lisboa não se fez de desatenta. Em Resolução do Conselho Ultramarino, datada de 11 de maio de 1725, autoriza o Capitão-General e Governador de Pernambuco a instalar junto à Fortaleza o objeto dos reiterados petitórios. Essa Resolução, que teria permanentes efeitos, cumpriu-se a 13 de abril de 1726, resgatando dessa forma os anteriores compromissos. Sua elevação à categoria de Cidade, com o nome de *Fortaleza de Nova Bragança*, dar-se-ia no ano de 1823, pouco menos de cem anos decorridos, mas a perpetuar em *Terras de Iracema* aquela que seria a *Loira Desposada do Sol*.

Obs: Vêja, em minudentes detalhes, *Fortaleza Bi-Ville* - 1996 - R. Batista Aragão.

FORTIM

História - Município localizado na Mesorregião do Aracati. Em suas origens, consta como fruto da Proto-História do Ceará, tendo sido fundado por Pero Coelho de Souza, quando de sua malograda Expedição de 1603. No itinerário Paraíba-Ibiapaba e por conveniência de ordem regimental, baixou em acampamento exatamente nessa parte costeira, demorando-se o tempo necessário ao engajamento de tropas indígenas locais.

Por ocasião do retorno, miseravelmente abatido e destroçado, acampou no mesmo local, conduzindo apenas *dezoitos soldados mancos*. Desolado, buscou o itinerário que o levaria à Paraíba, onde esperava encontrar apoio. Sem nada conseguir, retornou ao ponto de origem trazendo em sua companhia D. Maria Tomázia, sua mulher e cinco filhos menores. Fundou, então ou denominou o precedente Forte São Lourenço de *Forte Nova Lisboa* ou *Nova Lusitânia*.

Ao cabo de algum tempo e sem esperanças de apoio, resolveu buscar a Fortaleza dos Reis Magos, onde certamente seria acolhido. Deixou como lembrança histórica, além do Forte, algumas peças de artilharia, nascendo desse desastre o lugar posteriormente crismado de *Fortim*.

Evolução Política - Chamado inicialmente *Canoé*, o povoado experimentou certo desenvolvimento, de sorte que o capacitaria a receber o título de Vila, evento que se deu conforme Lei nº 1.271, de 29 de maio de 1934. Lei nº 386, de 14 de outubro de 1937, transferiu a sede do Distrito para o reduto chamado *Fortim*, nome que substituiu, concomitantemente, o anterior. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei nº 11.928, de 27 de março de 1992.

Igreja - As primeiras manifestações em termos eclesiais surgiram com a edificação de uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Amparo e a ter como beneméritos construtores Aderbal de Castro e Silva e Henrique Furquim de Lamayeur. A Paróquia está vinculada ao Bispado de Limoeiro do Norte.

Economia - Basicamente se fundamenta na pesca, notadamente com relação ao caranguejo e ao camarão, tendo como fontes subidiárias, além do pequeno comércio, a indústria do turismo e o retorno tributário através dos processos socialmente aplicados.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, não referências especiais a registrar *(Aragão - Fichário)*.

FRECHEIRINHA

História - Município localizado na Mesorregião de Coreaú. Suas origens datam do início do Século andante, quando no local se edificou um nicho de taipa, dedicado em honra à Nossa Senhora da Saúde (1903). Houve como criador desse culto de orações Joaquim Francisco de Sousa, constando como primeiros moradores o Capitão Manuel Victor, Thomaz Veras, Vicente Thomaz de Aguiar, José Borges, Pacífico Carneiro e Alexandre Silvério.

Evolução Política - Conforme registro censitário, do ano de 1920, consta como Distrito da então *Palma*. Suprimido o Município de vinculação e concomitantemente o Distrito vinculado, o território deste passou a integrar o Município de Tianguá, conforme Decreto de nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Vila ocorreu segundo Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938. Sua elevação à categoria de Município ocorreu

segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - Quanto à Igreja-Matriz, sucessora da primitiva capela, inexistem elementos de informação, motivo pelo qual deixa de ser referenciada.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura de subsistência, pecuária, produção de cal, cera de carnaúba, extração de madeira e cana-de-açúcar. Em termos subsidiários, conta com modesto comércio, além do Serviço Público, notadamente com relação à Prefeitura, principal empregador do Município.

Topônimo - *Frecheirinha* - diminutivo de *Frecheira* ou local abundante em flechas (*Aragão - História - Obr. Cit.- Vol.IV, Pág 176).*

GENERAL SAMPAIO

História - Município localizado na Mesorregião do Médio Curu. Chamou-se primitivamente *Arraial do Bom Jesus,* ainda quando fazenda (1890). Nas proximidades situa-se o Boqueirão chamado de *Mãe Teresa*, nome que se dava a uma preta e parteira cujos serviços eram bastante solicitados.

Evolução Política - O crescimento do arraial, em ritmo acelerado, deve-se à construção do reservatório ao qual se deu o nome de *General Sampaio,* tendo como início de obras o ano de 1932. Sua elevação à categoria de Distrito ocorreu segundo Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, vinculado ao Município de Canindé, transferindo-se posteriormente para a jurisdição de Pentecoste (Dec-Lei nº 160, de 31-03-1938). Sua elevação à categoria de Município ocorreu conforme Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956, tendo sido instalado a 1º de março de 1957.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial, tem-se a construção da capela, em terreno doado pelo cidadão Sebastião de Abreu e dedicada em honra de Nossa Senhora do Rosário. Esse nicho destinava-se principalmente ao pessoal do acampamento. Em sua caracterização de vinculação jurisdicional, tem-se como subordinante a Paróquia de Apuiarés.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pesca de dágua-doce, pecuária e agricultura de subsistência, havendo como suporte o comércio e extensões do Poder Público, donde se obtém a redistribuição de rendas em forma de apoio social.

Topônimo - O nome atual provém do que se deu ao reservatório que, por sua vez, figura em termos de homenagem prestada ao General Antônio de Sampaio, morto em combate na Guerra do Paraguai *(Aragão - História - Obr. Cit.- Vol. IV - Pág. 176/77).*

GRAÇA

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Trata-se de antiga povoação, subordinada ao Município de São Benedito e mantida durante anos do atrabalho artesanal em que figuram redes, fiandagem e outros artefatos de algodão.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito ocorreu em virtude de Lei nº 527, de 6 de dezembro de 1872, então pertencente ao Município de Sobral. Sua vinculação ao Município de São Benedito ocorreu esegundo Lei nº 1.889, de 9 de agosto de 1880. Elevado à categoria de Município consoante Lei nº 6.384, de 4 de julho de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezemro de 1965, antes de ser instalado. Restaurado definitivamente conforme Lei nº 11.307, de 15 de abril de 1987.

Igreja - Do que podemos obter, em termos de informação, consta apenas da capela cujo orago dedica-se em honra de Nossa Senhora das Graças, vinculada à Paróquia de Reriutaba, do Bispado de Tianguá.

Economia - Fundamenta-se basicamente na cultura de subsistência, no artesanato cotonicultor, no pequeno comércio e réditos públicos distribuídos em forma de benefício.

Topônimo - Provém da transferência hierática, em que o nome da Padroeira, utilizado popularmente, sedimentou o locativo (*Aragão - Fichário).*

GRANJA

História - Município localizado na Mesorregião do Acaraú, constando como um dos mais antigos redutos povoados e de maior extensão territorial da Capitania. Seus primitivos limites abrangiam vasta extensão territorial, compreendendo praia, sertão e serranias, nesses incluídos regiões lacustres, salgados, áreas costeiras, ilhas sedimentárias, várzeas, serrotes, vertentes, rios periódicos, solos profundos e argilosos, solos rasos e impermeáveis, solos pedregosos, tipos de vegetação arbustiva e esparsa, além de remanescentes florestais driáticos cuja existência se acha em fase

de extermino. Granja foi no passdo aquilo que no presente diz-se, popularmente: *Fui feliz e não sabia!...*

Primitivos Limites - Consignavam-se dentro da seguinte configuração: **a)** - *faixa litorânea* - estendia-se do Distrito de Amarração (Luiz Correa no Piauí) aos extremos Norte do Acaraú, envolvendo Camocim e Chaval; ***b)*** - *zona central* - Distritos de *Riachão* (Uruoca), *Angica* (Martinópole), *Palma* (Coreaú), *Barroquinha* (cidade), *Ubatuba* (Ibuguaçu), *São Miguel ((Pessoa Anta)*, Parazinho, Ibuaçu e Pitimbu; ***c)*** - *referenciais orográficos* - Cordão do Brejinho ao Sítio do Inocêncio Aragão (banda Oeste), Boqueirão do São José, Serra das Formigas, Serra das Flores, Morro dos Araçás, Serra da Vereda, Morro do Irapuá, Serra da Timbaúba, Serra do Antônio Luiz e Serrinha de D. Simão, compreendendo Sudoeste, Sul e Sudeste em suas divisões com outros Municípios, além da Cadeia do Covão, abrangendo do Pico da Pirapora na Ubatuba ao Pitimbu na região central.

Estrutura Fundiária - Vasto geografica e geologicamente diversificado, despovoado, esse imenso território não poderia escapar à cobiça aventureira dos investidores na bovinocultura, tão logo se abriram as munificentes portas cujos gonzos romperam-se através das Sesmarias. Dessas régias doações, contendo três léguas de frente por uma de fundo, constaram os seguintes lotes:

01 - D. Simão de Vasconcelos - Riacho Ibuaçu - 1706;
02 - Catarina Ribeiro de Moraes - Iapara - 1706;
03 - Rodrigo da Costa Araújo - Ribeira do Coreaú - 1706;
04 - Ignácio Machado - Riacho do Una - 1706;
05 - Ignês Pacheco - Riacho do Una - 1706;
06 - Victória Rodrigues Câmara - Riacho do Una - 1706;
07 - Úrsula Rodrigues Câmara - Riacho do Una - 1706;
08 - Rodrigo da Costa - Salgado do Apecuí - 1706;
09 - D. Catarina do Lago - Apecuí - 1706;
10 - João De Barros Braga - Apecuí - 1706;
11 - João de Almeida - Apecuí - 1706;
12 - Miguel Machado Freire - Jaguarassuí - 1706;
13 - Domingos Machado Freire - Jaguarassuí - 1706;
14 - José Machado Freire - Jaguarassuí - 1706;
15 - Padre Ascenço Gago - Riacho Ibuaçu - 1706;
16 - Ignácia Machado - Ribeira do Timônia - 1706;
17 - Ignês Pessoa - Ribeira do Timônia - 1706;
18 - Victória Rodrigues Câmara - Timônia - 1706;

19 - Úrsula Rodrigues Câmara - Timônia - 1706;
20 - Francisco Alberto Delquintelar - Ubatuba - 1706;
21 - Maria de Sousa Crespo - (sobra) - Tiáia - 1706;
22 - Custódia de Mendonça Cabral - (sobra) - Tiáia - 1706;
23 - Domingos de Freitas Caldas - Parnaíba - 1706;
24 - Rodrigo da Costa Araújo - Pirangi - 1706;
25 - Manuel Geraldo da Costa - Pirangi - 1706;
26 - João da Motta Pereira - Lagoa da Curimatã - 1708;
27 - Alexandre de Albuquerque - Lagoa da Curimatã - 1708;
28 - Manuel Dias de Carvalho e o sócio Félix Coelho - Rio Camocim (Coreaú) - 1708;
29 - Miguel e José Machado Freire - Riacho Groaíras - 1708;
30 - Torquato da Rocha Ferreira - Aguaipinima - 1708;
31 - João de Sá e Leonardo Correa - Tucunduba - 1716;
32 - Manuel Dias de Carvalho e Francisco Carneiro - Tabainha e Pindaré - 1717;
33 - Pedro da Rocha Franco - Putiú (Timônia) - 1717;
34 - Manuel Dias de Carvalho e Francisco Carneiro - Sítio Pindaré - 1718;
35 - José e Joaquim da Costa - Lagoa da Sambaíba - 1718 -
36 - Padre Ascenço Gago - Serra da Ibiapaba - 1718;
37 - D. José de Vasconcelos (Mestre-de-Campo) - Riacho Tapy - 1718;
38 - Domingos Ferreira Veras - Ubatuba e Camurupim - 1719;
39 - Domingos Ferreira Veras - Ubatuba - 1719;
40 - Pedro da Rocha Franco - Timônia - 1719;
41 - Domingos da Costa Araújo - Mocambo - 1721;
42 - Domingos da Costa Araújo - Sambaíba - 1721;
43 - João Neto e Antônio Carvalho - Carnaúba Furada - 1721;
44 - Pedro Alves Carneiro - Riacho do Una - 1722;
45 - Antônio Ferreira da Apresentação - Igarapé da Lagoa - 1722;
46 - Aurélio Linhares - Riacho Panacuí - 1723;
47 - Thomaz Ferreira Veras - Camurupim - 1723;
48 - Pedro da Rocha Franco - Uruoca e Morro do Chapéu - 1723;
49 - Domingos, José, Miguel e Ignácio Machado Freire (irmãos) - Ilhargas do Coreaú, compreendendo Cacimba do Serrote da Tiáia - 1724;
50 - Manuel Alves Quaresma e Susana Alves - Ipueiras - 1724;
51 - Padre Francisco de Lima - Cabeça do Boi, compreendendo da

ponta da Serrinha de D. Simão ao Boqueirão do Quatiguaba - 1726;

52 - Manuel Dias de Carvalho e Bernardo Fonseca de Albuquerque - Ilhargas do Rio Coreaú - Enjeitado e Imbueiras - 1729;
53 - Thomaz Ferreira Veras - Timônia e Barroquinha - 1732;
54 - João de Brito Figueiredo - Lagoa do Biroaba - 1748;
55 - Domingos Machado Freire - Camboa - 1750;
56 - Domingos Machado Freire - Jaguarassuí e Angica - 1751;
57 - Domingos Ferreira Veras - Riacho Ubatuba e Riacho Boqueirão - 1751;
58 - Domingos Ferreira Veras - Camurupim - 1751;
59 - Domingos Ferreira Veras - Barra do Igaraçu e Riachão - 1751;
60 - Domingos Pinto Machado - Jaguarassuí e Riachão - 1753.

Além dessas Sesmarias, outras cessões ocorreram, dentre estas as seguintes.

PEDRO DA ROCHA FRANCO:

01 - Sítio Santo Antônio - Ibuaçu;
02 - Riacho de Dentro;
03 - Irapuá;
04 - Sambaitiba;
05 - Ubari -
06 - Riacho de Baixo;
07 - Fazenda Riacho;
08 - Fazenda Timônia;
09 - Riacho de Dentro;
10 - Fazenda Saraiva;
11 - Itaúna, Extrema e Várzea dos Angicos.

JOAQUIM DE ABREU VALADARES.

Não constam referências.

AGOSTINHO DE BRITO PASSOS.

Não constam referências.

Não obstante as repetições, em que vários quinhões foram atribuídos ao mesmo beneficiário, deve-se ressaltar o fato segundo o qual se tem no assentamento de fazendas a individualidade patrimonial, proporcionando ao Município um dos mais nutridos contingentes bovinos. Em termos de povoamento, predeterminadamente organizado, tem-se como precursor o padre Ascenço Gago, removendo Tapuias então assentados na Serra da

Tabainha e realdeando-os no lugar *Cruz* ou *Rio da Cruz (1706),* de onde mais tarde se formaria a povoação chamada de *Macaboqueira (maus caboclos).*

Vale ressaltar, no entanto, que em já existindo o lugarejo *Cruz* ou *Rio da Cruz*, conforme acima se infere, moradores não Índios habitavam o local pelo menos desde 1702, ano em que Miguel Machado Freire e o irmão Domingos Machado Freire obtiveram, por Sesmaria, cinco léguas de terras na *margem oriental do Rio Coreaú* o que pressupõe como limite desta última referência o já citado *Rio da Cruz* ou local onde teriam se realizado os primeiros assentamentos brancos. Em termos conclusivos, afigura-se-nos o pressuposto segundo o qual o realdeamento tapuia teria ocupado a banda oeste da emergente povoação, considerando ainda, o anterior estabelecimento de fazendas na área ocidental do mesmo Rio Coreau, tendo como pioneiros baianos e portugueses.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de vila tem como instrumento de apoio o Alvará Régio, cuja expedição consta das seguintes datas: **a)** - 26, 27 e 29 de junho de 1976: **b)** - 27 e 29 de julho do mesmo ano. A data de instalação, segundo refere nota consignada em *Datas e Fatos - Studart - Pág. 342,* consta como tendo sido a 17 de outubro de 1776, o que razoavelmente combina com o período transitório entre Lisboa e a recém-criada Vila, ficando sem efeito a data anteriormente descrita pelo autor (História do Ceará). Sua elevação à categoria de Cidade ocorreu segundo Lei Provincial nº 602, de 3 de novembro de 1854.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial constam da divisão do *Curato do Acaracu (*Acaraú), em quatro Freguesias, pelo Bispo de Olinda, D. Francisco de Xavier Aranha, situando uma delas na *Ribeira do Coreaú,* cujo sediamento tem como referência a povoação de *Macaboqueira (30-08-1757).* Essa Freguesia, pelo menos até que houvesse condições de funcionalidade, teria como sede provisória a Capela de Santo Antônio de Pádua do Olho d'Água (*Arakém),* com edificação posterior na Vila de Granja.

Matriz de São José - Como instrumento de apoio à futura Matriz de São José, criou-se inicialmente a Irmandade do Santíssimo Sacramento, evento que se registra a 9 de setembro de 1757. A Freguesia, instituída segundo Provisão do Bispado de Pernambuco, data de 5 de dezembro de 1757, tendo como patrono São José.

O patrimônio eclesial, constante de meio quarto de légua, de frente por uma de fundo e a começar da *Pedra Grande,* data do ano de 1759,

tendo como doadores o Tenente Francisco Ribeiro de Sousa e sua Mulher D. Luíza da Mota Pereira. Neste patrimônio, edificou-se a Igreja-Matriz de São José, cuja inauguração mantém a data de 8 de setembro do mesmo ano.

Economia - Divide-se basicamente em dois períodos. No primeiro, quando o Município se estendia dos limites praianos do Acaraú ao Delta do Parnaíba no Piauí e o segundo a partir da sucessão de áreas destinadas à formação de novas comunas.

No primeiro caso, predominavam a pecuária, a courama, a produção salineira, a pesca marítima, a indústria do charque, a produção de rapaduras e de aguardente, a cultura algodoeira, cera de carnaúba, tecelagem artesanal e o entreposto de exportação e importação, envolvendo produtos regionais e mercadorias originárias de Portugal.

No segundo, fundamenta-se basicamente na cera de carnaúba, na pecuária, na produção de oiticica e na agricultura de subsistência, além do comércio exportador e de consumo regional, destacando-se neste último o tecido em grosso e varejo.

No tocante aos referenciais subsidiários, em termos de valores retributivos, tem-se no Poder Público o quanto seria possível e coerentemente justo ao seu porte de Município.

Topônimo - O nome atual, atribuído por ocasião de sua elevação à categoria de Vila provém de locativo homônimo existente em Portugal (*Aragão - História - Vol. I - Obr. Cit. - 3º Ed. Pág. 373/79 - Enc. I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 235/241)*

GRANJEIRO

História - Município localizado na Mesorregião de Caririaçu. Chamou-se Junco. Houve como instrumento de formação e desenvolvimento a construção do açude denominado *Junco*, obra realizada no início da terceira década do Século andante.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito, subordinado a Caririaçu, provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Tornou-se independente com a criação do Município, evento que se registra em função da Lei nº 3.963, de 10 de dezembro de 1957, tendo sido seu primeiro Prefeito o sitiante Raimundo Moreira.

Igreja - Os primeiros indícios de apoio eclesial provêm da edificação de uma capela, dedicada ao culto de Nossa Senhora da Conceição. Essa capela, posteriormente ampliada, transformar-se-ia em Igreja-Matriz.

Existe no Município a capela de Santa Vitória, localizada no *Boqueirão do Riacho do Meio*, onde privativamente tem-se como instalada a *Comunidade dos Penitentes* ou religiosos de São Vicente. Trata-se de sociedade mística, fechada e de práticas de autoflagelação.

Economia - Fundamenta-se basicamente na cultura da banana, na agricultura de subsistência e no algodão, destacando-se como ponto de apoio a uberdade do solo. Em termos adicionais, além do pequeno comércio, tem no Serviço Público sua parcela de retribuição em termos de benefício.

Topônimo - O nome atual provém do Dec.Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, homenagem que se quis prestar à *Família Granjeiro*, grupo tradicional residente no Município (*Aragão - História - Vol IV - Obr. Cit. Pág. 177)*

GROAÍRAS

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Suas origens remontam ao final do Século XVII, com o nome de *Riacho Guimarães*, quando aí se estabeleceram os primeiros colonizadores da Ribeira, dentre estes o seu fundador, Lourenço Guimarães de Azevedo. Constam como demais companheiros parte dos que povoaram terras que se estendiam do Rio Acaraú e Rio Aracatiaçu aos contrafortes da Ibiapaba, retornando em busca da Serra da Meruoca, numa extensão de 50 léguas (08-11-1682).

Evolução Política - Os primeiros indícios de evolução política nascem da elevação do povoado à categoria de Distrito conforme Lei nº 2.704, de 16 de dezembro de 1929. Suprimido conforme Decreto nº 193, de 2 de março de 1931, e restaurado na forma do Decreto nº 169, de 31 de março de 1933. Com o advento da Lei nº 116, de 17 de novembro de 1935, que instituiu *Distritos Especiais*, passa a integrar o porte dos que se alinham nessa categoria. Sua elevação à categoria de Município provém de Lei nº 3.603, de 23 de maio de 1957, tendo sido instalado a 6 de outubro do mesmo ano, trazendo como novidade a denominação atual.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam do ano de 1712, quando por doação do respectivo patrimônio, Lourenço Guimarães de Azevedo destina cem braças de terras para construção da capela cujo orago tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário.

Deve-se ressaltar que por ocasião do ato de transferência desse patrimônio, opuseram-se familiares do primitivo dono das terras,

representados na pessoa do cego de nome Joaquim Torres de Araújo. Esse cego e oponente oficial, na ocasião cumpria pena em presídio no Recife, pretexto segundo o qual não teria assinado a respectiva escritura de compra e venda.

Não obstante essas querelas, tiveram andamento as obras de construção da capela, constando sua conclusão no ano de 1740, quando se festejaram os atos inaugurais, então presididos pelo Padre Visitador Félix Machado Freire. Consta como seu primeiro vigário o cura de nome Lourenço Gomes Lellou.

Em aditivo ao tópico relativo aos oponentes vendedores, sabe-se que essa questão se alongou até o ano de 1751, oportunidade em que não apenas se ratifica a posse das terras doadas como também do restante da gleba, mediante assinatura do cego e ex-presidiário Joaquim Torres.

A ampliação patrimonial da capela ocorre por doação de uma légua de terras em quadro, 60 vacas de cria e 7 éguas parideiras, tendo como ofertante Manuel Madeira de Matos, fato que se registra no ano de 1751.

Esse Manuel Madeira de Matos, encoberto em pseudônimo, outro não seria senão José Policarpo de Azevedo Távora, filho do *Marquês de Távora,* oponente partidário de D. José I, Rei de Portugal. Perseguido pelo Marquês de Pombal, o nosso Policarpo, transformado em *Madeira,* emigrara inicialmente para as terras d'África, depois para o Brasil, onde se fixara no Piauí e finalmente no *Riacho Guimarães.*

Economia - Município eminentemente pastoril e agrícola, desenvolveu-se graças ao criatório bovino e às culturas de susbsistência, mantendo regulares atividades comerciais. Em fontes subsidiárias, tem no Serviço Público as suas parcelas retributivas em forma de benefício, das quais se destaca a remuneração municipal.

Topônimo - Em sua formação toponímica e admitindo-se corrupetela em *groaira* em vez de *guirá,* obter-se-á, tupicamente *guirá* = pássaro + *ira* = mel ou abelha, donde se compõe o nominativo *Groaíra* de *Guirá-ira,* eliminada gramaticalmente a última sílaba do primeiro elemento (*Aragão - História - Obr. Cit. IV Vol. Pág, 177/78).*

GUAIÚBA

História - Município localizado na Mesorregião de Fortaleza e desmembrado do Município de Pacatuba. Suas origens datam do Século XVII, quando no ano de 1682, o Sargento José Martins e seus companheiros Manuel de Sousa e Francisco Dias de Carvalho requereram e obtiveram,

por Sesmaria, 6 léguas de terras a partir da ponta da Serra da Guaiúba banda sul, 3 léguas para a banda Norte e 9 em busca do poente (08 de setembro de 1682).

Evolução Política - Distrito, segundo registro consignado na Reforma Administrativa do Estado, do ano de 1911. Sua elevação à categoria de Município provém da Lei nº 11.301, de 13 de março de 1987.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm da primitiva capela, templo edificado pela família Acyoli e inaugurado no ano de 1899, tendo como padroeiro Jesus Maria José.

Economia - Fundamenta-se basicamente na cultura própria da subsistência alimentar, na modesta produção de bananas e no comércio, além dos subsídios de natureza tributária e redistribuídos em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação etimológica, provém, tupicamente, de *guá* = bacia fluvial ou lagoa + *i-ú* = beber água + *ba* = partícula indicativa do particípio do verbo que se conjuga, donde se obtém *bebida da lagoa (Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit.- Pág. 135).*

GUARACIABA DO NORTE

História - Município localizado na Mesorregião da Ibiapaba. Suas origens datam do Século XVIII, tendo como referência a formação aleatoriamente estruturada e situada ao longo da estrada Ibiapaba-Ipu (Viçosa-Ipu). Essa estrutura consistia na edificação de choupanas de taipa, cobertas de palhas e habitadas primitivamente por Índios. Chamou-se, então, *Rua Nova,* nome que identifica certa fase evolutiva do reduto.

Evolução Política - Em termos mais adiantados, tem-se como prepostos de expansão urbana a presença de sesmeiros ou novos adquirentes das terras indígenas, situando no local e arredores seus estabelecimentos fundiários. Isso terá ocorrido no início da segunda metade do Século XVIII, modificando inteiramente o aspecto fisiográfico da povoação.

Elevada à categoria de Vila, com o nome de *Vila Nova Del-Rey,* segundo Carta Régia de 2 de maio de 1791. Em Lei Provincial nº 200, de 26 de agosto de 1840 e a ter como fator preponderante a guerra de preeminência, transfere-se a Vila para a localidade de *Ipu Grande*.

Desse procedimento nasceram veementes e sucessivos protestos, havendo como resultado o retorno da Vila ao seu ponto de origem. Esse

retorno tem como fundamento a Lei Provincial nº 230, de 12 de janeiro de 1841, mudando a denominação para *Campo Grande* e rebaixando a Vila para simples povoação. O seu retorno à categoria anterior provém da 1.798, de 10 de janeiro de 1879, tendo sido instalada a 9 de janeiro de 1883.

Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, oportunidade em que a denominação se altera, passando ao nome de *Guaraciaba*. Em parecer, emitido pelo Conselho Nacional de Geografia, datado de 14 de julho de 1946, nova alteração se processa na denominação, passando a chamar-se *Inhussu*. Essa denominação, entretanto, viria mais uma vez sofrer alteração, mudando de *Inhussu* para o nome atual, corforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como fundamento a edificação de uma capela, ainda de estrutura tosca e a remontar a tempos que a história não situa em termos de data. Desse primitivo nicho, perdido nas dobras do tempo, originou-se a Freguesia conforme Lei nº 2.125, de 25 de outubro de 1886, instalando-se canonicamente segundo Provisão de 19 de junho de 1888, firmada por D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza. Consta como seu primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória e como padroeira Nossa Senhora dos Prazeres.

Economia - Fundamenta-se basicamente na produção frutícola e na agricultura, considerando como ponto de apoio as boas condições de solo e a existência de água em abundância. Em termos subsidiários, tem-se no comércio regular desenvolvimento, além dos efeitos retributivos do Poder Público, promovendo a redistribuição de rendas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *Guaracy* = Deus Solar + *aba* = cabelos, donde se extrai o pressuposto mítico do *deus dos cabelos cor de prata* ou alusão poética aos raios doirados e fosforescentes de cada amanhecer *(Aragão - História - Obr. Cit.- 2ª Ed. Pág.319/320 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit.- Pág. 135 - Enc. - I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 241/246).*

GUARAMIRANGA

História - Município localizado na Mesorregião de Baturité. Chamou-se primitivamente *Conceição*. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando ainda sob a influência nativa, passando ao estágio socialmente urbano a partir da segunda metade do Século seguinte.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu na forma do Decreto nº 55, de 1º de setembro de 1890. Criou-se o Município, com o nome atual, consoante Decreto nº 59, de 4 do mesmo mês e ano, tendo sido instalado a 17 de outubro de 1890. Suprimido conforme Lei nº 550, de 25 de agosto de 1899, e restaurado conforme Lei nº 1.887, de 15 de outubro de 1921. Supimido novamente, na forma da Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, anexado ao Município de Pacoti e restaurado, em definitivo, conforme Lei nº 3. 679, de 11 de julho de 1957.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial tem-se como fundamento a criação da Freguesia, mediante Lei nº 1.580, de 18 de setembro de 1873, tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Instalada canonicamente segundo Provisão de 21 de novembro do mesmo ano e assinada pelo Bispo de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira. Consta como seu primeiro vigário o padre Joaquim Ramalho de Holanda. Além da Igreja-Matriz, existe a capela dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, ocupando espaço na mesma área urbana.

Economia - Fundamenta-se basicamente na cultura do café, espécies frutícolas, horticultura e veraneio, donde se destaca o *Guaramiranga-Hotel*, local também de repouso. Nesse aspecto figuram o clima e o exuberante paisagismo, fascínio reconfortante e atraente, recrutando turistas de paragens várias. Em termos pedagógicos, mantém Convento e educandário especial destinado ao internato de jovens donzelas. Em termos subsidiários, mantém regular comércio, além de rendas públicas redistribuídas em forma de benefício.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, traduz-se por ***guará*** = pássaro + mirim de ***mirî*** = pequeno + ***anga*** = visão, tupicamente vinculada ao verbo enxergar, donde se obtém lugar no qual os pássaros têm pequeno ângulo de visão, em virtude, naturalmente, dos contornos montanhosos e densidade da floresta *(Aragão - História - Vol IV - Obr. Cit.- Pág. 178/79 - Índios - 2ª Ed - Obr. Cit.- Pág. 135).*

HIDROLÂNDIA

História - Município localizado na Mesorregião de Santa Quitéria. Chamou-se primitivamente *Cajazeiras, Cajazeiras do Timbó* e posteriormente *Batoque*. Suas origens datam do Século XVIII, quando em torno da *Casa-Grande* se reuniam agregados e serviçais domésticos.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito provém da Lei nº 2.005, de 6 de outubro de 1882. A elevação em termos de Município decorre do Dec-Lei nº 3.995, de 27 de dezembro de 1957, tendo sido instalado a 7 de junho de 1958.

Igreja - As primeiras mifestações de apoio eclesial provêm de doações patrimoniais cujos ofertantes constam como sendo os irmãos Luís, João e Antônio Ferreira de Sousa e a ter como bens ofertados de 300 braças de terras, localizadas exatamente onde deveria ser edificada a primitiva capela. A edificação desse templo, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, teve como responsável João Antônio de Paiva.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório e plantios de espécies destinadas aos escassos meios de subsistência alimentar, além do pequeno comércio. Em termos subsidiários, destaca-se o Poder Público, procedendo à redistribuição de rendas em forma de beneficio.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 8.296, de 25 de novembro de 1965, tendo como inspiração a existência de potenciais hídricos em que se destacam águas medicinais, sulforosas e magnesianas (*Aragão - História - Vol IV - Obr. Cit.- Pág. 179 - Fichário).*

HORIZONTE

História - Município localizado na Mesorregião de Pacajus. Chamou-se primitivamente *Olho d'Água.* Em seus referenciais de origem, trata-se de formação contemporânea do Século andante, tendo como fundadores Manuel Luís da Silva, João Raimundo da Silva e Manuel Conrado Ribeiro, adquirentes das terras então pertencentes a José Eufrásio de Oliveira, terras na quais se edificou o povoado.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila, jurisdicionalmente vinculada ao Município de Aquiraz, provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Em transferência removendo-a para o Município de Pacajus tem-se como instrumento de apoio a, Lei nº 1.591, de 23 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município, com o nome atual, ocorreu segundo Lei nº 6.793, de 21 de novembro de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado. Restaurado, consoante Lei nº 11.300, de 6 de março de 1987, e ratificado segundo Leis de nº 11.321 e 11.451 do ano de 1988, respectivamente.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial nasceram com a construção da capela dedicada em honra em honra de São João Batista,

tendo sido edificada por Manuel Conrado Ribeiro. As bênçãos inaugurais tiveram por oficiante o padre Eduardo Araripe, e a imagem, em seu corolário de eterna adoração, teve como doador João Raimundo da Silva.

Economia - Fundamenta-se basicamente na cajucultura e produtos agrícolas, quase que exclusivamente como forma de subsistência alimentar. Mantém pequeno comércio, além de ter como renda permanente as parcelas retributivas inerentes ao Poder Público.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, porém sem nenhum esclarecimento histórico *(Aragão - Fichário).*

IBARETAMA

História - Município localizado na Mesorregião de Quixeramobim e vinculado ao Município de Quixadá. Chamou-se inicialmente Serra Azul, como referência à cordilheira que se estende ao longo do Município e vai até onde confina com outras limitações vizinhas.

Evolução Política - Em seus fundamentos históricos, figura, na qualidade de Distrito, no Quadro Administrativo do Brasil (1911). Tornou-se Município consoante Lei nº 6.929, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro 1965, antes de sua instalação. Restaurado, finalmente, conforme Lei nº 11.431, de 8 de maio de 1988.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial têm-se como doadores do patrimônio Luiz de Almeida e sua Mulher D. Ana Clara Caminha de Almeida, conforme registro de 6 de novembro de 1909. A capela, da qual nasceria a Freguesia, tem como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora.

Economia - Modesta, em conformidade com os fatores naturais de evolução sócio-econômica, sobrevive da pecuária, da agricultura de subsistência e certas espécies frutícolas. Mantém regular comércio, porém, em termos de sustentação permanente, conta com os efeitos retributivos do Poder Público, cujas parcelas são distribuídas em forma de beneficio.

Topônimo - Com o advento do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, passou à denominação de São Luiz. O atual nome provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e tupicamente se estrutura em ***ybá*** = fruto, árvore frutífera + ***retama*** = região, donde se obtém lugar das árvores frutíferas *(Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed - Pág. 136).*

IBIAPINA

História - Município localizado na Mesorregião do planalto ibiapabano. Suas raízes buscam os pródromos do Século XVI, havendo como chefes dominantes os Tuxauas de nomes Irapuã ou *Mel Redondo* e o irmão Jurupariaçu ou *Demônio Grande,* clãs vinculados à Nação Tabajara. A partir do ano de 1656, quando se estendeu a Catequese ao longo da *Grande-Serra,* formou-se nessa oportunidade o aldeamento a que se denominou de *Baepina.* Diante do moroso, mas relutante crescimento, deu-se a esse reduto o nome de *São Pedro,* depois *São Pedro da Baepina ou Baiapina.*

Evolução Política - Quando de sua elevação à categoria de Vila, evento ocorrido em virtude de Lei nº 1.773, de 23 de novembro de 1878, simplificou-se e modificou-se o nome para *Ibiapina*. Os atos inaugurais da recém-criada Vila datam de 1º de julho de 1879, porém com a denominação de *São Pedro,* consoante Lei nº 1.814, de 22 de janeiro de 1879. Essa denominação, no entanto e consoante Decreto nº 206, de 6 de junho de 1931, alterou-se para *São Pedro da Ibiapina.* Suprimido o Distrito, conforme Dec. 193, de 20 de maio de 1931, passou o seu território à jurisdição de São Benedito, ocorrendo sua restauração conforme Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de cidade, com o mome de Ibiapina, ocorreu de acordo com o Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Suas manifestações de apoio eclesial provêm, inicialmente, da construção de uma capela de taipa, coberta de palhas e piso de chão batido, tendo como patrono São Pedro. Essa capela, ainda construída sob a influência missionária da *Ibiapaba,* tinha como religiosos cerca de 60 Índios, quase todos originários do Termo de Sobral. Houve como fundador e construtor dessa primitiva capela o português de nome Manuel da Costa Resplande. Ainda sobre essa modesta obra, deve-se ressaltar peculiaridades interesssantes, como por exemplo o diminuto tamanho do sino e a imagem de São Pedro, também pequenina, era confeccionada em barro, talvez por algum artista pouco entendido em obras plásticas.

O patrimônio no qual seria edificada a Igreja-Matriz teve como doador o Capitão Pedro Francisco de Paula, no ano de 1848 e, no tocante à conclusão das respectivas obras, tem-se como referência o ano de 1878. As verbas de custeio, que deveriam ter saído dos cofres do Império, constaram de doações relativas a terceiros.

A Freguesia tem como instrumento de criação a Lei nº 1.979, de 9 de agosto de 1882, com a denominação de *Freguesia de São Pedro da Ibiapina,* tendo sido instalada, canonicamente, segundo provisão de 20 de janeiro de 1883, firmada pelo Monsenhor Hipólito Gomes Brasil. Consta como seu primeiro vigário o padre Pedro Cavalcante Rocha, empossado a 24 de maio do mesmo ano.

Além da Igreja-Matriz, ergue-se na sede a Igreja de São Francisco, elegante templo, contando-se ainda com a capela dedicada a Santo Antônio, situada no *Cemitério Novo*, obra construída em 1907.

Economia - Fundamenta-se basicamente na produção frutícola, cana-se-açúcar, monocultura do café, Indústria de Álcool Anídrico e agricultura de subsistência. Além do seu modesto comércio, tem como fontes subsidiárias os réditos fiscais, distribuídos em forma de beneficio.

Topônimo - Sua formação toponímica, originária da língua nativa, traduz-se por *yby* = terra, solo, chão + *apina* = careca, pelado, o que significa *terra pelada* ou sem vegetação tal como seria nos primitivos tempos (*Aragão - História - Obr. Cit. Vol. II - 2ª Ed - Pág. 308/10 - Índios - 2ª Ed - Obr. Cit. Pág. 137 - Enc - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 246/51).*

IBICUITINGA

História - Município localizado na Mesorregião do Jaguaribe e antes vinculado ao Município de Morada Nova, com o nome de *Areia Branca.*

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, tendo sido instalado a 24 de outubro de 1940, ainda com o primitivo nome. O título de Município provém da Lei nº 6.463, de 14 de agosto de 1963. Suprimido, conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado na forma da Lei nº 11.436, de 11 de maio de 1988.

Igreja - Consta a partir da instituição paroquial, referenciada como sendo do ano de 1965, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, do Bispado de Limoeiro do Norte.

Economia - Estruturado em terras areníferas, de solo profundo e desprovido de humo, pouco tem a oferecer em termos de produtividade agrícola, a não ser com relação à produção de mandioca e à cajucultura. Mantém reduzido comércio. Em termos subsidiários, conta basicamente com os réditos fiscais do Poder Público e distribuídos em forma de beneficio.

Topônimo - A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e estrutura-se, tupicamente, em *yby* = terra, chão, solo + *cuí* = poagem areníferа + *tinga* = branco, donde se obtém terreno de estruturação geologicamente inconsistente e branco ou o retrocesso ao primitivo nome *(Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed - Obr. Cit. Pág. 138).*

ICAPUÍ

História - Município litorâneo, de recente formação, vinculado à Mesorregião do Aracati e chamado primitivamente *Caiçara.*

Evolução Política - Sua elevação à categoria de distrito ocorreu na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Sua elevação à categoria de Município ocorreu em virtude de Lei nº 4.461, de 15 de janeiro de 1959. Suprimido consoante Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado na forma da Lei nº 11.003, de 15 de outubro de 1985, ocorrendo sua instalação a 1º de janeiro de 1986.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial decorrem da construção da primitiva capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário e situada em *Areias.* Em 1942, transferiu-se a subordinação da Paróquia para sua congênere de Limoeiro do Norte, sob a denominação de *Paróquia de Nossa Senhora da Soledade,* conforme Ato Provisional do Bispado de Limoeiro, datado de 8 de setembro do mesmo ano.

Economia - Fundamenta-se, basicamente, na pesca da lagosta, na extração de petróleo, comércio de coco-da-baía e, sobretudo, na exploração do turismo e veraneio. Em suas fontes subsidiárias, conta com regular comércio, além da redistribuição de rendas pública em forma de benefico.

Topônimo - A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *y* de água + *kaá* = mato e *puí* = rápido, ligeiro, donde se obtém campos relvosos através dos quais as águas se escoam com rapidez (*Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed - Obr. Cit. Pág 139/40).*

ICÓ

História - Município localizado na Mesorregião de Iguatu, no Alto Sertão Jaguaribano. Chamou-se, primitivamente, *Arraial do Poço*, nome que tem origem nesse tipo de recurso emergencial e destinado ao abastecimento de água aos moradores da respectiva localidade.

Em virtude de ineficiência ou qualquer outro motivo, requereu-se, ao Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago e por intermédio de João da Fonseca Ferreira a abertura de segundo poço, cujo atendimento consta do ano de 1708.

A concessão desse benefício deu ao similar já existente o nome de *Arraial do Poço Antigo*, ficando o de abertura recente com a denominação de *Poço Novo ou Arraial do Poço Novo.* Em posterior modificação, passou a chamar-se *Arraial de Nossa Senhora Duó*, em homenagem à padroeira da Freguesia.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila, com o nome atual, provém de Ordem Régia, datada de 17 de outubro de 1735, tendo sido instalada a 4 de maio de 1738, em solenidade presidida pelo Ouvidor Vitorino Pinto da Costa Mendonça. O título de cidade tem como instrumento de apoio a Lei nº 244, de 21 de outubro de 1842.

Governo Provisório - Na qualidade de centro nuclear através do qual se faziam irradiar forças políticas não só com relação à Província, como também no tocante às suas congêneres vizinhas, o Icó chegou às barbas do Império, promovendo a revolução constitucionalista e instituindo o seu Governo Provisório (22-10-1822). Esse Governo, apoiado no próprio Senado, nas Câmaras de Quixeramobim e de Crato e a ter como titular o líder José Pereira Filgueiras, decretou o estado falimentar da monarquia bragantina, manifestou o seu apoio ao Imperador D. Pedro I e exigiu o cumprimento das prometidas e proteladas reformas institucionais. Em segundo plano, decretou extinto o Governo de Porbém Barbosa e concluiu pela marcha sobre Fortaleza, onde pela força das armas proclamaria a legalidade de sua iniciativa.

Marchou, evidentemente, partindo do Icó em novembro de 1822 e chegando ao seu destino em janeiro de 1923, porém sem encontrar no cargo o seu principal desafeto José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa. Havia desertado. Nessa oportunidade, José Pereira Filgueiras abdicou da governança, indicou para o cargo o seu companheiro Tristão Gonçalves e contentou-se em permanecer como Chefe do Comando das Armas. Nasceria dessa epopéia o Governo Republicano do Ceará, ostensivamente aplaudido, porém logo a seguir miseravelmente traído, resultando no chacinamento do protomártir do sistema iniciado no Crato pelo irmão e Diácono José Martiniano de Alencar (05-05-1817).

Revolução Pintista - Por ocasião da Revolução Pintista, movimento cuja finalidade seria o restabelecimento da Monarquia, o Icó se transormou

no entreposto militar do qual seriam distribuídos os comandos de repressão. O próprio chefe do Governo, representado pelo cearense de Santana, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, baixou em acampamento, tanto na expedição de marcha quanto do seu retorno do Cariri. Houve nessa oportunidade sérios confrontos, entre pintistas e legalistas, deixando o chão icoense juncado de cadáveres. Depois, como arremate final das hostilidades fratricidas, serviu como ponto de apoio ao General Labatut, novo comandante do conflito e autor da pacificação entre as facções beligerantes.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais constam de doação equivalente a meia légua de terras, feita pela esposa do Coronel Francisco de Montes e Silva, local este onde se edificaria a capela dedicada à Nossa Senhora da Expectação. Deve-se essa liberalidade, ao gesto maternal em memória da filha assassinada em combate no qual se envolviam as famílias Monte e Feitosa. Os atos inaugurais dessa capela, posteriormente transformada em Igreja-Matriz, guardam como registro o mês de julho de 1722, tendo sido presididos pelo Capitão-Mor Manuel Francez. Consta como seu primeiro vigário o padre Antônio Barbosa Xerez, embora, constante de outra versão, apresente-se no lugar de preeminência o padre Domingos Dias da Silveira.

A Freguesia, com o nome de Nossa Senhora Duó (a mesma que Expectação), instituiu-se a 6 de abril de 1764, com sede na então Vila do Icó. Além da Igreja-Matriz, figuram na mesma àrea os templos dedicados ao Senhor do Bonfim, a Nossa Senhora do Rosário, a Nossa Senhora da Conceição ou *Igreja do Monte*, Coração de Jesus, São Vicente de Paula e de São Domingos.

Economia - Em termos de economia o Icó figura entre os três mais ricos Municípios do Ceará colonial - Aracati, Icó e Saboeiro - fazendo-se destacar a pecuária e a agricultura. Nesta, ocupa lugar especial a cultura do milho, embora contasse como seu principal inimigo o periquito. Modernamente e a contar com o sistema irrigatório do Açude Lima Campos, detém vastas porções territoriais nas quais a cultura do arroz assume papel relevante.

Em termos industriais, pelo menos no que concerne à transformação da matéria-prima em produto semi-acabado, merece destaque o melhoramento do algodão, carreando em favor do Município valores que de outro modo seriam desperdiçados. Em termos subsidiários, mantém educandários, hospitais, Previdência Pública, farmácias, comércio em geral, além de Estação Rodoviária e transporte cuja atuação envolve os meios de interligação não só internamente como também com os demais Estados da Federação.

Urbanismo - O florescente estágio desenvolvimentista do Icó, nos períodos compreendidos entre as duas primeiras décadas do Século XVIII e primeira metade do Século XIX, experimentou invejável projeção. Casarões de dois pavimentos, harmonicamente estrurados em alvenaria e soalho em tabuões de madeira nobre, ostentavam seu esplendor ao longo de avenidas zelosamente conservadas. Seria, então, uma réplica perfeita do Aracati, em que hamonicamente conviviam os barões *camonianos*, os *Pruncipes de Maquiavel* e os *Miseráveis de Victor Hugo*, todos em verdadeiro amalgamado de boa-vizinhança.

O Periquito Amoedado - Segundo o que de vivência própria se conhece, tem-se no periquito o devorador implacável da cultura do milho, causando sérios prejuízos aos agricultores. A região do Icó sofria desse tipo de atropelo.

Na tentativa de amenizar os estragos feitos nas roças, por esses insaciáveis *psitacídeos*, resolveu o Senado da Câmara, em vereação de 10 de julho de 1760, admitir como moeda divisionária, no pagamento de impostos, cabeças de periquito. Essa resolução, além de estabelecer dez cabeças no valor de um tostão, impunha multa a quem desobedecesse.

Ao cabo de algum tempo e tendo como local de armazenamento dependências da própria Câmara, na expectativa de transformação em valores amoedados, destinados às respectivas quitações de tributos, chegou-se a quase falência dos cofres municipais, uma vez que a maior parcela das finanças consistia em ressequidas cabecinhas do nosso barulhento bicador de milho, advindo desse procedimento o apodo de *Terra do Periquito*, nada aceitável pelos icoenses.

O Theatro Virgem - Em 1800, quando dos projetos de construção da Cadeia Pública e Prédio da Câmara, obras que tinham como responsável o Capitão Roberto Corrêa da Silva, achava-se em decadência o erário municipal, pelo menos em espécie, uma vez que o seu equivalente fictício fosse abundante. Veio, então, o descontentamento geral. As cabeças de periquito foram incineradas, os titulares do suposto direito notificados e executados conforme determinação do Juiz Ordinário do Município.

Tabelamento de Preços - Em segundo acontecimento, de natureza um tanto folclórica, tem-se por conta da Câmara local o primeiro tabelamento de preços já registrado na Província. Constam desse tabelamento os seguintes bens de consumo.

Vestuário:

vestido de baeta (casaca)	1$000
vestido de pano fino	6$400
Capote berne	2$560
timão de chita	$800
saia de baeta	1$200
manto de seda	1$280
manto de sarja	$800
capa	$360

Calçados:

sapatos p/homem (couro de cabra)	$800
par de chinelos	$560
sapatos p/senhora (couro)	$800
sapatos p/senhora (seda)	$800
botas p/ homem (couro do dono)	3$000
botas p/homem (couro do artífice)	3$200

Carpintaria:

carro-de-bois	18$000
mesa tamanho 6x4 (palmos)	4$000
tamborete de encosto	$800
porta 9x4 (palmos)	3$000

Ferraria:

trempe de ferro	1$800
machado calçado em aço	3$560
machada	1$860
ferro de cova (plantio)	$640
foice	$360
facão de roça	$800
candeia de ferro	1$000
prego de encaixe	$800
pregos ripais (100)	2$000
pregos caibrais (100)	6$400

Topônimo - Em suas relações etimológicas, provém tupicamente de *y* = água, poço + *có* = roça, donde se obtém Poço da Roça. Além desses referenciais, tem-se como ponto de apoio o sediamento dos índios Icós, numerosos e extremamente belicosos *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. I -*

3ª Ed - Pág. 344/48 - Vol. II - 2ª Ed. Pág. 40/43 - Vol. III - 2ª Ed. Pág. 7/29 - Índios - 2ª Ed - Obr. Cit. Pág. 140 - Enc - I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 251/260).

IGUATU

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Chamou-se primitivamente Telha, nome proveniente de sua produção ceramista, tendo como principal objetivo o realdeamento de parte dos Índios Quixelôs.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de vila ocorreu na forma de Lei Provincial nº 553, de 27 de novembro de 1851 e instalada a 25 de janeiro de 1853. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu em virtude de Lei Provincial nº 1.612, de 21 de agosto de 1874.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm do trabalho indígena, quando em 1746 iniciaram-se as obras da primitiva capela, orago que se dedicou a Nossa Senhora Santana, sendo concluídas em 1775 e tendo como subordinante a Paróquia de São Mateus (Jucás). A Freguesia, desmembrada da jurisdição anterior, provém do Decreto Provincial de 11 de outubro de 1831 e assentou-se em área central constante de 200x400 braças. Consta como seu primeiro vigário, no periodo compreendido entre 1832 e 1844, o padre Vicente José Ferreira.

Os termos dessa Freguesia, originária de Decreto Imperial teveram a sua ratificação por força da nova Divisão Eclesiástica do Estado e vinculada ao Bispado do Crato (02-02-1917). A Igreja-Matriz, nascida da primitiva capela, teve como seus reformadores os padres Antônio Luís de Vasconcelos Drumont e Hermes Monteiro. A diocese de Iguatu, desmembrada da jurisdição do Crato, provém de Decreto Papal de 25 de março de 1961, sendo seu primeiro Bispo D. José Mauro Ramalho de Alarcon Santiago. A sagração de D. Mauro, até então vigário de Aracati, ocorreu a 6 de janeiro de 1962, tendo sido empossado no Bispado a 4 de fevereiro de 1963.

Economia - Fundamenta-se basicamente em fatores vários dos quais se destacam: **a)** - composição geológica do Município; **b)** - estrutura lacustre, perene e abundante; **c)** - subsolo farto em mananciais hídricos, rasos e fartos; **d)** - localização urbana em áreas margeantes do Rio Jaguaribe; **e)** - minério.

No que concerne ao primeiro item, devem ser ressaltadas as terras baixas, planas e vastas, onde prosperam o arroz, o milho e o algodão,

assim como os terrenos pedregosos e favoráveis ao cultivo cerealista, destacando-se mais uma vez o algodão, além da indústria ceramista. O ítem b, em que figura a estrutura lacustre, tem como aproveitamento a cultura do chamado *arroz-de-verão,* florescendo à proporção do retraimento natural das águas. Nos demais itens, além do provimento de áreas irrigáveis e peca fluvial, tem-se a extração de minérios (magnesita), jazidas de incalculável extensão, fornecendo matéria-prima aos principais centros de reprocessamento industrial.

Nos setores urbanos, onde várias atividades são economicamente exercidas, destacam-se a indústria de espécies oleaginosas, beneficiamento de algodão, produção de resíduo, torrefação e moagem de café. O comércio, por seu turno, variado e de proporções avantajadas, conta como um dos mais estáveis da região, considerando para tanto a abundância de capital circulante e o apoio relativo aos bens pessoais de que dispõe a maioria dos investidores locais.

Quanto aos implementos de apoio social, tem-se como destaque, além da rede hospitalar, educandários de 1º e 2º graus e curso superior, Igreja Presbiteriana, Loja Maçônica, Associações de Classe, rede bancária, Agência da Previdência Social, Campo de Pouso, Estação Ferroviária, Estação Rodoviária, Hotelaria, Clubes de Serviço, Correios, Sede de Batalhão da Polícia Militar do Estado, Tiro de Guerra, Delegacia de Rendas Estaduais e Rede Noturna de Bares e Restaurantes.

Topônimo - A denominação atual provém da Lei Provincial nº 2.035, de 20 de outubro de 1883, tendo, etimológica e tupicamente, a seguinte composição: y = *rio* + *guá* =bacia + *tu* = estrondo, donde provém rio cuja bacia produz sons murmurantes, se bem que esse fenômeno ocorra, como seria apenas o óbvio, por ocasião das grandes cheias *(Aragão - História - Obr. Cit. vol. II, 2ª Ed. Pág. 310/11 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 141 - Fichário - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 260/269).*

INDEPENDÊNCIA

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús, pertencera anteriormente ao Piauí, até quando no final do Século XIX transferiu-se para o Ceará, em negociata da qual participou o Município de Crateús.

O território de Independência, integrado ao *Vale do Crateús,* faz parte do bloco adquirido em operação de compra e venda, pela quantia de quatro mil cruzados, tendo como adquirente D. Ávila Pereira. A posse dessas

terras lhe foi confirmada por um Ouvidor, vindo de Oeiras (sede da Capitania do Piauí) e tiveram como localização a *Fazenda Lagoa das Almas,* distante dezoito quilômetros ao sudoeste da então *Vila do Príncipe Imperial* (Crateús), precisamente à margem esquerda do *Riacho do Gado* (afluente do Rio Poti).

Diz-se, segundo tradição oral e consagrada historicamente por alguns autores, que no final do Século XVIII, estando Frei Vidal da Penha em seus itinerários missionantes, hospedou-se na residência do fazendeiro José Ferreira de Melo, bisavô do padre José Rufino Soares Valamira e do Dr. José Gomes Vieira Leal, cuja *Casa-Grande* ainda existe. Ao retirar-se, aconselhou o andante missionário se erigisse uma capela, sugerindo fosse dedicada em honra de Santa Ana, sugestão da qual nasceu evidentemente a capela cuja conclusão se deu após o ano de 1810, nascendo também a povoação da se formaria a Cidade que nos ocupa.

Evolução Política - Diante da evolução do reduto, reunindo vários moradores, criou-se o Distrito de Paz, tendo como instrumento de apoio a Resolução Provincial nº 56, de 6 de setembro de 1836 (Piauí). Sua elevação à categoria de Vila, ainda no reduto de *Pelo Sinal,* ocorreu segundo Lei nº 436, de 24 de julho de 1857, com o nome atual, tendo sido instalada a 1º de março de 1858.

Sua transferência jurisdicional, do Piauí para o Ceará, ocorreu segundo Lei Geral nº 3.012, de 22 de outubro de 1880. Suprimido o Distrito, na forma da Lei nº 107, de 20 de setembro de 1893, deu-se sua restauração segundo Lei nº 294, de 7 de agosto de 1896, tendo sido reinstalada a 16 de novembro do mesmo ano. Suprimido, consoante Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, restaurou-se cosoante Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Município ocorreu conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, instalando-se, porém, somente a 1º de janeiro de 1958.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial, além da sugestão oferecida pelo missionário Frei Vidal da Penha, adveio o patrimônio religioso, constante de meia légua de terras e a ter como doador o fazendeiro José Ferreira de Melo. A Freguesia, originariamente vinculada ao Maranhão e criada segundo Decreto Provincial nº 356, de 15 de setembro de 1853, transferiu-se para o Ceará conforme Decreto Consistorial, de 10 de março de 1889, sendo vigário da Paróquia o padre José de Araújo Galvão. A Igreja-Matriz, assim considerada por transformação e ampliação da primitiva capela, teve como seu primeiro vigário o padre Antônio Ricardo

Cavalcante de Albuquerque, pernambucano, e a se manter como pároco da Freguesia durante vinte anos.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, no criatório de ovinos e caprinos, na produção algodoeira e na agricultura de subsistência. Em termos comerciais, demora nos condicionantes de modéstia, mantendo estabelecimentos de varejo em geral. Subsidiariamente, conta com o Poder Público, cujas rendas são redistribuídas em forma de benefício.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, consta como instrumento de apoio a Lei Provincial nº 436, de 24 de julho de 1857, homenagem já um pouco tardia que teria sido prestada à Independência do Brasil *(Aragão - História - Vol. III, Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 311/12 - Enc. - I. B. G. R. - Obr. Cit. Pág. 269/274).*

IPAPORANGA

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús, com vinculação inicial ao Município de Nova Russas. Chamou-se primitivamente *Franklinópole*, nome originário do doador do respectivo terreno (Franklin José Vieira), não aceito pela Comissão Organizadora dos Municípios e convertido em Águas Belas.

Evolução Política - Sua evolução à categoria de Distrito provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de agosto de 1933. Elevado a Município, conforme Lei nº 6.475, de 26 de agosto de 1973 e suprimido, na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. Restaurado consoante Lei nº 11.348, de 18 de setembro de 1987.

Igreja - A capela atual, dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, vincula-se eclesiasticamente ao Bispado de Crateús.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório diversificado e na agricultura de subsistência, além do seu reduzido comércio. Em termos subsidiários, conta com as parcelas redistributivas das rendas públicas e aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e, na sua formação túpica, traduz-se por *ipá* = lagoa + *poranga* = belo, donde se obtém lagoa das águas belas *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 142).*

IPAUMIRIM

História - Município localizado na Mesorregião das Lavras da Mangabeira. Chamou-se primitivamente *Alagoinha.* Geograficamente vinculou-se ao território de Umari e, alternadamente, ao de Baixio do qual chegou a funcionar como sede.

O ponto convergente da região teria sido Baixio, onde primitivamente montara fazenda o francês Joseph Aleth Doullétte, um dos seus principais colonizadores. Esse francês lograra sucesso em pouco tempo, tanto na agricultura quanto nas atividades pastoris, abrindo espaço no sentido de que outros investidores fossem atraídos. Desses, consta o nome de Antônio Malheiros, investidor abastado, igualmente bem sucedido e um dos que contribuíram para a formação do povoado.

República do Equador - Embora diretamente não esteja vinculado à colonização regional do complexo Baixio, Ipaumirim e Umari, o movimento revolucionário de 1824 contribuiu eficazmente no sentido de propagar esse até então desconhecido objeto de inicial evolução. Isso ocorreu de maneira acidental. Na qualidade de integrante do comando pernambucano, que buscava o Ceará, tendo como chefe de operações o Capitão Marques, figurava o revolucionário Joaquim do Amor Divino Rabelo (Frei Caneca). Ao ser atingida a povoação de Ipaumirim, forças legalistas acometeram os sediciosos, havendo como resultado, dentre outras a prisão do padre e herói Frei Caneca e a sua transferência para Pernambuco, onde implacavelmente seria submetido ao pelotão de fuzilamento.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito com a denominação atual, ocorreu na forma do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Sua elevação à categoria de Município, ocorreu em função da Lei nº 2.161, de 12 de dezembro de 1953, ocupando terras do Município de Umari, com instalação a 1º de janeiro de 1954.

Igreja - Em suas primeiras manifestações eclesiais tem-se como precedente a doação do patrimônio respectivo, feito por D. Rosalina Maria da Conceição, viúva de Bernardino Ferreira do Bonfim. Essa doação constou de um lote de terras situado no reduto de *Alagoinha* e a ocupar a parte onde posteriormente se instalaria a Praça principal.

A edificação da primitiva capela, dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, teve como supervisor o francês Joseph Aleth Doullétte, então edificador de Baixio. A conclusão dessa obra e sua transformação em Igreja-Matriz, ocorreu no ano de 1892, quando então,

comemorou-se o ato inaugural. Sem vigário fixamente designado, missa e demais eventos ecumênicos eram celebrados aos domingos, tendo oficiante o Monsenhor Carlos Moraes, da Paróquia de Umari.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, havendo como destaque a produção algodoeira, além das atividades vinculadas ao comércio. Como fonte subsidiária, conta com as parcelas distributivas das rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se por *y* = água + ***paum*** = estar entre + ***mirim*** de ***mirî*** = pequeno, donde se obtém lugar situado entre dois riachos *(Aragão - História - Vol. IV, Ob. Cit. Pág. 180 - Índios - 2ª Ed. Pág. 142 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 274/78).*

IPU

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam aos pródromos da colonização provincial, tendo como ponto de referência o ano de 1694, quando uma senhora de nome Joana Paula Vieira Mimosa, obteve por Sesmaria e doadas pela Corte, vinte léguas de terras no rodapé, lado Sul e fronteiriço da Serra da Ibiapaba.

Operosa e sobretudo portadora de índole pacífica, D. Joana conseguiu atrair em torno de sua pessoa a simpatia e confiança dos nativos serranos, convertendo-se em verdadeira catequética. Às expensas de semelhantes cabedais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, a benemérita senhora conseguiu transformar o antes obscuro reduto em povoação, dando-lhe o nome de *Papo.*

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila, com a denominação de *Vila Nova del Rey*, deu-se conforme se insere em data de 12 de maio de 1791, sendo instalada pelo Ouvidor Manuel Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, na então povoação de *Campo Grande.* Com o advento da Lei Provincial nº 200, de 26 de agosto de 1840, transfere-se a sede de *Campo Grande para* o lugar denominado *Ipu Grande,* com o nome de *Vila Nova do Ipu.* Suprimido o Distrito, consoante Lei Provincial nº 230, de 12 de janeiro de 1841, teve sua restauração consignada em Lei Provincial nº 261, de 3 de dezembro de 1842, mantendo a última denominação. Sua elevação à categoria de Município, com a simplificação resultante do nome atual, deu-se consoante Lei Provincial nº 2.298, de 25 de novembro de 1885.

Igreja - Em suas primeiras manifestações de apoio eclesial, registra-se, em 1740 e procedente de *Vila Viçosa,* a presença de alguns clérigos cujo desempenho consistiu na formação de redutos catequéticos, dos quais consta do programa o precitado reduto. Desse trabalho missionário, cujos esforços não foram inócuos, resultou a edificação de uma capela que, por seu turno, daria lugar à Freguesia de *São Gonçalo da Serra dos Cocos,* o que de fato ocorreu, conforme Provisão de 30 de agosto de 1757, dedicada a São Gonçalo do Amarante.

Com o advento do Decreto Imperial nº 200, de 26 de março de 1840, transfere-se a Freguesia, até então situada em *São Gonçalo da Serra dos Cocos,* para *São Sebastião do Ipu,* compreendendo, na jurisdição desta, as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Ipueiras e de Nossa Senhora dos Prazeres de Campo Grande.

Decorrido quase meio século, novas transformações se processam, desta vez com relação à mudança de hierarquia e evolução de ordem administrativa. Essa novidade tem como instrumento de apoio a Lei nº 2.037, de 27 de outubro de 1883, convertendo ao título de Igreja-Matriz as capelas de São Gonçalo dos Cocos e São Sebastião do Ipu.

Lenda - Consta, segundo o historiador Euzébio de Souza, que, certa vez, estando a oficiar atos religiosos na Igreja de São Sebastião do Ipu, o vigário de Vila Nova Del-Rei lembrou-se de última hora haver esquecido os santos óleos, complemento místico com que ungiria os batizandos. Atabalhoado, confidenciou essa falha ao sacristão, que prontamente tratou de solucionar o problema, lembrando o nome do popular e proverbialmente chamado de *Perna de Vento.* Esse Perna de Vento, segundo o informante, teria condições de fazer as quase vinte léguas de ida e volta, apanhar os santos óleos na Igreja de Vila Nova e chegar sem prejuízo do ritual.

Meio incrédulo, mas sem outra opção, o vigário mandou vir o preto à sua presença, deu conta da necessidade, o preto se foi e ele continuou como se nada houvesse acontecido. Qual não foi o seu espanto, quando apenas mandava posicionar o primeiro batizando, surgiu-lhe diante dos olhos a figura de *Pé de Vento,* conduzindo debaixo do braço os santos vidrinhos de óleo.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura em geral, sobretudo na cana-de-açúcar, considerando a existência de ubertosos vales molhados. Nos demais setores, além de manter regular comércio, há como destaque agências bancárias, Correios e outras representações do Serviço Público, proporcionando aos seus moradores regular soma de atendimento.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se por y = água + *pu* = queda, pancada, barulho produzido por água, donde se obtém cachoeira ou *Bica do Ipu*, esplendorosa, cristalina, deslumbrante e legendária, levando o poeta José de Alencar a nela banhar sua *Iracema* todas as manhãs (*Aragão - História - Vol. III. 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 312/16 - Índios, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 142/43. - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 278/83).*

IPUEIRAS

História - Município localizado na mesorregião do Ipu. Chamou-se primitivamente *Fazenda Cel. Manuel Martins Chaves*, alusão que se fazia a um dos homens mais poderosos da região. Com a sua prisão, transferência para os ergátulos de Limoeiro, em Portugal e confisco de seus bens, fracionou-se o antigo patrimônio, dele participando vários adquirentes. Dentre os bens fracionados constava a *Fazenda Ipueiras*, cuja posse, em operação de compra e venda, coube à sua irmã, D. Cosma do Prado de Vasconcelos. Em tempos posteriores, fracionou-se também o patrimônio de D. Cosma, tendo como um dos novos adquirentes Joaquim Alves de Freitas. Esse novo proprietário, tendo por sua vez que retirar-se para o Piauí, doou esse patrimônio em favor de Nossa Senhora da Conceição, de onde se formaria o povoado (1861).

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu por força de Lei Provincial nº 2.036, de 25 de outubro de 1883. Suprimido conforme Lei Lei Provincial nº 2.071, de 2 de agosto de 1884 e restaurado na forma de Lei Provincial nº 2.164, de 17 de agosto de 1889. Suprimido, por último, e restaurado conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933 e Dec-Lei nº 1.512, de 18 de março de 1935, sucessivamente. Sua elevação à categoria de Município ocorreu na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais datam do ano de 1861, oportunidade em que Joaquim Alves de Freitas concedeu por doação o patrimônio religioso. A edificação da primitiva capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, tem como referência o ano de 1867 e como responsável pelas obras o fazendeiro Vicente Gomes Ferreira Torres, permanecendo vinculada à Freguesia da Serra dos Cocos. Consta como seu primeiro vigário o padre Francisco da Mota Sousa Angelim, natural dos Inhamuns e incansável obreiro em favor da evolução do reduto. Essa capela, depois de melhorada e ampliada, converteu-se em Igreja-Matriz,

conforme Lei nº 2.057, de 27 de outubro de 1883, e sede de Freguesia, consoante Provisão de 21 de abril de 1884, expedida por D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza, sendo seu primeiro vigário o padre João Dantas Ferreira Lima.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, havendo como destaque o plantio da cana-de-açúcar cuja produção se divide entre rapaduras e aguardente. Em suas atividades comerciais, naquilo que notoriamente se possa referir, não vai além do lugar-comum, situando-se como regra o varejo não especificado.

Topônimo - Compõe-se, tupicamente, de *y* = água + *pueiras* de *pûera* = lagoas dependentes das quadras pluviais, geralmente vulneráveis aos períodos de estiagem e próprias dos terrenos de sólos rasos e de impermeável estrutura *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. III, 2ª Ed. Pág. 316/17 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 142/143 - Enc. - I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 284/288.*

IRACEMA

História - Município localizado na Mesorregião de Jaguaribe e vinculada ao Município de Pereiro. Chamou-se preliminarmente *Quixoaçu, Quixoxó* e *Caixa-Só*. Suas origens estão ligadas ao povoamento de *Santos Cosme e São Damião* (Pereiro), quando neste reduto se estabeleceram famílias procedentes de *São Bernardo das Russas* (Russas), premidas pela famigerada seca dos *Três Sete* (1777). Os *Quixoaçu, Quixoxó* ou *Caxaçó*, denominações então prevalecentes, não iam além da *Casa-Grande*, referência em torno da qual se formaria a povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de vila ocorreu em função do Decreto Imperial nº 53, 30 de agosto de 1890, criando igualmente o Município. Suprimido o Município, conforme Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920, e restaurado na forma da Lei nº 2.428, de 19 de outubro de 1926. Suprimido novamente, conforme Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, e finalmente restaurado consoante Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, com a denominação atual, constando sua instalação do dia 25 de março de 1955.

Igreja - Em suas manifestações eclesiais tem-se como fundador da capela Manuel Pereira e como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Essa capela, posteriormente transformada em Igreja-Matriz, tem como

referência o ano de 1830, e como data de fundação da Paróquia o dia 29 de janeiro de 1956.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além das modestas e variadas atividades comerciais. Subsidiariamente mantém-se das parcelas redistributivas e orinárias das rendas públicas, aplicadas em forma de beneficio.

Topônimo - Em suas relações toponimicas, Iracema Cidade teve por escopo homenagear a *Iracema dos Lábios de Mel*, figura tão largamente decantada nos arroubos "Alencarinos" (*Aragão -História - Vol. IV, Obr. Cit. Pág. 180/81 - Enc. - I.B.G.E. - Obr. Cit. Pág. 288/92).*

IRAUSSUBA

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Chamou-se inicialmente *Cacimba do Meio*, depois *Santa Cruz do Norte*. Ocupa o centro geográfico coincidindo, verticalmente, com a linha tropical, dando-lhe a configuração tórrida, quente e de baixa pluviosidade.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito ocorreu em função do Dec-Lei nº 271, de 29 de maio de 1934, e a Munícipio, com a denominação atual, conforme Lei nº 3.598, de 20 de maio de 1.957.

Igreja - Em termos de projeção eclesial, tem-se na primitiva capela e consequentemente Freguesia, a transformação em Paróquia cuja subordinação vincula-se ao Bispado de Itapipoca. A instituição da Paróquia, da qual se tem como padroeiro São Luiz de Gonzaga, em como referência o ano de 1961.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório bovino, próspero e exercido nos moldes feudais em que as fazendas, cobrindo vastos campos pastoris, são isoladamente protegidas por cercas nas mesmas proporções territoriais. Além das pastagens, que nunca atravessam o período de estiagem, há, como recursos suplementares, a folhagem ressequida do *pau-branco* e da *algaróbia* cultivada.

Topônimo - Forma-se, tupicamente, de *ira* = mel ou abelha + *ussu* = grande + *yuba* = amarelo, donde se forma abelha grande *de cor amarela - (Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Pág. 144).*

ITAIÇABA

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Chamou-se primitivamente *Passagem das Pedras,* depois, *Feira do Gado,* nome este, confirmado segundo Lei nº 995, de 31 de agosto de 1861.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila, desmembrada do Município de Jaguaruana, ocorreu segundo Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938 e, para Município, conforme Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial, tem-se como precedente a edificação da capela cujo orago dedicou-se à Nossa Senhora da Boa Viagem. A transformação da capela em Igreja-Matriz, assim como a criação da Paróquia, constam simultaneamente do ano de 1941, tendo como subordinante o Bispado de Limoeiro do Norte. Além da Igreja de tendência católica, existe também um templo com vinculação à Igreja Batista, do qual se tem por fundadores Ananias Borges de Lima e Cícero Monteiro.

Economia - Consiste basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além de modesto e diversificado comércio varejista. Em adicional subsidiário suas bases são reforçadas pela redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de beneficio.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e traduz-se tupicamente, por *itá* +*y* = rio + *saba* = concha, donde se obtém Rio das Conchas - *Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. - 2º Ed. Pág. 145).*

ITAITINGA

História - Município localizado na Mesorregião Metropolitana de Fortaleza. Chamou-se primitivamente *Pedreiras, Cajazeiras* e *Itapó,* com vinculaçào inicial ao Município de Pacatuba.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a Município conforme Lei nº 11.927, de 27 de março de 1992.

Igreja - Existe no reduto uma capela, dedicada ao culto de São João Batista e a ter como subordinante a Paróquia de Pacatuba.

Economia - Fundamenta-se basicamente na extração de pedras e sua transformação em produtos utilizados na construção civil, obras de

calcetagem e escórias que são aproveitadas em concretagem. O comércio, quase que totalmente desestruturado, restringe-se ao varejo em geral, porém sem servir a contento às exigências naturais do consumismo local, o que se faz suprir através da praça de Fortaleza. Subsidiariamente, reforça-se através da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em parcelas de benefício.

Topônimo - O nome atual tem origens túpicas e forma-se, etimologicamente, de *itá* = pedra + *y* = rio + *tinga* = branco, donde se obtém Riacho das Pedras Brancas *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 145/46).*

ITAPAJÉ

História - Município localizado na Mesorregião da Uruburetama. Chamou-se Primitivamente *Riacho do Fogo*. Suas origens remontam ao final do Século XVIII, quando em suas visitas de desobriga, Frei Vidal da Penha plantou no reduto o seu tradicional cruzeiro. Tomando-se como referência esse marco, tem-se no ano de 1839, a presença de Antônio Rodrigues Martins, apelidado o *Carola*, a quem coube adquirir terras na região e fixar residência nas proximidades do já demoninado *Arraial de Santa Cruz*. Em época coincidente, outros colonizadores adquiriram terras na redondeza, igualmente progredindo e dando forma urbana ao que antes não passava de simples feudo individual.

Nesse florescente estágio e graçando no interior a força irreprimível do cangaço, grupos armados, sob o comando dos Mourões, acometeram o reduto de maneira surpreendente e indefensável. Houve, então, cerrado tiroteio entre agressores e agredidos, resultando contra estes verdadeiro massacre. Desse conflito e outros que se sucederiam nasceu a denominação apodológica de *Riacho do Fogo,* modificando o que anteriormente chamara-se de *Santa Cruz*.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito e Município simultaneamente ocorreu segundo Lei nº 502, de 22 de dezembro de 1849. Suprimido, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, e restaurado na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

Igreja - Em suas manifestações eclesiais, além dos vestígios religiosos deixados pelo missionário Frei Vidal da Penha, constam como doadores patrimoniais Francisco Cunha Linhares e sua mulher D. Dominga Pereira Pinto, tendo como data de referência 12 de dezembro de 1837. Nessa doação

consignava-se, com destinação e objetivo a edificação de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha. Inicialmente e a ter-se de capela o caricato, destinou-se para tanto uma casa de farinha na qual o pároco de Canindé, em visitas alternadas, celebrava os atos de sua obrigação itinerante. Em termos de pobreza vale salientar, que por não existir sino, funcionava como tal uma enxada, estrategicamente dependurada num dos caibros do mesmo sacro improviso. Em 1846, estimulado certamente pela idéia de favorecer o exercício da oração ou criar condições menos rudes, reúnem-se os Coronéis Francisco Teixeira Bastos e Francisco Miguel de Andrade, havendo como finalidade tratar da construção da capela. Dessa reunião nasceu o consenso segundo o qual dever-se-ia realizar a obra, o que evidentemente ocorreu, criando-se igualmente a Freguesia, cuja sacralização canônica se daria a 3 de dezembro de 1849.

Incorporado o Distrito à jurisdição de Uruburetama, fato que tem registro a 20 de julho de 1859, ter-se-ia, concomitantemente, transferida a respectiva Freguesia (1862), porém sob o padroado de *São Francisco de Assis da Uruburetama.*

Em 1870 e com finalidade de restaurar o culto inicialmente estabelecido no antigo reduto, abrem-se subscrições com vistas à ereção da Igreja-Matriz de São Francisco de Assis, tendo como responsável o padre José Thomaz. Realizada a obra, ocorreram os atos inaugurais, modificado o topônimo hierático para São Francisco de Assis (1878). Teríamos, então, São Francisco em duplicidade, um no antigo *Riacho do Fogo* e outro na também antiga *Serra dos Corvos* (Uruburetama).

Economia - O Município de Itapajé, a exemplo de outros que se situam em terras de formação montanhosa e áreas sertanejas, apresenta economia bastante diversificada, envolvendo pecuária, agricultura e produção frutícola. A Cidade possui clima saudável, movimentada em seus aspectos comerciais e relativamente bem servida em seus complementos de assistencialidade social. No setor industrial destacam-se a avicultura, transformação de matéria-prima em produto semi-acabado (algodão), indústria ceramista e o aproveitamento da escória algodoeira com vistas a alimentação complementar da bovinocultura leiteira.

Topônimo - Chamado primitivamente de *Santa Cruz* e *Riacho do Fogo*, sofreu toponimicamente as seguintes denominações: 1) - *Vila da Constituinte* (Lei nº 502, de 22-12-1949); 2) - *Santa Cruz da Serra da Uruburetama* (Lei nº 534, de 10-12-1850; 3) - *São Francisco da Uruburetama* (Lei, nº 886, de 20-07-1859; *4)* - *São Francisco* (Lei nº 107

de 20-09-1893), e finalmente o nome atual, consoante Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em suas relações túpicas, traduz-se, etimologicamente, por *itá* = pedra + *pajé* = frade, donde se forma ideograficamente *frade de pedra* ou itapajé *(Aragão - História - Vol. III, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 317/19 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 146 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 292/298).*

ITAPIPOCA

História - Município encravado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam aos primórdios do Século XVIII, quando requereram e obtiveram por Sesmaria tessas situada na região, os portugueses Francisco Pinheiro do Lago e sua mulher D. Josefa Ferreira de Oliveira, Tomé de Oliveira Chaves e sua mulher, tendo como localização possessória os sítios *Santo Amaro* e *São José*. destacando Jerônimo de Freitas Guimarães e sua mulher D. Francisca Pinheiro do Lago. Desses e outros, vinculados ao mesmo gregamento, nasceu a Vila, mantendo a mesma denominação e a ter como instrumento de criação a Resolução Imperial de 3 de fevereiro de 1823, referendado pelo Alvará de 17 de outubro do mesmo ano.

Evolução Política - Quando da transferência da Vila para a localização atual, com o nome de *Imperatriz,* atribuído conforme Lei Provincial nº 1.011, de 3 de novembro de 1862, o antigo reduto passou a chamar-se de *Vila Velha.* A mudança de nome, para a denominação atual, ocorreu segundo Dec. nº 1, de 2 de dezembro de 1889. Sua elevação à categoria de Cidade, ocorreu, em virtude de Lei nº 1.288, de 31 de agosto de 1915.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial consta inicialmente do desdobramento do *Curato do Acaraú* em quatro Freguesias, conforme Provisão referenciada no ano de 1757 e assinada por D. Francisco Xavier Aranha, do Bispado de Pernambuco. Uma dessas Freguesias teve por sede o reduto de São Bento de Amontada sob cuja jurisdição ficou subordinado o reduto de São José da Uruburetama.

Em 1778, segundo praxe adotada na formação de patrimônios eclesiásticos, Jerônimo Guimarães doou, em favor da recém-desmembrada Freguesia, meia légua de terras, situando-se nesse local o espaço físico onde deveria ser construída a Igreja-Matriz. A transferência de sede da Freguesia, para a Vila de Imperatriz, deu-se segundo Lei nº 364, de 29 de julho de 1846, sendo seu primeiro vigário o padre Luiz Antônio da Rocha Lima, funcionando provisoriamente na capela de Nossa Senhora das Mercês.

A Igreja-Matriz, dedicada ao padroado de Nossa Senhora das Mercês, teve como início de obras o ano de 1881 e como responsável Monsenhor Antero José de Lima. Dada a sua evolução eclesiástica, concedeu-se à Paróquia o título de Bispado, não havendo, pelo menos ao nosso alcance, registros que identifiquem a data-início dessa evolução.

Economia - Consiste basicamente na pecuária e na agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira. Por se tratar de Município territorialmente misto, envolvendo serra, sertão e faixa de influência litorânea, tem-se diversificada a sua produção agrícola, compreendendo espécies frutícolas, farinha de mandioca e goma. Em fontes subsidiárias, destacam-se o comércio, instituições bancárias e pequenas indústrias de transformação. Em termos de apoio social, mantém escolas de 1º e 2º graus, hospital, Maternidade, Previdência Social, Correios, Teleceará, Clubes de Serviço, Loja Maçônica e Seminário.

Topônimo - Em seus componentes etimológicos, traduz-se, tupicamente, por *itá* = pedra + *pipoca* = rachada, erodida, donde se obtém sistema rochoso em fase de decomposição geológica (*Aragão - História - Obr. Cit. Vol. II, 2ª Ed. Pág. 321/22 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 147 - Enc.- I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 298/303).*

ITAPIÚNA

História - Município localizado na Mesorregião de Baturité. Chamou-se primitivamente *Castro*. Suas origens datam do Século andante e têm como instrumento evolutivo a então *R. V. C. - Rede de Viação Cearense,* sob cuja operacionalidade nasceu a povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu segundo Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A mudança de nome, para a atual denominação, ocorreu em função do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Sua elevação à categoria de Município ocorreu conforme Lei nº 3.599, de 20 de maio de 1957, com instalação a 24 de junho do mesmo ano.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial, tem-se a capela, dedicada ao padroado de Nossa Senhora da Conceição e edificada no início de sua formação urbana.

Economia - Fundamenta-se basicamente na produção frutícola, na agricultura de subsistência, criatório estabular e comércio varejista. Subsidiariamente, possui como renda social a redistribuição de tributos em forma de benefício.

Topônimo - Em seus componentes etimológicos traduz-se, tupicamente, por *itá* = pedra + *pi*, de *pe* = caminho + *una* = preto, donde se obtém caminho das pedras pretas *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 147).*

ITAREMA

História - Município localizado na Mesorregião do Acaraú. Chamou-se primitivamente *Tanque do Meio,* ocupando terras litorâneas entre os lugares denominados *Tanque de Cima* e *Tanque de Baixo,* reservatórios destinados ao abastecimento de água aos moradores das respectivas vizinhanças. Desses fragmentos de progresso nasceria a povoação, composta na maioria de habitantes modestos e de atividades diversificadas.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito ocorreu segundo Dec. nº (?), de 6 de setembro de 1890. A denominação atual decorre da Lei nº 346, de 10 de agosto de 1937. Sua elevação à categoria de Município ocorreu em função da Lei nº 6.809, de 2 de dezembro de 1963. Extinto conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965 e restaurado segundo Lei nº 11.008, de 5 de dezembro de 1985.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial ocorreram no ano de 1870, quando no local construiu-se uma capela, modestamente em taipa e dedicada ao culto de Nossa Senhora dos Navegantes. A Igreja-Matriz, produto de reconstrução da primitiva capela e dedicada a Nossa Senhora de Fátima, teve como início de obras o ano de 1908, com inauguração a 29 de novembro de 1909 cujos atos foram presididos pelo padre Antônio Thomaz.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pesca marítima, cultura de subsistência e extração de minérios, além do pequeno comércio e da redistribuição de rendas públicas em forma de benefício.

Topônimo - Traduz-se, tupicamente, por *ita* = pedra + *rema* = fétido, fedorento, donde se obtém pedra estratificada da qual se extrai o salitre *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 147).*

ITATIRA

História - Município localizado na Mesorregião de Canindé. Chamou-se primitivamente *Serra da Samambaia,* habitada por Tapuias e com vinculação jurídica ao Município de Canindé. Em sua formação

colonialista teve por responsáveis os portugueses Jerônimo Machado e Antônio Ferreira Braga, advindo do primeiro o nome de *Serra do Machado.*

Na década final do Século XVIII, estabeleceu-se ao nascente da Serra do Machado o morador de nome Antônio José de Sousa, egresso da *Fazenda Tatajuba* (sertão de Quixeramobim), dando a essa nova moradia a denominação de *Sítio São Gonçalo.* Com o falecimento desse morador, seguido do flagelo estial de 1825, caiu em abandono o reduto.

Em anos posteriores, ocupantes diversos povoaram o reduto e criando novas situações na Serra do Machado, notadamente com relação às culturas de subsistência, surgindo dessa segunda etapa a denominação de *Belém do Machado.*

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito provém do Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931. Desmembrado do Município de origem e transferido para Quixeramobim, de acordo com o Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, teve o seu nome simplificado para *Belém*. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Sua elevação à categoria de Município ocorreu por força da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial tem-se como precedente inicial a construção de uma capela, da qual consta como responsável o morador Antônio José de Sousa e como padroeiro São Gonçalo. A segunda capela, edificada no após ano calamitoso de 1825, tem como fundadores Antônio Alves Guerra e José Francisco de Brito, doadores do patrimônio eclesiástico cujas dimensões constam de 400 braças de terras em quadro. Os atos inaugurais dessa capela datam de 23 de dezembro de 1870, tendo como oficiante o padre Manuel Carlos da Silva Peixoto. Nesse novo período, desprezou-se o antigo padroeiro e dedicou-se o orago em honra do Menino Deus.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na cultura do algodão e espécies de subsistência alimentar, donde se destacam o milho, feijão e mandioca. A produção mineral, constante de ricas jazidas e estruturada em calcário, permanece à espera do Poder Público ou da iniciativa privada, desde que para tanto haja vontade política. Em fontes subsidiárias, tem-se no pequeno comércio certas variedades mercantis, além de valores públicos, redistribuídos socialmente em forma de benefício.

Topônimo - Em seus componentes etimológicos traduz-se por *itá* = pedra + *tyra* = áspero, donde se obtém solo de formação geológica

superficialmente erosiva *(Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit. - Pág. 181/82 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 147 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 306/309).*

JAGUARETAMA

História - Município localizado na Mesorregião do Médio Jaguaribe. Suas origens datam de tempos remotos, quando no local habitavam os Tapuias Jaguaribaras. Em termos coloniais, tem-se no seu nascimento e evolução a segunda metade do Século XVIII, chamando-se inicialmente *Riacho do Sangue, Riacho das Pedras, Riachuelo, Oriabebu, Frade* e o nome atual.

O nome *Frade* merece destaque. Segundo a tradição oral, morava no Riacho do Sangue o fazendeiro Cristóvão Soares Carvalho que, por motivos ignorados, resolvera abandonar a convivência rural e internar-se num claustro, tendo por objetivo espiritual receber o hábito de frade. Ignora-se, igualmente, se esse objetivo terá sido alcançado, sabendo-se, entretanto, que desse procedimento resultaria o nome ou apodológio que por algum tempo chegaria a permanecer em evidência.

Evolução Política - Provém, inicialmente, de sua elevação à categoria de Vila, com o nome de *Riachuelo,* conforme Lei nº 1.179, de 29 de agosto de 1865. A partir de então, verificaram-se as seguintes alterações: 1) - supressão conforme Lei nº 1.567, de 9 de setembro de 1873; 2) - restaurado na forma da Lei nº 1.822, de 1º de setembro de 1879; 3) - suprimido em virtude de Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920 e restaurado conforme Lei nº 2.392, de 8 de outubro de 1926; 4) - suprimido, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurado e elevado à categoria de Município, com o nome de *Frade,* consoante Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial constam da ereção da primitiva capela, tendo por benemérito construtor o casal Antônio de Oliveira Silva e sua mulher D. Eugênia Maria Maciel e por padroeira Nossa Senhora da Conceição. Essa capela, antes subordinada à jurisdição eclesiástica do Icó, teve o seu desmembramento e transformação em Freguesia conforme Provisão de 6 de abril de 1784, constando como seu primeiro vigário o padre Francisco da Fonseca Jaime, empossado a 18 de junho do mesmo ano. Essa Freguesia, cuja capela inicial converteu-se em Igreja-Matriz, tem como órgão subordinante o Bispado de Limoeiro do Norte.

Economia - Fundamenta-se basicamente nas atividades agro-pastoris e agricultura de subsistência, além de regular comércio, compreendendo especialidades várias. Em termos sociais, mantém estabelecimentos de ensino e assistencialidade hospitalar, tendo como fonte de custeio a redistribuição de rendas públicas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 3.155, de 8 de maio de 1956 e traduz-se por *jaguar*, de *yaguar* = onça + *retama* = região, donde se obtém lugar das onças *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. III, 2ª Ed. Pág. 319/20 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 149 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 309/13).*

JAGUARIBARA

História - Município da mesorregião do Jaguaribe. Em suas origens históricas, remonta ao Século XVII, quando em terras de Sesmaria o Capitão João da Fonseca Ferreira fixou-se no sítio a que denominou de *Santa Rosa.* Essas terras, transferidas em nome de Manuel Cabral de Vasconcelos, genro do precedente, foram por este vendidas ao padre Domingos Ferreira da Silva, vigário do Icó. Sua influência e consequente formação do sítio em povoado ocorreu a partir do massacre de que foi vítima o protomártir republicano Tristão Gonçalves (1824).

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Município, como Distrito desmembrado do território de Jaquaretama, ocorreu segundo Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial teve-se como precedente a primitiva capela, cujo orago dedicou-se a São Gonçalo do Amarante. Nessa capela e à exceção de uma das orelhas do herói-mártir, decepada conduzida como trofeu pelo traiçoeiro assassino, estão sepultados os restos mortais daquele que quase desapercebidamente se conhece como primeiro Governo cearense da *Frustrada República do Equador.*

Em prosseguimento aos fatos que se vinculam à evolução eclesial do reduto, tem-se como registro a instituição da Freguesia, evento que se verifica a 30 de novembro de 1964, segundo Ato de D. Aureliano Matos, Bispo de Limoeiro do Norte.

Economia - Sem divergir dos fundamentos básicos, que compõem a sobrevivente permanência do homem nos demais municípios do semi-árido, estrutura-se quase que exclusivamente no criatório e na agricultura de sustentação familiar, além do pequeno e variado comércio. Subsidiária e

socialmente mantém-se das parcelas de retorno tributário, aplicadas em forma de beneficio.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943.Em sua formação túpica, traduz-se por *jaguar* de *yaguar* = onça + *y* = rio e *bara* = habitante, donde se obtém moradores do rio das onças, correspondendo ao nome de uma tribo da região (*Aragão - História - Obr. Cit. Vol. IV - Pág. 182 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 149/150).*

JAGUARIBE

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. Em seus referenciais de origem, consta como tendo início nos apagares do Século XVIII, quando por Sesmaria requereram e obtiveram terras na região os seguintes colonizadores: João da Fonseca Ferreira; Frei João de São José; Francisco Ramos da Silva; Miguel Abreu de Albuquerque; Antônio José da Cunha; José Bernardo Uchoa. Esses, por seu turno, ligaram-se familiarmente aos Paes Botão, Martins, Holanda, Peixoto, Fernandes, Cunha Pereira e outros. Em termos de formação habitacional, tem-se como precedência a pessoa do Capitão João da Fonseca Ferreira, cujo desempenho inicial consistiu em edificar, na *Ribeira do Jaguaribe*, uma das chamadas *Casas-Fortes.*

Essas terras, compreendendo o local onde se situara a *Casa-Forte*, Fonseca Ferreira transferiu por doação ao genro de nome Manuel Cabral de Vasconcelos. Em segunda operação, Vasconcelos transferiu a posse dessas terras para o vigário do Icó, padre Domingos Dias da Silveira. Levada à hasta pública, essa propriedade teve como arrematante Eduardo Paes de Melo. Por morte deste e restando dívidas a pagar, transferiu-se a posse em favor dos respectivos credores. Esses credores, em número de quatorze, tiveram que se contentar com o quinhão de apenas cinco braças, o que em termos de assentamento possessório nada representaria.

Evolução Política - A povoação, formada em torno de tantas e tão reiteradas mudanças, tomou inicialmente o nome de *Boa Vista do Jaguaribe-Mirim.* Sua elevação à categoria de Vila, com sede na povoação de *Riacho do Sangue*, ocorreu em virtude de Resolução Provincial de 6 de maio de 1833. Com o advento da Lei Provincial nº 518, de 1º de agosto de 1850, transferiu-se a Vila para o povoado de *Cachoeira* (Solonópole), criando-se também o seu Distrito de Paz (Lei Provincial nº 859, de 27-08-1858). Em terceira andança e de acordo com a Lei Provincial nº 1.121, de 8 de

novembro de 1864, reverte-se a itinerante Vila à anterior sede de *Jaguaribe-Mirim.* Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei Estadual nº 1.532, de 12 de agosto de 1918.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial tem-se como precedente uma capela dedicada a Santo Antônio e edificada na povoação *Boa Vista*, datando presumivelmente dos primeiros anos do Século XVIII. Desse início, entretanto, não se possui documento comprobatório, sabendo-se apenas, que em virtude de Lei nº 1.074, de 15 de novembro de 1863, criou-se a respectiva Freguesia, desmembrada jurisdicionalmente de Icó, Riacho do Sangue e Pereiro. Consta como seu primeiro vigário o padre Teodulfo Franco Pinto Bandeira, natural de Icó e empossado a 17 de janeiro de 1864.

Com o advento da Lei nº 1.468, de 18 de novembro de 1872, transferiu-se a sede da Freguesia, do lugar *Boa Vista* para a Vila de Jaguaribe-Mirim, tendo como padroeira Nossa Senhora da Purificação (Candeias). Dessa capela gerar-se-ia a Igreja-Matriz, não referenciada à míngua de documento.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, agricultura, monocultura do algoão e oiticica, além do comércio e instituições bancárias. Mantém estabelecimentos educacionais, hospitalares, Clubes de Serviço e Maçonaria, advindo desse conjunto ponderável soma de benefícios.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e traduz-se, tupicamente, por *Jaguar* de *yaguar* = onça + *y* = *rio* + *pe* por *be* = em, o, no, na, donde se obtém *no rio das onças (Aragão - História - Obr. Cit - Vol III, 2ª Ed. Pág. 320/21 - Índios - Obr. Cit - 2ª Ed. Pág. 150 - Enc. - I. B. G. E.* - Obr. Cit. Pág. 313/18).

JAGUARUANA

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Chamou-se, primitivamente, *Catinga do Góes*, *União* e finalmente o nome atual. Suas origens remontam às primeiras décadas da segunda metade do Século XVIII, quando em 1771 D. Feliciana Soares da Costa, viúva de Simão de Góes, doou terras para construir a primitiva capela. Com essa doação, além da capela, geraram-se em torno de sua liderança precedentes gregários dos quais se formaria o Município de Jaguaruana.

Evolução Política - Durante cerca de setenta anos, são escassas as referências sobre a evolução desse reduto, o que, entretanto, não exclui o

seu crescimento que o colocaria em estágio de progresso. Com o advento da Lei Geral de 1830, que autoriza a criação de Distritos de Paz na Província, a povoação de *Catinga do Góes* figura no elenco das que seriam contempladas. Como forma de dar cumprimento ao disposto contido na Lei Geral, tem-se como instrumento de execução a Lei de 3 de dezembro de 1832, originária da Câmara Municipal do Aracati, ficando a instalação na dependência de autorização governamental. Essa autorização, no entanto, deixaria de ser expedida, considerando para tanto estar curada a capela da povoação, conforme se deduz de Ofício Presidencial datado de 23 de janeiro de 1833.

Com o advento do Código Criminal, promulgado a 29 de novembro de 1832, abolindo a instalação dos Distritos de Paz, não somente este, quanto outros, deveriam usufruir dos mesmos privilégios. Mas, contrariamente ao estabelecido, leis posteriores impediriam o respectivo cumprimento, donde resultaria, em definitivo, a não instalação do problemático Distrito de Paz.

Com o advento da Lei Provincial nº 838, de 9 de agosto de 1858, transfere-se para a povoação de *Catinga do Góes* a sede do Distrito de Jequi. Dois anos após, realiza-se a eleição que deverá escolher os membros do Legislativo Municipal. Realizado o pleito, saíram contemplados: 1) - Joaquim Fiuza Maia - Juiz de Paz; 2) - Francisco Sabino da Costa - Juiz de Órfãos; 3) - Joaquim Rodrigues do Nascimento - Vereador; 4) - Francisco das Chagas Camilo - Procurador.

Diante da resistência oposta pela Câmara de Aracati e receosos de novas campanhas espoliativas, resolvem os moradores de *Catinga do Góes* organizar-se em bases mais sólidas, fundando a associação civil a que denominaram de *União*, tendo como integrantes trinta e três membros. Nessa composição, destaca-se como seu representante máximo o comerciante Antônio José de Freitas.

Essa entidade reflete positivamente nos destinos da povoação, tendo como primeira conquista a criação e instalação do seu Distrito Policial, evento que tem registro a 25 de fevereiro de 1862. Sua elevação à categoria de Vila, com o nome de *União* e sem as implicações inerentes ao Distrito de Jequi, deu-se conforme Lei Provindial nº 1.183, de 4 de setembro de 1865, vindo a ser instalada a 11 de junho de 1866.

A eleição da nova Câmara, obviamente anterior à instalação da Vila, dera-se a 4 de março de 1866 e constara dos seguintes membros: 1) - Antônio José de Freitas - Presidente; 2) - Venâncio Pereira da Silva - Vereador; 3) - Joaquim Fiuza Maia - Vereador; 4) - José Marques Gonçalves

- Vereador; 5) - Joaquim Felício de Oliveira - Vereador; 6) - Miguel Pereira Costa - Procurador. Sua elevação à categoria de Município, ocorreu em virtude de Decreto Estadual nº 66, de 11 de setembro de 1890.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam do ano de 1761, quando da doação do patrimônio respectivo, feita por D. Feliciana Soares da Costa. Essa doação consta de escritura pública, lavrada no Cartório de Lázaro Lopes Bezerril, Tabelião do Aracati (06-10-1761). A capela, que terá sido edificada cerca de quatro anos antes do registro cartorário, a expensas de D. Feliciana, tem como padroeira Nossa Senhora Santana. Tem-se, como instrumento de criação da Freguesia, a Lei nº 1.083, de 4 de dezembro de 1863, e canonicamente sacralizada a 19 de dezembro do mesmo ano. Consta como seu primeiro vigário o padre Alexandre Corrêa de Araújo Melo, natural do Aracati e empossado a 31 de janeiro de 1864.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura e na produção extrativa, havendo relevo para a cera de carnaúba, além da produção algodoeira. A indústria de fios e tecelagem data de priscas eras, sendo posteriormente melhorada e capaz de oferecer vasta produção de redes. Em suas atividades comerciais, além dos produtos elaborados, mantém variado complexo de varejo, compreendendo medicamentos, tecidos e mercadorias em geral.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação etimológica, traduz-se, tupicamente, por *jaguar*, de *yaguar* = onça + *una* = preto + *ana* = relação de parentesco, donde se obtém onça preta ou espécie vinculada às demais do gênero. *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. III, 2º Ed. Pág. 323/24 - Índios - Ob. Cit - 2ª Ed. Pág. 150 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 318/324).*

JARDIM

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri. Suas origens remontam ao Século XVIII, tendo como referência o fazendeiro Bento Moreira, casado com D. Sebastiana de Oliveira e residente no sítio denominado *Corrente do Ramalho*. Além deste, havia outro colono, homem pobre e consequentemente sem identificação, ocupando o vizinho sítio *Cabeça do Negro*. Não existe, pelo menos em termos de registro, relação alguma entre esses dois primitivos moradores e o desenvolvimento do reduto. Sabe-se, entretanto, que a região na qual se situaria o Município de

Jardim sofreu considerável retardamento em sua colonização, não obstante suas condições de habitabilidade fossem bastante atraentes.

Sua localização em recanto bastante isolado ou, precisamente, no recôncavo meridional da Serra do Araripe, terá sido um dos fatores preponderantes, de modo que somente por ocasião das grandes estiagens atrairia maiores investidores. Desses, consta como pioneiro o padre João Bandeira de Melo, tendo acostado no futuro reduto no ano de 1792, premido pela seca e a ter como procedência o Pajeú das Flores em Pernambuco. Esse padre-fazendeiro, que parecia não acreditar nos prodígios do crucifixo, além de conduzir na cintura uma espada, fazia-se acompanhar de prestimosos escravos.

Aos negros de sua obediência feudal reuniu nativos da região e com os trabalhos por eles realizados, edificou moradia. Essa moradia consistia em modesta casa de taipa, relíquia da qual nasceria a povoação.

A despeito de sua condição de pioneiro e de haver situado seus rebanhos, oito anos mais tarde o irrequieto padre-fazendeiro deixa o arraial por ele fundado e bandeia-se à procura de outros vento, levando consigo os rebanhos, escravos e a inseparável espada. Nessa primeira arrancada, buscou as regiões do Piancó e depois, guiado por sonhos mais distantes, tomou o destino do Piauí, de onde não restariam mais notícias. Deixara no reduto, além de outras referências dignas de nota, o nicho religioso, tendo como patrono a expressão legendária do Senhor Bom Jesus.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu segundo Alvará Régio, de 30 de agosto de 1814, com sede na povoação de *Barra do Jardim*, com o nome de *Santo Antônio do Jardim*, tendo sido instalada a 3 de janeiro de 1816. As solenidades de ereção foram presididas pelo Ouvidor João Antônio de Carvalho, magistrado republicano e propagador indormido do sistema.

Consta como seu primeiro Capitão-Mor (Prefeito) o fazendeiro José Alexandre Arnaud, tendo deixado de assumir o cargo em virtude do seu falecimento. Houve, então, como sucessor, Pedro Tavares Muniz.

Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei Provincial nº 1.829, de 13 de setemro de 1879, inexistindo documentos que possam oferecer melhores esclarecimentos.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente o nicho erigido pelo padre fazendeiro João Bandeira de Melo (1792), tendo como patrono o Senhor Bom Jesus. Com a deserção do padre Bandeira de Melo, reforçaram-se os halos de religiosidade do nicho, havendo como fator de instigação psicoemocional a presença do Frei Vidal

Frascarolo da Penha (Capuchinho da Penha), mandando erigir o seu tradicional Cruzeiro (29-06-1799).

A Freguesia, criada ainda sob os auspícios da primitiva capela, guarda como instrumento de apoio a Provisão de 11 de outubro de 1814, constando como seu primeiro vigário o padre Antônio Manuel de Souza, o *Benze-Cacete* da Revolução Pintista. Esse padre-político, pemaneceu no vicariato até 25 de setembro de 1857, quando faleceu, cego e octogenário. Houve, então, como substituto o padre Joaquim de Sá Barreto.

A segunda casa de orações, edificada em razão do desmoronamento da primeira, ocorrido a 10 de dezembro 1873, tem como início de obras o ano de 1875, constando como responsável o padre Joaquim de Sá Barreto e sendo concluída em 1876, pelo padre José Thomaz de Aquino, natural de Cajazeiras na Paraíba. Nesta reedição de templo, que no final terminaria como Igreja-Matriz, adicionou-se ao padroado do Bom Jesus a figura concorrente de Santo Antônio.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, havendo destaque para a cana-de-açúcar e determinadas espécies frutícolas. Além desses componentes, destacam-se a extração de produtos minerais, tais como a cal, cerâmica e pedras para calçamento. Em termos comerciais, houve inicialmente o setor atacadista, posteriormente superado em razão do progresso e transformado em varejista.

Topônimo - O nome atual, simplificado conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1943, guarda como fator de inspiração memorialista a configuração paradisíaca que lhe assegura a amenidade do clima, as vertentes que se perenizam e o verde cuja ostentação tinha como dádiva da Mãe-Natureza luxuriante vegetação *(Aragão - História - Vol. II, Obr. Cit. 2ª Edição. Pág. 323/26 - Enc. Municípios - I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 324/329).*

JATI

História - Município localizado na Mesorregião de Brejo Santo. Nos esquecidos tempos da pré-colonização, esse território era ocupado por Índios vinculados à Nação dos *Kiriris*, realdeados e catequizados pelo frade Luiz Vincenzio Mamiami, ainda nos apagares do Século XVII. Chamou-se primitivamente *Macapá*, então vinculado ao Município de Jardim. Suas recentes origens datam do Século XIX, quando ainda fazia parte integrante das sobras de terras pertencentes à *Família Lobato*,

cedidas ao Sargento-Mor das Ordenanças da Vila do Crato, José Alexandre Corrêa Arnaud.

Sua formação histórica, na qualidade de arraial, tem como precedente a sua localização em ponto estratégico, obrigatoriamente, a quantos procediam da antiga *Fazenda Vila Bela* (Serra Talhada) e da povoação de *Cabrobó*, ambas situadas na Província de Pernambuco. Nesse cruzamento de itinerantes viageiros constavam Antônio Moura, o filho Antônio da Cunha Moura e o primo Anastácio Moura, todos originários da *Lagoa do Apody* no Rio Grande do Norte. Em suas dispersões colonialistas, Antônio Moura situou-se no lugar denominado *Beleza*, enquanto que os dois últimos estabeleceram-se às margens do *Rio Jardim* e *Poço da Barra*, respectivamente, cabendo ao último a instalação do primeiro curtume de que se tem notícia. Desse conjunto de sesmeiros nasceria o tronco familiar dos *Cunha Moura*, posteriormente acrescido, apodologicamente, de *Emílio da Cunha*.

Sucedendo à feudocracia dos *Cunha Moura* e igualmente provindo do Rio Grande do Norte, fixou-se no *Sitio Macapá* o colonizador Vital do Nascimento, cognominado, em termos de prole, como o *Abraão do Cariri* e, ao sopé da *Ladeira do Porfirio*, o seu companheiro crismado de *Velho Anastácio*.

Com o andar dos anos e a ocupar a margem direita do Rio Jardim, novos agregamentos se fixaram, desses constando os *Silva Brito*, *Claudio* e *Bento*, todos aparentados, formando-se desses fatores avulsos a povoação de *Macapá*.

Relíquias Históricas - Relacionam-se como tal os vestígios de antigo engenho (moagem de cana), constantes de uma moenda, fornalha em ruínas e outros petrechos inerentes à faina canavieira. Esses objetos foram encontrados nas proximidades da casa construída pelo sesmeiro Antônio da Cunha Moura.

Além desses feferenciais situava-se, na parte mais elevada do morro uma clareira, em terreno plano e antes denominada de *Fazenda Velha*. Seria esta a primitiva casa senhorial, posteriormente enterrada nos escombros do passado, restando apenas cacos de telha e de panelas de barro, desordenadamente, além de pedaços de louça a demonstrar bela aparência. Por fim e no sentido de comprovar o povoamento anterior, existem vestígios de um açude cuja parede, separada ao meio e distante cerca de 400 metros da atual ponte, demonstra ter sido construída em pedras.

Evolução Política - *Macapá*, reduto em sua formação gregária, sofreu constantes assédios dos profissionais do cangaço, notamente com

relação aos *cabras* do caudilho Antônio Quelé, constando dessa matula o assassinato do comerciante Luiz Bezerra, não havendo maior chacinamento graças à intervenção de Belim Fernandes, cunhado do falecido, que os expulsou pela força das armas. Desse episódio resultaria a interferência miliciana, reforçada por voluntários civis, cercando a *Fazenda Santo André*, morrendo em combate o legalista Moisés Alencar, comandantes das forças repressoras.

As primeiras casas comerciais de *Macapá*, têm como precedentes investidores o Coronel Antônio João e João Carlos Lócio de Almeida, procedentes de Jadim, tendo-se como primeira *botica* o estabelecimento do qual era proprietário João Anselmo e Silva, natural do então *Brejo dos Santos*. Sua elevação à categoria de Distrito, com o nome atual, deu-se conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e a Município, conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, com instalação a 25 de março de 1955.

Igreja - Suas primeiras manifestações de apoio eclesial datam da primeira metade do Século XIX, com a edificação da primitiva capela, tendo como padroeira Nossa Senhora Santana (1835). Os trabalhos de reconstrução e melhoramento têm como responsável o padre Vicente Sóter de Alencar, vigário de Jardim (1893). O centenário dessa capela, presidido pelo padre Manuel de Alcântara, festejou-se em 1935, reunindo fiéis vinculados a diversas Freguesias.

Economia - Fundamenta-se basicamente no pequeno criatório diversificado, na agricultura de subsistência, na produção algodoeira, além de reduzidas áreas nas quais prospera a cana-de-açúcar. Detém comércio também restrito. Sua localização, estrategicamente fronteiriça, ligando o Ceará a Pernambuco, mantém há pelo menos século e meio rigorosa vigilância fiscal, tornando-se em posto avançado das atividades fazendárias do Estado. Subsidiariamente como fonte de apoio social, participa da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação etimológica traduz-se, literalmente, por certa espécie de abelhas miúdas e de mel saboroso *(Aragão - Fichário - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 329/331)*.

JIJOCA

História - Município localizado na Mesorregião do Acaraú. Suas origens são antigas, não propriamente como centro urbano organizado,

porém na condição de centro gregário de pequenos agricultores e habitantes dispersos e a sobreviver de atividades pesqueiras.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila, com subordinação jurídica ao Acaraú, deu-se em função da Lei Municipal nº 94, de 29 de junho de 1923, com o nome de *Jericoacoara (*Forte construído em 1614). Com a criação do Município de Cruz, conforme Lei nº 11.002, de 14 de janeiro de 1985, desvinculou-se da jurisdição e passou a integrar o recém-criado, conforme Lei Municipal nº 50/90. Com o advento da Lei Municipal nº 60, de 4 de junho de 1990, transferiu-se a sede de *Jericoacoara* para Jijoca, atribuindo-lhe a denominação de *Jijoca de Jericoacoara.* Sua elevação à categoria de Município, com o nome atual, provém da Lei nº 11.796, de 6 de março de 1991, constituindo-se em área de preservação ambiental.

Igreja - Suas primeiras manifestações de apoio eclesial datam de 1614, quando Jerônimo de Albuquerque desembarca no Iguape e passa em seguida ao *Forte São Sebastião.* Pretende nesse ancoradouro reforçar seus contingentes guerreiros, junto aos Índios Potiguares, porém as condições de apoio lhe são desfavoráveis.

Com o advento das incursões francesas, notadamente nas regiões setentrionais da Capitania, Jerônimo de Albuerque se transfere, inicialmente para o *Rio Camocim* e em seguida, por absoluta falta de condições de habitabilidade, para o *Buraco das Tartarugas* (Jericoacoara), onde edifica o Forte e a capela, cujo orago dedica em honra de Nossa Senhora do Rosário (15-10-1614).

Essa pequena ermida conseguiu sobreviver aos tempos revolucionários, quase sempre abandonada e assediada por aventureiros de outras nacionalidades. Em 1880, o agricultor Antônio Pereira Brandão tomou a si a responsabilidade de edificar outra capela, utililizando para tanto o lugar denominado *Caiçara,* sob a invocação de São Francisco de Assis, aparecendo como doador do próprio patrimônio eclesiástico. Em 1914, estando essa capela em ruínas, resolveram os agricultores Manuel Ferreira da Silva e outros proceder à sua reforma e ampliação. Em 1955, em trabalho realizado pelo padre Expedito Silveira, foi lançada a pedra fundamental de nova capela, localizando-a na Vila-Sede do Distrito (Jijoca).

Economia - Fundamenta-se basicamente na produção de farinha e goma de mandioca, não em termos exportáveis, destinada ao consumo regional e abastecimento de vizinhos Municípios. Dada a sua condição modesta e além do mais esquecida dos poderes de apoio nacional, tem-se

nos aspectos sociofísicos da Cidade algo de cenário artístico das improvisações cinematográficas, nada restando a desejar dos melancólicos e saudosistas logradouros dos tempos coloniais.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, originariamente túpicas, forma-se de *jia* = rã + *oca* = casa, donde se obtém, literalmente, *casa das rãs* ou, na extratificação geofísica e abundantemente lacustre, lugar onde habitam as rãs *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 152).*

JUAZEIRO DO NORTE

História - "Quando o Padre Cícero chegou / Juazeiro era uma migalha / Tinha doze casas de telha / E vinte choupanas de palha / Os habitantes não possuíam / No pescoço uma medalha" (Moisés Matias de Moura).

Município localizado na Mesorregião do Cariri. Suas origens remontam ao início do Século XIX, não em termos oficiais, porém convencionalmente formadas por tropeiros originários das várias Províncias do Nordeste. Havia, então, como ponto de encontro um juazeiro, sob cuja fronde instituíra-se o que se poderia classificar de *feira-livre.* Ali, realizavam-se os mais variados tipos de negócio, notadamente com relação à troca de animais e de produtos elaborados nas diversas regiões, considerando que o dinheiro em espécie nem sempre engordava os bolsos de todos.

A localização desse juazeiro ficava no sítio *Tabuleiro Grande,* onde alguns moradores tinham residência, mas nunca a interferir no procedimento daqueles que rotineiramente buscavam *rancho.* Nessa eventual estalagem e a exemplo do que ocorrera com a *Palma* da mulher que vendia bolos e da *Venda* de D. Aurora, o *juazeiro-árvore* transformou-se em locativo, onde o comércio itinerante preenchia satisfatoriamente os essenciais requisitos entre a oferta e a procura. Formou-se, então, o povoado e concomitantemente a casa de orações, tendo como fundador o padre Pedro Ribeiro da Silva, proprietário do sítio e a prever em breve espaço os naturais avanços do reduto, nascendo dessa oportunidade o culto dedicado à Nossa Senhora das Dores (1827).

Durante cerca de quarenta anos, a povoação pouco evoluiu, não passando de 12 casas de telha e vinte choupanas de palha, porém sempre a manter o sistema itinerante de viajores e o tradicional juazeiro. Seria, então, a partir do Padre Cícero, quando aí chegou, que se projetaria o reduto do qual se formaria a legendária Cidade de Juazeiro (1872).

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu segundo Lei nº 1.028, de 22 de julho de 1911, tendo sido instalada a 4 de outubro do mesmo ano. Elevou-se à categoria de Município, conforme Lei nº 1.178, de 23 de junho de 1914, mantendo como denominação a precedente memória de sua inicial formação.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial constam do lançamento da pedra fundamental da capela, em solenidade que se registra a 15 de setembro 1827 e presidida pelo seu empreendedor padre Pedro Ribeiro da Silva. O patrimônio eclesiástico, também doado pelo padre Pedro Ribeiro, constou, além do sitio Tabuleiro Grande, de 12 escravos, cujos valores não são mencionados (1833).

Com o falecimento do padre-fundador, ocorrido em 1833, assumiu a capelania o padre Luiz Barbosa, seguido nos anos posteriores dos padres Antônio de Almeida, Pedro Ferreira de Melo e por fim o Padre Cícero Romão Batista, cuja posse registra-se a 11 de abril de 1872.

Vigário jovem, ordenado a 30 de novembro de 1870 e estreante durante dois meses na Freguesia de Trairi, regressou à sua terra natal (Crato), como professor de latim, junto ao Colégio José Joaquim Teles Marrocos, até sua transferência para Juazeiro, levando em sua companhia a mãe viúva e duas irmãs.

Durante os anos iniciais do seu ministério, tratou o Padre Cícero de assistir, pedagógica e espiritualmente o seu rebanho, graneando em seu favor, confiança e retemperada dose de fanatismo. Atraiu romeiros das Alagoas aos demais Estados nordestinos, nele repousando, segundo os seus penitentes, a crença segundo a qual lhe assistiam poderes sobrenaturais. Consta dessa época o seguinte testemunho:

"Padre Cícero Romão / Na Matriz de Juazeiro / Não precisava de médico / Para receitar romeiro / Dava o remédio de graça / Ninguém gastava dinheiro" (Moisés Matias de Moura).

Nessa produção do "poeta dos 3 MMM", jornalista de cordel e a dar cobertura aos acontecimentos que lhe chegavam à redação da memória, consiste, em linhas gerais, o desempenho daquele que se transformaria no político atuante, no Deus nordestino dos aflitos, no representante contraditório da Igreja *radicalmente* implacável, em vítima da incompreensão do Superior D. José Joaquim José Vieira iria às barras do Tribunal Romano, no condenado suspenso de Ordens, no revolucionário que iria destronar o então Presidente Franco Rabelo e naquele, finalmente, que iria construir a segunda maior cidade do Ceará, tendo como figuras de reverência e amor, Cícero Romão Batista e Nossa Senhora das Dores.

Durante os anos de 1874/75, cuidou da reforma e ampliação da Igreja-Matriz, contando com a efetiva colaboração dos fiéis. Com o advento da grande seca dos anos 1877/79, paralisaram-se as obras de construção. As solenidades de sagração do templo, mesmo sem o término das respectivas obras, deu-se a 18 de agosto de 1884, tendo como oficiante o Bispo de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira. A Instituição da Paróquia, desvinculando a Freguesia da subordinação do Crato, ocorreu a 1º de janeiro de 1912.

Economia - Não há, especificamente, referencial algum que possa definir a economia de Juazeiro, a não ser em obra própria e volumosa na qual fiquem registrados os seus valores concorrentes. A Cidade simplesmente agigantou-se, tanto em área física quanto em atividades lucrativas, formando um complexo que varia do feirante que vegeta à sombra do Mercado Público ao industrial que povoa de chaminés fumegantes quase todo o espaço físico do Município. Tudo se produz, do artefato de ouro à cerâmica, do beneficiamento do algodão aos mais diversificados complementos industriais, do comércio grossista ao varejo, do milagre aos milhares de romeiros a despejar seus minguados cabedais no estuário da economia juazeirense.

Topônimo - A denominação atual, que afinal de contas referenda o que na prática já exssistia, traduz-se por homenagem que presta à História, guardando incólume o nome do prestimoso e vetusto *Juazeiro* e a ter como instrumento de apoio o Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 (*Aragão - Fichario - História - Obr. Cit. Vol. IV, Pág. 184/85 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 331/40).*

JUCÁS

História - Município localizado na Mesorregião de Várzea Alegre. Chamou-se primitivamente São Mateus. Suas origens datam do Século XVIII, embora a contar, de priscas eras, dos ajuntamentos gregários, reunindo Tapuias Quixelôs e Jucás, advindo destes últimos o nome que passaria ao locativo. Desse remanescente, socialmente memorialista, destroçado e reconstruído conforme a índole colonialista que se alternava, nasceu a povoação cujos destinos seriam eliminar o nativo e preencher o vazio com os avanços mercenários da nova ordem que se instalava. Isso de fato viria a ocorrer, com a remoção dos nativos e o reconhecimento feudal dos invasores, prevalecendo nessa época a denominação de *São Mateus*.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila ocorreu conforme Alvará de 17 de outubro de 1823, tendo como respaldo anterior a Resolução Imperial de 3 de fevereiro, instituidora do Município (1823). Suprimida a Vila, conforme Lei Provincial nº 558, de 27 de novembro de 1851, transferiu-se, pelo mesmo diploma, a sede do Município para a então Vila de Saboeiro. Sua restauração, na categoria de Vila e sob a denominação de *São Mateus dos Inhamuns*, deu-se conforme Lei nº 889, de 22 de julho de 1859. A restauração do Município, antes transferido para Saboeiro, ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Os primeiros indícios de apoio eclesial são devidos ao religioso Frei Manuel de Jesus e Maria, que após visitar a região, interfere junto ao Bispo de Pernambuco, solicitando a criação de uma Freguesia no reduto indígena dos respectivos habitantes. Deferido o pedido, surge a Resolução, datada de 7 de dezembro de 1755, instituindo a *Freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns*. A imagem da padroeira, ainda no curso da obra, foi entronizada a 22 de março de 1757.

Extinta a Freguesia, transferida a sede para Saboeiro e após vários anos de dependência nessa subordinação, teve a sua restauração autorizada conforme Lei nº 630, de 22 de dezembro de 1853, instituindo em Igreja-Matriz a capela de *Nossa Senhora do Carmo de São Mateus*.

Economia - Município geologicamente estruturado em áreas que se diversificam, variando entre suportes lacustres, pluviais e elevações pedregosas, variando também entre solos rasos e profundos, possui tentáculos que induzem ao crescimento da pecuária, da agricultura e, sobretudo, da produção algodoeira. Em termos complementares, temos a extração de minérios, exercida em proporções avançadas e o arroz de verão, produzido em larga escala, quando da retração natural das águas. A exemplo de outros Municípios da região, a indústria do setor urbano contribui satisfatoriamente em favor da economia, tanto no que concerne à transformação de matéria-prima em produto semi-acabado, quanto nas atividades de aproveitamento e expansão dos expurgos, notadamente com relação ao algodão, formando volumosos estoques de ração animal. O comércio, que outrora mantinha o seu lugar de destaque, acha-se atualmente restrito ao suprimento de imediata necessidade, uma vez que as modernas rodovias, ligando o Município a centros mais adiantados, concorrem para o esvaziamento da procura local e, consequentemente, a expulsão incontrolável de valores amoedados, fenômeno igualmente registrado nos setores de saúde e até mesmo educacionais.

Topônimo - A denominação atual provém do Dec-Lei n° 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se por homenagem que se quis prestar à vigorosa e persistente Nação Tapuia dos Jucás *(Aragão - História - Vol. III, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 324/325 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 153 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 340/344).*

LAVRAS DA MANGABEIRA

História - Município localizado na Mesorregião do mesmo nome. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando na região de *São José dos Cariris* (Missão Velha) estabeleceu-se a *febre do ouro*, abrangendo vastas regiões, dentre estas o *Rio das Lavras* ou local onde através da lavagem das escórias obtinham-se fragmentos auríferos (1712). Diante da propagação das ricas jazidas, Pernambuco assumiu a preeminência das *lavras*, nomeando como Superintendente das minas o Sargento-Mor Jerônimo Mendes da Paz (1751). Deu-se, então, o conflito de interesses. Em 1752 e acompanhado do Ouvidor Proença de Lemos, o Capitão-Mor do Ceará, Luiz Quaresma Dourado, buscou a região caririense, estabalecendo-se às margens do rio já conhecido por Lavras. Nessa aventura, compreendendo os sítios *Fortuna, Barreiros e Morros Dourados*, várias prospecções se realizaram, porém em vão, uma vez que a produção não compensava o volume das despesas. Quaresma Dourado retornou à Capital em 1758, levando de volta sua coorte e deixando apenas como referência a denominação que já de início patentearia o reduto.

Evolução Política - No curso dos anos seguintes, o lugarejo foi assumindo características populacionais, até chegar ao estágio de povoado. Nessa época, então, e de acordo com a Resolução Régia de 20 de maio de 1816, criou-se o Município com a denominação de *Vila de São Vicente das Lavras da Mangabeira*, vindo a instalar-se a 8 de janeiro de 1818. O título de Cidade provém da Lei nº 2.075, de 20 de agosto 1884.

Igreja - Em termos eclesiais havia como projeção subordinante a Freguesia do Icó, situada em terreno próprio e constante de meia légua de terras ao lado do Rio Salgado. Essa dependência vigeu até 30 de agosto de 1813, oportunidade em que se deu o respectivo desmembramento. Em 1814, consoante ato do Bispado de Pernambuco, insituiu-se a Paróquia, sob a invocação de *São Vicente de Férrer*, constando como seu primeiro vigário o padre José Joaquim Xavier Sobreira.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, havendo como destaque a produção algodoeira. Nos demais setores, possui comércio regular, indústrias de transformação, moagem de café, Agências bancárias e representações dos demais Serviços Públicos. No campo das atividades sociais, mantém escolas municipais, Previdência e Clubes de Serviço, além das parcelas distributivas originárias das rendas públicas e aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - A esse remanescente gregário, deixado pelos mineradores, deram-se várias denominações das quais figuram: **a)** - *Lavras*; **b)** - *Mangabeira*; **c)** - *São Vicente Férrer*; **d)** - *São Gonçalo das Lavras*; e, finalmente o nome atual, conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro 1943 - *(Aragão - História - Vol. II.2ª Ed. Pág. 327/328 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 344/350).*

LIMOEIRO DO NORTE

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Suas origens remontam ao ano de 1687, quando o Sargento-Mor João de Sousa Vasconcelos, originário dos sertões do São Francisco e após manter combates contra os Índios Paiacus, estabeleceu-se no sítio denominado *São João das Várzeas*. Em épocas posteriores, estas e outras terras passariam a ser ocupadas por imigrantes provenientes do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, surgindo novos redutos, dos quais se destacam o de *Limoeiro e Tabuleiro de Areia*.

Por ocasião das demarcações procedidas pelo Ouvidor da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, encarregado de tombar as terras do Baixo Jaguaribe, houve como destaque o lote compreendido nas margens do Jaguaribe e a conter légua e meia de fundo com meia para cada banda, cabendo esse quinhão ao primitivo sesmeiro. Essas terras passariam ao domínio do readquirente Antônio Rodrigues da Silva, pernambucano, que por seu turno as transferiu ao seu genro Manuel José da Silva e sua mulher D. Josefa Maria de Vasconcelos, virtuais fundadores da povoação.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila, antes e segundo Lei nº 1.255, de 22 de dezembro de 1878, com sede em *São João do Jaguaribe*, transferiu-se para Limoeiro, em virtude de Lei nº 1.402, de 22 de junho de 1871, ocorrendo sua instalação a 30 de junho de 1873. Sua elevação à categoria de Município provém da Lei nº 364, de 30 de agosto de 1897.

Igreja - Após o falecimento de Manuel José da Silva, ocorrido em 1818, seus filhos, padre Vicente Rodrigues da Silva, José Rodrigues da Silva e Antônio da Silva Vasconcelos lançaram a idéia de construção de uma capela e doaram ao respectivo partimônio 500 braças de terras. A esse patrimônio adicionaram eles e em operação de compra e venda, outras porções, tendo como vendedores Bonifácio José Carneiro e Joaquim da Costa Barros.

Concluído o primitivo nicho religioso e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição, realizam-se os atos inaugurais, tendo como registo de data 9 de dezembro de 1845. A Freguesia, dedicada à padroeira, provém de Lei Provincial nº 1.081, de 4 de dezembro de 1863, tendo sido instalada no ano seguinte.

Em 1864 e em atendimento à Lei Provincial nº 1.118, de 8 de novembro desse ano, transfere-se a sede da Freguesia para a povoação de São João do Jaguaribe. O seu retorno ao lugar de origem data de 4 de novembro de 1870, consoante Lei nº 1.358, tendo como seu primeiro vigário o padre Francisco Ribeiro Bessa. A nomeação desse padre tivera como instrumento de apoio a Provisão de 19 de janeiro de 1864. Dessa Freguesia nasceria a Paróquia e em seguida a instituição da Diocese, com registro em data de 8 de maio de 1938, segundo a Bula *Ad Dominicum*, do Papa Pio XI, sendo seu primeiro Bispo D. Aureliano Matos, eleito a 30 de junho de 1940 e sagrado a 29 de setembro do mesmo ano, na própria Catedral da Diocese. Constou como oficiante dos atos de sagração D. Manuel da Silva Gomes, Bispo de Fortaleza, sendo assistentes D. José Tupinambá da Frota e D. Francisco de Assis Pires, respectivamente de Sobral e Crato.

Economia - Trata-se de Município cortado pelo rio Jaguaribe e composto, em sua maioria, de terras formadas por antigas camadas aluvionais, humosas, alagadiças nas estações hibernais e próprias para cultivos diversificados. A própria cidade está localizada na planura baixa e alagável. Nos campos de produção prosperam o azrroz, o milho, o feijão de vazante, a mandioca, o algodão, a banana e espécies que compõem a horticultura. Quanto ao criatório bovino, este se desenvolve nas terras altas ou de tabuleiros, exceto no tocante ao rebanho leiteiro, selecionado e tratamento estabular. Industrialmente produz artefatos de cerâmica, transformação de matéria-prima e artesanatos diversos. Possui comércio regularmente satisfatório, estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e demais cursos mantidos pelo Bispado, além de casas bancárias e representações assistenciais do Serviço Público.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 *(Aragão -História - Vol. III, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 325/28 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 351/357).*

MADALENA

História - Município localizado na Mesorregião de Quixeramobim. Suas origens são recentes e têm como referência a *Fazenda Teotônio* na qual se situa o açude de igual nome. Essa Fazenda, consederada modelo, pertenceu inicialmente à firma Plínio Câmara Vieira Ltda. e, posteriormente, sob a direção do *Grupo Edson Queiroz.*

Evolução Política - A povoação, formada em torno desse empreendimento, elevou-se à categoria de Vila conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Sua elevação à categoria de Município provém da Lei nº 6.376. de 1º de julho de 1963. Suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado sedundo Lei nº 11.274, de 23 de dezembro de 1986, tendo sido instalado a 1º de janeiro de 1989.

Igreja - Os referenciais eclesiásticos constam de uma capela e respectiva Freguesia, tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Economia - Sua localização em zona de grande influência do semi-árido, tem como principal fonte de produção os implementos agropastoris, havendo como destaque o algodão. Em termos comerciais, não vai além do varejo, incluindo tecidos e mercadorias em geral. Sua principal fonte de sobrevivência social consiste na redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de beneficio.

Topônimo - O nome atual consta como transposição do primitivo nome de Catunda, Município de Santa Quitéria, porém sem outro referencial que melhor o identifique *(Aragão - Fichário).*

MARACANAÚ

História - Município localizado na Mesorregião metropolitana de Fortaleza. Suas origens remontam ao primitivo gregamento formado junto à lagoa de igual nome e jurisdicionalmente vinculado ao Município de Maranguape.

Evolução Política - A elevação do povoado a categoria de Vila ocorreu em virtude do Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua

elevação à categoria de Município deve-se à Lei nº 6.964, de 19 de dezembro de 1963. Suprimido segundio Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado na forma da Lei nº 10.811, de 4 de julho de 1983, tendo sido instalado a 31 de janeiro de 1985.

Igreja - Sede de Paróquia, desvinculada de Maranguape e dedicada em honra de São José, guarda como data de fundação 2 de janeiro de 1952, graças ao trabalho realizado pelo padre José Holanda do Vale.

Economia - Divide-se em duas partes distintas. Na primeira, tem por instrumento de apoio o antigo Distrito, manietado politicamente e a sobreviver, originariamente, do que por dever lhe oferecia Maranguape. As ruas eram estreitas, sem movimento, mercearias de reduzido sortimento e a panificadora do Manuel Português. Em termos mais avançados e reconhecidamente úteis aos requisitos mínimos de sustentação econômica, havia a Ferrovia Fortaleza-Baturité, o Hospital de apoio e cura dos tuberculosos do Serviço Público, em geral, Preventório e Colônia de menores infratores em *Santo Antônio do Pitaguari.*

A segunda parte compreende o período a começar do qual situou-se o Distrito Industrial de Fortaleza. Com o advento desse sistema originariamente devido ao Governo do Coronel Virgílio Távora, não somente empresas situadas na Capital e em condições de mudanças sem trauma como as de recente instalação povoaram densamente o novo polo, nascendo desse surpreendente avanço um dos mais prósperos Municípios do Ceará. Desapareceram então os problemas-de-caixa e se avolumaram os problemas sociais, posto que sem o mínimo de estrutura Maracanaú passou a ser considerada *Cidade-Dormitório.* Vieram, simultaneamente, as improvisações urbanas, compreendendo aberturas de ruas, avenidas, conjuntos habitacionais, bases comerciais de ajustamento e população cosmopolita. Quebrou-se o elo fraternal próprio dos agregamentos restritos. Nasceu, além das deficiências inerentes aos complementos necessariamente básicos, a violência, marcando o início dos crimes hediondos. Maracanaú, portanto, reivindicou, obteve o ambicionado produto, eliminou socialmente a mansuetude e se há de contentar com o flagelo próprio das angustiadas metrópoles.

Topônimo - Em sua formação toponímica, tupicamente se traduz por *maracanã* = espécie de gralha + *ú,* do verbo comer, donde se obtém comedouro ou dormitório das maracanãs *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 155).*

MARANGUAPE

História - Município localizado na Mesorregião metropolitana de Fortaleza. Suas origens remontam aos estágios da pré-colonização, com o nome de *Maragoab*, conforme cartografia antiga. Dizia-se, a título de nota informativa, situar-se numa *serra para aquém do lugar chamado das Amazonas*, o que até certo ponto estará geograficamente correto. Em termos de colonização, aparecem como pioneiros o Tenente Pedro da Silva e Amaro de Moraes, que a 12 de julho de 1707, obtêm por Sesmaria terras envolvendo o local onde pelos tempos adiante se formaria a povoação. Em posteriores concessões, são beneficiados, na mesma região, os sesmeiros Jorge da Silva (1711), Capitão Soares de Oliveira (1717), José Gonçalves Ferreira Ramos e Filipe Lourenço Ramos (1790).

Em termos de povoamento, tem-se como pioneiro o portugûes Joaquim Lopes de Abreu, que no início do Século XIX, e por doação do Governo Luso, são-lhe concedidas várias porções de terras às margens do *Riacho Pirapora*, nascendo dessa liberalidade reinol o gregamento inicial.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de distrito, com vinculação ao Município de Fortaleza, ocorreu segundo ato Provincial de 1º de janeiro de 1760. Em segundo Ato Provincial, datado de 18 de março 1842, fundiu-se o Distrito ao Município de Fortaleza, desaparecendo a individuação anterior. Em Lei Provincial nº 553, de 17 de novembro de 1851, deu-se a sua desvinculação do Município de Fortaleza e consequentemente a sua elevação à categoria de Vila. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Lei Provincial n° 1.282, de 28 de setembro de 1869, com a denominação atual.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial decorrem de Lei Provincial nº 485, de 4 de agosto de 1849, transferindo para Maranguape a Freguesia até então com sede em Messejana, tendo como padroeira Nossa Senhora da Penha. A primitiva capela situava-se à margem direita do *Riacho Pirapora*, no lugar posteriormente denominado de *Outra Banda*. Em virtude da inexistência de condições físicas da primitiva capela, procedeu-se à demolição desta e programou-se a construção de templo mais adequado. Quando da execução inicial das respectivas obras, estas, então, foram suspensas, havendo como pretexto desavenças entre os habitantes de *Outra Banda* e moradores da margem esquerda do já citado riacho Pirapora, girando a questão em torno do padroeiro cuja preferência

se dividia entre Nossa Senhora da Penha e São Sebastião. Resultou do impasse a edificação do templo dedicado a São Sebastião e o reerguimento da extinta capela em honra de Nossa Senhora da Penha, dividindo-se também o padroado. Consta, como primeiro vigário, envolvendo os dois setores, o padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, removido de Messejana quando da transferência da Freguesia. Esse padre viria a falecer em Fortaleza, acometido do cólera, em 1862, sendo substituído, interinamente, pelo padre Galindo F. da Silva Cavalcante. O titular da Freguesia consta como tendo sido o padre Francisco Sales de Oliveira Bastos, nomeado a 11 de outubro de 1862 e permanecido até 16 de fevereiro de 1872. E, finalmente, houve como substituto o padre José Maria Conde, o criador da Paróquia.

Economia - Vasto na sua expressão territorial e geograficamente diversificado, pelo menos em sua fase primitiva, Maranguape contava e parcialmente ainda existem três regiões distintas, compreendendo serras, tabuleiros de solos rasos e pedrogosos, enquanto que a terceira corresponde aos córregos e baixios, proporcionando aos moradores os plantios de arroz e cana-de-açúcar. Nas duas primeiras áreas, são prioritariamente cultivadas a pecuária e a agricultura, destacando-se desta a produção algodoeira, além da frutícultura da qual a banana supera as demais espécies.

A despeito da perda de Maracanaú, concentrando atualmente o maior complexo industrial do Ceará, Maranguape talvez tenha saído com a vantagem. O Distrito somente problemas apresentava. Suas bases econômicas, originariamente estruturadas, permanecem inalteradas, constando das indústrias de transformação, fios e redes, rendas e labirintos, produção de aguardente, transporte interurbano, comércio de bens exportáveis e de consumo interno, estabelecimentos bancários, representações do Serviço Público em geral, Hospitais e Clubes de Serviço. E, finalmente, em termos de humorismo exportável, não seria o *Coronel Pantaleão* que visse a ser superado pelo também humorista de prol *Odorico Paraguaçu. Fi-lo porque qui-lo* - diria o humorista mato-grossense ao tentar justificar o injustificável ou, anti-higienicamente, arrancar do colarinho suarento e comer em praça pública o seu nauseabundo sanduíche.

Topônimo - Em sua formação etimológica, com relação ao nome atual, traduz-se tupicamente por *marã* = guerra + *guá* = bacia +*pe* = em o, donde se obtém bacia ou vale onde os índios se reuniam para a guerra *(Aragão - História - Vol. III, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 328/329 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 155).*

MARCO

História - Município localizado na Mesorregião do Acaraú. Suas origens remontam ao Século XVIII, tendo como referência um marco divisório entre a *Ribeira do Acaraú* e *Santana do Acaraú*, situando-se meia légua distante do local onde se edificaria a povoação. As terras nas quais se localiza o Município eram, primitivamente, habitadas por índios Tremembés, Aperiús, Arariús e Acrius, tribos que por desavença familiar se separaram, indo algumas delas residir na Ibiapaba.

Cessadas as desavenças tribais, surgiram os colonizadores brancos, dentre outros, Manuel de Góes, pioneiro na ocupação de terras na Ribeira do Acaraú. Surgiram nessa fase as primeiras edificações, em processo lento e persistente, formando ao longo dos anos o conjunto gregário em modestas condições.

Evolução Política - O Distrito, com jurisdição centralizada em Santana do Acaraú, data de 21 de outubro de 1872, confirmado posteriormente segundo Lei Municipal de 15 de abril de 1893. Sua elevação à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A elevação à categoria de Município, com a denominação atual, provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm da edificação da capela em honra de São Miguel, construída em 1870. Essa capela, depois de reformada e ampliada, transformou-se em Igreja-Matriz, conforme Portaria de autoria do Bispo de Sobral, D. José Tupinambá da Frota, datada de 31 de dezembro de 1941. Ainda por ato de D. José e na mesma data, criou-se a Freguesia, sendo seu primeiro vigário o padre Francisco Apoliano, empossado a 6 de janeiro de 1942, data em que também foi instituída a Paróquia.

Economia - Fundamenta-se basicamente nas atividades agropastoris, em torno das quais trabalha a maior parte da população ativa. Constam como principais produtos agroprodutivos o algodão, o milho, feijão e banana. Subsidiariamente, mantém regular comércio no qual se envolvem tecidos e varejo em geral, além do apoio social decorrente da redistribuição de tributos repassados em forma de benefício.

Topônimo - Provém da fórmula *usos e costumes*, em que se tem como referencial o Marco Divisório entre Municípios vizinhos *(Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit. Pág. 185/6 . Fichário).*

MARTINÓPOLE

História - Município localizado na Mesorregião de Granja, da qual foi desmembrado. Chamou-se primitivamente *Angica*. Sua formação tem raízes na construção da Ferrovia Sobral-Camocim e consta como seu fundador o padre Vicente Martins, vigário paroquial da jurisdição.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém do Decreto nº 56, de 4 de dezembro de 1933 e a Município, segundo Lei nº 3.560, de 26 de março de 1957.

Igreja - Em sua formação eclesial, tem-se como ponto de apoio a edificação da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição e concluída em 1917, com inauguração a 11 de novembro do mesmo ano.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, agricultura de subsistência, cera de carnaúba, e pequenos estabelecimentos comerciais. Sobrevive, praticamente, do retorno de tributos fiscais, distribuídos em forma de benefício.

Topônimo - Trata-se de homenagem dedicada ao seu fundador, Monsenhor Vicente Martins *(Aragão -História - Vol. IV . Obr. Cit. Pág. 186 - Fichário).*

MASSAPÊ

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Chamou-se primitivamente *Serra Verde*. Suas origens datam da construção da Ferroria Sobral-Camocim, com Estação inaugurada a 31 de dezembro de 1881. Deve-se o povoamento do reduto a moradores vizinhos e, sobretudo, aos *Paroaras* egressos dos seringais nortistas e especialmente das regiões acreanas, onde lá se destacara o cearense de Massapê, crismado na sua terminologia matuta com o nome de *Lixandre Liveira Lima*. Essa povoação, nascida sob o ciclo dos bem-afortunados, já contava nos anos de 1887/88 com duas escolas primárias, tendo como fundadores o professor João Capistrano de Vasconcelos e a professora Arminda de Araújo, respectivamente. Em seus avanços culturais e em graus mais evoluídos, constavam os seguintes estabelecimentos de ensino: **a)** - Colégio Santa Úrsula, de propriedade do padre João Lira Pessoa; **b)** - Colégio do italiano Pedro Ciarlini; **c)** - Colégio Teles de Sousa; **d)** - Colégio do professor Tupá Milério.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei nº 398, de 25 de setembro de 1897, com o nome de *Serra Verde*, tendo sido instalada a 5 de fevereiro de 1898. A elevação à categoria de Município provém da Lei nº 1.408, de 27 de agosto de 1917, tendo como primeiro *Intendente* o cidadão João Adeodato Carneiro.

Igreja - Em termos de apoio eclesial, tem-se na pessoa do padre Diogo José de Sousa Lima o edificador da primitiva capela cujo orago dedicou-se a Santa Úrsula. O patrimônio eclesiástico, contendo as dimensões exigidas nas Sacras-Ordenações, teve como doadora a senhora Úrsula Balbina, mãe do vigário-construtor. A elevação da capela à condição de Igreja-Matriz e, concomitantemente, à Freguesia, deu-se conforme Provisão de 22 de junho de 1911, assinada pelo Bispo de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira, sendo seu primeiro vigário o padre Antônio Cândido de Melo.

Economia - Massapê, a exemplo de vários Municípios cearenses, inicialmente estruturados na fortuna, teve o seu período áureo, caindo de maneira brusca, conforme as mutações de sua própria contemporaneidade. Em resumida observação, poder-se-á considerar sua economia pretérita em termos igualitários não apenas a Sobral, mas a outros centros mais adiantados. De seus minúsculos espaços físicos destacavam-se vários empórios atacadistas, notadamente no ramo de tecidos, mantendo viajantes cujo raio de ação, além do setentrião cearense, estendia-se aos Estados do Piauí e Maranhão. O progresso, no entanto, que à serpente se assemelha ao comer os filhos no após desova, comeu de Massapê a sua esplendente evolução.

Em seus aspectos rotineiros, sua economia fundamenta-se basicamente na indústria extrativa vegetal, originária da cera de carnaúba e sementes de oiticica, além da bovinocultura, outro componente de vital importância. Em seus referenciais agrários, não vai além dos plantios de subsistência alimentar, com rápido destaque para a produção de milho e arroz. Em termos de decadência, esta mais se acentuaria a partir da desativação da ferrovia Sobral-Camocim, fruto certamente de repetidas e improficuas administrações.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 540 de 10 de agosto de 1899. Em sua formação toponímica, há como predomínio a composição geológica que caracteriza o seu tipo de solo, argiloso e impermeável. *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. IV, Pág. 186/87 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 367/372).*

MAURITI

História - Município localizado na Mesorregião de Barro. Suas origens remontam às décadas finais do Século XVII, quando se identificaram tribos nativas e inteiramente cearenses, ocupando vasta região agricultável. Nessa ocupação originariamente cearense ocorreu a invasão de Índios Tupiniquins, naturais do litoral baiano e regiões de Sergipe. Deu-se, então, vigoroso conflito, resultando como solução parcial o armistício de nove meses, tempo durante o qual seria o bastante para que se decifrassem os caracteres existentes na *Pedra do Letreiro*, localizada no *Sítio Coité*. Dessas inscrições que certamente envolviam interesses dos invasores, não restariam informações posteriores, sabendo-se apenas quanto ao fim das hostilidades.

Em tempos imediatamente posteriores, nova invasão de Tapuias ocorreu, sende estes índios rapineiros e vinculados aos Guanacés. Como, porém, nessa época já haviam acostado os primeiros colonizadores brancos, deram-se vários conflitos armados, dos quais os invasores lograram a menor quinhão da fortuna, posto que rechaçados e a contar com a morte do seu chefe. Houve como consequencia o abandono da região por parte do remanescente. Constam como participantes desse conflito, lutando em favor das hostes colonialistas, Belarmino Cabeção e Antônio Menino.

Com a defecção dos nativos, sesmeiros localizados na *Ribeira do Riacho dos Porcos* estenderam suas lavouras e adquiriram novos lotes, ocupando glebas de maior rentabilidade agropastoril. Consta desses o Coronel João de Barros Braga, requerente sesmeiro dos sítios *Podimirim, Maurti Grande* e *Mauritizinho*.

Em 1704, esses sítios foram afrrematados por João Dantas Aranha e Caetano Dantas Aranha, que por sua vez foram sucedidos por novos sesmeiros, cabendo a Bartolomeu Pereira Dantas o sítio *Muriti Grande*, mudando nessa oportunidade para a denominação de *Buriti Grande*. A partir dessas mudanças viria o desdobramento resultante dos *Sítios Dantas, Várzea e Mombaça*, todos vinculados ao tronco primitivo. Com o evoluir das sucessões, consta como proprietário seguinte Antônio Pereira da Cunha, casado com D. Ignez Platen de Sã. Com o falecimento deste casal, *Buriti Grande* entrou em regime de inventário pelos descendentes, mantendo-se a última denominação até sua elevação à categoria de vila,

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu em virtude do Decreto nº 51, de 27 de agosto de 1890, tendo sido

instalada a 21 de outubro do mesmo ano. Suprimida, conforme Lei nº 257, de 20 de setembro de 1895, e restaurada na forma da Lei nº 2.211, de 28 de outubro de 1924. Extinta, finalmente, conforme Lei nº 2.634, de 6 de outubro de 1928 e restaurada conforme Dec-Lei º 1.156, de 4 dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Município provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo a denominação atual.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm caráter místico e constam que por ocasião do cólera, o Capitão Miguel Dantas fizera uma promessa segundo a qual se a epidemia não afetasse os moradores de sua propriedade, doaria o patrimônio e edificaria uma capela em honra de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Deu-se o suposto milagre. Em 1872, quando se aprestava para dar cumprimento ao prometido, com o lançamento da pedra fundamental, houve opinião contrária por parte do padre José Maria Ibiapina, oficiante que seria dos respectivos atos inaugurais. Ibiapina achou inadequado o local. Mantidos novos entendimentos, transferiu-se o projeto de construção para o sítio *Mombaça*, desaparecendo a responsabilidade do promitente doador do patrimônio. Nessa hipótese, houve como doadores substitutos João Martins de Moraes José Estrela e D. Florinda da Fonseca.

Iniciadas e concluídas as obras, realizaram-se os atos formais de sagração, em solenidade cujo registro data de 8 de dezembro de 1876, tendo como oficiante o padre Mota, vigário itinerante em suas operações de desobriga. Dessa capela nasceriam a respectiva Freguesia, transformada em Paróquia, e a Igreja-Matriz cuja sagração se daria oportunamente.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura, da qual se destacam o algodão e a cana-de-açúcar, além dos plantios de verão, considerando a sua abundância natural em mananciais permanentes. Mantém regular comércio, compreendendo os ramos de tecidos, produtos farmacêuticos e varejo em geral, além da redistribuição tributária em parcelas de benefício.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Muriti, Buriti Grande* e o nome atual, conforme Decreto nº 51, de 27 de agosto de 1890. Em sua formação toponímica, traduz-se, tupicamente, por *muri* = espécie de palmeira + *ti* = nariz, pico, elevado, donde se obtém muriti ou buriti, cuja haste se alça a considerável altura (*Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 187/88 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 155 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 373/377).*

MERUOCA

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam aos primeiros anos do Século XVIII, quando habitantes provindos de outras regiões aí se estabeleceram e se organizaram em termos de povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de vila com o nome atual, deu-se conforme Lei Provincial nº 1.799, de 10 de janeiro de 1879. Sua elevação à categoria de Município ocorreu conforme Lei nº 2.090, de 13 de novembro de 1885. Suprimido, segundo Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920, e restaurado na forma da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial têm-se, inicialmente, a doação patrimonial, constante de meia légua de terras em quadro, 100 vacas de cria e uma engenhoca para o fabrico de mel, feita pelo Coronel Sebastião de Sá Barroso e sua mulher Cosma Ribeiro Franca, pernambucanos de origem (1724).

As obras de construção da capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, iniciaram-se em 1727 e concluídas no ano seguinte, tendo sido oficiante dos respectivos atos o padre João da Costa Ribeiro, em prévia autorização do Bispo D. José Fialho.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição provém da Lei nº 1.799, de 10 de janeiro de 1879, e instituída canonicamente conforme Provisão de 4 de fevereiro de 1880, constando como seu primeiro vigário o padre Diogo José de Sousa Lima.

Economia - Fundamenta-se basicamente na produção frutícola, na cafeicultura, cana-de-açúcar e agricultura de subsistência, notadamente com relação à farinha de mandioca. Em suas atividades comerciais, divide-se em produtos da própria lavra e artefatos diversos, originários de outros centros fornecedores. Em termos sociais, participa da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação toponímica, traduz-se tupicamente por *meru* = mosca selvagem, meruanha + *oca* = casa, donde se obtém lugar das meruanhas *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 329 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 156 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 378/380).*

MILAGRES

História - Município localizado na Mesorregião de Brejo Santo. Suas origens têm caráter lendário e datam do Século XVIII, quando certos conquistadores brancos instalaram-se às margens do *Riacho dos Porcos* ou, precisamente, no sítio denominado *Pilar*. Nesse local e sem que haja maiores referências acostaram alguns forasteiros, dentre estes o indivíduo conhecido por Sousa Presa. Em oportunidade que a História não registra, cronologicamente, houve-lhes como surpresa o acometimento de Tapuias agressivos que, à exceção do indivíduo de nome Presa, os demais foram massacrados e levados ao espeto.

Presa - comenta a tradição oral - que apesar de sua catadura magricela, possuía algo de atraente ou suporte físico capaz de sugerir halos de simpatia a uma beldade indígena. Isso exatamente aconteceu, se bem que nem o embriagante magricela nem os canibais da tribo chegassem a tomar conhecimento. Jungido ao tronco, certamente a título de engorda, resolveram os índios deixar a aldeia, em suas habituais aventuras, confiando a sua guarda exatamente à enfeitiçada índia. Em dado momento, quando no cruzamento de olhares, atingiu-lhes a seta Cupido e saiu a paixão que o livraria do prestes ato de canibalismo a embriaguês do amor proferiu a irrecorrível sentença. Fugiram. Dessa fuga teria nascido a promessa segundo a qual, se incolúmes escapassem, não apenas se tornariam marido e mulher como também edificariam uma capela em honra de Nossa Senhora dos Milagres. A recorrida cumpriu sua parte, os recorrentes se uniram em matrimônio e nasceu a prometida capela, assim como a povoação resultante desse prodígio (1760).

Evolução política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu segundo Resolução Régia de 1º de abril de 1813, Ato Provincial de 18 de março de 1842 e Lei Provincial nº 263, de 3 de dezembro de 1842. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Decreto nº 31, de 25 de julho de 1890.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais, sem as implicações de natureza lendária, embora sem exclusão das origens, datam do ano de 1735, quando o Capitão Bento Corrêa Lima edificou a capela, sem ferir os princípios hieráticos do que poderá ter sido lenda. As terras de que se constitui o patrimônio eclesiástico, constam como doadores, além do próprio Corrêa Lima, os filhos Sebastião e José Corrêa Lima, conforme escritura datada de 16 de agosto de 1746.

Essa doação, colocada em aferição com a instalação da Freguesia, evento registrado a 3 de setembro de 1842, dá suficiente espaço dentro do qual possam ser acomodadas as suposições lendárias e os registros históricos com cuja meridiana clareza se expõe.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura, com saliência para o algodão, plantios de milho e arroz. O criatório bovino prospera mais sob o regime estabular que propriamente ao talante das áreas livres. Comércio e indústria não vão além do varejo e das transformações de matéria-prima em produtos semi-acabados. No setor educacional, mantém escolas primárias, na sede e nos Distritos, proporcionando melhores conhecimentos com relação às camadas jovens e porvindouras gerações que no fluir do anos despontarão.

Topônimo - Historicamente provém da lenda cuja versão circunscreve-se em local próprio do texto *(Aragão - História - Obr. Cit. Pág.* Vol. III, 2ª Ed. Pág. 329/31 - Enc. - I. B. G. E - Obr.Cit. Pág.380/85).

MILHÃ

História - Município localizado na Mesorregião de Senador Pompeu. Suas origens são recentes, como Distrito desmembrado de Solonópole e situado à margem direita do rio denominado *Capitão-Mor*. A povoação, formada por pequenos agricultores, comerciantes e criadores de espécies diversas, data do início do Século andante, porém sem perspectivas de grandes avanços.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito provém do Decreto nº 1.540, de 3 de maio de 1935, e a Município conforme Lei nº 4.448, de 3 de janeiro de 1959. Suprimido, conforme Lei nº 8339, de 14 de dezembro de 1975, e restaurado na forma da Lei nº 11.011, de 5 de fevereiro de 1985, com modificações introduzidas segundo Lei nº 11.169/86.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm da edificação da capela, dedicada à Nossa Senhora da Conceição e a ter como responsável Bernardino Ferreira de Sousa. Os atos inaugurais datam de 19 de novembro de 1911, quando de sua conclusão, tendo como celebrante o padre Raimundo Tales de Sousa. Consta como seu primeiro vigário o padre Elmas Feliciano Moreira, nomeado a 15 de fevereiro de 1957, conforme Ato expedido pelo Arcebispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa.

Economia - Pouco se há de acrescer, em termos de economia, visto como no primeiro tópico ficou subentendido o seu conteúdo, restando como suplemento as parcelas inerentes às rendas públicas e distribuídas em forma de benefício.

Topônimo - Chamou-se inicialmente *Conceição*, derivativo diante do qual se evoca o nome da padroeira, tendo passado ao nome atual quando de sua elevação à categoria de Distrito. Em sua formação etimológica, lembra certa espécie de gramínea, comumente encontrada na região *(Aragão - Fichário)*.

MIRAÍMA

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Trata-se de recente formação gregária da qual constam como principais fatores ascendentes a construção do açude de igual nome e a ferrovia Sobral-Fortaleza. Chamou-se primitivamente *São Pedro da Timbaúba*, vinculada juridicamente ao Município de Itapipoca e a manter na sede uma estação ferroviária.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito data do ano de 1920 e, a de Município, conforme Lei nº 6.447, de 29 de junho 1963. Suprimido, consoante Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado na forma da Lei nº 11.437, de 12 de maio de 1988.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam da edificação da capela cujo oráculo dedicou-se a São Pedro, tendo como órgão subordinante o Bispado de Itapipoca.

Economia - Sem renda própria e sempre dependente do Município-Sede, Miraíma se mantém, a partir de sua emancipação, da agricultura de subsistência e das parcelas redistributivas do poder público, aplicadas em forma de benefício, além da produção artesanal de artefatos de cordoalha.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 dezembro de 1943 e em sua formação túpica traduz-se por *myra* = gente + *ima* = fuso de fiar, tecer, donde se obtém gente fiandeira ou que tece *(Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed.- Obr. Cit. Pág. 156)*.

MISSÃO VELHA

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri. Suas origens remontam aos precedentes mineralógicos do Século XVIII, os

quais têm no comando superior o Sargento-Mor Jerônimo Mendes da Paz e como referencial de tempo o ano de 1752. Essa expedição mineradora e administrada diretamente pelo Governo de Pernambuco assentou suas bases na antiga *Missão dos Cariris Novos*, empreendimento realizado pelos frades do Recife, então denominados de *Capuchinhos da Penha*.

Esses frades, posteriormente transferidos para o sítio *Santo Antônio*, fundaram segundo núcleo, dando-se a este o nome de *Missão Nova*. Com o fluir dos anos, *Missão Velha* e *Missão Nova*, depois de catequeticamente abandonadas, passaram ao domínio do remanescente inativo dos trabalhos de mineração, constando de desertores, escravos fugitivos e assassinos de aluguel, formando a pior casta cuja erradicação somente através de pulso forte e decidido poderia se concretizar.

Em termos de colonização, constam como pioneiros e fundadores do povoado o Coronel João Corrêa Arnaud e sua numerosa prole, o que obviamente terá ocorrido no após 1758, referência segundo a qual deixaram a região os visionários mineradores, ficando o remanescente patrimonial da Companhia sob a responsabilidade do Capitão Alexandre Corrêa Arnaud, filho do primitivo clã. Com o falecimento deste, ocorrência que tem registro em 1771 (82 anos de idade), assumiu o gerenciamento patriarcal o próprio Alexandre, consolidando-se com isso o domínio familiar.

Evolução Política - A povoação, já sacrazilizada com o nome de Missão Velha, tem como registro de elevação à categoria de Distrito a Lei nº 1.120, de 8 de novembro de 1864. Sua elevação à categoria de Município provém da Resolução Provincial nº 262, de 28 de junho de 1931.

Igreja - Os primeiros indícios de apoio eclesial remontam aos idos do missionamento catequético, dividido entre *Missão Velha* e *Missão Nova*. Com o advento pleno do clero secular, criou-se a *Freguesia das Minas dos Cariris Novos*, guardando como registro a data de 29 de janeiro de 1747, tendo como padroeira Nossa Senhora da Luz e a servir, provisoriamente, como Igreja-Matriz a capela de Nossa Senhora dos Milagres, então situada no sítio *Pilar*. Consta como seu primeiro vigário o padre Bernardo Luiz da Cunha.

Arruinada essa primitiva capela e ao mesmo tempo Igreja-Matriz, a sede da Freguesia transferiu-se para o povoado de *Santo Antônio dos Cariris Novos* (Missão Nova), tendo como pároco o padre Gonçalo Coelho de Lemos. A Igreja-Matriz, finalmente, teve a sua edificação e localização em *São José da Missão Velha do Cariri*, evento que se registra conforme Provisão de 3 de maio de 1760, constando como fundadores o Capitão Antônio Mendes Lobato e respectivos parentes. Dessa última e definitiva

prefiguração eclesiástica consta como seu primeiro vigário o padre José Ferreira da Costa.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e sobretudo na agricultura, predominando o arroz, o algodão, feijão e milho, além da produção de rapaduras. Em termos industriais, destaca-se a cerâmica, com a produção de telhas, tijolos de alvenaria e artefatos diversos dos quais participa o emprego do cimento, além de usinas transformadoras de matéria-prima em semi-acabados.

Topônimo - Provém, historicamente, dos referenciais já citados, enquanto que o nome atual tem como respaldo o instrumento de Lei do qual resultou sua elevação à categoria de Distrito *(Aragão - História - Vol. III. 2ª Ed - Obr. Cit. Pág. 331/32 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 385/92).*

MOCAMBO

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Chamou-se primitivamente *Arraial da Lagoa do Mocambo*. Suas origens remontam às décadas finais do Século XIX, formadas por lavradores e artesãos especializados na manufatura de fios e redes. As primitivas residências, pertencentes aos irmãos Lourenço Pereira e Serafim Pereira, situaram-se exatamente nas proximidades da *Lagoa do Mocambo,* originando-se desse gregamento a povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito ocorreu em função do Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938 e a Município, com a atual denominação, na forma da Lei nº 2.160, de 12 de dezembro de 1953, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam de 8 de setembro de 1907, quando o padre Joaquim Severiano, vigário de Ibiapina, celebrou na residência de Lourenço Pereira a primeira missa do reduto. Nesse mesmo ano e a contar com o apoio material dos irmãos Pereira, iniciaram-se os trabalhos de construção de uma capela cujo orago dedicou-se a Nossa Senhora Santana. Concluídas as obras, realizaram-se as bênçãos de instalação a 25 de março de 1908. A Freguesia de Senhora Santana, criada a 1º de janeiro de 1951, teve como primeiro vigário o padre Domingos Gusmão de Sabóia.

Economia - Mocambo atravessou sua fase áurea, quando economicamente estruturado na suinocultura, na consequente indústria

extrativa de gordura animal e na produção de frios e defumados, abastecendo não apenas o mercado cearense como ainda exportando para outros Estados. Com a introdução da gordura vegetal, propagada aos quatro ventos como salutar ao uso doméstico, caiu a principal fonte de produção, com o que indubitavelmente ficariam prejudicados os demais setores. Diante desse desastre econômico, deu-se o enfraquecimento industrial e finalmente o caos financeiro que levaria seus empreendedores a lamentáveis destinos.

Rico ao longo de bem-sucedidos planejamentos e capitais prosperamente aplicados, voltou o Município ao estágio igualitário de suas primitivas origens, vegetando à sombra de passadas glórias e a sobreviver da pecuária, da agricultura de subsistência, da manufatura de fios e redes e do remanescente comércio varejista, além do retorno subsidiário de tributos ou parcelas sociais aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, provém tupicamente de *mocambo*, do verbo amamentar, no que se exprime o sentido segundo o qual seria esse o lugar próprio do esconderijo das mulheres índias nos períodos de aleitamento, donde se forma a expressão *amocambado* e posteriormente os mocambos negros *(Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit. Pág. 189 - Índios - 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 156 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 404/408).*

MOMBAÇA

História - Município localizado na Mesorregião de Senador Pompeu. Suas origens remontam ao Século XVIII, a patir dos primeiros ensaios colonizadores. Destes constam João de Barros Braga, Maria Pereira da Silva, Serafim Dias e seus companheiros José Rodrigues de Carvalho, José do Vale Abreu e Antônio Pereira Façanha, adquirentes, por Sesmaria, de três léguas de terras ao comprido do Banabuiú, por uma de largura, sendo meia para cada banda do rio.

Os três primeiros, considerados fundadores do reduto, estabeleceram-se e plantaram suas raízes gregárias no sítio denominado *Mombaça.* Maria Pereira residia na fazenda *Boca da Picada,* cruzamento obrigatório dos itinerantes que buscavam os Inhamuns. Com o desenvolvimento da fazenda, moradores se acercaram da *Casa-Grande*, formando lentamente a povoação.

O nome de Maria Pereira adquire notoriedade na região, não apenas por suas singulares qualidades de mandona, como também pelo instinto acolhedor e justiceiro. Em pouco tempo desaparece o locativo informal de

Boca da Picada e o nome de *Maria Pereira* assume a formal designação, pelo menos até que posteriores alterações venham a se processar.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei Provincial nº 555, de 27 de novembro de 1871. Sua instalação, em ato simultâneo com a Câmara Municipal, registra-se a 8 de setembro de 1852. A mudança de nome, substituindo *Maria Pereira* por *Benjamim Constant*, provém do Decreto nº 69, de 9 de setembro de 1892. Essa denominação permaneceu até 1918, quando por força da Lei nº 1.565, de 21 de setembro desse ano, é restabelecida a denominação anterior. A elevação à categoria de Município provém da Lei Estadual nº 2.256, de 19 de agosto de 1925. Suprimido, conforme Decreto Estadual nº 193, de 20 de maio de 1931, e restaurado na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam do Século XVIII, conforme Ato Provisional de 14 de julho de 1782, oportunidade em que D. Thomaz da Encarnação, Bispo de Pernambuco, concede autorização aos antes requerentes Antônio Lemos de Almeida e sua mulher D. Eugênia Gonçalves de Carvalho, bem assim ao Sargento-Mor Pedro de Abreu Pereira e D. Teresa de Sousa, filha de Maria Pereira, no sentido de que se faça edificar uma capela na fazenda. Essa concessão trouxe consigo a obrigação relativa ao patrimônio eclesiástico, exigência prontamente satisfeita pelos interessados. Assim, tivemos como doadores os seguintes voluntários: a) - Antônio Lemos e sua mulher. D. Eugência, com meia légua de terras, 29 vacas de cria e um reprodutor; b) - D. Maria Pereira e a filha Teresa, com 100 braças e 100 palmos de terras, determinando como local aquele no qual se situasse a capela. Edificada a capela, houve como benemérita padroeira Nossa Senhora da Glória, gerando a Freguesia cuja, inauguração se efetivaria a 8 de dezembro de 1832, desmembrada da jurisdição de Quixeramobim. Consta como seu primeiro vigário o padre Galdino Ferreira.

Economia - A exemplo do que ocorre com os demais Municípios localizados na região dos Altos Sertões dos Inhamuns, com intercalações geológicas que se alternam entre catingas ralas, serrotes pedregosos e baixadas produtivas, Mombaça sobrevive mais da têmpera forte dos seus moradores que propriamente das ofertas naturais que a terra lhes proporciona. Não obstante esses referenciais, ainda são a pecuária e a agricultura, notadamente com relação à produção algodoeira, as principais fontes de sustentação econômica com que se pode contar.

Há, contudo, algo diferente que merece destaque. Trata-se da indústria canavieira, encravada em pleno semi-árido e de extensão inclusive na pecuária estabular e nas chamadas safras de verão. Esse fenômeno se registra na *Fazenda Canaã*, propriedade cuja estrutura modelar teve o seu planejamento e realização na pessoa do Sr. Valter Benevides, aproveitando relevos em pronunciados contornos e bacias em planuras de certa profundidade. Construiu vários reservatórios, uns após outros, e com isso reteve água suficiente não apenas para o consumo doméstico da Fazenda como também para a distribuição através de canais e sistema de aspersão, criando na terra adusta excepcionais condições de habitabilidade. Desse complexo, além da produção de energia cativa e dos plantios de espécies diversificadas, nasceu a famosa *Aguardente Canaã*, zelosamente produzida e a ganhar destaque entre similares.

Em complementação a essas fontes, têm-se no setor urbano o comércio diversificado, o exercício de atividades bancárias, farmácias, hospitais, Clubes de Serviço e indústria de transformação, produção de artefatos de cerâmica e queijo, além de pequenos hotéis e restaurantes.

Topônimo - O nome atual provém da do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, talvez com certa injustiça ao nome de sua principal fundadora *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 332/33 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 392/396).*

MONSENHOR TABOSA

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús. Suas origens remontam ao Século XIX e têm como precedente gregário Teodoro de Melo e seus escravos, conhecidos estes por *Pretos Teles*. Dessa propriedade, denominada de *Forquilha* e posteriormente de *Telha*, constam como adquirentes fragmentários, Inácio Gomes e Veríssimo Gomes, tendo como fatias adquiridas duas léguas de terras. Desse conjunto de moradores, reunidos a outros que posteriormente se fixariam na fazenda, nasceria a povoção que historicamente nos ocupa.

Evolução Política - A primeira manifestação de caráter político nasceu com a criação do Distrito de Paz, provindo da Lei nº 2.011, de 6 de setembro de 1882, vinculado à jurisdição de Tamboril. Com a supressão do Município de Tamboril, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, o já denominado *Distrito de Telha* transferiu-se para a jurisdição de Santa Quitéria. Retornou à jurisdição do Município de Tamboril, quando

da restauração deste, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com a denominação de *Arraial da Telha.*

Vale ressaltar, no entanto e a título de melhores esclarecimentos, que o locativo *Telha* nada tem com a produção ceramista, a exemplo de outro Distrito de igual nome (Iguatu). Trata-se, segundo tradição oral, do fato de terem sido encontrados, quando da edificação da capela, remanescentes de antiga olaria, além de resíduos probatórios desse tipo de cerâmica.

Sua elevação à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938, e à categoria de Município na forma da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm de doação do respectivo patrimônio, constante de 100 braças de terras e a ter por doadores Veríssimo Gomes e Inácio Gomes. Esse patrimônio teve por finalidade a edificação da primitiva capela da qual consta como padroeiro São Sebastião. As obras de conclusão desse templo, já que do início não restam informações, datam do ano de 1868, graças ao trabalho realizado pelo padre José Antônio de Carvalho e que seria também o seu primeiro vigário. A Igreja-Matriz, obra igualmente do padre Carvalho, consta de reforma e ampliação dessa primitiva capela, tendo como referencial de tempo o ano de 1884. Com a criação da Paróquia, em data que a História não registra, esta ficou vinculada juridicamente ao Bispado de Sobral.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, havendo como destaque o feijão e a mamona. Em termos de produtos extrativos, se bem que em diminutas proporções, o calcário e artefatos de argila. Além desses insumos, salienta-se a fabricação de aguardente de cana, rapaduras e farinha de mandioca. Em termos subsidiários, mantém regular comércio, dividido entre tecidos e mercadorias em geral. No campo social, possui escolas, disciplinarmente bem aquinhoadas, Clubes de Serviço e outras formas de assistencialidade, das quais participa o Poder Público com suas parcelas redistributivas.

Topônimo - A denominação atual provém do Decreto nº 38, de 22 de julho de 1935, figurando em termos de homenangem que se quis prestar ao itapipoquense e Monsenhor Antônio Tabosa Braga *(Aragão - Fichário - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 396/399).*

MORADA NOVA

História - Município localizado na Mesorregião de Jaguaribe. Suas origens remontam ao século XVIII, quando nas proximidades do rio

Banabuiú estabeceram-se os colonizadores Alferes José de Fontes Pereira de Almeida e seu irmão Capitão Dionísio de Matos Fontes. Em torno dessa fazenda, nominada por seus proprietários de *Morada Nova,* formar-se-ia a povoação da qual teria origem o Município.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito provém da Lei Provincial nº 1.719, de 2 de agosto de 1876, com a denominação de *Espírito Santo,* condicionando sua instalação à doação, pelos moradores, da casa na qual deveria funcionar a Câmara Municipal. Satisfeita essa exigência, instalou-se o poder Municipal, tendo como data 17 de janeiro de 1877 e sendo eleitos os seguintes membros **1)** - Presidente - Manuel Antônio Ferreira Nobre; **2)** - Vereador - Eduardo Henrique Girão; **3)** - Vereador - José Mateus Regino de Oliveira; **4)** - Vereador - José Carneiro de Sousa; **5)** - Vereador - José Crisóstomo de Sousa; **6)** - Vereador - José Raimundo Evangelista; **7)** - Vereador - Antônio Elias Saraiva de Brito; **8)** - Secretário - Antônio Jorge de Oliveira Façanha; **9)** - Procurador - Joaquim Victor Carneiro; **10)** - Fiscal - Raimundo José Cavalcante; **11)** - Suplente de Juiz - Manuel Antônio Ferreira Nobre; **12** - Suplente de Juiz - Conrado Balbino da Silva Girão; **13** - Suplente de Juiz - Plácido Francisco de Assis Andrade.

Além do projeto do qual resultaria a elevação do povoado à categoria de Vila, houvera tentativa similar, de autoria do Legislativo Provincial, mas propondo a denominação de *São Crisólogo,* o que não merecera aprovação graças aos protestos do Deputado Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, e inclusão, de sua autoria, do nome *Espírito Santo* (29-06-1876).

A elevação do Distrito à categoria de Município, com a denominação de *Morada Nova,* provém da Lei Estadual nº 2.336, de 3 de novembro de 1925, tendo sido instalado a 6 de janeiro de 1926.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente requerimento formulado pelos fazendeiros Alferes José de Fontes Pereira de Almeida e seu irmão Capitão Dionísio de Matos Fontes, requerimento esse endereçado a D. João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Pernambuco, solicitando permissão para edificação de uma capela no reduto, e a ter como padroeiro o Divino Espírito Santo. Concedida a autorização, dever-se-iam inciciar os respectivos trabalhos, porém, à vista de desentendimento por parte dos requerentes irmãos, quanto à localizão do templo, prolongaram-se as querelas. Convocados, então, os demais habitantes do reduto, no sentido de opinar a respeito, apresentou-se como vencedor o local preferido pelo Alferes José de Fontes e constante de 25 braças em quadro, conforme escritura datada de 1º de janeiro de 1834,

além de segunda doação, constante de 300 braças, que seria feita pelo Capitão Dionísio de Fontes, cujo registro manteria a data de 29 de dezembo do mesmo ano.

O lançamento da pedra fundamenal da obra data de 4 de setembro de 1833, em solenidade presidida pelo vigário de Russas, padre Joaquim de Paula Galvão. A Fregesia, subordinada à Paróquia de Russas, tem como instrumento de apoio a Lei Provincial nº 1.561, de 9 de outubro de 1873, e instituída canonicamente segundo Provisão de 17 de fevereiro de 1874, tendo sido instalada a 1º de março do mesmo ano. Consta como seu primeiro vigário o padre Francisco Álvares Teixeira Lima.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, se bem que suas dimensões territoriais estejam em desproporção geológica com os índices de aproveitamento que de outro modo seriam bem mais rentáveis. O solo profundo e arenífero, predominante em vastas regiões do Município, oferece guarida ao gênero denominado de *catinga*, aproveitável tão-somente no criatório bovino. Nas demais áreas, compostas acentuadamente de solos rasos, ondulados e pedregosos, porém sem intrusões graníticas de exclusão hídrica, prosperam os insumos que favorecem os cultivos do algodão, do milho, do feijão e do arroz.

Dentro da tecnologia moderna e em aferição com o sistema antiquado, utilizado no Município há que se considerar duas fases. Na primeira destacam-se os monumentais canais de irrigação, transportando águas do Açude Banabuiú para as várzeas argilosas do complexo agroprodutivo de Morada Nova. As perspectivas de sucesso não apenas atraíram investidores como na extensão do *vale*, centenas de colonos se estabeleceram. Veio a realidade apocalíptica. A salinização de superfície. Como resultado final e quando muito se aproveita fica por conta do feijão-de-vazante e a produção de bananas.

Em termos subsidiários, tem-se como implementos básicos o ensino primário, o comércio em suas variações diversificadas e o apoio social, decorrente da redistribuição de rendas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual tem como instrumento de apoio os dados reminiscente da *Fazenda Morada Nova (Aragão - Fichário).*

MORAÚJO

História - Município localizado na Mesorregião de Coreaú, do qual foi desmembrado. Chamou-se inicialmente *Pedrinhas*, reduto do qual constam como primitivos habitantes as famílias Moraes e Araújo.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito consta da Lei nº 1.153, de 22 de setembro de 1951, e a Município conforme Lei nº 3.920, de 25 de novembro de 1957, tendo sido instalado a 8 de janeiro do ano seguinte.

Igreja - Consta de uma capela cuja edificação deve-se aos trabalhos realizados pelos moradores Guilherme dos Reis e outros, no ano de 1850, tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Economia - Tema do qual pouco se há de falar, a não ser da escassa bovinocultura e da restrita agricultura de subsistência, sobrevivendo graças aos poucos rendimentos da cera de carnaúba e da oiticica, parcelas ínfimas adicionadas ao retorno tributário distribuído em forma de benefício.

Topônimo - Provém de prefixo e sufixo extraídos das famílias *Moraes e Araújo*, primitivos habitantes do lugar (*Aragão - Fichário).*

MORRINHOS

História - O município localiza-se na Mesorregião do Acaraú, desmembrado da jurisdição de Santana do Acaraú. Suas origens pertencem ao Século XIX e têm como fator de ajuntamento gregário o rio Acaraú, em cuja margem direita se situa.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a Município conforme Lei nº 3.798, de 6 de novembro de 1957, tendo sido instalado a 9 de fevereiro de 1958.

Igreja - A capela, dedicada ao Sagrado Coração de Maria, tem como antecedente patrimonial terras doadas por Maria Alves Pereira, Miguel Francisco da Silveira e José Bonfim de Maria e Silva, no ano de 1870.

Economia - A exemplo dos demais Municípios do seu porte, área geográfica em que se situa e tempo de formação urbana, Morrinhos se enfileira no elenco dos Municípios pobres e de remotas perspectivas. Além do criatório diversificado e diminuto e da agricultura de subsistência, mantém pequeno comércio, atividades cujos rendimentos sequer aproximam-se do consumo que seria de se desejar. Produz cera de carnaúba e sementes de oiticicas, tudo porém, a guardar as mesmas proporções de limitada economia. Sobrevive, tal como ocorre com os Municípios do seu porte, do retorno tributário, distribuído modestamente em forma de benefício.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, há como destaque sua posição geográfica, colocando o reduto entre pequenas e reiteradas elevações *(Aragão - Fichário).*

MULUNGU

História - Município localizado na Mesorregião do Maciço de Baturité. Suas origens remontam às décadas finais do Século XIX. Sua formação gregária tem como precedentes modestos agricultores e sitiantes que buscavam na cultura do café e na perenização das vertentes sobreviver aos efeitos caniculares das longas estiagens.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Decreto nº 29, de 23 de julho de 1890, tendo sido instalada a 11 de setembro do mesmo ano. Suprimida conforme Lei nº 550, de 25 de agosto de 1899, e restaurada na forma da Lei nº 602, de 6 de junho de 1900. Suprimida em segundo turno, conforme Lei nº 1.887, de 15 de outubro de 1921, e restaurada conforme Lei nº 2.715, de 24 de setembro de 1929. Extinta, finalmente, consoante Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931, e restaurada, na qualidadade de Vila e Município simultaneamente, conforme Lei nº 3.556, de 14 de março de 1957.

Igreja - Os primeiros indícios de apoio eclesial constam de uma capela cujo orago dedicou-se a São Sebastião, então sob o nome de *São Sebastião do Mulungu* e da respectiva Freguesia. A criação desta, consta de Provisão assinada por D. Joaquim José Vieira Bispo de Fortaleza, tendo como data 7 de setembro de 1895.

Economia - Na qualidade de integrante do conjunto montanhoso do qual participam vários Municípios vinculados ao Maciço de Baturité, Mulungu se mantém encolhido no confronto de vários acidentes geográficos, mantendo-se da produção frutícola, da cafeicultura e de produtos originários da horticultura.

O comércio guarda as mesmas dimensões geográficas, apertado entre ruas estreitas e restrito ao cotidiano do seu varejo. Em termos de apoio subsidiário, tem como fonte permanente a redistribuição de valores fiscais, aplicados parcimoniosamente em forma de benefício.

Topônimo - Nome de uma árvore brasileira pertencente à família das leguminosas *papilionáceas (Aragão - Fichário - História - Obr. Cit. Vol. IV - Pág. 189/90).*

NOVA OLINDA

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri. Chamou-se primitivamente *Tapera.* Suas origens datam das últimas décadas do Século XIX, formadas por moradores situados às margens do rio Cariús.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a Município conforme Lei nº 3.555, de 14 de março de 1957, tendo sido instalado a 26 de abril de 1958.

Igreja - A capela, cujas origens a História não registra, tem como padroeiro São Sebastião, vinculada à Paróquia de Santana do Cariri.

Economia - Consiste, a exemplo dos demais Municípios da região, de cultivos agrícolas, dentre estes o algodão, cuja produção aparece como regular. Em termos subsidiários, mantém-se de modestas atividades comerciais, além do retorno tributário, distribuído socialmente em forma de benefício.

Topônimo - Consta como sendo de autoria de certo missionário pernambucano, homenagem certamente que se quis prestar à cidade de Olinda ou *Mauricéia do conde Maurício de Nassau (Aragão - Fichário).*

NOVA RUSSAS

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús. Suas origens datam dos apagares do Século XVIII, quando, em operação de compra e venda, realizada entre os cedentes Bernardino Gomes Franco e sua mãe Francisca de Matos Vasconcelos e o adquirente Vitorino de Lima Barbalho, este assumiu a posse dos sítios denominados *Curtume* e *Olho d'Agua Grande.* Essas terras, antes adquiridas pelo cedente vendedor, constavam de três léguas de frente por três de fundo ou o equivalente a nove léguas em quadro. A transferência de posse, conforme registros de Datas e Sesmarias, consta como tendo sido a 5 de agosto de 1808.

Dentro da mesma linha de sucessão, em operação de compra e venda, constam como segundos adquirentes Manuel Oliveira Peixoto e sua mulher D. Manuela Rodrigues de Oliveira. Esses novos proprietários, em verdade os primeiros colonizadores, fazem doação de determinada gleba para formação patrimonial da breve capela a ser edificada. Desse projeto de humanização da fazenda nasceria o reduto gregário, havendo como fator acidental de crescimento a Ferrovia Sobral-Crateús, instalando nesse referencial itinerante a Estação de Cargas e Passageiros (3-12-1910).

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém da Lei nº 2.043, de 11 de novembro de 1922, tendo sido instalada a 28 de janeiro de 1923. Extinta, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, e restaurada na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A elevação à categoria de Município, mantendo o nome atual, ocorreu segundo o disposto no Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial vêm do projeto de construção de uma capela e doação do respectivo patrimônio, tendo como ofertantes beneméritos o casal Manuel Oliveira Peixoto e sua mulher D. Manuela Rodrigues de Oliveira (1876). A edificação desse nicho, dedicado ao padroado de Nossa Senhora das Graças, teve como responsável o padre Joaquim Ferreira de Castro, vigário de Tamboril e natural do Município de Russas.

Essa primitiva capela, cujas obras haviam sido estruturadas em telhas e taipa, cedo entraria em ruínas, sendo urgente e necessária a sua demolição e reconstrução. Concluídos esses trabalhos, deu-se o ato de inauguração, evento que tem como registro a data de 19 de março de 1884.

A Freguesia, instituída por Portaria de D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, data de 15 de agosto de 1937, tendo sido inaugurada a 9 de janeiro de 1938, e como primeiro vigário o padre Francisco Ferreira de Moraes. A Igreja-Matriz, objeto de ampliação da segunda capela, ruiu por força das chuvas do ano de 1981, entrando logo em seguida em regime de reconstrução.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, havendo destaques para o algodão, milho, feijão e, em menores proporções, a cana-de-açúcar, farinha de mandioca, banana, coco-da-baía, laranja e manga. Em termos industriais, destacam-se a produção ceramista, beneficiamento de algodão, ourivesarias, movelarias e calçados, além do comércio em geral e Agência Bancária.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, Nova Russas teve como inspiração o locativo sugerido pelo padre Joaquim Ferreira de Castro, em homenagem que quis prestar à sua terra natal (*Aragão - História - Vol. IV - Obr. Cit. - Pág. 190/91 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 408/12).*

NOVO ORIENTE

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús e desmembrado da jurisdição de Independência. Suas origens, tidas como

recentes, fundamenta-se no pioneirismo do Capitão Rodrigo Alves da Silva, edificador de sua própria casa de fazenda, situando-se esta nas proximidades da *Lagoa do Tigre.* Dessa fazenda e de posteriores gregamentos, gerou-se o arraial cuja denominação se manteve como *Lagoa do Tigre.*

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém de Ato Governamental datado de 3 de março de 1902, e a Município conforme Lei nº 3.855, de 10 de outubro de 1957, tendo sido instalado a 15 de dezembro do mesmo ano.

Igreja - A capela e respectiva Freguesia, sobre as quais faltam registros, têm como padroeiro São Francisco de Assis, com vinculação subordinativa ao Bispado de Crateús.

Economia - Fundamenta-se basicamente no pequeno comércio, agricultura de subsistência, criatório de expressão diminuta e, sobretudo, na participação tributária da União e reintegrada aos cofres da municipalidade.

Topônimo - Não há referência toponímica que justifique a denominação atual, a não ser o próprio instrumento de sua formação (*Aragão - Fichário).*

OCARA

História - Município localizado na Mesorregião de Chorozinho e desmembrado de Aracoiaba. Chamou-se primitivamente *Jurema*, denominação que caracteriza certa espécie arbórea e própria de solos empobrecidos, rasos e impermeáveis. Suas origens estão vinculadas à família de João Correia dos Santos, fazendeiro e comerciante no local, porém sem data que possa identificar as relações de tempo.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a Município conforme Lei nº 6.832, de 6 de dezembro de 1963. Suprimido, segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação, e restaurado na forma da Lei nº 11.415, de 28 de dezembro de 1987.

Igreja - Capela e Freguesia, tendo como padroeiro Santo Antônio, não conservam, historicamente, referenciais de identificação quanto às relações de tempo.

Economia - Honestamente não se pode ajustar o conceito histórico à realidade capaz de oferecer meios de sustentação condigna com as

necessidades dos seus habitantes. O prisma urbano nada mais significa que o perfil de extensão rural, à exceção naturalmente dos contextos sociais que lhes são peculiares. O citadino sobrevive de minúsculas atividades comerciais. O rurícola vegeta na ilusão de suas atividades agrícolas. Mas, se somos igualitariamente pobres, ricos serão os laços de fraternidade que nos une, proporcionando a todos a integridade familiar, tão distante e irreconhecível nos centros bafejados pela fortuna. Em Ocara não existe preconceito, posto que inexistindo o objeto, inexiste, igualmente, o desafio do qual emanam as distorções sociofisicas e moralmente condenáveis.

Em termos de sustentação alimentar, predominam a agricultura, certas espécies fruticolas, o clima bafejado por ventos amenos, a pureza da água em suas fontes despoluídas e, subsidiariamente, a redistribuição de parcelas tributárias em forma de beneficio.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica e tupicamente estruturado, provém de *terreiro*, *rua*, *área fora de casa*, o que pressupõe vinculação de determinado campo sem vegetação em torno do primitivo reduto indígena *(Aragão - Fichário)*.

ORÓS

História - Município localizado na Mesorregião de Iguatu. Suas origens estão vinculadas ao chamado *Boqueirão do Orós*, local tecnicamente estudado e aprovado como propício à construção de monumental reservatório hídrico (Século XIX). Não obstante esses referenciais, tem-se como pioneirismo o estabelecimento de fazendas, ainda no começo do mesmo Século, pelos Monte e Silva, em conflito territorial com a família Feitosa.

Independente dessas origens, constam evidentemente como povoadores do conflitante território famílias representadas por *Patrícios*, *Marinheiros* e *Nunes da Costa*, egressos do sítio *Saco da Onça*, nas águas do *Rio Estreito* e local onde seria construído o Açude Lima Campos. Esse novo gregamento, exatamente onde seria fundada a povoação de Orós, teve como referencial de posse terras das quais fora proprietária a *Senhorinha* Dias Bastos e repassadas em operação de compra e venda aos recém-adquirentes moradores. Dessa situação de fato e de direito, nasceram os primeiros ensaios de povoamento, fundamentado em casas de moradia, cultivos agrícolas, casa-de-farinha e produção de cal.

No limiar dos anos 20, tendo como Presidente da República o nordestino Epitácio Pessoa, saiu do casulo o projeto de construção do pré-

falado reservatório. Houve como empreiteira a firma norte-americana *Dwight P. Robson*. Atraídos pela breve realização de obras tão importantes, grande número de pretensos operários acercaou-se do local, na perspectiva de emprego, fato que concorreu sobremodo para formação do rápido povoamento.

Em nome desse empreendimento, que afinal de contas abortaria, construiu-se por conta da empresa o respectivo canteiro de obras, deste constando dezesseis casas de apoio administrativo, o edificio conhecido por *Casa dos Hóspedes*, um Hospital e Casa Geradora de Energia Elétrica, além do ramal ferroviário via Iguatu, começando dessa fase o aqueduto que ligaria o Jaguaribe ao rio denominado *Estreito*, perenizando este em favor do sistema irrigatório. Tudo isso, finalmente, concorreu em prol da formação gregária, tendo-se por acréscimo as empresas F. Holanda e João Brasil Montenegro, respondendo este pela primeira indústria de beneficiamento de algodão em termos regionais.

Frustração e Abandono - Com o advento do Governo Artur Bernardes, improficuo e autoritário, desapareceram os sonhos de construção do Orós. O canteiro de obras caiu em abandono. As máquinas engordaram a ferrugem, os demais instrumentos de apoio tomaram descaminho, parte dos operários desertou e Jaguaribe, cujo potencial *hemostático* seria a redenção do extenso vale jaguaribano, continuaria a despejar suas vitais esperanças na formidável grandeza oceânica. Quase século e meio se passaria. De Artur Bernardes somente as más referências permaneceriam. Veio o Governo *JK* - Juscelino Kubitschek, com ele a corrupcão necessária, o Brasil em *Avanço de 50 Anos* e o Açude Orós, em primeiro e segundo atos, tendo no primeiro a hecatombe que destruiria patrimônios já solidamente estruturados (1960).

Evolução Política - Distrito, com vinculação ao Município de Icó, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e Município na forma da Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956, ocorrendo sua instalação a 1º de setembro de 1957.

Igreja - A primitiva capela, dedicada à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, data de 1928, tendo como colaboradores o Dr. Egberto Carneiro da Cunha e José Fares Lopes. A missa inaugural teve como celebrante o padre Raimundo Rolim. Demolida a primitiva capela, em virtude de má localização, ergueu-se em outro local, contando para tanto com a efetiva colaboração popular (1965). Freguesia e Paróquia estão vinculadas ao Bispado de Iguatu.

Economia - Sem se levar em conta os resultados obtidos em função do Açude que tem o mesmo nome que o Município, no tocante à pesca, abastecimento d'água e extensão dos canais irrigatórios, Orós se emancipou economicamente a partir do complexo industrial *Eliseu Batista S.A.* e respectivas empresas de arrimo ao principal empreendimento. Deste marco ascendente, desenvolveram-se atividades diversas no ramo algodoeiro, compreendendo financiamento de safra, produção própria e compra de matéria prima, indústrias de transformação, óleo vegetal, sabão, ração animal, cooperativas de apoio, exportação, sindicatos patronal e operário, esportes, hotel e demais complementos próprios de atividades comerciais. Orós, então, teve os seus tempos áureos, inclusive com o seu campo de pouso, pelo menos até que fatores contingenciais apresentassem o reverso da moeda, inibindo rapidamente o seu ritmo de crescimento.

Nos dias atuais, embora ainda restem dos *escombros* algo de benéfico, já não existe mais a euforia de outrora, nem o empreguismo tão salutar e que a tantos operários ofereceu boas oportunidades.

Topônimo - Em sua formação toponímica, prevalece a definição contida em Pompeu Sobrinho, além do conceito esposado pelo naturalista von Martius, ambos admitindo como região coberta de plantas forrageiras e vinculadas à família das *paseolas panduratus (Aragão - História - Obr. Cit. Vol IV, Pág. 191).*

PACAJUS

História - Município localizado na Mesorregião metropolitana de Fortaleza. Suas origens remontam ao início do Século XVIII, quando, por transferência de suas terras de origem, foram realdeados os Índios Paiacus, dando-se ao reinstalado reduto o nome de *Monte-Mor o Novo.* Hostis e reconhecidamente belicosos, esses Tapuias têm como procedência terras do Açu e do Apodi no Rio Grande do Norte. E, uma vez realdeados, concedeu-lhes o Governo uma légua de terras situadas nas margens do Rio Choró, tendo como intermediário o Desembargador Cristóvão Soares Reimão (1707).

Apoiados inicialmente na chamada *Missão dos Paiacus,* deu-se ao reduto certa configuração urbana, edificando-se casas residenciais e uma capela de taipa e chão batido, admitindo-se como padroeira Nossa Senhora da Conceição, embora novos desassossegos viessem a se intercalar e a formar o que se denominaria de *Saga dos Paiacus.*

Essa nova fase surgiu em 1762, quando, por determinação do então poderoso Marquês de Pombal, os Paiacus foram removidos, coercitivamente, para o lugar denominado *Porto Alegre,* no Rio Grande do Norte. Com a retirada dos já situados Paiacus, suas terras a leilão, tendo como arrematante o Capitão-Mor João Dantas Ribeiro, proprietário no arraial de Cascavel (9-5-1763), passando em seguida à posse do readquirente padre Pedro José de Sousa, vigário de Cascavel.

Por conta desse último adquirente, assumiu na qualidade de administrador Jerônimo Dantas Ribeiro, a quem coube firmar em definitivo a posse do objeto adquirido.

Essa transferência, entretanto, não os satisfizera aos espoliados Tapuias, gerando-se em consequência recontros de grande magnitude. Ocorreram, então, reiteradas tropelias, períodos de guerra, genocídio de proporções alrmantes e riscos de invasão à própria segurança governamental. Nesse contingente desespero, resolveu o então governante Antônio Vitoriano Borges da Fonseca, realdeá-los novamente, dando-lhes como reduto habitável a *Vila de Monte-Mór o Novo d'América (*Baturité).

Evolução Política - A elevação do novo povoamento à categoria de Vila, antes nessa condição por adoção jurídica do Desembargador Gama e Casco (1759), provém do Decreto nº 63, de 9 de setembro de 1890, com a denominação de *Guarany,* tendo sido instalada a 29 de outubro do mesmo ano. Suprimida conforme Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920 e restaurada segundo Lei nº 2.604, de 26 de setembro de 1928. Suprimida em segundo turno, na forma do Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931 e finalmente restaurada conforme Decreto nº 1.191, de 23 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Em termos de apoio eclesial tem como precedente a *Missão Jesuítica,* subsidiária da *Companhia de Jesus*, sediada em Aquiraz e desarticulada segundo a fúria pombalina de 1759.

Com o advento da nova ordem, convertendo em *Vigararia Geral* o passado missionário, coube ao padre Manuel de Macedo supervisionar e assistir eclesisaticamente o reduto, fato que tem registro em data de 20 de dezembro de 1761. Criou-se, então, a Freguesia e edificou-se nova capela, porém a conservar o padroado de Nossa Senhora da Conceição. Extinta segundo Lei nº 32, de 27 de agosto de 1836 e reconstituída a 3 de fevereiro de 1940, permanecendo mais de um século sob a custória eclesiástica da Paróquia do Aquiraz.

Economia - Divide-se em três fases distintas. Na primeira encontram-se os implementos de natureza colonial, porém sem de natureza imediatamente econômica, uma vez que apenas socialmente faziam-se os primeiros assentamentos indígenas. Na segunda e até os anos 50, sobreviveu do artesanato, da venda de produtos regionais e pequeno comércio do qual constavam apenas atividades varejistas. A terceira fase, graças à explosão da cajucultura, o Município se desenvolveu rapidamente, com intensos e renovados plantios de cajuais, instalação de indústrias várias e exportação de castanha e sucos, elevando de maneira satisfatória o cacife da economia regional.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1940. Em sua formação toponímica, provém, tupicamente, de *paca* = mamífero roedor + *yú* = beber água, donde se obtém bebedouro das pacas. *(Aragão - História - Obr. Cit - Vol IV, Pág. 191/92 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 159 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 416/420).*

PACATUBA

História - Município localizado na Mesorregião metropolitana de Fortaleza. Suas origens remontam ao Século XVII, quando o então Capitão-Mor Bento de Macedo Faria concedeu aos sitiantes da famíla Corrêa e originários do Rio Grande do Norte, uma *data* de terras no lugar já conhecido por *Pacatuba*, havendo como principal exigência o assentamento de moradia. Em segunda concessão, deferida pelo Capitão-Mor Tomaz Cabral de Olival e destinada a outros investidores, constam lotes cujo registro guarda como referência o ano de 1693. Em 1708 e por iniciativa do Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago, obtiveram vastas porções de terras os sesmeiros Tomé da Silva e outros, terras estas, situadas a partir das ilhargas da Serra da Aratanha. Desses primitivos sesmeiros, nasceria a povoação, cujo ciclo evolutivo constou de fatores vários.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito, vinculado ao Município de Maranguape, provém de Ato Imperial, datado de 18 de março de 1842. Em Resolução Provincial nº 707, de 25 de agosto de 1855, aprova-se a planta segundo a qual deveria ser estruturada a povoação. Em Resolução Provincial nº 888, de 27 de julho de 1859, criaram-se três *Feiras de Gado na Província*, sendo uma delas instalada em Pacatuba. A elevação à categoria de Vila provém de Lei Provincial nº 1.284, de 8 de dezembro de 1869, com instalação a 26 de abril de 1873, data em que se instalaram igualmente Câmara e Senado, figurando os seguintes membros:

1) - Presidente - Crisanto Pinheiro de Almeida Melo; 2) - 1º Secretário - Antônio Severiano Serra de Oliveira; 3) - 2º Secretário - Cícero Franklin de Lima; 4) - Vereador - Miguel Ferreira Pinto; 5) - Vereador - Manuel Bento Freire; 6) - Vereador - José Corrêa de Melo; 7) - Antônio Joaquim de Souza. Sua elevação à categoria de Município ocorreu na forma da Lei nº 2.167, de 17 de agosto de 1889.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam da criação da Freguesia, sob o padroado de Nossa Senhora da Conceição, provém de Lei Provincial nº 1.305, de 5 de novembro de 1869, sendo canonicamente instalada conforme Provisão de 31 de janeiro de 1870. Consta como seu primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória, nomeado a 1º de fevereiro e empossado a 13 do mesmo mês e ano.

A Igreja-Matriz, resultante da primitiva capela, tem como responsável o vigário da Freguesia, padre Bernardino de Oliveira. Os trabalhos iniciais datam de 26 de agosto de 1874, tendo sido concluídos a 1º de janeiro de 1880, data de sua inauguração.

Economia - Vincula-se ao elenco das economias estagnárias ou transferidas em seus condicionantes vitais aos centros de polarização regional, retendo apenas o estritamente necessário às suas modestas formas de sobrevivência. Neste caso, quando fatores exógenos e de efeitos multiplicadores não exercem contra o centro de polarização o seu poder de competitividade, ter-se-á nesse tipo economia nada mais que o predomínio mecanicamente vegetativo. Fortaleza, então, na qualidade de centro polarizador, atrai em seu favor tudo o quanto a dinâminca do progesso será capaz de oferecer, restando ao cedente passivo contentar-se com os parcos rendimentos das parcelas que lhe são naturalmente atribuídas. Pacatuba, portanto, vegeta à sombra da agricultura de susbsistência, da produção de bananas, do pequeno comércio e das cotas redistributivas originárias do poder centralizante e distribuídas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *paca* = mamífero roedor + *tuba* de *tyba* = muito, donde se obtém lugar abundante nessa espécie de roedores *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 336 - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed - Pág. 160* - Enc. - *I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 420/24).*

PACOTI

História - Município localizado na Mesorregião do Maciço de Baturité. Chamou-se inicialmente *Pendência*. Suas origens datam do Século

XIX, quando começaram a se organizar os primitivos habitantes. Em 1859, o pequeno reduto hospedou os membros da *Comissão Científica*, presidida pelo Dr. Francisco Freire Alemão e a contar com a participação do poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias.

"Não permita Deus que eu morra/ Sem q'uinda volte prá lá/ Sem q'uinda aviste as palmeiras/ Onde canta o Sabiá."

Terá sido este o intróito memorialista do imortal poeta ao perceber em Pacoti as dores sentimentais dos seus palmeirais de origem.

Outra novidade que na época se registrou, consiste na visita feita pelo então Presidente Dr. Lafayete Rodrigues Pereira, se bem que na qualidade de hóspede da vizinha cidade de Guaramiranga (1864). Consta como seu hospedeiro o Tenente-Coronel da Guarda Nacional João Batista, o que na época, se bens maiores não teria a ofererer, restaria o apoio moral, uma vez que outros governantes da Província a tanto não haviam chegado.

O centro urbano localiza-se, geograficamente, em reduzida faixa de terra situada entre o rio de igual nome e os rodapés das elevações que o circundam. Em suas caracteristicas fisicas denota perfil de paradisíaca configuração em que o verde florido incrusta-se naturalmente no solo argiloso e de tonalidade escura, oferecendo ao visitante esplendorosos contornos de beleza. O clima possui halos de salutar regeneração, notadamente quando se contempla o jardim de sua *Pracinha*, florida, perfumada e a testemunhar que nesse pedaço de Brasil também podem se agasalhar cativantes pedaços de Suíça.

Evolução Política - Em sua primeira manifestação oficial de evolução urbana consiste na criação e instalação do Distrito de Paz e a ter como precedente normativo o Ato Provincial de 14 de fevereiro de 1863. A elevação do povoado à categoria de Vila, com o nome de *Pendência*, deu-se conforme Decreto nº 56, de 2 de setembro de 1890, tendo sido inaugurada a 25 de outubro do mesmo ano. Suprimida consoante Lei nº 550, de 25 de agosto de 1899 e restaurada, na forma da Lei nº 672, de 30 de agosto de 1901. Suprimida em segundo turno, conforme Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurada, finalmente, conforme Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro 1933. Sua elevação à categoria de Município com o nome atual, provém do Dec.-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial além da primitiva capela, tem como precedente a criação da Freguesia da qual consta como padroeira Nossa Senhora da Conceição, havendo como instrumento oficial a Lei nº 2.113, de 15 de dezembro de 1885. Os atos

inaugurais, canonicamente autorizados, têm como respaldo Provisão de D. Joaquim José Vieira, datada de 29 de maio de 1886. Consta como seu primeiro vigário o padre Constantino Gomes de Matos, nomeado por Ato Provincial de 1º de junho de 1886 e empossado a 13 do mesmo mês e ano.

Em termos de ensino eclesiástico, mantém o Seminário Salvatoriano, administrado por freiras e devidamente organizado. Deste e de sua extensão educacional, sentimo-nos impedido de oferecer maiores detalhes, considerando para tanto a escassez de documentos.

Economia - Fundamenta-se basicamente na produção frutícola e na cafeicultura, havendo destaque para a produção de bananas, tanto nas terras margeantes do Pacoti-Rio quanto elevações que se projetam ao longo da montanha. Possui regular comércio, esabelecimentos de ensino, assistência hospitalar, Clubes de Serviço e organizações recreativas, além de oferecer excelentes condições ao desenvolvimento do turismo.

Topônimo - Em sua formação toponímica, traduz-se, tupicamente, por *pacó* = banana + *ti* = nariz, empinado, donde se obtém pico das bananas *(Aragão - História - Ob. Cit. - Vol. IV, Pág. 192/93 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 160 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 424/30).*

PACUJÁ

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Suas origens remontam ao Século XIX e têm como precedente de vinculação territorial o Município de Ibiapina.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila, ainda vinculada ao território de Ibiapina, provém da Lei nº 2.054, de 29 de novembro de 1883. Com o advento do Decreto nº 65, de 27 de junho de 1892, transferiu-se a Vila para a jurisdição de Sobral e, consoante Decreto nº 1.271, de 29 de maio de 1934, transferiu-se de Sobral para São Benedito. Sua elevação à categoria de Município decorre da Lei nº 3.692, de 17 de junho de 1957, sendo instalado a 22 de novembro do mesmo ano.

Igreja - A primitiva capela, da qual consta como padroeiro São João Batista, mantém-se como sede de Freguesia, tendo como subordinante a Paróquia de São Benedito.

Economia - Não vai além dos requisitos mínimos, de que são próprios o criatório diversificado e a agricultura de subsistência alimentar. Produz artefatos de cerâmica, fios e redes, porém tudo em quantidades que pouco influem na formação de capitais. O comércio limita-se às operações

de varejo. Em termos de manutenção social, tem como fonte a redistribuição tributária, consignada pelo Poder Público e constante de parcelas com aplicações diversas.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se, etimologicamente, por *pacuyá*, de *pacu* = peixe + de *yá* = água, donde se obtém rio no qual encontram-se pacus *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 160)*.

PALHANO

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Chamou-se primitivamente *Cruz do Palhano*. Suas origens remontam ao início do Século XVIII e têm como fator de gregamento o pioneirismo do sesmeiro José Palhano e outros que participavam do empreendimento. Desse grupo, tem-se por sesmeiros devidamente agregados, o Coronel Manuel Gonçalves de Sousa e o Tenente-Coronel Estêvão de Souza Palhano, descobridores do *Riacho da Cruz*. A esses, constam por doação três léguas de terras, cujo registro mantém a data de 24 de outubro de 1733. No ano seguinte e por doação feita pelo Capitão-Mor Leonel de Abreu e Lima, obteve igual porção de terras o Capitão Antônio da Silva Cruz, terras estas situadas no *Riacho Bonhu* e a guardar como data de registro 11 de março do ano em anterior referência. Desse conjunto de pioneiros, se bem que forma lenta e pouco significativa, nasceria a povoação cuja trajetória se estenderia ao longo de três séculos.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Distrito, com subordinação ao Município de Russas, provém do Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com a denominação de *Cruz do Palhano*. Sua independência em termos de Município provém da Lei nº 4.076, de 8 de maio de 1958, com instalação a 15 de maio do mesmo ano.

Igreja - A primitiva capela do reduto perde-se no tempo em suas origens, porém, a tomar como referencial o ato de sagração do cruzeiro, feito pelo itinerante Frei David em uma de suas missões de desobriga, ter-se-á a data de 1º de janeiro de 1801. A segunda capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição e a ter como doador do respectivo patrimônio Francisco da Silva Tércio e como responsável pelas obras de construção o padre Lino Deodato. O lançamento da pedra fundamental data de 28 de julho de 1862, estando presentes, além do padre Lino, expressivo número de moradores. Na qualidade de obreiros-construtores, constam os nomes

de Francisco Bandeira Braga e Francisco da Silva Tércio, sendo parcialmente concluída a obra em 1873.

A primeira reforma dessa capela, já em termos de Igreja-Matriz, iniciou-se em novembro de 1907, sob a orientação do padre Zacarias Ramalho, tendo como efetivo colaborador Miguel Rodrigues de Santiago. Concluída essa reforma, deram-se os atos inaugurais de sagração, evento que se registra a 1º de abril de 1910 e ter como oficiante o seu pároco Zacarias Ramalho.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura de susbsistência e no criatório de miúças, além da produção extrativa da cera de carnaúba, oiticica e artefatos de cerâmica. Mantém regular comércio, unidades escolares e representações assistenciais vinculadas ao Poder Público.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, tem como respaldo o Decreto-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, guardando das origens o *Palhano* dos primeiros assentamentos gregários *(Aragão - Fichário)*.

PALMÁCIA

História - Município localizado na Mesorregião de Baturité, em território desmembrado de Maranguape. Chamou-se incialmente *Arraial de Palmeiras*, depois, *Silva Jardim*. Suas origens remontam à segunda metade do Século XIX, tendo-se como referência de tempo a criação do respectivo Distrito de Paz, consoante Lei nº 929, de 6 de agosto de 1860, evento que atesta a existência de anterior povoamento. Vale salientar, no entanto, que o primitivo sediamento do Distrito de Paz, localizou-se no lugar denominado *Jubaia*, transferido para o *Arraial de São José da Cachoeira* e finalmente para o reduto de *Palmeiras*.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila e Município, respectivamente, ocorreu segundo Lei nº 352, de 23 de julho de 1897 e suprimido antes de sua instalação. Restaurado à categoria de Vila e a manter o nome atual, teve como instrumento de apoio o Decreto 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Sua elevação à categoria de Município, provém da Lei nº 3.779, de 28 de agosto de 1957, tendo sido instalado a 7 de setembro de 1958.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial tem-se como precedente a sugestão dada por Monsenhor Antônio Tabosa Braga, a Francisco de Queiroz, no sentido de que fosse edificada no local uma

capela e que elegesse como padroeiro São Francisco de Assis (1880). Acolhida a sugestão, iniciaram-se de imediato os trabalhos de construção, sendo concluídos no mesmo ano. Quanto à Freguesia, desta não se tem notícia, presumindo-se tenha continuado sob a jurisdição de Maranguape. A Paróquia, criada a 6 de janeiro de 1943, por ato do Bispado de Fortaleza, teve como primeiro vigário o padre Djair Gomes Cavalcante.

Economia - Não obstante a estruturação geográfica do Município, em que predominam elevações abruptas e depressões profundas, tem-se como fundamento básico a rentabilidade de que são próprias as condições de solo, reforçadas naturalmente por vertentes que se perenizam nos socavões e baixadas. Desenvovem-se, então, a cana-de- açúcar, com a produção de rapaduras e aguardente, a banana em largas proporções, demais espécies frutícolas, além do urucu, sem dúvida uma das culturas de vantajosas perspectivas.

No campo das atividades artesanais, mantém a mesma vocação de suas origens municipalistas, produzindo rendas e bordados, finamente elaborados e a oferecer por essa forma a sua parcela de colaboração. E, finalmente, em termos de comércio, este não vai além do varejo diversificado, restando aos negócios de maior porte o sorvedouro da Capital.

No campo da assistencialidade social, mantém escolas primárias e demais serviços cuja manutenção restringe-se ao apoio de que é responsável o Poder Público.

Topônimo - Em suas relações túpicas, advém de *palmeira* ou terra dos palmeirais, o que realmente existe em abundante quantidade *(Aragão - Fichário - História - Obr. Cit. Vol. IV, Pág. 193).*

PARACURU

História - Município na Mesorregião do Baixo Curu. Chamou-se inicialmente *Angra dos Negros, Alto Alegre, Alto Alegre do Parazinho* e *Parazinho,* nomes que vêm da cartografia seiscentista aos designativos de mais recente formação. Suas origens remontam, pelo menos como referencial costeiro, à segunda metade do Século XVI. Anrtes, porém e em regime itinerante, acostaram no reduto portuário, a *Missão Jesuítica da Ibiapaba (1607* e a *Expedição Guerreira,* sob o comando de Jerônimo de Albuquerque e destinada ao Maranhão (27-09-1614).

Ao longo do Século XVII e a perpetuar o reduto em termos de gregamento urbano, criou-se o Distrito Policial, tendo como registro a data

de 14 de novembro de 1862, alterando-se a denominação anterior para o nome de *Parazinho.* A partir desse estágio e graças à frequência das atividades portuárias, a povoação assumiu proporções de maior porte, o que reclamaria em seu favor as benesses do emancipacionismo político.

Evolução Política - Sua elevação à cateroria de Vila e Município, respectivamente, provém de Lei Provincial nº 1.235, de 27 de novembro de 1868, com a denominação de *Alto Alegre do Parazinho,* sofrendo as seguintes alterações: **1)** - suprimido conforme Lei nº 1.604, de 14 de agosto de 1874 e transferido para o Distrito de Trairi; **2)** - restaurado, conforme Decreto Estadual nº 73, de 1º de outubro de 1890 e reconduzido às suas origens, tendo como data de instalação 25 de outubro do mesmo ano; **3)** - suprimido e transferido para São Gonçalo do Amarante, conforme Leis Estaduais, de números 1.841, de 17 de agosto de 1921 e 1.936, de 12 de novembro do mesmo ano, respectivamente; **4)** - teve a sua restauração assegurada conforme Lei nº 2.368, de 30 de julho de 1926, retornado a sede para o antigo reduto; **5)** revogada essa Lei, conforme igual instrumento de nº 2.589, de 15 de setembro de 1928, tocando-o de volta para São Gonçalo; **6)** - restaurado conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, situando-o novamente ao local de origem; **7)** - em sua rota itinerante, retornou à jurisdição de São Gonçalo, conforme Lei nº 64, de 7 de agosto de 1935 e, finalmente restaurada a situação anterior, conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a doação do respectivo patrimônio, tendo como doador o padre João Francisco Nepomuceno Rocha e edificação da capela da qual consta como padroeira Nossa Senhora dos Remédios. Dessa doação e ereção da primitiva capela não constam registros, cronologicamente admissíveis, porém, com relação à Igreja-Matriz, desta se tem como instrumento de apoio a Lei º 1.020, de 14 de novembro de 1862, instituindo igualmente a Freguesia. Consta como seu primeiro assistente eclesiástico, o padre João Francisco Nepomuceno Rocha, o mesmo a quem se deve a implementação e construção das respectivas obras.

Economia - Consiste fundamentalmente na indústria pesqueira, organizada em termos profissionais, a manter entrepostos de recepção e exportação segundo regras empresariais. Além dessa atividade, mantém projetos de extensão rural, irrigáveis e divididos em módulos, tendo como finalidade, além do assentamento de pequenos agricultores, conservar em

permanente estágio as safras de imediata colheita. Em termos de indústria extrativa, relaciona-se a cera de carnaúba, seguida da produção de oiticicas, além da cajucultura.

Em termos de desenvolvimento turístico, dinamizando o comércio e a indústria de hotelaria, grande extensão litorânea oferece lazer, faltando apenas a presença mais efetiva de investidores nessa área.

Topônimo - Em sua formação etimológica provém, tupicamente, de *pará* = rio +*curu* = cascalhos, pedra miúda, seixos donde se obtém rio dos cascalhos *(Aragão - História - Vol III, 2ª Ed. - Obr. Cit. Pág. 337 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. - Pág. 161 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit - Pág. 430/33).*

PARAIPABA

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Curu. Chamou-se inicialmente *Passagem dos Tigres* e *Tigre*, sucessivamente. Suas origens remontam ao início da segunda metade do Século XVII, quando, por determinação de Matias Beck, instalou-se no lugar *Paraipaba* um centro protestante de letras batavas e ensino religioso (1650). Desarticulado o domínio espanhol e advindo o sistema luso, desprezou-se esse indício de civilização, ficando apenas o registro histórico.

Nesse local, habitado especialmente por Tapuias Anacés, estendeu-se o povoamento, ocupando vastas porções de terras planas, agricultáveis e a margear o rio Paraipaba. Essa ocupação, no entanto, lenta e sem o apoio dos poderes competentes, levaria séculos para sua definitiva arregimentação individual ou gregamento em termos urbanos.

Evolução Política - A elevação do Povoado à categoria de vila provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de setembro de 1933, com o nome de *Passagem dos Tigres.* O Município, mantendo o nome atual, provém da Lei nº 6.351, de 1º de julho de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. Restaurado, finalmente, conforme Lei nº 11.009, de 5 de fevereiro de 1985.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial tem como precedente a ereção da primitiva capela cujo orago dedicou-se à Santa Rita de Cássia. As obras de construção dessa capela, constam como tendo sido realizadas entre os anos de 1965 e 1969, porém em terreno sujeito a constantes inundações, o que levaria sua transferência para local mais adequado. A Paróquia, subordinada ao Bispado de Itapipoca, tem como data inaugural 13 de maio de 1979, tendo como principais responsáveis, além do padre

José Olavo Rodrigues, os colaboradores beneméritos Francisco Batista de Azevedo e Afonso Barroso Cordeiro.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pesca, se bem que em proporções de subsistência própria dos que dela se ocupam, nos cultivos agrícolas e na produção da cera de carnaúba. Em termos de pecuária, tem-se como principal fonte o criatório estabular, notadamente com relação ao selecionamento de gado holandês.

Em apoio complementar, tem por esteio o pequeno comércio, assim como as parcelas retributivas do Poder Público, socialmente aplicadas em forma de benefício. Vale ressaltar, no entanto, que no tocante aos investimentos de apoio social, tem-se como fonte o *Projeto Paracuru-Paraipaba*, onde centenas de agricultores pobres mantêm os seus assentamentos.

Topônimo - A denominação atual, que restabelece o nome ainda vigorante no tempo de Matias Beck (1649), ocorreu por força do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica, traduz-se por *pará* = rio + *y* = água + *paba* do verbo acabar, donde se obtém lugar a partir do qual as águas pluviais se confundem com a maré *(Aragão - Fichário - Índios - 2ª Ed. - Obr. Cit. Pág. 161/62).*

PARAMBU

História - Município localizado na Mesorregião dos Inhamuns. Chamou-se primitivamente *São Pedro da Cachoeirinha* e *Cachoeirinha*, sucessivamente. Suas origens remontam ao Século XVIII, tendo como referência a edificação da primitiva capela, cujo patrimônio teve como doador Enéas de Castro (1772). Dessa capela e fixação de novos gregamentos, gerou-se a povoação, se bem que em ritmo lento e de progresso igualmente ronceiro.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém da Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929, e a Município conforme Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956, tendo sido instalado, simbolicamente, a 22 de outubro do mesmo ano, evento que somente em agosto de 1957 seria oficializado.

Egreja - As primeiras manifestações eclesiais têm como precedente a doação do respectivo patrimônio, constante de dois hectares, tendo como utilização a edificação do primitivo templo, do qual consta como patrono São Pedro.

Economia - Vinculada ao complexo geológico dos Altos Sertões dos Inhamuns, não poderia fugir às asperezas do semi-árido, oferecendo aos seus habitantes restritas opções de desenvolvimento. Em princípio e reduzidas proporções, fundamenta-se no criatório e nos plantios de subsistência, além do algodão cuja presença se registra na maior parcela territorial do Ceará. Em termos complementares subsiste o comércio, de vantagens pouco sedutoras, além das parcelas tributárias, socialmente aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica provém, tupicamente, de *pará* = rio + *ambu* = que ronca, donde se forma rio de águas barulhentas ou que estrondeiam *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 193/94 - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 162 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 433/35).*

PARAMOTI

História - Município localizado na Mesorregião de Canindé. Chamou-se inicialmente *Santana* e *Saldanha*, sucessivamente. Suas origens datam do Século andante, quando moradores da região se estabeleceram e passaram a cultivar terras margeantes do rio que deu nome ao Município.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a Município segundo Lei nº 3.962, de 10 de dezembro de 1957, tendo sido instalado a 25 de janeiro do ano seguinte.

Igreja - Em termos de apoio eclesiástico tem-se como precedente a edificação da respectiva capela, cujo orago se dedica à Senhora Santana. Dessa capela gerou-se a Igreja-Matriz, da qual consta como seu primeiro vigário o padre Geraldo Gremers.

Economia - Menos dinâmica que mecanicamente exercida, a economia de Paramoti guarda da índole pacífica de seus habitantes idênticas características de lentidão, tendo como principal atividade a agricultura. Esta, dadas as variações geológicas do Município, floresce nas quadras hibernais, graças às terras margeantes do rio de igual nome e entra em compasso de espera a patrir dos ciclos estiais. Tem-se, também na pecuária, adicionais rentáveis que se somam ao primeiro tópico e o pequeno comércio, além da produção ceramista, que afinal de contas não ultrapassa às raias do consumo local.

Topônimo - O nome atual, provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e traduz-se, tupicamente, por *pará* = rio + *moti* de *motine* = seco, donde se obtém rio cujas águas dependem da quadra invernosa *(Aragão - Fichário - História - Vol. IV - Obr. Cit. - Pág. 194 - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 162).*

PEDRA BRANCA

História - Município localizado na Mesorregião de Senador Pompeu. Chamou-se primitivamente *Tabuleiro da Peruca.* Suas origens remontam à segunda metade do Século XIX e têm como precedente o gregamento de homens vinculados ao cangaço, destacando-se dentre outros Manuel Bandeira de Melo.

Em episódio que demonstra o tipo de cultura na qual era plasmada a consciência do primitivo habitante do reduto, cita-se o caso do indivíduo chamado *Cangaço*, egresso da cadeia de Boa Viagem onde cometera assassinato. Perseguido pelo Juiz, *Cangaço* procurou o reduto de *Tabuleiro da Peruca,* onde se homiziou e aguardou o desfecho.

Nessa oportunidade, missionavam no lugar os padres Guilherme Van Sand e Antônio Azemar. Cangaço viu nessa oportunidade o estratagema de sua proteção. Acercou-se dos missionários, não como criminoso, mas penitente humilde e disposto a contrair matrimônio com a mulher com quem já vivia maritalmente. Os padres acolheram o seu petitório. No momento, entretanto, em que se realizava a cerimônia, a polícia chegou, desfez o cerimoinial e o conduziram algemado.

Intrigados com o procedimento da autoridade, por considerarem *Cangaço* um homem recém-converso, impetraram em seu favor o recurso do *habeas-corpus*. Em atitude paralela, trataram de açular o povo, no sentido de resgatar o prisioneiro, retirando-o da cadeia. Houve unânime consenso de apoio. Esse apoio consistiu na formação de grupos armados, de aderentes em multidão e o desfile em regozijo, conduzindo nos braços o irredento supostamente redento e, ainda por cima, na qualidade de herói.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém de Lei Provincial nº 1.407, de 9 de agosto de 1871. Suprimida conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurada na forma da Lei nº 1540, de 3 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a edificação da primitiva capela, cuja localização consta como

referência de proximidade a *Pedra Branca,* monólito de configuração achatada e transformado em ponto convencional de encontro entre vaqueiros. A esse nicho deu-se como padroeiro São Sebastião.

A Freguesia, apoiada na reconstrução e ampliação dessa capela, provém da Lei Provincial nº 1.539, de 23 de agosto de 1873 e canonicamente instituída segundo Provisão de 3 de dezembro do mesmo ano. Consta como seu primeiro vigário o padre João do Nascimento e Sá, até então coadjutor da Paróquia de Mombaça, tendo sido empossado a 4 de janeiro de 1874.

Economia - Funndamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura, extração mineral, havendo como destaque a produção algodoeira. Possui regular comércio, envolvendo tecidos, secos e molhados, além de complementos originários da produção leiteira.

Topônimo - O nome atual, provém do mesmo instrumento de Lei, quando de sua elevação à categoria de Município, guardando historicamente a memória da proverbial *Pedra Branca (Aragão - História - Obr. Cit - Vol III, 2ª Ed. Pág. 337/38 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 435/439).*

PENAFORTE

História - Município localizado na Mesorregião de Brejo Santo. Chamou-se primitivamente *Carnaúba e Baixio dos Couros.* Desmembrado de Jati, Penaforte situa-se no extremo-sul do Estado, divisa com Pernambuco e ocupa uma das áreas mais ingratas do semi-árido nordestino. Trata-se de gregamento antigo, lentamente formado, porém sem referencial de data através da qual se possa descrever as relações de tempo.

Evolução Política -A elevação do povoado à categoria de Vila provém de Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a Município conforme Lei nº 4.224, de 31 de outubro de 1988.

Igreja - A capela, cujos dados nos são desconhecidos, tem como padroeira Nossa Senhora da Saúde, tendo sido seu primeiro vigário o padre Nicodemos Benício Pinheiro.

Economia - Diante das asperezas do agreste, legadas à maioria de sua extensão territorial, Penaforte sobrevive, economicamente, de irrisórios plantios agrícolas e do criatório diversificado do qual participam, além de bovinos, caprinos e ovinos. Em termos comerciais, não vai além de pequenos estabelecimentos, compostos na maioria por produtos diversificados. Consiste a sua manutenção na redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual, destaca-se em termos de homenagem que se quis prestar ao Cônego Raimundo Ulisses Penaforte, natural do próprio reduto *(Aragão - Fichário).*

PENTECOSTE

História - Município localizado na Mesorregião do Médio Curu. Chamou-se primitivamente *Conceição da Barra* ou *Barra da Conceição.* Suas origens remontam ao Século XIX, quando Bernardino Gomes Bezerra, fazendeiro em Canindé e residente na região praieira do Acaraú, construiu nas proximidades da fazenda *Barrinha*, pertencente a Francisco Ferreira Azevedo, uma casa onde fixaria morada (1860). Surgiram em consequência outros moradores, edificando novas residências e contribuindo para a formação do arraial.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei n° 1.542, de 23 de agosto de 1873. Suprimida, na forma do Decreto nº 18, de 5 de abril de 1892 e restaurada conforme Lei nº 457, de 27 de agosto de 1898. Suprimida em segundo turno, segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933 e restaurada consoante Dec-Lei nº 1.540, de 3 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - Em suas manifestações de apoio eclesial tem-se como precedente a edificação da primitiva capela, contando com a colaboração decisiva do Mestre Bernardino. A pedra fundamental, do nicho que seria dedicado a Nossa Senhora da Conceição, consta do ano de 1862, sendo concluída em 1864. A missa inaugural, teve como oficiante o padre Manuel Lima, evento que se registra no *Domingo de Pentecoste,* o que levaria o reduto à denominação que se consagaria.

A Freguesia, consta como tendo sido criada, conforme Lei Provincial nº 1.283, de 29 de setembro de 1869 e instituída canonicamente a 8 de janeiro do ano seguinte. Tem-se como primeiro vigário o padre Firmino Brandt Rocha, nomeado a 10 de janeiro de 1870 e empossado a 2 de fevereiro seguinte.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, destacando-se nesta última, o algodão, arroz, feijão e milho. Em termos acessórios e de significativa importância, vale acrescer a pesca, originariamente do Açude Pentecoste e a cera de carnaúba, além da extração de minérios dos quais constam o rutilo, a grafita e pirolusita. Em

suas fontes subsidiárias, tem-se em escala abundante o artesanato, variedade já consagrada no campo das exportações.

Topônimo - Em suas relações toponímicas, provém, conforme foi dito antes, da primeira missa cuja celebração coincide com o *Domingo de Pentecoste (Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. III, 2ª Ed. Pág 338 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 439/443).*

PEREIRO

História - Município localizado na Mesorregião da Serra do Pereiro. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando o fazendeiro Manuel Pereira, acossado pela necessidade de fugir dos rigores da grande seca de 1777, transferiu-se de Russas, conduzindo família e rebanhos para as regiões emergenciais da bonançosa *Serra dos Icós.* Desse emergencial gregamento, nasceria o arraial que em breve seria crismado no nome de *Santos Cosme e Damião.*

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei nº 242, de 21 de outubro de 1842, tendo sede o lugar denominado *Santos Cosme e Damião.* Suprimida na forma do Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurada conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Município, fundamenta-se no Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam do ano de 1777, quando o fazendeiro Manuel Pereira, doou patrimônio e edificou a primitiva capela, tendo como padroeiros Santos Cosme e Damião.

Não obstante já estar ereta a capela, recebeu, no ano de 1799, o reforço de fé e entusiasmo religioso, quando segundo a praxe, Frei Vidal da Penha ergueu defronte do nicho o seu tradicional cruzeiro.

A Freguesia, mantendo como padroeiros os *sócios-irmãos* de fé e martirológio, criou-se conforme Decreto de 11 de outubro 1831, na Regência do Vigário Capitular de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão. Consta como seu primeiro pároco o vigário-encomendado Antônio Camelo Valeur.

Economia - Fundamenta-se basicamente na diversificação de fontes envolvendo pecuária, agricultura e produção frutícola, considerando para tanto o complexo geográfico em que se estrutura. Essa estruturação, por seu turno, compreende terras molhadas da região serrana e áreas secas, se bem que produtivas desde que as quadras hibernais assim o permitam.

Possui regular comércio, escolas primárias e serviços de assistencialidade social, sem contudo, fugir ao carma dos Municípios pouco desenvolvidos ou a participação nas rendas públicas e aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual, provém do Decreto nº 54, de 30 de agosto de 1890, homenagem que se quis prestar ao fundador do primitivo reduto *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol. III, 2ª Ed. Pág. 338/39 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 443/47).*

PINDORETAMA

História - Municipio localizado na Mesorregião de Cascavel. Chamou-se primitivamente *Baixinha e Palmares.* Suas origens remontam ao Século XIX, quando moradores, vindos de regiões vizinhas, fizeram aos poucos o seu povoamento.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém de Ato Governamental datado de 8 de novembro de 1894, com o nome de *Baixinha.* Sua elevação à categoria de Município decorre de Lei nº 6.310, de 21 de maio de 1963 e suprimido antes de ser instalado (Lei nº 8.339, de 14-12-1965). Restaurado conforme Lei nº 11.413, de 28 de dezembro de 1987.

Igreja - Sem outros detalhes que possam completar o elenco de informações, sabe-se apenas que o padroado do Município dedicou-se em honra de Nossa Senhora da Conceição.

Economia - Fundamenta-se basicamente no pequeno criatório bovino, na agricultura de subsistência, na peodução frutícola de mangas, cana-de-açúcar, além da extração vegetal da cera de carnaúba. Mantém-se subsidiariamente de pequeno comércio e da redistribuição de rendas públicas em forma de benefício.

Topônimo - Fundamenta-se tupicamente em *pindoba* = carnaúba + *retama* + região, donde se obtém lugar dos carnaubais *(Aragão - Fichário).*

PIQUET CARNEIRO

História - Município localizado na Mesorregião de Senador Pompeu, de cuja jurisdição foi desmembrado. Chamou-se primitivamente *Jirau* e formou-se de pequenos agricultores, vindo a tomar maior impulso após receber da Ferrovia Baturité-Crato a sua Estação de cargas e passageiros, evento que se registra a 15 de novembro de 1907.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a Município conforme Lei nº 3.685, de 12 de julho de 1957 (DO de 15-07-1957).

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial constam da ereção da respectiva capela, da qual se tem como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

Economia - Desestruturada por fatores contingenciais e próprios da região em que se situa, fundamenta-se no criatório diversificado e na agricultura de subsistência, sem no entanto, apresentar perspectivas de crescimento. Possui reduzido número de estabelecimentos comerciais e, a exemplo das demais que lhe são igualitárias, mantém-se quase que exclusivamente da redistribuição de rendas públicas em parcelas de assistencialidade social.

Topônimo - A denominação atual provém da Lei nº 3.685, de 12 de julho de 1957, tendo como finalidade homenagear o engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, então Diretor da Rede de Viação Cearense - R.V. C.- *(Aragão - Fichário).*

PIRES FERREIRA

História - Município localizado na Mesorregião de Ipu, Município do qual foi desmembrado. Chamou-se primitivamente *Mocambo.* Em sua primitiva formação gregária contou com a afluência de pequenos agricultores, gerando o arraial cuja projeção decorre da Ferrovia Sobral-Crateús, instalando no reduto uma Estação de Passageiros (21-01-1925).

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila decorre do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933 e, a Município conforme Lei nº 6.418, de 9 de julho de 1963. Suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, tendo sido restaurado conforme Lei nº 11.325, de 22 de maio de 1987.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm da ereção da primitiva capela, cujas obras se deve ao trabalho realizado pelo padre Máximo Feitosa, tendo como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1896). Em segunda capela ou reforma da anterior, tem-se como responsável Monsenhor Gonçalo Lima.

Economia - Desprovida de fontes prósperas e estáveis, apresenta apenas o lado vegetativo, mantendo-se de escassos rendimentos

agropecuários, incipentes atividades comerciais e da redistribuição de rendas públicas aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual, existente a partir da instalação da Estação ferroviária no reduto, tem como finalidade homenagear o engenheiro Antônio de Sampaio Pires Ferreira, então Diretor-Chefe da Estrada de Ferro Sobral-Crateús (*Aragão - Fichário).*

PORANGA

História - Município localizado na Mesorregião de Ipu e desmembrada do Município de Ipueiras. Chamou-se, sucessivamente, *Várzea Formosa* e *Formosa.* Sua formação urbana provém de agricultores e pecuaristas cujo primitivo gregamento se deu em terras banhadas pelas nascentes dos rios Inhussu, Acaraú, Jatobá e Macambira.

Evolução Política - A elevação do reduto à categoria de Vila deu-se quando da criação do Município de Ipueiras (Dec-Lei nº 448, de 20-12-1938). A elevação à categoria de Município decorre da Lei nº 3.665, de 5 de julho de 1957, tendo sido instalado a 22 de setembro do mesmo ano.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm, incicialmente, de doações patrimoniais das quais constam como doadores Lourenço Alves de Almeida (1897) e Malaquias Alves de Almeida (1898), seguindo-se a edificação da respectiva Capela. Esse nicho foi construído graças ao trabalho realizado pelo padre Francisco Máximo Feitosa de Castro, vigário de Ipueiras, tendo patronos Jesus, Maria e José.

Economia - Fundamenta-se basicamente nas últimas terras do estremo-sul do planalto ibiapabano, com extensão sertaneja e a conter nesgas férteis e próprias ao desenvolvimento da pecuária, da fruticultura e dos plantios de subsistência alimentar. Mantém pequeno comércio e, em termos subsidiários, tem como apoio a redistribuição tributária, socialmente aplicada em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.113, de 30 de dezembro de 1943. Em sua versão etimológica traduz-se, tupicamente, por *porã* = bom, bonito + *anga* = vista ou visão, donde se obtém o locativo vista bonita ou boa vista *(Aragão - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 163.*

PORTEIRAS

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri, desmembrado de Jardim. Chamou-se primitivamente *Conceição do Cariri*

e *Porteiras de Fora.* Suas origens datam do Século XIX, quando ao sopé da Serra do Araripe vários agricultores se estabeleceram, gerando o arraial em próspero andamento.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém de Ato Provincial de 12 de julho de 1860. Sua elevação à categoria de Município decorre da Lei nº 2.169, de 17 de agosto de 1889. Suprimido conforme Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920 e restaurado segundo Lei nº 2.002, de 16 de outubro de 1922. Suprimido em segundo turno, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurado, finalmente, na forma da Lei nº 1.158, de 22 de novembro de 1951.

Igreja - As primeiras referências eclesiásticas, datam do ano de 1821, quando no reduto celebrou-se a primeira missa, tendo como oficiante o padre João Bandeira de Melo, então vigário de Jardim. A capela, cuja edificação contou com a participação efetiva dos seus moradores, tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição, sendo seu primeiro vigário o padre Nicodemos Benício Pinheiro.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura e na produção cafeeira, tendo como destaque a cana-de-açucar, algodão, mamona, arroz, milho e espécies frutícolas. Mantém regular comércio, incluindo varejo de secos e molhados, além dos insumos considerados exportáveis.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, porém sem referência ao objeto de sua formação (*Aragão - História - Ob. Cit. Vol IV Pág. 194).*

POTENGI

História - Município localizado na Mesorregião do Araripe. Chamou-se primitivamente *Xique-Xique*, vinculado ao Município de Araripe. Suas origens remontam ao Século XIX, quando, dentre outros agricultores, aí se estabeleceu Manuel Monteiro, fundador do reduto.

Evolução Política - Sua evolução à categoria de Vila provém de Ato Governamental de 22 de novembro de 1913, e a Município na forma da Lei nº 3.786, de 4 de setembro de 1957.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial contam de doação do respectivo patrimônio e edificação pela qual se tem como responsável Manuel Monteiro, tendo como padroeiro São José.

Economia - Vincula-se praticamente às asperezas dos Altos Sertões dos Inhamuns, pouco tendo a oferecer em termos de desenvolvimento, a não ser no tocante à pecuária e à agricultura de subsistência, com certo destaque para a produção algodoeira. Mantém restrito comércio e, em termos subsidiários, tem como ponto de apoio a redistribuição de valores tributários, socialmente aplicados em parcelas de benefícios.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e em sua formação toponímica vincula-se a dialetos de origem Tapuia, uma vez que em versão túpica ou línguas afins não existe correspondência vocabular *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pag. 163).*

POTIRETAMA

História - Município localizado na Mesorregião da Serra do Pereiro. Suas origens datam do Século XIX, com o nome de *Águas Belas* e local onde nasceu Manuel Negreiros Bessa, certamente um dos seus primitivos habitantes. Em segundo detalhe, tem-se como precedente gregário o fazendeiro e agricultor Sebastião Feitosa, dele constando as primeiras casas de residência, de comercio, farinha e padaria, porém no sítio *Bom Jardim.* Desses remanescentes individuais nasceria a povoação, cuja marcha se projeta lenta e de acanhadas perspectivas.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a Município conforme Lei nº 11.317, de 15 de maio de 1987.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais, têm como precedente a doação patrimonial e construção da primitiva capela, dedicada à Nossa Senhora da Conceição e a ter como responsável benemérito o fazendeiro Sebastião Feitosa, Em nota complementar, sabe-se que a imagem da padroeira tem como procedência Aracati, não constando referenciais de tempo nem possível doador.

Economia - Vinculada ao complexo do semi-árido, em que as ofertas geológicas são bastante restritas, tem-se na economia do Município o tipo vegetativo, regulado pelas quadras hibernais e quase sempre escassas. Mantêm-se de qualquer modo a pecuária, a agricultura de subsistência e incipientes atividades comerciais. Em termos subsidiários, tem como ponto de apoio a redistribuição de valores tributários e socialmente aplicados em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *potyra* = flor + *retama* = região, donde se obtém terra das flores *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. 2ª Ed. Pág. 164).*

QUITERIANÓPOLE

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús. Chamou-se primitivamente *Coutinho*. Suas origens datam do Século XIX e têm como precedente o gregamento de criadores e agricultores procedentes de outros recantos.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a Município conforme Lei nº 6.444, de 21 de julho de 1963. Suprimido, conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965 e restaurado na forma da Lei nº 11.330, de 4 de julho de 1986.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais constam da edificação da capela respectiva, dedicada a Nossa Senhora da Conceição e a ter como responsável D. Quitéria de Lima (1853).

Economia - Fundamenta-se, embora escassamente, na pecuária e nas culturas de subsistência, além da produção algodoeira. Em termos complementares, tem-se o comércio, apenas vegetativo e a redistribuição de rendas públicas em parcelas de benefício.

Topônimo - O nome atual destaca-se em forma de homenagem que se quis prestar à fundadora do reduto (*Aragão - Fichário).*

QUIXADÁ

História - Município localizado na Mesorregião de Quixeramobim. Suas origens remontam ao Século XVII, quando em 1698, Sesmarias marginais do rio *Sitiá* foram concedidas a fazendeiros originários do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Índios, entretanto, representados pelos Tapuias Canindés e Jenipapos, exerceram pressão contrária, forçando a deserção desses investidores, o que resultaria no realdeamento dos relutantes nativos para a *Missão de Nossa Senhora da Palma* (Baturité).

Com o abandono dessas terras, novas Sesmarias foram concedidas no mesmo local, desta vez aos fazendeiros Manuel Gomes de Oliveira e seu companheiro André Moreira Barros (1705).

Em operação de compra e venda, realizada a 18 de dezembro de 1728, o Coronel Carlos de Azevedo adquiriu terras no lugare denominado *Quixadá*. Em segunda operação, realizada pelos herdeiros de Carlos Azevedo, essas mesmas terras foram vendidas a José Barros Ferreira (1747). E este, utilizando-se dos recursos materiais e humanos de que dispunha, situou fazenda e edificou capela, dedicando esta, ao orago de Jesus, Maria e José, gerando-se desse primitivo estágio a povoação (1755).

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei nº 1.347, de 27 de outubro de 1870, sendo instalada no ano seguinte. A elevação à categoria de Município decorre da Lei nº 2.166, de 17 de agosto de 1889.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais provêm dos trabalhos e doação patrimonial, constante esta, de meia légua de terras em quadro, além de 100 palmos^2 onde deveria ser edificada a respectiva capela, tendo como doador José de Barros Ferreira. Construída a capela, dedicada ao padroado antes referido, tem-se como referencial de conclusão o ano de 1774. A Freguesia, instalada na primitiva capela e posteriormente ampliada, tem como instrumento de criação a Lei nº 1.305, de 5 de novembro de 1869, constando como seu primeiro vigário o padre Cláudio Pereira de Faria. Sua nomeação data de 4 de fevereiro de 1870, tendo como registro de posse 13 de fevereiro do mesmo ano, permanecendo até 10 de janeiro de 1873. Desse esboço eclesiástico nasceriam a Igreja-Matriz, Colégio regido por freiras e a famosa *Casa de Repouso da Serra do Estêvam,* cuja finura de trato dispensa comentários.

Economia - Fundamenta-se basicamente no conteúdo diversificado de fatores concorrentes dos quais se destacam a pecuária, a bacia leiteira de estábulo, produtos lacteos, carnes e seus derivados, algodão, produtos agrícolas em geral, indústrias de fios e redes, artesanato, transformação de matéria-prima em produtos semi-acabados, hotelaria, rede bancária, Agência Previdenciária, Posto Avançado da Receita Estadual, Companhia de Polícia Militar, comércio diversificado e turismo em seu nascedouro, desde que haja vontade política e o aproveitamento das riquezas naturais. Destaca-se desse complexo a *Galinha Choca,* monólito cujo esboço poderá ser visto a grandes distâncias.

Topônimo - Não há correspondente em Tupy, donde se conclui, assim como todos os *Qui* seja de origem *Kiriri. (Aragão - História Vol. III, 2ª Ed. Obr. Cit. Pág. 339/40 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 449/454).*

QUIXELÔ

História - Município localizado na Mesorregião de Iguatu. Chamou-se primitivamente *Bom Jesus* e *Bom Jesus dos Quixelôs*. Suas origens remontam ao Século XVII, estimuladas pela instalação da *Missão do Bom Jesus dos Quixelôs*, posteriormente anexada à *Missão da Telha* e a ter como finalidade realdear os Tapuias Jucás e Quixelôs. Desse missionamento, que ocuparia quase meio século de penitente trabalho, situou-se o remanescente gregário do qual se formaria a povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila e simultaneamente a Município ocorreu segundo Decreto nº 101, de 9 de dezembro de 1890. Suprimido conforme Decreto nº 8, de 10 de março de 1892 e restaurada, na qualidade de Distrito na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e Município conforme Lei nº 11.005, de 1º de fevereiro de 1985.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a doação patrimonial feita por Joaquim Vitoriano de Almeida Braga (1835). A capela, dedicada ao orago do *Senhor Bom Jesus*, foi edificada logo nos primeiros anos após a doação patrimonial.

Economia - Fundamenta-se basicamente na agricultura e, sobretudo, na cultura do algodão arbóreo, considerada para tanto as condições geológicas que o Município oferece. Nos demais setores, mantém a pecuária estabular, indústria ceramista e comércio, formando excepcional conjunto de progresso.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1948 e resulta, historicamente, de homenagem que se quis prestar aos Índios Quixelôs, primitivos habitantes da região *(Aragão - Fichário)*.

QUIXERAMOBIM

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Chamou-se primitivamente *Rio Imbu* - Suas origens remontam ao Século XVII, quando sesmeiros ainda habitavam terras compreendidas entre o *Rio Imbu* (Quixeramobim) e a *Barra do Sitiá*, formando área não inferior a quinze léguas em quadro. Em termos de colonizadores brancos constam como pioneiros Antônio Duarte da Costa e Antônio Pinto Corrêa. Estes investidores, cujas origens não estão consignadas em registro, tiveram

concedidas suas Sesmarias em 1702 e a conter quatro léguas de terras. Somando-se a esses, situaram-se também na região os *Corrêa Vieira* (Montes e Silva), os *Vedóia Sanchez* e os *Queiroz*, procedentes estes da vizinha Capitania de Pernambuco. Consta igualmente o colono Francisco Ribeiro de Sousa, adquirente em terras, porém a transferir, em operação de compra e venda, ao padre Antônio Rodrigues Frazão e seu concorrente Gil de Miranda e sua mulher D. Ana de Barros. Essas terras, por sua vez, foram adquiridas por Antônio Dias Ferreira, considerado fundador do que posteriormente se chamaria *Quixeramobim (1730)*.

Evolução Política - A elevação do reduto à cagoria de Vila, provém de Ordem Régia de 10 de janeiro de 1789, sendo instalada a 13 de junho do mesmo ano com o nome de *Vila Nova do Campo Maior*. A elevação à categoria de Município, decorre da Lei Provincial nº 770, de 14 de agosto de 1856, com a denominação atual.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a doação do respectivo patrimônio por Antônio Dias Ferreira, tendo como finalidade edificar a primitiva capela cujo orago se dedicou a Santo Antônio de Pádua. Melhorada e ampliada essa capela, graças ao trabalho realizado pelo seu fundador Antônio Dias, constituiu-se em Igreja-Matriz, segundo Provisão do Visitador Frei Manuel de Jesus e Maria (autorizado pelo Bispo de Pernambuco) e a ter como data 15 de novembro de 1755. Consta como seu primeiro vigário o padre João Paes Maciel de Carvalho, permanecendo nessa condição até 1764.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, sendo a primeira uma das atividades de maior expressão, tando pelos quantitativos bovinos quanto pelos referenciais de qualidade. No segundo item destaca-se a cultura do algodão e do milho, além de espécies próprias das áreas ribeirinhas. Nas mesmas proporções do desenvolvimento urbano, mantêm-se industrias de transformação, artefatos de cerâmica, fios e redes, produtos lácteos e variados tipos de artesanato. Em termos comerciais, funcionam armazéns de secos e molhados, de tecidos, casas de ferragens e varejo em geral, além de casas bancárias cujo atendimento atende satisfatoriamente aos usuários. No campo social, além dos estabelecimentos de ensino, mantém um dos melhores hospitais da região, complementado pela rede particular de serviços especiais. Em suas vizinhanças, distante apenas cerca de dois quilômetros do centro, existe a famosa *Barragem do Quixeramobim*, obra verdadeiramente útil e necessária à retenção das águas do rio e a oportunidade de pesca, notadamente quando das ocasiões

do seu transbordamento. Politicamente Quixeramobim tem como destaque o seu passado republicano, reacionariamente ostensivo e a formar na vanguarda dos movimentos registrados no Século XIX, guardando nomes que o tempo não apaga.

Topônimo - Não há correspondente em Tupy, com relação aos *QUIX* que encabeçam vários topônimos cearenses *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. I, 3ª Ed. Pág. 380/82).*

QUIXERÉ

Histôria - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe, desmembrado do Município de Russas. Em suas origens, constam como referencial os nomes de Manuel Filipe da Silva, Cândido Chicó, Manuel Xavier da Silva e Antônio Cosme, pioneiros no assentamento de residência no reduto (1840). Desses assentamentos, complementados por outros moradores, formar-se-ia a povoação cujo primitivo nome consigna-se como sendo *Tabuleiro.*

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila, com o nome atual, provém do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a Município conforme Lei nº 3.573, de 11 de abril de 1957, tendo sido instalado a 15 de maio do mesmo ano.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial precedem à existência de igreja no reduto, quando na residência de Mendes Medeiros reuniam-se os fiéis, tendo como asistente eclesiástico o padre Joaquim Domingues Carneiro, vigário de Russas.

Segundo determinação de D. Lino Deodato, transferiu-se para essa comunidade em formação, o padre Agostinho Afonso (italiano), a quem coube plantar, inicialmente um cruzeiro, cuja localização se tem como referência o lugar onde posteriormente seria edificada a Igreja-Matriz.

A pedra fundamental da capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, guarda como registro o ano de 1862, porém ainda a figurar em dimensões não condizentes com as necessidades do momento. Reformada e ampliada conforme trabalho realizado pelo padre Joaquim Rodrigues de Menezes, passou por segunda reforma, transformando-se em Igreja-Matriz. Os trabalhos desta última etapa, têm como executor o padre Zacarias da Silva Ramalho, tendo como referência o ano de 1924. A transformação da Freguesia em Paróquia, tem como registo a data de 29 de setembro de 1941, constando como primeiro vigário o padre Francisco José de Oliveira.

Economia - Fundamenta-se básica e escassamente, no criatório bovino, acrescido de ovinos e caprinos. Em termos de agricultura e produtos naturais, destacam-se a produção de subsistência alimentar, da cera de carnaúba e sementes de oiticica. Mantém regular comercio, porém, a exemplo dos Municípios economicamente desprovidos, constam como fontes subsidiárias as cotas tributárias e redistribuídas em parcelas de benefício.

Topônimo - Vincula-se aos *QUIX* sem correspondência em Tupy *(Aragão - Fichário).*

REDENÇÃO

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Chamou-se primitivamente *Acarape.* Suas origens remontam ao Século XVIII, quando aí se instalaram os primeiros agricultores, beneficiários das vastas e ubertosas terras da região. Em termos de projeção administrativamente gerenciada, tem-se como precedente a criação do Distrito Policial, cujo registro guarda como instrumento de apoio o Ato Provincial de 18 de março de 1842.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila e instalação do Poder Municipal provêm da Lei nº 1.255, de 28 de dezembro de 1868, cuja instalação se deu a 28 de agosto de 1871. Constam desta primeira Câmara os seguintes membros: 1) - Tenente-Coronel Simeão Teles de Menezes Jurumenha - Presidente; 2) - José Joaquim de Araújo - Vereador; 3) - Félix Nogueira de Sousa - Vereador; 4) - Francisco Ernesto de Oliveira - Vereador; 5) - Honorato Gomes da Silveira - Vereador; 6) - José Martins Souto Maia - Suplente; 7) - Antônio Francisco dos Reis - Suplente.

Sua elevação à categoria de Município provém da Lei Provincial nº 2.167, de 17 de agosto de 1889, com o nome atual, memória rediviva da redenção do negro no Ceará.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial, têm como precedente a ereção de sua primitiva capela cujo orago dedicou-se a Nossa Senhora da Conceição. A Freguesia tem como instrumento de apoio a Lei Provincial nº 1.242, de 20 de dezembro de 1868 e instituída, canonicamente, conforme Provisão de 24 de agosto de 1869, tendo como primeiro vigário o padre Antônio André Lino da Costa. Sua nomeação consta como tendo sido a 10 de dezembro de 1869, havendo como registro de posse a data de 6 de fevereiro de 1870.

Economia - Estrutura-se basicamente em três faces geográficas, cada qual a manter tipo de solo diverso ou mesmo oposto um ao outro, podendo ser assim classificados: **a)** - contrafortes do Maciço de Baturité; **b)** - sistema vinculado ao reservatório denominado de *Acarape;* **c)** - vale irrigado, compreendendo baixios que se alongam em extensão vasta, a começar da parte sul do Município e a confinar com Município de Acarape.

Na primeira região, não obstante suas características irregulares, desenvolvem-se a agricultura, a bananicultura e cana-de-açúcar.

Na segunda parte, obedecendo ao domínio ciliar do rio Pacoti, não somente firma-se o abastecimento do reservatório, como ainda se estende, irrigando e tornando produtivas as terras jacentes.

Na terceira, finalmente, a mais rica em recursos hídricos e qualidade de solo, prospera a cana-de-açucar, proporcionando a industrialização e exportação de aguardente. E, finalmente, nas terras mais afastadas e de solos pedregosos, desenvolve-se a agricultura de subsistência, além de calcários regularmente explorados.

Em termos complementares, possui comércio regularmente abastecido, estabelecimentos de ensino, Correios e outros serviços que ou produzem ou evitam desgaste no conjunto de fontes geradoras da economia regional.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 2.167, de 17 de agosto de 1889, tendo como fundo honorário o reconhecimento nacional por ter sido este o primeiro Município a libertar seus escravos (01-01-1883). *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 340/41 - Escravidão e Abolicionismo - Pág. 111 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 460/465).*

RERIUTABA

História - Município localizado na Mesorregião de Ipu. Chamou-se inicialmente *Santa Cruz e Santa Cruz do Norte*. Suas origens remontam aos idos da pré-colonização, quando em seu território, incluindo serra e sertão, habitavam os Tapuias denominados de *Reriûús*, nação belicosa e a promover contra os *Tremembés* sangrentas guerras de extermínio. Coube, então, ao padre Ascenço Gago, quando nos primórdios do Século XVIII e em contato com esses nativos, estabelecer a paz entre facções beligerantes.

Em termos de colonização branca, tem-se como precedente Francisco de Oliveira Vasconcelos, adquirente de uma Sesmaria constante de três léguas de terras nas quais situou a fazenda *Santa Cruz*. Em época posterior essas terras foram divididas em três lotes, compreendendo, além

do reduto principal, as fazendas *Pelo Signal* e *Livre-nos Deus* (Açude do Mato).

Sabe-se em outra versão histórica, que em data de 6 de dezembro de 1718, Domingos Ferreira Chaves obteve por Sesmaria o território onde posteriormente se formaria o reduto habitacional, antes ocupado por portugueses e pernambucanos, gerando-se desse conjunto de sesmeiros o que se denominaria de reduto urbano.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém de Lei nº 2.056, de 11 de dezembro de 1922. Suprimida conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, e restaurada na forma do Dec-Lei nº 1.540, de 3 de maio de 1935. Sua elevação à categoria de Município decorre do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo o nome de *Santa Cruz*.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais têm como precedente a edificação da respectiva capela, dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, contando como referencial de tempo o ano de 1906. Em segunda edificação tem-se no ano de 1914, a construção da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que assumiria o trono na qualidade de padroeira do lugar. A instituição de sede paroquial, data de 23 de novembro de 1936, tendo como seu primeiro vigário o padre Francisco Olinto Leitão.

Economia - Fundamenta-se basicamente no aproveitamento das águas originárias dos contrafortes ibiapanos e utilizadas nos vales e córregos ao longo dos quais a agricultura prospera, sobretudo no que se relaciona com a cana-de-açucar e culturas de subsistência alimentar. O criatório bovino, restringe-se à pecuária estabular, resultando dessa atividade o leite cujos consumidores escondem-se nos bastidores das castas privilegiadas. Em termos complementares, tem-se no comércio certos aspectos de prosperidade, diversificando-se em vários ramos, mas a servir a contento os seus usuários. Subsidiariamente, não poderia fugir à regra das economias carentes e insustentáveis ou, de maneira explícita, a redistribuição de rendas tributárias, socialmente aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 3.516, de 28 de dezembro de 1956 e traduz-se, tupicamente, por *reri* = ostra + *i-ú* do verbo *beber água* + *taba* = aldeia, donde se obtém aldeia cujos índios tinham como característica especial beber água em conchas de ostra *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 194/95 - Fichário).*

RUSSAS

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Suas origens remontam ao terceiro quartel da segunda metade do Século XVII, havendo como referência a chamada *Guerra dos Bárbaros*. Nesse turbulento final de século, em que a Capitania do Ceará achava-se ameaçada pelas hordas nativas, instalou-se no reduto uma sede de guarnição, tendo como dispositivo de segurança a paliçada a que se denominou de *Forte do Jaguaribe (1701)*.

Em termos de colonizaçào, tem-se como precedente gregário o assentamento de fazendas das quais constam como proprietários o médico pernambucano Luciano Cardoso da Veiga e os portugueses Francisco Ribeiro e Gaspar Rebouças de Malheiros, além de outros (1690). A partir de 1707, ano em que o Desembargador e Corregedor da Paraíba Cristóvão Soares Reimão (*Tubarão)* iniciou a demarcação de terras jurisdicionais da Capitania, o reduto começou a tomar feição comunitária, surgindo as primeiras casas residenciais. Nessa oportunidade, multiplicaram-se as doações de Sesmarias e vários investidores foram atraídos, dentre estes, Gregório Gracisman de Abreu, destacando-se pelo trabalho realizado em favor do povoamento do reduto.

Evolução Política - A elevação do arraial à categoria de Vila provém de Ordem Régia de 15 de junho de 1801, como a denominação *São Bernardo do Governador*, tendo sido instalada a 6 de agosto do mesmo ano. Nessa relação toponímica, em que Bernardo Manuel de Vasconcelos era o Governador, existe qualquer coisa de pessoal, faltando apenas o *Manuel* e o *Vasconcelos*. Ainda a manter resíduos de individualidade, elevou-se a Vila à Categoria de Município com o nome de *São Bernardo de Russas*. Esse evento está inserido na Lei nº 900, de 9 de agosto de 1859, modificando a denominação para o nome atual.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais têm como precedente o projeto de construção da primitiva capela, obra cuja iniciativa provém do Desembargador Cristóvam Soares Reimão, quando de suas tarefas redivisionárias da Capitania (1796). Nessa oportinudade e de modo coercitivo, determinou o Desembargador se criasse finta de dois bois, envolvendo duzentos currais, além do imposto de *dez tostões*, determinando, outrossim, a transferência de 30 Índios do Presídio de Fortaleza e destinados à construção da respectiva obra. Além dos valores consignados nessa resolução, Soares Reimão, por ocasião da medição das terras de Gregório

Gracisman de Abreu, rateou, em favor do patrimônio eclesiástico meia légua do respectivo conteúdo, destinando essa área à construção da Casa-Residência do vigário sobre quem recaísse a escolha de servir (16-11-1707).

Inconformados com a resolução, protestaram os herdeiros de Gracisman, porém sem nenhum resultado satisfatório. Finalmente, Matias Ferreira da Costa, genro do extinto Gracisman, liberou por escritura pública, datada de 2 de setembro de 1745, as terras até então em objeto de litígio, destinando-as à Nossa Senhora do Rosário, padroeira do Município.

A ereção dessa primitiva capela, tem como referência o ano de 1709, sob a denominação de *Casa de Nossa Senhora*. A freguesia, tem como instrumento de apoio a Provisão, baixada pelo Bispo D. Luiz de Miranda e datada de 11 de março de 1735, com a denominação de *Freguesia da Vila de Russas*

Economia - Divide-se originariamente em dois grupos distintos, compreendendo os potenciais urbanos e territoriais do Município.

No primeiro grupo figuram os implementos de natureza mercantil e industrial, em que se destacam o ramo de tecidos, armazéns de secos e molhados, casas de ferragens, farmácias, hotelaria, Agências Bancárias, Agência da Previdência Social, Depertamento de Correios e Telégrafos, Emissoras de Rádio, Telecomunicações, Hospital, beneficiamento de matéria-prima em semi-acabados e serviços profissionais diversos.

No segundo, desenvolve-se a pecuária de rebanho e estabular, originando-se desta a produção leiteira. No campo das atividades agronômicas e a ter como sustentáculo os recursos hídricos de fácil captação, tem-se na fruticultura espécies variadas, notadamente com relação à laranja, se bem que ultimamente afetada por agentes fungicidas de alto poder destrutivo, além da cera de carnaúba.

Nas terras mais assiduamente banhadas pelas águas do Jaguaribe, a maioria resultante de antigas áreas aluvionais e sedimentárias, prospera a agricultura, notadamente com relação ao arroz, o milho, o feijão, algodão e safras de estio, contendo estas, produtos de horticultura e outros de natureza cíclica.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e guarda, como referências colonizadoras de origem siberiana ou das esterpes nortistas do hemisfério frígido, a presença de itinerantes a povoar regiões cálidas do Continente Americano *(Aragão - História - Obr, Cit. - Vol. II, 2ª Ed. - Pág. 329/332 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 469/80)*.

SABOEIRO

História - Município localizado na Mesorregião dos Inhamuns. Suas origens remontam ao início do Século XVIII, quando aí se estabeleceram os primeiros habitantes, identificados historicamente, constam como sendo Domingos Rodrigues e seu companheiro Ventura Rodrigues de Souza. A esses pioneiros concedeu o então Capitão-Mor Manuel da Fonseca Jaime, três léguas de terras, compreendendo áreas encravadas entre os sítios *Santa Cruz* e *Santo Antônio*. Os registros de Sesmaria estão consignados em livro próprio e datam de 4 de junho de 1718. Três anos mais tarde o Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, atendendo ao que lhe havia requerido Lourenço Alves Feitosa, concedeu-lhe uma légua de terras no Rio Jaguaribe, no lugar denominado *Santa Cruz de Baixo* e situada entre os sítios *Camaleões* e *Santa Cruz de Cima* (21-08-1721).

Moravam igualmente na região sete irmãos portugueses, originários do Icó, constando deste grupo seis mulheres e um homem, cujos nomes são os seguintes: 1) - Domingos Sancho de Carvalho; 2) - Eugênia Gonçalves de Carvalho; 3) - Agostinha da Silva Carvalho; 4) - Anacleta da Silva Carvalho; 5) - Antônia Franca de Carvalho; 6) - Susana da Silva Carvalho; 7) - Altamira da Silva Carvalho.

Desse *setenário* familiar, Antônia contraiu núpcias com o português José de Oliveira Bastos, passando a residir na fazenda *Santa Cruz*, chamada posteriormente de *Carcará* (Caracará). Desse casal bem-sucedido e de prole numerosa, nasceriam os *Feitosas Carcarás*, tradicionalmente conhecidos na Província.

A esse conjunto de pioneiros juntaram-se moradores vindos de outras regiões e formou-se o *Arraial de Santa Cruz do Caracará*, legendariamente próspero e a adotar costumes domésticos que outros redutos não possuíam. Como forma de opulência e exibicionismo, as redes atadas nos alpendres residenciais o eram em armadores de ouro e correntes trabalhadas no mesmo metal.

Evolução Política - A elevação do arraial à categoria de Vila ocorreu segundo Resolução Imperial de 3 de fevereiro de 1823, com instalação no *Arraial de São Mateus* (Jucás). Sua transferência para Saboeiro ocorreu segundo Lei Provincial nº 558, de 27 de novembro de 1851. Suprimida na forma da Lei nº 1.084, de 19 de abril de 1913, e anexada ao Distrito de Tauá. Sua restauração e consequente retorno ao ponto de origem provém de Lei nº 1.181, de 23 de julho de 1914. Suprimida em segundo turno, consoante Lei nº 2.634, de 6 de outubro de 1928 e

restaurada, finalmente, na forma do Decreto nº 1.591, de 23 de maio de 1935. A elevação do Distrito à categoria de Município ocorreu sengundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como referência de tempo o ano de 1851, em que foram transferidos de São Mateus para Saboeiro o Distrito e a Freguesia. Em data posterior e contida em requerimento de autoria do Dr. Manuel Fernandes Vieira e seu pai Francisco Fernandes Vieira (Visconde do Icó), solicita-se autorização para construir no povoado uma capela da qual constaria como padroeiro o Santíssimo Sacramento (24-12-1856). Em resposta a esse petitório pronunciou-se favoravelmente o Bispo de Pernambuco, a quem caberia o poder decisório (04-01-1857).

Essa nova casa de orações, cuja pedra fundamental consta de 9 de janeiro de 1857, e a ter como oficiante do solene ato o padre Luiz do Rego Lima, viria em substituição ao templo anterior, considerando a insuficiência de espaço físico e a não satisfação aos reclamos dos fiéis. Os trabalhos preliminares, gerenciados pelo vigário da Freguesia, Padre Diogo José de Sousa Lima, constam igualmente de 1857. Em 1869, com as obras parcialmente concluídas, afastou-se da Freguesia o seu padre-construtor, tendo por substituto o padre Manuel Filipe dos Santos. Com o falecimento deste, ocorrido em 1871, houve como substituto o padre Germano Antenor de Araújo, cuja permanência se estendeu até 1877. Por não suportar os rigores da grande seca, retirou-se o padre Germano para o Piauí, deixando como substituto o irmão e padre Manuel Lima de Araújo, a quem coube reerguer a Capela-Mor, acidentalmente derruída em 1876. Em 1886, assumiu como substituto do anterior o padre Antônio de Souza Rego, vigário de Arneiroz, permanecendo até o final do ano. Em 1887, assumiu como titular da Paróquia o padre Irineu Pinheiro Lobo de Menezes, retomando a iniciativa de levar adiante as obras até então interrompidas e mais uma vez danificadas. Ruíra parcialmente a torre.

Em campanha da qual participaram fazendeiros do Município e moradores da Vila, instituiu-se uma comissão especialmente destinada a angariar esmolas. Dessa iniciativa seriam obtidos fundos, certamente aquém do necessário, de sorte que mais uma vez as obras foram paralisadas. A Igreja-Matriz, finalmente e resultante da primitiva capela, tem sua conclusão assinalada no final do Século XVIII, sendo padroeira Nossa Senhora da Anunciação.

Economia - Fundamenta-se, notadamente com relação ao período colonial, da pecuária cujos rebanhos proporcionaram aos fazendeiros os

níveis de opulência tão garbosamente propalados. As grandes estiagens não somente desestimularam novos investidores como aos já existentes causaram sérios prejuízos, reduzindo a níves menores os contingentes bovinos. Em segundo plano, tem-se como fonte de rendimentos a agricultura em geral, havendo destaque para a produção algodoeira, se bem que ultimamente atingida por fungos destruidores e a acometer em cada safra que se sucede. Além desses referenciais, tem-se na piscicultura fluvial algo que mantém em equilíbrio parte das finanças, notadamente com relação às classes menos bafejadas pela fortuna. Quanto ao comércio, antes florescente e promissor, pouco resta além do varejo em geral, formando o somatório que dá a Saboeiro o perfil pouco alentador de Cidade em pleno declínio.

Topônimo - Longe de exprimir o que em latim se traduz por *vendedor* ou *fabricante de sabão*, segundo alguns autores, o nosso *Saboeiro Tapuia* provém do fruto negro-color da árvore conhecida como *Sabonete (Aragão - História - Ob. Cit. - Vol. II, 2ª Ed. Pág. 333/335 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 480/84).*

SALITRE

História - Município localizado na Mesorregião da Chapada do Araripe, desmembrado do Município de Campos Sales e situado nas proximidades do Açude de igual nome. A povoação formou-se em torno da igrejinha local e a ter por fundador Francisco Pereira de Sousa.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a Município segundo Lei 6.396, 3 de julho de 1963. Suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado conforme Lei nº 11.467, de 30 de junho de 1988, tendo sido instalado a 1º de janeiro de 1989.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como fundamento a construção da Capela, dedicada em honra de São Francisco de Assis e a ser construída por Antônio Leite de Alencar (1938).

Economia - Fundamenta-se, escassamente, na pecuária e na agricultura de subsistência, além da produção algodoeira. Em termos de indústria extrativa, situa-se em seu território uma jazida de salitre, porém de ínfimos rendimentos. Mantém pequeno comércio. Em termos complementares, deverão ser acrescidas as parcelas de retorno tributário e distribuídas em forma de benefício.

Topônimo - Provém literalmente do *Salitre*, cujos odores continuam sem alteração de intolerância nasal. *(Aragão - Fichário).*

SANTANA DO ACARAÚ

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral. Suas origens remontam ao início do Século XVII e estão divididas em três fases distintas. A primeira relaciona-se com o que se poderia classificar de acidente de percurso, considerando o seu caráter de acidentalidade. A segunda, registrada pouco mais de um século após, vincula-se à primeira, tendo como referencial de avaliação o caráter de excepcionalidade na formação do reduto. E a terceira, já em pleno estado de funcionalidade, registra o agregamento de fazendeiros, colocando em atividade a segunda fase e formando a povoação que só teoricamente existia.

Primeira Fase - No final do Século XVII, e em missão determinada pela Ordem a que pertencia, parte do Maranhão Frei Cristóvão de Lisboa, também conhecido por Frei Cristóvão de São Severim, constando do seu roteiro missionar junto aos Tremembés do *Rio Camucim e os de Jeriquaquara*, respectivamente. Sua comitiva era formada por quatro missionários coadjutores e vinte e cinco índios que compunham a segurança.

Quando da chegada da comitiva em Camocim deu-se o terrível engano. Os Tremembés, habituados a testemunhar o desembarque de religiosos, sempre acompanhados de Tapuias e a buscar seus inimigos Tabajaras na Ibiapaba, acharam que aquele seria mais um capítulo na história dos itinerantes missionários do Maranhão. Resolveram entrar em rota de colisão, movendo contra a comitiva fatal perseguição.

Inferiorizado numericamente e não estando em seus planos oferecer guerra ao gentio, o cortejo missionário caiu em desesperada fuga, buscando sempre distanciar-se do litoral, convicto de que na região costeira habitava o grosso das hordas Tremembés.

Ao encontrar-se com o *Rio Acaraú*, distante dos seus perseguidores, a fugaz comitiva escorregou à deriva, tomando a margem direita e descendo em busca da região leste. Nas proximidades do rio, cartograficamente denominado de *Acaracu*, deparou-se com certo Olho d'Água. Baixou em acapamento nesse local (26-08-1626),

Receoso de que o inimigo ainda lhe viesse no encalço, Frei Cristóvão resolveu apelar para o nume de seu valimento ou precisamente Nossa Senhora Santana. Em suas preces, não somente exorou mercês em seu favor e dos seus acompanhantes, como ainda prometeu, em retribuição,

mandar erigir no local uma capela, cujo orago seria dedicado em honra da Virgem dos seus desvelos espirituais. Atendido no petitório, não só rendeu graças ao objeto de sua adoração, como posteriormente cumpriria a promessa.

Segunda Fase - Em 1733, pouco mais de um século decorrido, chega à povoação de *Caiçara* (Sobral) e procedente de Pernambuco o padre Antônio dos Santos Silveira, nomeado Escrivão da Cúria. Em sua agenda, além de outros deveres, trazia por especial incumbência dar cumprimento à promessa de Frei Cristóvão, adotando preliminarmente as providências que se faziam necessárias.

Antes de qualquer deliberação no tocante à execução da obra, procurou identificar o local, valendo-se para tanto de moradores da região. Conseguiu. Dois nomes assinalaram o ponto desejado, tendo o primeiro a denominação de *Olho d'Água,* e *Curral Velho* o segundo. Tratava-se de uma fazenda então pertencente ao Capitão Sebastião de Sá, fundador do *Arraial da Caiçara* (Sobral) e ao Sargento-Mor Antônio de Sá Barreto.

De posse dessas informações, tratou de duas providências fundamentalmente importantes, sendo a primeira com relação ao patrimônio eclesiástico e a segunda vinculada ao Bispado do qual deveria ser expedida autorização para construção da respectiva obra. Obteve em ambas o esperado sucesso. Em operação de compra e venda e a ter por cessionários vendedores Sebastião de Sá e o Sargento-Mor Sá Barreto, adquiriu légua e meia de terras, envolvendo exatamente o local de sua preferência. Além dessa gleba, o próprio vigário Silveira doou meia légua de terras, cinquenta vacas de cria e um touro reprodutor. Esses bens estão consignados em registro público, tendo como Notário João Lobo de Macedo e como testemunhas os padres Miguel Gonçalves Marágoa e Manuel de Holanda Vasconcelos. Em seguida, dirigiu ao respectivo Bispado o seu petitório, cujo veredito de aprovação mantém a data de 4 de novembro de 1738.

A partir de então, iniciaram-se as obras, se bem que em local solitário, de moroso andamento e a se destacar na história das povoações como pioneira, uma vez que só posteriormente se fixariam em torno da capela os respectivos moradores. Os trabalhos então, iniciados em 1738, guardam como data de conclusão 31 de julho de 1759, tendo como referência de sagração o dia 19 de agosto do mesmo ano e, como oficiante dos solenes atos, o padre-coadjuvante Dionísio da Cunha Araújo.

Terceira Fase - Nesta fase se tem o que em outras situações se conceituaria de lugar-comum ou a precedência de habitantes na formação gregária e consequentemente a ereção da capela, complemento indispensável

e próprio da contemporaneidade política então vigente. Seria, em outros termos, a presença da noiva, devidamente paramentada e à espera do noivo para os festivos esponsais. E este não se faria de rogado, não apenas um, porém o conjunto de investidores dos quais nasceria a povoação da *Senhora Santa Ana,* destes constando os seguintes nomes: **1)** - Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos; **2)** - Mateus Conde Barreto de Almeida; **3)** - Manuel Carneiro da Costa; **4)** - Capitão Francisco Ferreira da Ponte; **5)** - Gonçalo Ferreira da Ponte; **6)** - Pedro Ferreira da Ponte; **7)** - Capitão José de Xerez Furna Uchoa; **8)** - João de Lima Raposo; **9)** - João da Silveira Dutra; **10)** - José Henrique de Araújo; **11)** - Capitão Antônio Henrique de Araújo; **12)** - Manuel José de Farias; **13)** - Caetano José Soares, casado com D. Luíza Ferreira, mestiça e filha do Capitão Manuel Ferreira Fontele e a índia de nome *Aeriú.*

Além destes, outros fazendeiros procuraram o mesmo reduto, contribuindo todos para o desenvolvimento do ainda *Curral Velho.*

Evolução Política - Depois de chamar-se de *Olho d'Água,* deu-se a elevação do povoado à categoria de Vila com a denominação de *Curral Velho.* Houve como instrumento de apoio a Lei Provincial nº 1.012, de 3 de novembro de 1862, ocorrendo sua instalação a 27 de junho de 1863, oportunidade em que se instalaram, também, Câmara e Senado. Constam dessa primeira legislatura: **1)** - Luiz Henrique de Oliveira Magalhães - Presidente; **2)** - Antônio Ferreira Gomes - Vereador; **3)** - Antônio Carneiro de Araújo - Vereador; **4)** - Raimundo Xavier Nogueira - Vereador; **5)** - Joaquim Gomes Carneiro - Juíz de Órfãos; **6)** - João Adeodato Ferreira - Juíz de Órfãos; **7)** - Vicente Casimiro Cavalcante - Procurador.

Criado o Termo Judiciário, fato que tem registro, também, no ano de 1863, constaram do seu quadro os seguintes membros: **1)** - Manuel Joaquim de Sousa Vasconcelos - Delegado de Polícia; **2)** - Antônio Ferreira Gomes - Juiz Municipal (suplente); **3)** - Manuel Carneiro da Costa - Juiz Municipal (suplente); **4)** - José Adeodato Ferreira - Juiz Municipal (suplente); **5)** - Manuel Joaquim de Vasconcelos - Juiz Municipal (suplente); **6)** - Florêncio Ferreira da Ponte - Juiz Municipal (suplente); **7)** - José Ferreira do Nascimento de Maria - Juiz Municipal (suplente); **8)** - Policarpo Francisco Maria de Souza - Juiz de Paz; **9)** - Florêncio Ferreira da Ponte - Juiz de Paz; **10)** - Francisco Ferreira de Vasconcelos - Juiz de Paz; **11)** - João Bernardino Ferreira Gomes - Juiz de Paz.

A elevação do Distrito à categoria de Município provém de Lei nº 1.740, de 30 de agosto de 1876, com a denominação de *Santana.*

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial estão consignadas na prometida e edificada capela de Frei Cristóvão de Lisboa, tendo como executante o padre Antônio dos Santos Silveira (1733/59. Pertencia inicialmente ao *Curato da Caiçara*, mesmo após a divisão deste com a *Freguesia de Amontada*, então vinculada ao *Curato do Acaraú*. Tornou-se Freguesia, segundo Lei Provincial n° 465, de 29 de agosto de 1848, sendo seu primeiro vigário o *padre-encomendado* Miguel Francisco da Frota e a ter como *vigário-colado* o padre Barreto, vigário do Crato. Na impossibilidade de assumir, Barreto deu procuração ao seu colega Francisco de Paula Menezes, vindo por morte do seu constituinte a transformar-se em *vigário-colado*, pelo menos até que o cargo fosse levado a concurso e se sagrasse vencedor o padre Francisco Xavier Nogueira.

Economia - Apresenta-se bastante diversificada, tal como geologicamente varia, produzindo em cada tipo de solo as riquezas que lhe são peculiares. Nas áreas ribeirinhas do rio Acaraú, compostas de terras baixas e de formação aluvional de lenta e antiga estruturação, prospera a agricultura em geral, havendo como destaque o milho, o arroz, feijão, algodão e espécies frutícolas. Nas partes mais afastadas, de solo raso, impermeável e sazonalmente alagadiço, vicejam carnaubais e oiticicas, proporcionando bons rendimentos na indústria extrativa. Nos tabuleiros, compostos na maioria de chãos pedregosos e de compactação argilosa, desenvolve-se a vegetação, ora de madeira nobre ora de espécies arbustivas e xerófitas, porém não descartáveis aos plantios de inverno. De modo generalizado, desenvolve-se nesse complexo a pecuária, razão primordial dos assentamentos que transformaram o solitário reduto em Município de sedutores atrativos. A cerâmica, notadamente com relação aos produtos de telhas e alvenaria, assume lugar importante, favorecendo não apenas o consumo local como abastecendo outros centros de maior carência.

A cidade, em si, não demonstra laivos de progresso, conservando o seu perfil antigo, onde a modéstia e a hospitalidade oferecem ao visitante qualquer coisa de salutar. Possui regular e variado comércio, estabelecimentos de ensino, hospital, Clubes de Serviço, Correios e políticos que se digladiam e se entendem, alternadamente, dependendo dos interesses grupais e da periodicidade com que se renovam ou se extinguem. Vincula-se, finalmente, ao elenco de Municípios cujas atividades rentáveis são atraídas pelo centro polarizador de maior gravidade, destacando-se no caso que se comenta a Cidade de Sobral.

Topônimo - Chamou-se inicialmente *Olho d'Água, Curral Velho, Santa Ana do Acaraú, Santana, Licânia* e finalmente o nome atual, honra

que se quis prestar ao objeto de adoração do qual Frei Cristóvão de Lisboa era devoto *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. III, 2ª Ed. - Pág. 341/44 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 484/88).*

SANTANA DO CARIRI

História - Município localizado na Mesorregião do Cariri. Chamou-se primitivamente *Brejo Grande*, local habitado pela tribo nativa dos guerreiros denominados *Buxixés*, Tapuias que dominavam, além do Araripe terras limítrofes de Pernambuco. Suas origens remontam ao final do Século XVII, quando os irmãos João Alves Feitosa e José Cavalcante, procedentes da *Casa da Torre* (Bahia), requereram e obtiveram terras nas margens do *Rianho Brejo Grande*.

Diante das condições geologicamente favoráreis, não somente com relação à pecuária, mas sobretudo à agricultura, houve rápido desenvolvimento do reduto, atraindo novos moradores para a região. Dessa pioneira convergência nasceria o arraial e o povoamento adjacente, formando-se rápido estágio de florescimento.

Evolução Política - A elevação do arraial à categoria de Vila ocorreu segundo Lei Provincial nº 2.096, de 26 de novembro de 1885, tendo sido instalada a 11 de janeiro de 1887, data em que se instalou, igualmente, a Câmara Municipal. Desta constam os seguintes membros: **1)** - Adrião do Vale Nuvens - Presidente; **2)** - Manuel Tomaz de Aquino - Vice-Presidente; **3)** - José Pereira Lobo de Menezes Jurumenha - Vereador; **4)** - Felinto da Cruz Neves - Vereador; **5)** - Antônio Alves de Barros Cavalcante - Vereador; **6)** - Manuel Moreira Junior - Vereador; **7)** - Francisco Pinto Cidade - Vereador.

Sua elevação à categoria de Município, com o nome de *Santanópole*, ocorreu na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a ereção da respectiva capela, da qual constam como responsáveis os irmãos João Alves Feitosa e José Alves Cavalcante e a ter como padroeira *Senhora Santana*. A criação da Freguesia, com a denominação de *Freguesia de Sant'Ana do Brejo Grande*, tem como instrumento de apoio a Provisão de 26 de agosto de 1838, abrangendo as projeções de Assaré e Quixará. Consta como seu primeiro vigário o padre José Galdino Teixeira. Este vigário seria posteriormente assassinado, razão segundo a qual seria transferida a Freguesia para a Vila de Assaré. Na vaga deixada

Biblioteca Pública G. M. Pimentel
Setor do Ceará

pelo extinto, assumiu no seu lugar o padre José Tavares Teixeira, de quem era parente o antecessor.

Quando em visita pastoral, realizada em *Sant'Ana do Brejo* por D. Joaquim José Vieira, este recebe dos fiéis uma representação na qual solicitam a restauração da Freguesia. Restaurada a Freguesia, conforme o petitório, D. Joaquim transformou a capela em Igreja-Matriz, sendo seu primeiro vigário o padre João Carlos Augusto. Em data posterior, substituiria o padre Carlos Augusto o seu colega Inácio de Moura, cuja permanência se estende de 1893 até 1903. Coube a este pároco demolir a primitiva capela e iniciar os trabalhos de construção da nova Igreja-Matriz, continuados pelo padre José Medeiros e concluídos pelo padre Francisco Silvano de Souza, vigário no período de 1909 a 1915.

Deve-se ressaltar, no entanto, ainda com relação ao petitório endereçado ao Bispo D. Joaquim, que a ratificação da reclamada Freguesia ocorreu somente em data posterior, tendo como instrumento de apoio a Portaria de 30 de janeiro de 1917, com inauguração a 4 de fevereiro do mesmo ano. Consta como vigário, nesta nova fase, o padre Manuel Duarte de Queiroz.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, no criatório diversificado e na agricultura, donde se destaca a produção de rapaduras, aguardente, algodão, milho, feijão, mandioca e arroz. No campo da indústria extrativa mineral, tem-se em abundância *gipsita*, matéria-prima da qual se obtém a produção de gesso. Em termos complementares destaca-se o pequeno comércio, diversificado e a ter como subsidiária a praça do Crato.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo como objeto reverencial o nome da padroeira (*Aragão - História - Obr. Cit. - Vol III, 2ª Ed. Pág. 344/45 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 488/91)*

SANTA QUITÉRIA

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando os irmãos José e Miguel Machado Freire, requereram e obtiveram seis léguas de terras ao *comprido* e a medir uma para cada banda do *Riacho das Groaíras*, local onde situaram fazendas (09-02-1708). Não foram, entretanto, esses os precedentes gregários do reduto, mas o português João Pinto de Mesquita e Souza, na qualidade de sesmeiro e ocupante de terras no lugar denominado *Cascavel*

(posteriormente Cidade de Santa Quitéria) e nome igualmente do riacho cujas águas eram tributárias do rio *Jacurutu*.

João Pinto, fundador do reduto e interessado no seu desenvolvimento, doou aos filhos Capitão Antônio Pinto de Mesquita, D. Geracina Pinto de Mesquita e João de Mesquita Pinto, o terreno encravado na curva do *Riacho Cascavel*, estabelecendo a condição segundo a qual deveriam os beneficiários situar no local suas respectivas habitações (19-09-1723). A partir desse estágio, em que a *Casa-Grande* reunia em seu derredor considerável numero de habitantes, definiu-se o reduto, vindo em seguida o seu complemento eclesial.

Evolução Política - A elevação do arraial à categoria de Vila, com o nome de *Santa Quitéria*, ocorreu em virtude de Lei nº 782, de 27 de agosto de 1856, tendo sido instalada a 5 de outubro de 1857. Sua elevação à categoria de Município, advém do Dec.-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente o desejo do patriarca João Pinto de Mesquita edificar no reduto uma capela, tendo contribuído para tanto com a doação do respectivo patrimônio. Esse patrimônio, no qual deveria ser edificada a capela, a ter como padroeira Santa Quitéria constou das terras situadas na fazenda denominada *Santa Clara*, havendo como complemento a doação de gado por diversos moradores, cabendo ao Coronel Vicente Alves da Fonseca a maior contribuição. Iniciadas as obras, estas foram concluídas pelo padre Miguel Francisco de Oliveira, mantendo-se no padroado o sacro objeto de primitiva escolha.

Freguesia - No tocante aos referenciais de assistencialidade, no campo da liturgia, as condições eram bastante precárias, uma vez que havia, na qualidade de órgãos subordinantes as Paróquias de Sobral, São Gonçalo dos Cocos, e obedecendo em cada situação os limites regionais de jurisdição, o que somente seria resolvido com a instituição da respectiva Freguesia. Essa situação permaneceu sem protesto até 1816, quando reunidos em assembléia comunitária os moradores elegeram, na qualidade de representante, o cidadão Manuel do Vale Porto, a quem caberia levar à Corte Lusa suas reivindicações.

Formada a delegação, constante do eleito e dos fazendeiros Antônio Pinto de Mesquita, Capitão Vicente Alves da Fonseca e, na qualidade de avalista, do padre Manuel Pacheco Pimentel, vigário da Freguesia de São

Gonçalos dos Cocos, tomou esta o caminho do Rio de Janeiro, levando na bagagem o objeto de sua pretensão.

Essa pretensão, no entanto, considerando os interesses de Sobral e de São Gonçalo dos Cocos, demandaria tempo e pertinaz resistência. São Gonçalo dos Cocos, amaciado em atenção ao seu pároco, opôs-se de forma menos radical. Sobral não se modificou em seu ponto de vista. No final de 1816 ou, precisamente, a 12 de dezembro, quando na Corte se pretendia decidir favoravelmente, a Mesa de Consciência e Ordens manda seja ouvido o Bispo de Pernambuco, especificamente quanto aos interesses das Freguesias oponentes. Parece não ter havido atendimento. Isso se justifica em razão de solicitação do mesmo órgão superior, conforme expediente datado de 23 de março de 1817, desta vez com relação aos moradores de Santa Quitéria.

À vista desse expediente, resolve o Bispo em referência ouvir o pároco de Sobral, Vigário José Gonçalves de Medeiros, tentando certamente posicionar-se em torno do assunto. Este pronunciou-se favoravelmente, apresentado as seguintes razões: **a)** - o pedido formulado pelos moradores de Santa Quitéria, propondo a criação de sua Freguesia, justifica-se plenamente, uma vez que o lugar comporta o título pleiteado; **b)** - O orago de Santa Quitéria deverá ser conservado; **c)** - com relação aos limites propostos para formação da nova Freguesia, deverão corresponder aos referenciais constantes dos redutos de Groaíras, Jucurutu, Fazenda Barra Velha, Riacho do Macaco, Riacho do Feitosa, Fazenda Santo Antônio, Conceição e lugares adjacentes, subtraídos das Freguesias de Sobral, São Gonçalo dos Cocos e Quixeramobim.

Diante dessa resposta, coerente em seus termos com a pretensão formulada pelos requèrentes, volta o processo ao seu ponto de origem. Na Corte, então, onde deveria ser apreciado, novos obstáculos impedem sua tramitação. Existe novo protesto. O padre Pacheco Pimentel, não obstante o seu favorecimento inicial, discorda da inclusão do *Riacho do Macaco* e do *Riacho do Feitosa*. Converte-se, então, o processo em diligência (01-09-1819). Nessa oportunidade, achando-se em Lisboa o padre Bento Januário de Lima, dirige-se ele à Corte, solicitando informações sobre o complicado processo (23-09-1819). Obtém o quanto basta no sentido de reforçar sua opinião, conforme se vê em ofício por ele assinado, dizendo, sucintamente, que as localidades denominadas *Macacos* e *Feitosa* distam de Santa Quitéria em apenas seis léguas, enquanto que, com relação a Sobral, onde os sacramentos da Igreja eram ministrados, havia como distância nada menos de vinte léguas.

Anexado esse documento ao petitório inicial, segundo registro datado de 8 de outubro de 1819, logo o processo recebe como destino o Procurador Geral das Ordens (20-10-1819). Nessa fase de renovação processual dois anos são decorridos. Chega-se a 1º de agosto de 1821, quando por determinação do Procurador diligencia-se no sentido de que seja ouvido o padre Pacheco Pimentel. E este, já menos oponente que das vezes anteriores, dá como perdas para a Freguesia apenas o que materialmente contém a parte territorial, porém concorda nas relações de assistencialidade eclesiásticas. Diante dessa informação opina favoravelmente o Procurador, porém admitindo como excludente a proposta formulada pelo solicitado vigário, se bem que em termos não suficientemente esclarecidos (15-12-1821).

Como fase terminal do imbróglio, Portaria de D. João VI, datada de 1º de agosto de 1822 e expedida do Palácio de Queluz, pelo seu Ministro José da Silva Carvalho, determina Sua Real Majestade o retorno da matéria ao Presidente do Ceará, no sentido de que este possa opinar sobre o assunto.

Cumprida essa diligência, embora não claramente conforme o solicitado, expede-se finalmente o Alvará que daria aos moradores de Santa Quitéria o triunfo com relação à sofrida e demorada conquista (22-03-1823)

Em 23 de julho de 1848, quando nenhum impedimento se registrava em torno da já consagrada Freguesia, surge a Lei Provincial nº 452, determinando a sua transferência para a *Barra do Macaco. Santa Quitéria*, então, perde para a *Senhora Santa Ana* o seu lugar de preeminência, exatamente quando o povoado passa à categoria de Vila.

Inconformados, os moradores de Santa Quitéria reeditam o primitivo calvário, dirigindo-se, em grau de recurso, ao respectivo poder excludente, fundamenta seu procedimento em fatos novos. Desses fatos consta a informação segundo a qual existiam na povoação cento e trinta prédios residenciais, o que viria, em termos definitivos, colocar ponto final na questão, revogando o decisório anterior conforme Leis nº 623, de 3 de outubro de 1853 e nº 704, de 31 de julho de 1855, respectivamente. Consta como seu primeiro vigário o padre Francisco Gomes Parente.

Economia - Não obstante o Município situar-se no pólo de centralização hostil do semi-árido, assiduamente castigado pela inclemência das secas e geologicamente assentado em terras de vegetação esparsa e xerófita, além de campos e várzeas desnudos, sua economia não forma na coorte das que se alinham nos esgares da mendicância. Fundamenta-se

basicamente na pecuária e na agricultura, mantendo no criatório bovino, nos plantios de subsistência e no algodão os seus pilares de sustentação. No campo industrial, além da produção ceramista, tem como destaque suas usinas de transformação, preparando e melhorando a sua cotonicultura em produto semi-acabado. O Comércio varia entre secos e molhados, tecidos, produtos farmacêuticos e varejo em geral, tendo como fonte acessória o apoio de estabelecimentos bancários. Em termos sociais, finalmente, mantém escolas, Clubes de Serviço, associações classistas e outros implementos de real importância, formando um conjunto através do qual tornam-se satisfatórios os atendimentos de apoio às mais urgentes necessidades.

Topônimo - O nome atual tem como precedente de inspiração a homenagem que se quis prestar à padroeira do Município *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol III, 2ª Ed. Pág. 345/48 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 491/95).*

SÃO BENEDITO

História - Município localizado na Mesorregião da Ibiapaba. Chamou-se primitivamente *Rio Arabê* ou das baratas, segundo versão túpica, havendo como referência o riacho margeante do reduto (Século XVII). Nesse limiar, tinham-se por habitantes tão-somente Tapuias, marcando um dos principais gregamentos indígenas.

Desse referencial se tem notícia a contar do ano de 1604, quando Pero Coelho de Souza, após subjugar os Tabajaras da Ibiapaba, estendeu suas conquistas ao longo da Grande-Serra, montando seu quartel-general nesse local. Comandou, então, o restante de suas operações de conquista, reunindo os pricipais Morubixabas, deles exigindo obediência, fidelidade reinol, além de aprisionar duzentos índios válidos, torná-los escravos e remetê-los algemados para Pernambuco.

Cessado o terrorismo aventureiro, cada Tuxaua procurou o seu domicílio, ficando no *Arabé* os nativos que lhe eram vinculados. Pouco mais de um século se passou. Em 1759, quando da expulsão dos Jesuítas, da Ibiapaba, coube ao *Índio Jacob* reunir o contingente de sua obediência e buscar refúgio no referido *Rio Arabé*. Instalou sua Aldeia. Logo em seguida, grupos dispersos se acercaram do reduto, montaram seus tugúrios e formou-se por essa via o povoamento.

Evolução Política - Criou-se inicialmente o Distrito Policial consoante Lei Provincial nº 527, de 6 de dezembro de 1850, modificando o locativo para *São Benedito da Ibiapaba*. Criou-se em seguida a primeira

escola, conforme Lei nº 685, de 20 de outubro de 1854 abriram-se por essa réstia de sabedoria os luminares que iriam marcar o primeiro estágio evolutivo do reduto. Sua elevação à categoria de Vila provém de Lei Provincial nº 1.470, de 18 de novembro de 1872, tendo sido instalada a 25 de novembro do ano seguinte, simplificando a denominação para *São Benedito*. Instalou-se igualmente nessa data a Câmara Municipal, cujos membros constam dos seguintes nomes: 1) - Antônio Marques da Assunção - Presidente; 2) - Manuel Vicente de Oliveira Cabral - Juiz de Órfaos; 3) - João Ferreira de Paula - Juiz de Paz; 4) - Antônio Alves de Paiva - Vereador; 5) - José Rodrigues de Lima - Vereador; 6) - Francisco de Freitas Costa - Vereador; 7) - Henrique Antão de Medeiros - Procurador.

A elevação da Vila à categoria de Cidade provém da Lei nº 1.850, de 30 de agosto de 1921.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente o Índio Jacob, devoto de São Benedito e a quem recorria em seus momentos de apertura. O primitivo templo, construído em taipa, chão batido e cobertura de palhas, teve por colaboradores os próprios nativos (1759). Cerca de oito décadas se passaram. Em 1841, erigiu-se em termos modernos a primeira casa de oração, tendo como assistente o pároco de Viçosa, padre Filipe Benício. Ampliado e reformado esse despretencioso oráculo e a contar com o estímulo de que foi vanguardeiro o padre João Crisóstomo de Oliveira Freire, surgiu a idéia de construção da Igreja-Matriz, cujas obras se iniciam a 23 de agosto de 1850. Os trabalhos de conclusão e evento de caráter inaugural, datam de 21 de dezembro de 1851.

No tocante à Freguesia, tem-se como instrumento de criação a Lei nº 1600, de 6 de agosto de 1874, canonicamente instituída segundo Provisão de 23 de novembro do mesmo ano, sendo seu primeiro vigário o padre João Rodrigues Alves de Mendonça, empossado a 10 de janeiro do ano seguinte.

Economia - Encravado no dorso montanhoso e intercortado de perenes córregos e humosos baixios, o Município de São Benedito retém geologicamente privilégios nos quais se fundamenta a sua economia. Na parte Oeste, elevações se projetam rumo ao carrasco, mantendo áreas agricultáveis e ricas na produção do babaçu. Nos baixios prospera a cana-de-açucar, gerando a produção de aguardente e rapaduras, além de plantios de legumes e as chamadas culturas de *sununga*. Nas áreas Norte e Leste, com algumas planuras e breves elevações, destacam-se a cafeicultura, a citricultura e outras espécies igualmente rentáveis, complementando o quadro de sustentação rurícola.

No complexo urbano, formado por estabelecimentos de razoável porte, têm-se como principais fontes o comércio de tecidos, a indústria e venda de confecções, casas de ferragens, armazéns de secos e molhados, indústria do transporte interestadual, lojas de calçados, hotéis, estabelecimentos de ensino, cursos de 1º e 2º graus (Patronato), rede bancária, empresa radifônica e concentração de produtos regionais sob o regime semanal de feira.

Em termos gerais e adicionadas as cotas de participação do sistema tributário em geral, poder-se-á classificar a economia São-Beneditense no rol dos privilégios auto-sustentáveis.

Topônimo - O nome atual provém e tem como finalidade homenagear o santo padroeiro do lugar, no que subliminarmente presta-se igual honraria ao Índio Jacó, o fundador do primitivo reduto *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 348/49 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág 495/499).*

SÃO GONÇALO DO AMARANTE

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Curu, desmembrado do Município de Caucaia e primitivamente habitado por Índios Anacés, Guanacés e Jaguaruanas. Essas Nações, ligadas por vínculo de amizade, foram aldeadas pelo Capitão-Mor Fernão Carrilho em terras compreendidas em partes do *Rio Siupê, Paramirim e Uruburetama* (1699). Antes dessa providência governamental, havia se instalado a colonização branca, ocupando terras que se estendiam do *Paracuru* ao *Mundaú*. Constavam dessa pioneira leva Manuel Barreto da Silva e demais companheiros, tendo cessionário doador o Capitão-Mor Bento de Macedo Faria (08-11-1682). Além desses, instalaram-se também os sesmeiros Jorge Pereira, José Tavares Cabral e Antônio da Costa Peixoto (1693/94).

Entre os rios Pará e Siupê foram adquiridas terras, encravadas no *Sitio Peixoto,* pelo padre João Alves da Rocha, morador na povoação de Aquiraz. Essas terras mediam três léguas de fundo por uma de frente, tendo como cessionário doador o Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago, conforme escritura datada de 8 de março de 1707. Seria, então, quase duzentos anos após, que essas moradias dispersas encontrariam o seu polo de centralização, tendo precedencia os trabalhos realizados pelo Coronel Martins de Oliveira (Neco Martins), verdadeiro fundador do reduto.

Esse pioneiro das relações urbanas acostou no lugar e adquiriu terras, tendo-se como referência de tempo a data de 17 de janeiro de 1891,

nascendo de então a edificação das primeiras casas residenciais. Neco Martins não figura apenas como pioneiro urbano, porém na qualidade, também de pioneiro na construção de casas em alvenaria e telhas.

Evolução Política - A elevação do arraial à categoria de Vila, com sede na povoação de Paracuru, provém do Decreto nº 72, de 1º de outubro de 1890, tendo sido instalada a 25 do mesmo mês e ano. A transferência da Vila para o reduto de São Gonçalo ocorreu segundo Lei nº 1.841, de 17 de agosto de 1891. Em retrocesso e projeções históricas ocorreram as seguintes alterações: **a)** - retorno da Vila, para o reduto de Paracuru, conforme Lei nº 2.368, de 30 de julho de 1926; **b)** - retrocesso para São Gonçalo conforme Lei º 2.598, de 15 de setembro de 1928; **c)** - Paracuru, em última caminhada, conforme Dec-Lei nº 1.93, de 20 de maio de 1931; **d)** - transferência em definitivo para São Gonçalo segundo Decreto nº 64, de 7 de agosto de 1935.

Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo a denominação de São Gonçalo.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam da chegada do Coronel Martins de Oliveira, em 1891, quando, então, lançou-se a primeira idéia de construção de uma capela. Com o sucesso da iniciativa e a colaboração de José Procópio de Alcântara (devoto de São Gonçalo), erigiu-se o objeto em cogitação, dedicando-o em honra de São Gonçalo (1898).

A partir desse estágio e a ter como pioneira no campo da educação D. Filomena Martins, mulher de Neco Martins, instalam-se as primeiras escolas e núcleos de assistencialidade comunitária, abrangendo vastas localidades da região.

Freguesia e Paróquia, respectivamente, têm como instrumento de apoio Ato de D. Manuel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitando de Fortaleza, assinado em data de 22 de julho de 1940, tendo como primeiro vigário o padre Joaquim Alves Ferreira.

Economia - Estruturada em áreas geologicamente diversificadas, em que figuram terras de solo raso, impermeáveis e alagadiços, florestas, caunaúba, espécies arbustivas e xerófitas, além de salgados nas zonas de influência litorânea, pouco seria de se esperar em termos bonaçosos.

Não obstante, tem-se como destaque a pecuária, além da agricultura e cajucultura, proporcionando aos seus moradores modestas condições de sobrevivência.

Em termos comerciais, mantêm-se lojas de tecidos, secos e molhados e varejo em geral, propendendo mais em torno das rendas públicas distribuídas em parcelas de benefício.

Topônimo - Chamou-se primitivamente Anacetaba ou Aldeia dos Índios Anacés, naturais habitantes da Região. O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo como finalidade homenagear o padroeiro do Município *(Aragão - História* - Vol. IV - Pág. 195/96 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 499/503).

SÃO JOÃO DO JAGUARIBE

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe, com subordinação jurídica ao Município de Limoeiro. Chamou-se inicialmente *São João* e *Janduim*, sucessivamente, referência esta aos Índios Janduís. Suas origens datam do início do Século XVIII, quando aí se instalaram padres Beneditinos, originários da Paraíba. Construíram casas residenciais e edificaram uma igrejinha de taipa, nascendo dessa semente as primeiras raízes urbanas.

Evolução Política - Diante da ronceira evolução do reduto, em que além dos Beneditinos outros moradores estabeleceram fazendas, gerou-se o arraial, sobrevindo logo mais sua elevação simultanêa à categoria de Vila e Município. Essa condição provém da Lei nº 1.255, de 28 de dezembro 1868. Em alteração que se processa através da Lei nº 1.402, de 22 de julho de 1871, extingue-se a situação anterior e mantém-se a subordinação precedente.

Sua restauração à categoria de Município deu-se conforme Lei nº 3.813, de 13 de setembro de 1957, instalando-se a 25 de março de 1959.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial decorrem da igrejinha edificada pelos frades Beneditinos (início do Século XVIII). Em 1736, encontrando-se o nicho em estado de deterioração, resolveram Damásio de Azevedo Ataíde e Antônio Veloso de Andrade edificar nova capela, dando como padroeiro São João Batista. Concedida a necessária permissão, fato que se registra em 1749, tiveram início os respectivos trabalhos dos quais não se tem registro de conclusão.

A Igreja-Matriz, concluída em 1924, tem como responsável o Cônego Climério Chaves, faltando desse evento as informações complementares.

Economia - Fudamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além do criatório de caprinos e ovinos. No campo agrícola

destacam-se o milho, o arroz, espécies frutícolas e algodão. Mantém pequeno comércio, em que figuram artigos diversificados, guardando como fonte vegetativa a redistribuição de rendas públicas em parcelas de benefício.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo como princípio homenagear o santo de adoração local *(Aragão - Vol IV - História - Obr. Cit. Pág. 196.*

SÃO LUIZ DO CURU

História - Município localizado na Mesorregião do Médio Curu, desmembrado do Município de Uruburetama. Chamou-se primitivamente *Barracão.* Constam como pioneiros da colonização regional Prudêncio Bezerra de Menezes, João Nunes da Silva, Firmino Ribeiro, José Inácio Nogueira, José da Silva Alves e Pedro Cipriano Barroso.

Em 1905, constava apenas de duas casas, uma destinada ao rancho de comboieiros e outra que abrigava o Posto Telefônico, novidade que só raramente se registrava. Com o advento da Ferrovia Sobral-Fortaleza, evoluíram as condições urbanas, formando gregamentos de atividades diversificadas. Desses fatores de configuração acidental, nasceu a povoação que logo mais partiria em busca de novos privilégios.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Distrito, vinculado ao Município de Uruburetama, provém de Ato Governamental de 18 de dezembro de 1918. Quando por ocasião da Reforma Administrativa, fulcrada no Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, suprimiu-se o Distrito e transferiu-se a vinculação do povoamento para a jurisdição de Paracuru. Com o advento do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, retornou jurisdicionalmente ao Município de origem, sendo restaurado o Distrito na forma do Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938. Sua elevação à categoria de Município provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a idéia então lançada pelo morador de nome José da Silva Alves. Auxiliado pelos demais habitantes do reduto, realizou o empreendimento, erigindo a capela cujo orago dedicou-se em honra de São Luiz de Gonzaga (1918). As obras de conclusão contam como tendo sido em 1920, havendo como data de sagração 16 de outubro desse mesmo ano e a ter por oficiante o padre Aureliano Matos.

Reformada essa primitiva capela, tratou-se de erigir a Igreja-Matriz, cujos trabalhos se iniciaram em 1941, sendo concluídos a 2 de janeiro de 1952, data igualmente de sua inauguração. Consta como oficiante das solenidades o viágrio da Freguesia, padre Mauro Gurgel Braga Herbert, substituído posteriormente pelo seu colega padre Sinval, vigário de Pentecoste.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, com destaque especial para esta última, uma vez que vários projetos, estruturados em cima do *Vale do Curu*, proporcionam safras de inverno e de verão. Além dos produtos agrícolas, de que são prioritários o arroz, o milho, feijão e cana-de-açucar, desenvolve-se a cultura de espécies forrageiras, estimulando e fortalecendo o criatório bovino. No campo da indústria extrativa vegetal destaca-se a cera de carnaúba, além da produção madereira, erroneamente praticada e destinada ao fornecimento de lenha. A indústria ceramista contribui com a sua percela de insumos básicos, destacando-se a produção de telhas e peças de alvenaria. O comércio, entretanto, absorvido pelo centro polarizador da Capital, poucas vantagens oferece, ficando restrito aos estabelecimentos varejistas, açougues e restaurantes sujeitos ao consumidor em trânsito. Sem fugir à regra geral, privativa dos pequenos Municípios, existem como rendas acessórias as cotas de participação tributária, recolhidas por quem de direito e redistribuídas em forma de benefício.

Topônimo - O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e tem como finalidade associar o fator hierático ao substantivo *curu*, tupicamente a designar pedregulho ou cascalho, alusão que se faz ao rio em cujas margens se situa o Município *(Aragão - História - Obr. Cit. Vol IV, Pág. 197 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 503/507)*

SENADOR POMPEU

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando por Sesmaria obtiveram terras os colonizadores Tomé Calado Galvão e Nicolau de Souza, consoante escritura datada de 23 de março de 1723. Essas terras constavam, individualmente, de dois lotes encravados nas margens do rio *Codiá*, contendo cada uma três léguas de fundo por uma de frente.

As primeiras residências formam-se em torno da *Casa-Grande*, na fazenda pertencente a Tomé Carvalho, nascendo dessas moradias o *Arraial*

do Codiá. Com o desenvolvimento das atividades agropastoris, evoluiu igualmente a estrutura urbana, assumindo o reduto proporções de avançadas perspectivas.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila ocorreu segundo Lei nº 332, de 3 de setembro de 1896, criando-se também o Termo Judiciário. A elevação à categoria de Município deu-se conforme Lei nº 659, de 22 de agosto de 1901.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a edificação da primitiva capela cujo orago dedicou-se em honra de Nossa Senhora das Dores. Freguesia e Paróquia, respectivamente, datam de 2 de junho de 1919, consoante Ato firmado por D. Manuel da Silva Gomes, Bispo de Fortaleza, sendo seu primeiro vigário o padre Lino Aderaldo.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária, na agricultura, na produção algodoeira e na extração de minérios, se bem que nesta os meios de exploração sejam ainda batante precários. Sua maior concentração de rendas reside no polo urbano, notadamente com relação ao comércio e à indústria de transformação, em que os índices de produção e rentabilidade são bastante animadores. Além do tecido, secos e molhados, eletrodomésticos, produtos farmacêuticos, ferragens e miudezas em geral mantém casas bancárias, hospitais, Agência da Previdência Social, empresa radiofônica, transporte interestadual, Clubes de Serviço, Loja Maçônica e outras formas de assitencialidade social, proporcionando aos seus habitantes satisfatórios meios de atendimento.

Topônimo - Chamou-se inicialmente *Humaitá*. O nome atual provém da Lei nº 332, de 3 de setembro de 1896, tendo como finalidade homenagear o padre Senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 197/98 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 507/12)*.

SENADOR SÁ

História - Município localizado na Mesorregião de Sobral, desmembrado do Município de Massapê. Chamou-se inicialmente *Pitombeira*. Trata-se de formação recente e a ter desenvolvimento após o advento da Ferrovia Sobral-Fortaleza, época em que o reduto disperso assume características de povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém da Lei nº 1.858, de 9 de setembro de 1921, e a Município conforme Lei nº 3.762, de 23 de agosto de 1957, tendo sido instalado a 25 de março de 1959.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a edificação da primitiva capela pelo Coronel Zeferino Alves, tendo como padroeira Nossa Senhora do Amparo.

Economia - Vincula-se especialmente ao grupo das economias vegetativas, sobrevivendo escassamente do criatório, da agricultura de subsistência e aguadando do Poder Público a redistribuição de rendas em parcelas de beneficio. Teve os seus períodos de ascensão e decréscimo na Ferrovia Sobral-Fortaleza, evoluindo enquanto esta funcionou e caindo após sua desativação. Destacava-se na extração e aquisição de madeira nobre para dormentes, abastecendo vastas extensões da empresa.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e a ter como finalidade homenagear o Senador Francisco de Sá, representante do Ceará no Congresso Nacional e ex-Ministro de Viação e Obras Públicas *(Aragão - Fichário)*.

SOBRAL

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam ao Século XVII, quando diversas famílias pernambucanas estabeleceram-se e fixaram-se economicamente no criatório bovino. Data de 8 de novembro de 1682, uma das maiores concessões de Sesmarias já feitas de uma só assentada. Coube essa liberalidade ao Capitão-Mor Bento Faria de Macedo ao doar uma área correspondente a cinquenta léguas (15.000km²). Figuram como beneficiários os seguintes colonos: **1)** - Capitão Manuel Bezerra da Silva; **2)** - Capitão Francisco Martins da Silva; **3)** - Manuel Dias de Carvalho; **4)** - Francisco Gomes; **5)** - Domingos Mendonça; **6)** - Domingos Ferreira Pessoa. **7)** - Maria Rodrigues Costa; **8)** - André Fernandes; **9)** - Antônio da Costa; **10)** - Maria de Lemos; **11)** - Gonçalo Coelho de Souza; **12)** - Violante da Fonseca; **13)** - Vicente Telentino Martins; **14)** - Paulo Coelho de Souza; **15)** - Capitão João Corrêa; **16)** - Estêvam Velho Cabral; **17)** - Maria Barreto; **18)** - Francisco Luiz Barreto; **19)** - Francisco Soares; **20)** - Jorge Coelho de Souza; **21)** - Sebastião da Fonseca; **22)** - Grácia Barreto de Maria; **23)** - Antônia Tavares de Melo Falcão.

Esses beneficiários, de acordo com os próprios interesses, passam a ocupar seus respectivos domínios, estendendo-se do Curu, buscando à deviva leste à procura da faixa litorânea setentrional, passando ao Norte da Serra da Uruburetama, rios Acaraú e Aracatiçu até os contrafortes da Ibiapaba e a voltar em busca da Serra da Meruoca. Além dessas concessões, o mesmo Capitão-Mor Bento de Macedo distribuiu no ano seguinte, mais os lotes constantes do quadro abaixo e a contemplar colonizadores: **1)** - Manuel de Góes; **2)** - Francisco Pereira Lima: **3)** - Amaro Fernandes de Abreu; **4)** - Simão de Góes Vasconcelos; **5)** - Fernando de Góes; **6)** - Manuel Almeida de Arruda; **7)** - Estêvam de Figu eiredo.

Além desses contingentes, outros se adicionaram, igualmente providos de seus rebanhos e a gerar os troncos familiares dos quais se destacam as seguintes linhagens: **1)** - Frotas; **2)** - Rodrigues Lima; **3)** - Cavalcantes; **4)** - Domingos e Silvas; **5)** - os Aguiar; **6)** - Sabóias; **7)** - Mendes Vasconcelos; **8)** Ximenes Aragão; **9)** - Montes; **10)** - Coelhos; **11)** - Holandas; **12)** - Viriatos de Medeiros; **13)** - Filgueiras de Melo; **14)** - Ferreira Gomes; **15)** - os Paula Pessoa; **16)** - Rodrigues de Albuquerque; **17)** - Ribeiros da Silva; **18)** - Furna Uchoa.

Formado esse exército elitista, privilegiado em seus haveres e a buscar o caminho da prosperidade, gerou-se o complexo socialmente bem estruturado e a dar o embasamento demográfico do qual nasceria o reduto-sede que inicialmente tomaria o nome de *Caiçara*.

O grupo do qual se originaria o primitivo arraial tem como precedentes o fazendeiro Antônio Rodrigues Magalhães e sua mulher D. Quitéria Marques de Jesus, doadores do sítio no qual seria edificada a Igreja-Matiz (1740). Deve-se ressaltar, no entanto, que entre o final do Século XVII e o início da primeira década do Século XVIII, não existia propriamente o locativo antes referido, porém a denominação popular de *Gangorra* ou engendramento de madeira, armado na parte superior de poços profundos e destinado a colher água através de utensílios apropriados. Poço e gangorra localizavam-se em ponto central, ocupando espaço na área posteriormente preenchida com a edificação da Igreja do Menino Deus.

A partir da definição gregária, em termos de povoação e a ter como referencial o patrimônio eclesiástico, doado pelo casal Antônio Rodrigues e sua mulher D. Quitéria, surgiram, além da *Casa-Grande*, pequenas construções em taipa e cobertura de telhas, nascendo dessa projeção a primeira configuração urbana.

Evolução Política - Os primeiros indícios de estímulo à ereção em Vila, dos arraiais existentes na Província, têm-se como referência Carta

Régia, datada de 22 de julho de 1766. Por esse instrumento Régio manda-se elevar a essa categoria os povoados cuja população seja numericamente superior a *cinquenta fogos*. A então Caiçara figurava nesses limites. Sua elevação, portanto, à categoria de Vila, com a denominação de *Vila Distinta de Sobral*, guarda como registro a data de 22 de junho de 1773, ocorrendo sua instalação a 5 de julho do mesmo ano. Instalou-se na mesma data o Poder Municipal, tendo-se como eleitos os seguintes membros: 1) - Sargento-Mor Sebastião de Albuquerque Menezes - Juiz Ordinário; 2) - Capitão Manuel José do Monte - Juiz Ordinário; 3) - Capitão Vicente Ferreira da Ponte - Vereador; 4) - Capitão Manuel Ferreira Torres - Vereador - 5) - Capitão Manuel Coelho Ferreira - Vereador; 6) - Antônio Furtado de Mendonça - Procurador; 7) - Gregório Pires de Chaves - Juíz de Órfãos.

A elevação da Vila à categoria de Município, com o nome de *Fidelíssima Cidade de Januária do Acaraú*, deu-se conforme Lei Provincial nº 229, de 12 de janeiro de 1841, grata retribuição do então Presidente José Martiniano de Alencar.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente uma capelinha tosca e edificada no *Riacho Guimarães* (1712). Em 1735, por imposição do Padre-Visitador Lino Gomes Corrêa, exigindo inicialmente o patrimônio eclesiástico. Satisfez essa exigência o Alferes Lourenço Guimarães de Azevedo, doando 100 braças de terras em quadro, local onde seria edificada a segunda capela.

Curato do Acaracu - Em 1742 e procedente da povoação de São José (São José dos Alcântaras), demorou-se o Padre-Visitador Lino Gomes na fazenda *Caiçara*. Nessa oportunidade e diante do progresso do reduto, resolveu criar e instalar no arraial o Curato do Acaracu. Entrou nessa iniciativa a doação patrimonial de Antônio Rodrigues Magalhães e constante de 100 braças de terras em quadro.

Em 1746 e em prosseguimento à iniciativa do Padre-Visitador, tratou o padre Antônio Carvalho Albuquerque de proceder à edificação do templo, dedicado em honra de Nossa Senhora da Conceição e sede do respectivo Curato.

Com a divisão do Curato em quatro Freguesias, determinada pelo Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, coube ao padre Manuel da Fonseca Jaime gerir os interesses relativos à Freguesia do Curato da Caiçara, permanecendo até o ano de 1762. Ao padre Fonseca Jaime sucedeu o seu colega João Ribeiro Pessoa, a quem coube edificar a Igreja-Matriz, situando-a ao lado do primitivo templo. Esse novo templo,

iniciado em 1778 e a ter como operários tapuias originários de Vila Viçosa, teve suas obras concluídas a 1º de fevereiro de 1781.

Economia - Discorrer sobre a economia de Sobral, tanto quanto de sua história, seria o mesmo que preencher volumes especialmente organizados e destinados a esse fim, uma vez que suas bases são fundamentalmente bastante vastas. No trabalho que ora se realiza, por mais amplo que pareça, não se irá além de simples resumo, o que de certo modo deverá ser considerado em termos de contribuição remissiva. Assim e no sentido de melhor esclarecermos o assunto, faremos a divisão sob três prismas distintos, envolvendo pecuária, agricultura e atividades urbanas.

No setor rural estão inseridas as principais fontes de rendimentos, nelas compreendendo as seguintes projeções:

a) - pecuária - neste campo e a partir dos primórdios da colonização, centralizam-se os maiores rebanhos, de início constantes do gado *nativo* e posteriormente das seleções altamente valorizadas. Destas, além da produção de matadouro, tem-se em abundância os insumos próprios que fazem a indústria de laticínios, proporcionando aos seus investidores, assim como ao fisco em geral somas consideráveis de rentabilidade.

b) - agricultura - consigna-se neste setor razoável diversificação. Nas áreas ribeirinhas do rio Acaraú, ricas em solos aluvionais e de antiga estruturação, prosperam as culturas de inverno e de verão, contribuindo de forma acentuada para o abastecimento de espécies frutícolas, legumes e verduras, feijão e milho. Nas áreas de elevação e de solos variáveis, prosperam o algodão e demais espécies vinculadas às suas propriedades de desenvolvimento.

c) - Atividades Urbanas - Na qualidade de centro nuclear em torno do qual gravitam os interesses regionais, Sobral se destaca por sua diversificação de conteúdo, especificidades e dinamização nos setores economicamente sustentáveis. Mantém com relativo progresso a Indústria do Couro, Indústria do Cimento, Indústria da Cera de Carnaúba, Artefatos da Palha da Carnaúba, Hotelaria, Armazéns de Tecidos, Secos e Molhados, Revenda de Automóveis, Rede Bancária, Previdência Social, Bares e Restaurantes, Jockei Clube, Radiodifusão, Jornais, Universidade, Clubes Artísticos, Clubes Sociais, Clubes de de Serviço, Cinemas, Lojas Maçônicas, Clubes Esportivos, Órgãos Estaduais, Federais e Municipais, Hospitais, Santa Casa de Misericórdia, Museu, Bibliotecas Públicas, Estabelecimentos de Ensino Primário e Proficionalizante, Correios e Telégrafos, Agências de Telefonia, Produtos Farmacêuticos e Educandário Religioso (Seminário

São José). Em resumo, faltam em Sobral o *status* de Governador e o título de Capital.

Topônimo - Chamou-se primitivamente *Gangorra, Caiçara, Vila Distinta e Real de Sobral, Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú* e o nome atual (Lei nº 244, de 25-10-1842) - *(Aragão - Fichário - História - Obr. Cit. - Vol. I, 3ª Ed. Pág. 368/72 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 512/23).*

SOLONÓPOLE

História - Município localizado na Mesorregião de Senador Pompeu e desmembrado do Município de Jaguaribe. Chamou-se primitivamente *Cachoeira* e *Riacho do Sangue* sucessivamente. Suas origens datam do Século XVIII, quando foram distribuídas as primeiras Sesmarias. Figuram no rol dos pinoneiros Manuel Pinheiro do Lago, cognominado o *Abrão do Jaguaribe*, considerando-se a proliferação de caráter familiar.

Lenda - Certo dia - reza a lenda - um dos escravos da fazenda pastoreava ovelhas nos arredores. Já ao entardecer, notou por entre a vegetação esparsa determinado objeto luminoso, fenômeno dantes nunca observado. O preto procurou acercar-se do local. Qual não foi o seu espanto! Tratava-se de um crucifixo de metal, medindo aproximadamente um palmo e a brilhar sob a luz do sol como se afagado por recente polimento.

Maravilhado, o preto abandonou os rebanhos, apanhou cuidadosamente o estranho achado e retornou à *Casa-Grande*, onde sem maiores explicações passou-o às mãos dos amos.

D. Rita Pinheiro, mulher do fazendeiro Manuel Pinheiro do Lago, maravilhou-se também à vista do estranho e precioso objeto. Sem os alardes próprios de idênticas oportunidades, manteve o crucifixo debaixo de certo sigilo, guardando-o no oratório da camarinha.

Ao amanhecer da primeira noite veio a grande surpresa. O crucifixo havia desaparecido. Procurado em todos os recantos da casa, porém sem nenhum resultado prático. O crucifixo não apreciara o desconforto da hospedagem. Fugira. No final do dia ocorreu surpresa ainda maior. Ao retornar do campo, ocupado nos trabalhos de pastoreio, o preto escravo trazia de volta o misterioso crucifixo, dizendo havê-lo encontrado na mesma hora e no mesmo local.

Diante do ocorrido, resolveu D. Rita adotar as providências que lhe pareceram racionais. Colocou num baú o crucifixo, trancando-o a sete

chaves, convicta de que nova fuga não ocorreria. Na manhã seguinte, ansiosa por conhecer o resultado, abriu o baú e sequer vestígios existiam. Alarmada com o fenomenal acontecimento, reuniu o marido, demais familiares e expôs o assunto. Discutido o tema, em busca naturalmente de qualquer solução plausível, concluiu-se pela devolução do crucifixo ao seu lugar de origem, porém com a promessa de erigir no local uma capela. Da conclusão dessa promessa resultaria a *Capela do Bom Jesus da Cachoeira*, assim a povoação em torno da qual se precessariam os futuros agregamentos.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei nº 518, de 1º de agosto de 1850, vindo a sofrer as seguintes alterações: **a)** - suprimida conforme Lei nº 1.121, de 8 de novembro de 1864; **b)** - restaurada na forma da Lei nº 337, de 22 de outubro de 1870; **c)** - suprimida conforme Decreto nº 20, de 20 de abril de 1892; **d)** - restaurada consoante Lei nº 67, de 9 de agosto de 1893; **e)** - suprimida na forma do Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931; **f)** - restaurada finalmente conforme Dec-Lei nº 1.540, de 3 de maio de 1935.

Sua elevação à categoria de Município, ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais têm como precedente o lendário crucifixo e sua substituição por um cruzeiro de madeira, marco indicativo do local. Em data posterior e historicamente não referenciada, Simeão Correia Lima Pinheiro, cunhado do *Abrão Jaguaribano*, doou parte de suas terras, localizadas no sítio *Cachoeira*, no sentido de formar o patrimônio da respectiva capela, iniciando-se logo as obras de construção. O padroeiro e ainda sob o efeito remissivo, constou como sendo o *Senhor Bom Jesus Aparecido*. A Igreja-Matriz, resultante da primitiva capela, teve as suas obras iniciadas em 1813 e concluídas em 1821.

A Freguesia, desmembrada da Paróquia do Riacho do Sangue tem como precedente a Lei nº 1.093, de 19 de dezembro de 1863 e instituída canonicamente a 24 de novembro do ano seguinte. Consta como seu primeiro vigário o padre Pedro Pinheiro Landim, empossado a 8 de dezembro do mesmo ano.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, notadamente com relação ao algodão, sua principal fonte de produtos exportáveis. No setor comercial mantém estabelecimentos diversificados e destinados ao varejo, atendendo com certa margem de regularidade às necessidades do consumo. Subsidiariamente, inclui-se no rol dos Municípios

cuja renda exige complementação por parte dos órgãos de captação tributária.

Topônimo - O nome atual provém do Dec.Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, tendo como finalidade homenagear o seu ilustre filho Dr. Manuel Solon Rodrigues Pinheiro *(Aragão - Fichário - História - Vol. IV. - Obr. Cit. - Pág. 198/99).*

TABULEIRO DO NORTE

História - Município localizado na Mesorregião do Baixo Jaguaribe e desmembrado de Limoeiro do Norte. Chamou-se primitivamente *Tabuleiro de Areia.* Suas origens remontam ao Século XVIII, quando entre os anos de 1720/30, firma-se como fazendeiro o padre Francisco Alves Maia, vigário de Paus dos Ferros (Rio Grande do Norte). Em operação de compra e venda, em que constam como cessionários vendedores membros da família Marrecos, Alves Maia adquire a fazenda *São José.* Nesse assentamento possessório e graças ao trabalho realizado pelo licenciado Francisco Alves Maia Alarcon, criou-se o primeiro estabelecimento escolar da região, advindo desse empreendimento excelentes resultados. Constam, somente do primeiro ano, 70 matrículas e prosseguindo dessa forma até o falecimento do seu empreendedor (1796).

Evolução Política - A elevação do reduto à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e à categoria de Município segundo Lei nº 3.815, dc 13 de setembro de 1957, tendo ocorrido sua instalação a 8 de junho do ano seguinte.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial tem como precedente uma promessa da qual consta como promitente D. Luíza Maria Maciel, mulher de Francisco Alves Maia Alarcon. Essa promessa, segundo o depoimento de familiares, teve como fonte de inspiração o desejo de cura com relação a um câncer de mama, enfermidade que seria irremediavelmente fatal. Constava essa promessa, em caso de atendimento, mandar erigir uma capela em honra de Nossa Senhora das Brotas. Veio a cura. Ficou a dúvida quanto à existência do sacro-objeto de instigação psicoemocional. Dirigida, então, uma consulta a Portugal, obteve-se resposta afirmativa, o que daria ensejo à edificação da respectiva obra, cuja imagem, procedente da Bahia, guarda como referencial de entronização o ano de 1770.

A restauração e ampliação dessa primitiva capela, realizada em 1785, por André Nogueira Ribeiro, oportunidade em que se construiu a

torre e preparou a necessária estruturação para instalação da Igreja-Matriz. Nessa capela e a título de informação histórica, missionou o itinerante Frei Vidal da Penha (1794).

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório diversificado, na produção agrícola em geral, além das culturas de verão, estruturadas estas nas áreas de concentração hídrica dos sub-solos ribeirinhos. Mantém regular e diversificado comércio, se bem que complementado por Limoeiro do Norte, sua principal fonte de abastecimento. Prescinde, a exemplo dos Municípios do seu porte, da redistribuição de rendas públicas e distribuídas em parcelas de benefício.

Topônimo - Chamou-se inicialmente, além de *Tabuleiro de Areia,* de *Joaquim Távora* e *Ibicuipeba.* O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e houve como finalidade desfazer a duplicidade toponímica, revisão que na época se processava *(Aragão - Fichário - História - Obr. Cit. - Vol IV, Pág. 199).*

TAMBORIL

História - Município localizado na Mesorregião de Crateús e desmembrado de Ipu. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando então por volta das décadas entre 1740 e 1760, situaram fazendas o Capitão Luiz Vieira de Sousa, juntamente com sua mulher D. Ana Feitosa. Houve prosperidade. Por ocasião da grande seca de 1777/79, viu-se o fazendeiro no iminente risco de perder os seus rebanhos. Faltava água. Nessa oportunidade valeu-se ele de Nossa Senhora Santana, recebendo pronto atendimento. O nume invocado apareceu-lhe em sonho. Mostrou-lhe o local onde deveria ser retido o precioso líquido. Essa retenção deveria ser feita através de barragem, com desvio do rio próximo e a formar reservatório de acordo com as necessidades do momento e futuras épocas contingenciais.

Construído o reservatório e salva a fazenda, houve como retribuição ao seu venerado nume de adoração a edificação de uma capela na fazenda, dedicada em sua honra e a firmar-se pelos tempos adiante como raiz precursora do povoamento. Antes do cumprimento dessa promessa faleceria o promitente. Seus familiares levariam adiante o projeto, como forma de gratidão, construindo oportunamente a capela.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila e Município, simultaneamente, deu-se conforme Lei Provincial nº 664, de 4 de outubro

de 1854, ocorrendo sua instalação a 25 de junho de 1863. Suprimido, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurado na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm suas raízes calcadas na promessa feita pelo Capitão Luiz Vieira de Souza, quando de suas aperturas na grande seca de 1777/79 e retribuição em forma de bens patrimoniais. Nos primeiros dias logo após sua morte, de que a História não guarda registro, iniciaram-se os trabalhos de construção da capela, cujo orago, na forma expressa pelo extinto, deveria ser dedicado em honra da Senhora Santana. Concluída a obra, que deverá ter ocorrido no início da segunda metade do Século XIX, tratou-se de cumprir o restante, fazendo entronizar no templo a imagem da padroeira. Deu-se, no entanto, por lamentável engano. A imagem, encomendada de Portugal e paga conforme o valor exigido, pertencia a Santo Anastácio. Em razão do equívoco, resolveu a família dirigir consulta às autoridades eclesiásticas sobre qual das imagens deveria permanecer como padroeira, considerando que a da Senhora Santana havia sido endereçada à capela de Independência. Houve resposta imediata. Santo Anastácio firmou-se no trono destinado à Senhora Santana e esta no que deveria pertencer a Santo Anastácio. Consta como seu primeiro vigário o padre Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque Mororó, famoso republicano, cuja vida seria em holocausto à nobre e porvindoura causa.

A Freguesia provém de Lei Provincial nº 629, de 17 de dezembro de 1853, tendo como vigário o padre Raimundo Félix Teixeira.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, se bem que as asperezas do solo e os rigores da inclemente temperatura interfiram de forma negativa em seu desenvolvimento. Contribuem em termos relativamente consideráveis, o criatório de miúças e a cultura do algodão, proporcionando aos moradores resultados satisfatórios.

Em termos comerciais os avanços são diminutos, regulando apenas o quanto basta em favor das necessidades primárias, uma vez o polo centralizador de Crateús exercer atrativos de grande influência. Em subsidiário e social mantém estabelecimentos de ensino, consultórios médico e dentário, Clubes de Serviço e outros complementos de imediata e real importância.

Topônimo - Refere-se a um tipo de árvore muito comum no Nordeste, também conhecido pelo nome de *timbaúba (Aragão - História - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 349/50 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. Pág. 527/30).*

TARRAFAS

História - Município localizado na Mesorregião de Várzea Alegre e desmembrado de Assaré. Suas origens são de formação recente e estruturam-se no agregamento de agricultores que se situaram na confluência do *Riacho Urucu* com o *Rio dos Bastiões.*

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém de Ato Governamental datado de 7 de junho de 1920. Elevado a Município conforme Lei nº 6.810, de 3 de dezembro de 1963 e suprimido antes de sua instalação (Lei nº 8.339, de 14-12-1965). Restaurado na forma da Lei nº 11.360, de 21 de outubro de 1987, modificada segundo Lei nº 11.484/88.

Igreja - A ausência de informações impede-nos de compor o referencial eclesiástico.

Economia - Vincula-se basicamente ao conceito de dependência de rendas públicas e redistribuídas em parcelas de benefício, embora na pecuária e na agricultura de subsistência, com destaque para o algodão, possa oferecer algo de valioso, o que de certo modo mantém em equilíbrio as relações de sobrevivência humana.

Topônimo - Não existem informações seguras sobre as relações toponímicas, o que poderá ser complementado em segunda edição (*Aragão - Fichário).*

TAUÁ

História - Município localizado na mesorregião dos Inhamuns. Chamou-se inicialmente *São João do Príncipe* e *São João do Príncipe dos Inhamuns.* Suas origens remontam ao início Século XVIII e a ter como precedente o fazendeiro Lourenço Alves Feitosa, ocupante das primeiras terras na região. Desses referenciais de preeminência consta a doação de uma Sesmaria, contendo uma légua de frente por três de fundo e situada na ribeira do rio *Jucá* (1708).

Em segunda doação aparece, em 1718, o igualmente beneficiário Capitão Luiz Coelho Vidal, ocupante dos vazios territoriais existentes na região dos Inhamuns.

Em prosseguimento à hierarquia fundiária, instalada pela família Feitosa, Lourenço requer e obtém uma Sesmaria situada igualmente nos Inhamuns (13.03.1724).

Em outras concessões, requereu e obteve terras na região o fazendeiro Geraldo do Monte, natural de Penedo, em Alagoas e protagonista de um dos mais sangrentos conflitos já registrados no interior da Província. Feitosas e Montes sustentaram fatais recontros por espaço de dez anos, período durante o qual centenas de baixas ocorreram em ambas as facções.

Cessados os conflitos, entra em evidência gregária o reduto de Tauá, apresentando-se de maneira pacífica e geoestruturalmente habitável.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila tem como precedente Ordem Régia, datada de 22 de julho de 1766 e Portaria Governamental da Província, datada de 14 de dezembro de 1801. Neste último instrumento e em atendimento ao contido na Ordem Régia, designou o então governante Bernardo Manuel de Vasconcelos ao Ouvidor Gregório José da Silva Coutinho, tendo como finalidade examinar, em Tauá, as condições inerentes à transformação do povoado em Vila.

Cumprida a determinação, acrescida do fidalgo acolhimento por parte dos respectivos habitantes, resolveu o Corregedor dar execução ao restante de suas obrigações itinerantes. Dessa resolução, nasceu a ereção predeterminada, instalando-se a Vila em data de 3 de maio de 1802 e a alterar a primitiva denominação para *São João do Príncipe*.

A elevação à categoria de Município provém da Lei nº 2.677, de agosto de 1929, com a restauração do nome para Tauá.

Igreja - As primeiras manifestações eclesiais têm como precedente cessionário o Sargento-Mor José Rodrigues de Matos, doador do patrimonio e construtor da respectiva capela cujo orago dedica-se em honra de Nossa Senhora do Rosário. Esse patrimônio, registrado em data de 15 de outubro de 1772, corresponde a seiscentas braças de terras, incluindo as ilhargas que nelas se inserem.

A Freguesia provém do Decreto Geral, datado de 17 de agosto de 1832, com subordinação à Paróquia de Crateús.

Economia - Fundamenta-se basicamente no criatório bovino, além de miúças, na cultura do algodão, espécies agrícolas em geral, derivados do leite, carne seca, produtos ceramistas, regular comércio de tecidos, secos e molhados e mercadorias diversificadas. Em termos de apoio social, financiado pelo Governo Central, considerável área agricultável entrou em regime de assentamento popular, amparando centenas de famílias, reconhecidamente pobres e dispostas a dar ao progresso local sua parcela de contribuição.

Topônimo - O nome atual provém de Lei nº 485, de 14 de outubro de 1898. Em sua formação toponímica, traduz-se, tupicamente, por *tauá* = barro amarelo e argiloso. *(Aragão - História* - Obr. Cit. - Vol I, 3ª Ed. - Pág. 336/37- *Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. - Pág. 167. Enc. I. B. G. E. - Obr Cit. - Pág. 531/34).*

TEJUSSUOCA

História - Município localizado na Mesorregião do Médio Curu e desmembrado de Itapajé. Suas origens estão vinculadas ao Século andante, quando se estabelecem os primitivos moradores e formam o arraial, tendo como referencial geográfico o *Riacho do Paulo*, afluente do rio Curu.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém do Dec.-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A elevação à categoria de Município decorre da Lei nº 6.392, de 3 de julho de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. Restaurado na forma da Lei nº 11.414, de 28 de dezembro de 1987.

Igreja - Não dispomos de antecedentes históricos, a não ser que tem como padroeiro São Pedro e como órgão subordinante o Bispado de Itapipoca.

Economia - Funadamenta-se basicamente no criatório diversificado e na agricultura de subsistência, havendo destaque para a cultura do algodão. Mantém comércio diversificado e prescinde, a exemplo dos municípios do seu porte, da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *tejo* de *teiú* = lagarto + *ussu* = grande + *oca* = casa, donde se obtém lugar onde residem os teiús grandes *(Aragão - Fichário - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. - Pág. 168).*

TIANGUÁ

História - Município localizado na Mesorregião da Ibiapaba. Chamou-se inicialmente *Barrocão* e *Santana do Barrocão*. Suas origens remontam ao Século XIX, com subordinação jurídica ao Município de Viçosa e reduto composto de sitiantes e pequenos agricultores. Dadas as suas condições geologicamente privilegiadas, o reduto evolui, liderado por nomes de influência na política estadual e atrai de outras regiões,

notadamente de Coreaú, figuras de expressão nacional (Almirante Rubin). Desse conjunto de fatores, fundamentalmente promissores, nasceria o povoado cujos destinos, social e economicamente são imprevisíveis.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém do Decreto nº 33, de 31 de julho de 1890. Suprimida, conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931e restaurada na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Sua Elevação à categoria de Município ocorreu de acordo com o Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial constam da primitiva capela, dedicada em honra de Nossa Senhora Sant'Ana e inaugurada a 13 de maio de 1882. A Freguesia, instituída com o nome de *Curato de Nossa Senhora Sant'Ana da Ibiapaba*, tem como fundamento o Ato Provisional, expedido por D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza, e datado de 27 de novembro de 1886. Desse Curato tem-se como primeiro vigário o padre José Thomaz de Albuquerque, cuja posse ocorreu a 6 de dezembro do mesmo ano. Sua permanência estendeu-se até 10 de janeiro de 1891, quando a pedido obbém sua exoneração, havendo como consequência o *Curato de São Pedro da Ibiapina* (23-01-1891).

Três anos após e consoante Provisão de 6 de fevereiro de 1894, assume o Curato, em vacância, o Cônego Bernardino Lustosa, permanecendo até o ano seguinte, quando por Ato Provisional de 22 de outubro de 1895, depõe o cargo nas mãos do seu substituto, o padre Francisco Inácio da Costa Mendes, vigário de Ibiapina. Este, por seu turno, permaneceu até 22 de fevereiro de 1897, quando em segundo período assume o Cônego Bernardino Lustosa, porém em caráter efetivo na forma prescrita em Ato Provisional datado de 21 de julho de 1898.

A Igreja-Matriz, cujos trabalhos de reforma e ampliação da primitiva capela tiveram como responsável Monsenhor Agesilau de Aguiar, datam do presente Século, porém sem referenciais cronologicamente identificáveis.

Quanto ao Bispado, instituído conforme *Bula Qui Summopere*, de 13 de março de 1971, guarda como instrumento de apoio o referendo do Papa Paulo VI. Consta como seu primeiro Bispo D. Frei Temóteo Francisco Nemésio Cordeiro, sagrado a 4 de julho do mesmo ano na cidade de Canindé, sua terra natal. Dessa monumental instituição adviria o Convento da Congregação dos Franciscanos, mantendo cursos diversos e muito contribuindo em prol do engrandecimento da região.

Economia - Fundamenta-se basicamente nas opções hidrográficas e geológicas que compõem a estrutura fisiográfica do Município, proporcionando ao usuário da gleba o favorecimento natural das atividades agronômicas. Os córregos que se sucedem, um após outro, as baixadas frescas que se intercalam e as elevações contíguas são dádivas salutares ao cultivo da cana-de-açucar, à produção do café, o desenvolvimento das espécies frutícolas e, em escala menor, a agricultura de subsistência. Desse conjunto de bens estáveis nascem as pequenas indústrias, a convergência de riquezas através das expostações e os implementos de sustentação diversificada do comércio, revitalizado o poder aquisitivo em geral e dando a usuários e investidores o equilíbrio de que necessitam em algo além de suas necessidades primárias. Esse, entretanto, não se restringe a qualquer fenômeno, nem privilégio isolado, mas uma prerrogativa geral que abrange os demais Municípios ibiapabanos.

Topônimo - O nome atual provém do Decreto 62, de 9 de setembro de 1890. Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *ti* = bico de papagaio ou nariz + *anga* = iuágem + *guá* = baía, enseada, bacia, concavidade geográfica, donde se obtém boqueirão do bico de papagaio. *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 200/201 - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 168 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 534/38).*

TRAIRI

História - Município da microrregião de Itapipoca - criado conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e instalado a 25 de março de 1955. Suas origens remontam ao Século XVIII, quando na região estabeleceram fazendas os colonos Nicolau Tolentino, Marinheiro Cunha, Manuel Barbosa, Xavier de Sousa, Antônio Barroso de Souza. Além desses e na qualidade de fundador do reduto destaca-se João Verônica, cujos registros de propriedade datam de meado do Século referenciado. Todos prosperaram. João Verônica, no entanto, aparece como bem afortunado colono, edificando moradia condigna e promovendo o agregamento do qual nasceria a povoação.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila e a Município, sucessivamente, possui trajetória de impertinente instabilidade, vindo a sofrer as seguintes alterações: **1)** - Lei nº 1.068, de 12 de novembro de 1863; **2)** - supressão conforme Lei nº 1.110, de 10 de novembro de 1864; 3) - restauração, na qualidade de Vila, conforme Lei nº 1.235, de 27 de novembro de 1868; **4)** - restauração do Município conforme Lei nº 1.604, de 14 de agosto de 1874; **5)** - supressão na forma da Lei nº 1.084, de

19 de abril de 1913; 6) - restauração de acordo com a Lei nº 1,181, de 23 julho de 1914; 7) - supressão provinda da Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920; 8) - restauração conforme Lei nº 2.002, de 16 de outubro de 1922; 9) - supressão de acordo com o Dec-Lei n º 193, de 20 de maio de 1931; 10) - restauração, em definitivo, na forma da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, com instalação a 25 de março de 1955.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente o padre João Francisco Nepomuceno Rocha, doador do patrimônio, construtor da primitiva capela e seu primeiro vigário, tendo como padroeira Nossa Senhora dos Remédios. A Freguesia, através da qual seria edificada a Igreja-Matriz, tem como instrumento de apoio a Lei nº 1.020, de 14 de dezembro de 1862, localizando-a no reduto de *Alto Alegre* (Paracuru).

Inconformados com o sediamento da Freguesia e considerando que o reduto de Trairi superava em número de fiéis e condições de estabilidade o aleatório jurisdicionamento, resolveram protestar e pugnar pela sua remoção segundo os gerais interesses. Concorreu em favor desse desiderato D. Maria Furtado de Mendonça, detentora de vastos cabedais e partidária do que favoravelmente viesse a beneficiar o projeto em questão. Doou novo patrimônio. Não obstante as tenazes resistências dos que defendiam o sediamento de *Alto Alegre*, triunfam os habitantes de Trairi. Esse triunfo está consignado em Lei nº 1.604, de 14 de agosto de 1874, se bem que a padroeira, antes Nossa Senhora dos Remédios, tenha sido substituída por Nossa Senhora do Livramento.

Economia - Município geologicamente estruturado em áreas litorâneas, solos areníferos, vegetação arbustiva, ravinas, serrotes pedregosos e áreas que se dividem entre rios periódicos e de perenização alagadiça. Nesse perfil geofísico desenvolvem-se a cultura algodoeira, cana-de-açúcar, coco-da-baía, mandioca, mamona, feijão, arroz, milho, banana, manga e batata-doce, ficando em segundo plano a pecuária, diminuta e restrita ao criatório estabular. Além desses insumos, predominam a indústria pesqueira e produção extrativa mineral, destacando-se nesta a fabricação de telhas e artefatos de alvenaria.

Topônimo - Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *traíra* = peixe de água doce + *ri* = rio ciclicamente formado por águas da chuva, donde se obtém rio das traíras *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 201/201 - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 168/69).*

TURURU

História - Município localizado na Mesorregião de Uruburetama, desmembrado de Itapipoca. Suas origens datam do Século XIX e têm como precedente gregário as famílias Moreira e Freitas, em torno das quais se formaria a povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém da Lei nº 2.070, de 2 de agosto de 1884, e a Município conforme Lei nº 6.383, de 4 de julho de 1963 e suprimido antes de sua instalação (Lei nº 8.339, de 14-12-1965). Sua restauração se deu de acordo com a Lei nº 11.334, de 19 de junho de 1987.

Igreja - Pouco se sabe a respeito, a não ser que a primitiva capela teve como idealizador e construtor um senhor de sobrenome *Saraiva*, porém sem referencial de data, constando como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Econnomia - Pretence a classe das *improvisações eleitoreiras*, magramente desenvolvida e a ter como fontes de sobrevivência, além do criatório e da agricultura em termos restritos o retorno tributário através do Fundo de Participação dos Municípios.

Topônimo - Provém, tupicamente, de *turu* = molusco ou precisamente caracol + *ru* = forma pluralizada do primeiro elemento, donde se obtém lugar dos caracóis *(Aragão - Fichário - Vocabulário Tupy - Silveira Bueno - 2ª Ed. Pág. 456).*

UBAJARA

História - Município localizado na Mesorregião da Ibiapaba. Chamou-se primitivamente *Jacaré* e *Jacaré Queimado*. Suas origens remontam ao início do Século XVII, quando em 1604 o aventureiro Pero Coelho de Souza assumiu o domínio da então florescente *Ibiapaba* ou reduto dos irmãos Tabajaras Irapuã e Jurupariaçu. Em sua projeção rumo ao *Rio Arabê*, tomou conhecimento da existência do Morubixaba Ubaúna, um dos mais respeitáveis clãs da grei silvícola. De seu quartel-general, montado às margens do *Rio Arabê*, não somente a este subjugou como igualmente aos demais chefes indígenas da região.

A partir do malogro expedicionário de Pero Coelho, e sobrevindo a ação benemérita dos missionários Francisco Pinto e Luiz Figueira, as aldeias deflagradas se reorganizaram e readquiriram o seu antigo destágio

de florescimento. Veio, então, o que não estava previsto nos destinos da Missão. Na manhã fatídica de 11 de Janeiro de 1608, Índios Tucurujus assassinaram o padre Francisco Pinto, chefe do empreendimento catequético e novamente a Grande-Serra entra no desamparo. Não há exatamente identificação do local onde se deu o trucidamento, a não ser em versões que se dividem entre os limites territoriais dos Municípios posteriormente denominados de Tianguá e Ubajara.

Em anos cujos registros se perdem nas dobras do tempo, acostou no local o padre Mamede Antônio de Lima, tendo como finalidade reconstruir o reduto indígena. Conseguiu, de fato, reconquistar a confiança nativa, e desenvolveu valioso trabalho em prol do gentio abandonado.

Além desse missionário participaram igualmente da causa indígena os padres Pedro de Pedroso e Gonçalo de Veras, vinculados ao supremo comando missionário do Maranhão (1656/60). Com o afastamento desses dois tentames da redenção aborigine, em trabalhos reconhecidamente proveitosos, toda a Grande-Serra caiu em declínio, pelo menos até o final do século em referência, quando novamente assume o comando missionário o padre Ascenço Gago (1695).

Quase século e meio decorrido, colonizadores oriundos de várias procedências situaram-se no coração da Grande-Serra, esperançosos de riquezas e a desfrutar do clima em sua amenidade. (1841/60). Constam desses colonizadores Bartolomeu Fernandes do Rego, Manuel Luiz Pereira, Manuel Soares e Silva, Francisco Soares e Silva e respectivos familiares. Ocuparam os sítios *Buriti, Suminaro, Pitanga* e *Pavuna*. Progrediram, tanto na agricultura quanto na fruticultura e relativas atividades mercantis, donde obtiveram compensadores resultados.

Por ocasião da grande estiagem dos de 1877/79, quando sertões e regiões litorâneas foram davastadas, novas levas de imigrantes são atraídos em busca de refrigério, ocupando a faixa vizinha dos sítios já apropriados. Essa nova leva, da qual não comstam nomes, situou-se ao sul da lagoa popularmente conhecida por *Jacaré*. Construíram-se, então, trinta casas residenciais, estruturadas em taipa e cobertura de palhas, formando-se a partir desse estágio o primitivo arraial.

Em outubro de 1884, quando o arraial já se achava em franco desenvolvimento, surge o imprevisto e tudo volta ao ponto de origem. Clamoroso incêndio reduz a cinzas o casario. Os moradores, entretanto, não se dão por vencidos. Reúnem-se, analisam em detalhes a ocorrência e decidem pela reconstrução de suas moradias, situando-as na banda norte da lagoa, porém sem os arranjos da palhoça. Plantaram suas edificações

em taipa e cobertura de telhas, recuperando em pouco tempo o almejado índice de progresso. Nasceria dessa mudança de local a denominação popular de *Jacaré Queimado*.

Evolução Política - os primeiros indícios de evolução do arraial têm como precedente a criação do Distrito de Paz, conforme Decreto nº 123, de 24 de dezembro de 1890, assumindo como primeiro titular José Inácio de Sá. Em sua segunda evolução destaca-se a elevação do reduto à categoria de Vila e a ter como instrumento de apoio a Lei nº 1.279, de 24 de agosto de 1915, sendo igualmente criado o Legislativo Municipal.

A instalação da Câmara, entretanto, ocorre em data posterior, obedecendo certamente a interesses burocráticos da respectiva contemporaneidade. Decorre, então, da Lei nº 1.302, de 31 de agosto do mesmo ano, sendo encarregado da instalação respectiva o Capitão Sabino Vieira de Santana, Juiz substituto de Ibiapina. Na ocasião foram eleitos os seguintes membros: 1) - Prudêncio Furtado de Mendonça - Presidente; 2) - José Furtado de Melo - Juiz de Paz; 3) - Juvêncio Luiz Pereira - Juiz de Órfãos; 4) - Moisés Bispo de Lima - Vereador; 5) - Francisco Baé de Macedo - Vereador; 6) - Salustiano Ferreira de Almeida - Vereador; 7) - João da Cunha Freire - Procurador; 8) - Antônio José Pereira - Secretário. As solenidades de posse ocorrerreriam às doze horas do dia 31 de dezembro do mesmo ano.

A elevação da Vila à categoria de Município, com o nome atual, ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial, no estágio posterior às primitivas referências missionárias, provêm inicialmente de doação do patrimônio eclesiástico, cujos beneméritos doadores constam como sendo os moradores José Lopes Freire, José Rufino Pereira e Joaquim Mulato. Os trabalhos iniciais da capela, logo em seguida transformada em Igreja-Matriz e dedicada em honra de São José, datam do ano de 1886, realizando-se os atos inaugurais no ano seguinte. Presidiu às solenidades o padre Manuel Lima de Araújo, vigário de São Pedro da Ibiapina.

A criação da Freguesia tem como instrumento de apoio a Portaria de 22 de novembro de 1934 e a manter como designativo o nome de *São José de Ubajara*. Consta como seu primeiro vigário o padre Inácio Nogueira Magalhães (*Padre Inacinho)*, cuja posse se deu a 29 de janeiro de 1935.

Economia - Estruturada geologicamente em solos privilegiados da Grande-Serra, tem como fatores de sustentação a produção de aguardente e rapaduras, extração do babaçu, fruticultura em geral, cafeicultura,

indústria do turismo e a concentração de águas públicas e tencnicamente disponíveis não apenas para o consumo domiciliar como também com relação ao sistema irrigatório (*Açude Jaburu*).

No campo da pecuária mantém o criatório de estábulo, assim como na agricultura há prosperidade em termos de subsistência alimentar. Industrialmente se faz destacar na produção de artefatos de cerâmica, indústria mecânica e no ramo de confecções, além de doces e outras variedades de pequena monta.

Nos setores de comércio preenche de modo satisfatório os requisitos essenciais e indispensáveis ao equilíbro entre a oferta e a procura, mantendo armazéns de tecidos, louças e artigos domésticos, eletrodomésticos, casas de ferragens, derivados de petróleo, hotelaria, restaurante especializado em turismo, empórios de confecção, estabelecimentos de artigos em geral, além da rede bancária cujos serviços proporcionam aos seus usuários atendimento condigno.

No campo social mantém educandários, Clubes de Serviço Loja Maçônica, praças de esporte, hospital, consultórios de profissionais especializados e regular sistema de transporte.

Topônimo -. Em sua formação etimológica, compõe-se, tupicamente, de *uba* = flecha, caniço + *jara* de *yara* = senhor, o que domina o vale, donde se obtém lugar cuja produção de flechas era excepcionalmente dominadora *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 203/204 - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 169 - Enc. I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 541/45).*

UMARI

História -Município localizado na Mesorregião de Lavras da Mangabeira. Chamou-se inicialmente *Gado Bravo* e *Baixio*. Suas origens remontam aos primórdios do Século XVIII, quando aí se estabeleceram colonizadores originários especialmente da Paraíba e de Pernambuco. Progrediram e formaram o arraial.

No final do mesmo Século, acostou no reduto o francês Joseph Aleth Douillétte, vítima das remanescenteserseguições do plenipotenciário Marquês de Pombal. Nessa oportunidade enamorou-se o francês de uma jovem moradora no lugar. Uniu-se a ela matrimonialmente. Fez progresso. Intrigado com o costume segundo o qual as pessoas que morriam eram levadas a sepultamento no cemitério de Icó, distante em aproximadamente cinquenta quilômetros, tratou de mover campanha através da qual seriam adquiridos fundos para construção de um cemitério e uma capela.

Umari, em virtude de sua localização totalmente fora da linha convencional de movimentação interna da Província e por sua vinculação mais estreita com a Paraíba, tornou-se palco muitas vezes de acontecimentos inusitados. Dentre os fatos de maior notoriedade registram-se o malogro da *Expedição Cazumbá* e o extermínio de um contingente revolucionário que se destinava ao Crato por ocasião da frustrada *Revolução do Equador*.

No caso da *Expedição Cazumbá*, da qual participava Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, houve como precedente a fuga empreendida pelo ex-governante *Republicano* da Paraíba, Antônio Félix Ferreira de Albuquerque, vindo refugiar-se em Umari.

Decorridos alguns dias e na suposição de que no Crato estaria montado o quartel-general das forças reacionárias, o ex-governante levantou acampamento. Ao ser atingida, entretanto, a *Fazenda Juiz*, distante de Missão Velha cerca de oito léguas, deu-se o combate final. Venceu a facção imperialista. Dentre os inúmeros prisioneiros constaram o Major Agostinho Bezerra Cavalcanti, Lázaro de Souza Forte e Frei Caneca (1824).

O segundo episódio registra-se no próprio arraial. Tropas sob o comando do Capitão Maximiano Rodrigues de Sousa (Capitão Máximo), destinadas igualmente ao quartel-general do Crato, haviam baixado em acampamento. Não previam fossem acometidas pelo inimigo e tampouco admitiam a possibilidade de recontro naquele local. Embriagaram-se. Quando oportunamente e incapazes de prover a própria defesa, forças dos comandos de José Dantas Rotéia e de Joaquim Pinto Madeira os surpreenderam (17-10-1724). Houve desigual corpo-a-corpo. Restaram do conflito, de que participaram duzentos reacionários, apenas cinco sobreviventes.

Evolução Política - A elevação do arraial à categoria de Vila e Município, simultaneamente, ocorreu segundo Lei nº 2,046, de 12 de novembro de 1883, desmembrado da jurisdição de Lavras da Mangabeira. Supressão na forma da Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920, e restauração, somente na categoria de Vila, consoante Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931, com a denominação de Baixio. Passou a Município na forma da Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956, sendo instalado a 22 de outubro seguinte.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente a doação do patrimônio constante de meia légua de terras, situada na *Fazenda Umari* e destinada à edificação da primitiva capela, cujo orago dedicava-se em honra de São Gonçalo do Amarante. Consta como doador o fazendeiro e Tenente-Coronel Manuel Ribeiro Campos, e

como referencial no tocante à ereção do primitivo templo o ano de 1765, havendo como subordinante a jurisdição paroquial de Crato.

Reconstruída essa capela, em trabalhos que se realizam no ano de 1870, veio a sua transformação em Igreja-Matriz e instituição da Paróquia, apoiada esta na Lei nº 1.686, de 12 de setembro de 1875, sendo canonicamente reconhecida a 18 de agosto de 1882.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura, proporcionando aos seus moradores, graças à existência mista de baixios ribeirinhos e elevações de aproveitamento cultivável, relativas somas de bens consumíveis. Prospera, além do criatório diversificado, a produção de arroz, milho, feijão e algodão, ficando com este último o reforço mercantil na formação de riquezas.

Na parte comercial, diminuta variada mantém o necessário com relação ao mínimo de equilíbrio exigido e indispensável aos modestos reclamos dos seus moradores. Subsidiariamente, mantém-se da redistribuição de rendas públicas, aplicadas em forma de benefício.

Topônimo - Em sua formação toponímica provém, literalmente, de *fruto silvestre e comestível, cujo caroço corresponde ao tamanho de um ovo de galinha, contendo polpa oleosa e de sabor adocicado*, no que se presume seja pequi *(De Stradelli) - Aragão - História - Obr. Cit. Vol. IV, Pág. 204/205 - Índios - Obr. Cit. - 2ª Ed. Pág. 170 - Enc. I. B. G. E - Obr. Cit. - Pág. 545/48).*

UMIRIM

História - Município localizado na Mesorregião de Uruburetama, de onde foi desmembrado. Chamou-se primitivamente *Riacho da Sela.* Suas origens remontam ao Século XIX, embora de evolução vagarosa e acanhada prosperidade. Consta como precedente de formação gregária o Capitão Carlos Antônio de Sales, a quem caberia a edificação do primitivo templo (1868).

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila provém de Ato Provincial, datado de 19 de setembro de 1873, a Município conforme Lei nº 6.417, de 9 de julho de 1963. Suprimido, conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado, na forma da Lei nº 11.006, de 5 de dezembro de 1985.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial datam do ano de 1868, tendo como precedente o Capitão Carlos Antônio de Sales,

edificador da capela. Essa capela, dedicada em honra de Nossa Senhora da Natividade, seria posteriormente transformada em Igreja-Matriz.

Economia - Nos seus principais índicios de florescimento econômico, além do criatório bovino e da agricultura de subsistência, tem-se como referência a ferrovia Sobral-Fortaleza, cuja Estação de Passageiros guarda como data inaugural o dia 5 de junho de 1933 (desativada).

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Tupicamente e conforme ensina o Professor Silveira Bueno, traduz-se *umirim* por rio pequeno ou riacho *(Aragão - Ficnhário . Bueno, Silveira - Vocabulário - Obr. Cit. Pág. 313).*

URUBURETAMA

História - Município da microrregião de igual nome. Chamou-se inicialmente *Serra dos Corvos, Arraial, São João da Uruburetama, São João do Arraial e Arraial.* Suas origens, pelo menos no que se refere ao período inteiramente indígena, remontam ao início do Século XVII, consignando-se as primeiras referências em janeiro de 1607, quando por *essa montanha erma* transitaram os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira. Seriam as terras, segundo refere o Padre Figueira, aquelas nas quais *deveriam estar reunidas todas as pragas do Brasil.* Em termos de colonização essas origens se modificam, passando a oferecer referências, cujos registros datam do Século XVIII.

Os primeiros indícios de colonização provêm da doação de Sesmarias ao Capitão-Mor das Estradas, Bento Coelho de Moraes e sua neta Maria da Assunção, tendo como referencial de tempo o dia 19 de novembro de 1720. Dessas porções (4 léguas) herdaram metade o Tenente-Coronel Manuel Pereira Pinto (genro do Capitão) e sua mulher D. Floriana Coelho de Moraes (1750). Este quinhão e por exigências eclesiásticas, foi cedido por doação ao padre Estevam Velho Cabral de Melo, em forma de dote sacerdotal. Em escritura datada de 9 de agosto de 1761, três quartos desse quinhão reverteram aos doadores, considerando que apenas o remanescente seria o bastante.

Nessa gleba sacerdotal fixou-se o sítio no qual se instalaram as primeiras residências, tomando a denominação de *Arraial*. Com o falecimento do padre Cabral de Melo, fato que se registra em 1785, esse remanescente patrimonial reverteu em favor dos primitivos doadores, porém sem alterar o povoamento.

Evolução Política - Os primeiros indícios de evolução política provêm da criação do Distrito de Paz, evento que tem por apoio a Lei nº 1.277, de 18 de setembro de 1869, a primitiva denominação. Havia como subordinante o Termo de Imperatriz. Essa subordinação permanece até o advento da Lei nº 1.362, de 5 de setembro de 1874, transferindo-a para a jurisdição de São Francisco (Itapajé). Em Lei nº 1.771, de 19 de novembro de 1879, dá-se o retorno do juizado para o Termo de Imperatriz. Retorna ao Termo de São Francisco, conforme Dec-Lei nº 17, de 11 de abril de 1890, criando-se no ano seguinte o próprio Termo Judiciário (1891).

A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 34, de 1º de agosto de 1890, tendo sido instalado a 19 do mesmo mês e ano. Suprimida, consoante Lei nº 453, de 22 de agosto de 1898 e restaurada na forma da Lei nº 526, de 28 de julho de 1899, com o nome de *São João da Uruburetama*, tendo sido reinstalada a 14 de setembro do mesmo ano. Município conforme Decreto nº 262, de 28 de julho de 1931.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm de documento firmado por Pedro José do Monte, datado de 23 de junho de 1824, doando de suas terras trezentas braças em quadro, para construção da capela, cujo orago teria como padroeiro São João Batista. Esse primitivo nicho pernaneceu inalterado, pelo menos até que a 31 de agosto de 1843, por decisão do padre Luiz Antônio da Rocha Lima, vigário da Freguesia de São Bento de Amontada, concede-se licença a Manuel Barbosa para angariar donativos em benefício da construção de nova capela. Essa segunda capela, cuja finalidade seria reconstruir o primitivo templo, adaptando-o igualmente ao assentamento da Igreja-Matriz, logrou-se alcançar o sucesso programado (1865).

Em 1870, estando em desobriga o padre Guilherme, vinculado à Ordem dos Frades Lazaristas, lançou oficialmente os fundamentos da propalada Igreja-Matriz. Em 1874, graças aos esforços dos padres João Francisco Dias Nogueira e José Thomaz de Albuquerque, contando com a efetiva participação dos fiéis, iniciaram-se os trabalhos de construção. A coroação vitoriosa desse empreendimento deu-se em 1878. A criação da Freguesia, com o nome de *São João da Imperatriz, ocorreu* segundo Lei nº 2.112, de 15 de dezembro de 1885, sendo canonicamente instituída conforme Provisão de 27 de dezembro de 1886, firmada por D. Joaquim José Vieira, Bispo Diocesano de Fortaleza. Consta como seu primeiro vigário o padre João Dantas Ferreira Lima, pároco de Ipueiras e a tomar posse a 16 de janeiro de 1887.

Economia - Fundamenta-se basicamente em duas regiões distintas, envolvendo serra e sertão, cada uma dentro de suas especificidades rentáveis. Na região sertaneja prosperam a pecuária de soltas e a agricultura em geral, enquanto que na parte serrana predomina a fruticultura.

Na divisão fisiográfica de áreas, em que o sertão apresenta elevações e depressões constantes, os maiores índices de produtividade concentram-se na cultura algodoeira, vindo em seguida o milho, o arroz, feijão e espécies de complementação alimentar.

Nas terras frescas e montanhosas, servidas por arroios e córregos perenes, tem predominância a bananicultura, cuja produção não apenas excede às necessidades de consumo regional como ainda contenta o mercado exportável, carreando para o município importantes e equipendentes réditos financeiros. Além da banana, outras espécies frutícolas se desenvolvem, assim como o criatório estabular, horticultura e safras de permanentes e imediatas colheitas.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e traduz-se, tupicamente, por *abutre* = urubu + *retama* = região, donde se obtém serra dos urubus *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. IV, Pág. 205/207 - Índios - Obr. Cit. - 2º ed. Pág. 170 - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 548/552).*

URUOCA

História - Município localizado na mesorregião do Coreaú. Chamou-se inicialmente *Riachão*, com subordinação administrativa ao Município de Granja. Sua origens remontam ao início do Século XIX, quando aí se estabeleceram os primeiros moradores ou antecedentes familares dos *Rochas*, tronco de importante feudo regional. Os primeiros indícios de evolução populacional ocorreram com o advento da Ferrovia Camocim-Sobral e instalação de sua Estação de Passageiros, o que terá ocorrido por volta de 1880.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, com a denominação atual. A elevação da Vila à categoria de Município, ocorreu segundo Lei nº 3.560, de 26 de março de 1957, tendo sido instalado a 14 de abril seguinte.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm de doações e aquisição de terras por efeito de compra e venda, divididas em lotes individuais de cinquenta braças para cada área. Consta como doador

e vendedor, simultaneamente, João Leandro de Medeiros, cujo registro de transferência e posse data do ano de 1881. Em segunda operação, consta como doador Cândido José de Almeida Bravo, cessionário de uma posse na fazenda *Cajueiro*, situada no lugar *Riachão*.

A primitiva capela, dedicada em honra de Nossa Senhora do Livramento e edificada pelo doador patrimonial Cândido de Almeida, tem referência inaugural o ano de 1882. Restaurada e ampliada essa capela, no ano de 1912, teria como expectativa de evolução sua transformação em Igreja-Matriz. Os atos inaugurais dessa reformada capela datam de 16 de agosto de 1907.

Economia - Fundamenta-se basicamente na pecuária e na agricultura de subsistência, além da produção de cera de Carnaúba. Possui modestas atividades comerciais, retraídas a partir da desativação do ramal ferroviário, mantendo-se subsidiariamente do Fundo de Participação dos Municípios.

Topônimo - O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação etimológica, provém de *uru* = ave aquática + *oca* = lugar no qual habitam urus *(Aragão - Fichário)*.

VARJOTA

História - Município localizado na Mesorregião do Ipu, desmembrado de Reriutaba. Suas origens são recentes, considerando para tanto a construção do *Açude Araras*, época a partir da qual se fixaram os primeiros moradores. Além de casas de residencia, instalaram-se prédios comerciais, de funcionários vinculados ao reservatório e de pescadores, formando desse modo a povoação.

Evolução Política - Sua elevação à categoria de Vila deu-se conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a Município na forma da Lei nº 11.007, de 5 de fevereiro de 1985, tendo sido instalada a 1º de janeiro de 1986.

Igreja - Em termos de formação eclesiástica, sabe-se tão-somente de sua padroeira, *Senhora Santana*, e a ter por obediência a Diocese de Sobral.

Economia - Desestruturada geologicamente, posto que restrita a terrenos de vegetação xerófita e arbustiva, além de várzeas improdutivas, não vai além de pequenos cultivos e atividades pesqueiras. Vincula-se aos redutos vegetativos e quase que exclusivamente dependentes do Fundo de Participação dos Municípios.

Topônimo - Fundamenta-se no primitivo nome ou configuração geofísica do terreno, no qual se destacam pequenas várzeas *(Aragão - Fichário)*.

VÁRZEA ALEGRE

História - Município localizado na Mesorregião de igual nome. Suas origens remontam ao Século XVII, quando na região se estabeleceram os primeiros ocupantes de lugares vários. Não eram propriamente agricultores e tampouco plantadores de cidades, porém visionários de riquezas auríferas, na maioria procedentes das Lavras da Mangabeira. Sob esse aspecto, procuraram inicialmente as serras denominadas de *Iputi*, *Crioulos*, *Charneca*, *Cavalos* e *Trigueiros*, além de outras cuja fama de jazidas os atraía.

Frustrados certamente em suas previsões aventureiras e encontrando na região vastas probabilidades de compensação na agricultura, não apenas passaram a fixar-se no complexo montanhoso, como também a derivar em busca do *Riacho do Machado*. Neste, provido de terras margeantes, de extensão vasta e solo ubérrimo passaram a desenvolver atividades agrícolas, notadamente com relação ao arroz, sua principal fonte de produção. No final do Século XVIII, Várzea Alegre que nunca foi *várzea* e tampouco *alegre*, porém uma faixa em depressão *entre-morros* solitários, já despontava no cenário provincial com o seu sorriso de próspero reduto.

Das famílias tradicionais, de que se estruturaria socialmente o reduto, formam em destaque os Corrêa Lima, os Gonçalves, os Bezerra, os Duarte, os Vieira e os Figueiredo, além de outros cuja enumeração requer estudos mais aprofundados.

Evolução Política - A elevação do povoado à categoria de Vila provém da Lei nº 1.328, de 10 de outubro de 1870. Suprimida conforme Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e restaurada na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 14 de dezembro de 1933. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Igreja - As primeiras manifestações de apoio eclesial provêm, inicialmente, de doação do patrimônio respectivo, constante de quatrocentas braças de terras, em quadro e a ter como doadores Joaquim Alves Bezerra e sua mulher Antônia Corrêa Lima; João Alves Bezerra e sua mulher Joaquina Francisca de Almeida; José Bezerra da Costa e sua mulher Isabel Pereira de Moraes; Antônio Duarte Bezerra. Essa doação guarda como

referência de tempo a data de 19 de outubro de 1853. Haveria como beneficiário, além da capela a ser construída, o padroeiro do lugar cuja escolha recaíra em São Raimundo Nonato. Têm-se como construtores desse empreendimento os filhos de Raimundo Duarte Bezerra.

A Freguesia, desmembrada da jurisdição de Lavras, tem como instrumento de criação a Lei nº 1.076, de 30 de novembro de 1863, tendo como primeiro vigário o padre Benedito de Souza Rego e nomeado segundo Provisão Episcopal de 30 de dezembro do mesmo ano.

Quanto à Igreja-Matriz e suas projeções religiosas, dependem de posteriores informações, o que satisfatoriamente será acolhido em edição seguinte.

Economia - Os fundamentos básicos nos quais se estrutura a economia do Município dividem-se em três fatores geofísicos que compõem sua área útil. No primeiro estão encravadas as terras montanhosas, com elevações e depressões relativamente suaves e a formar boqueirões que se sucedem e todos cobertos por densa vegetação. No segundo estão situadas as terras chãs ou chapadas onde igualmente as florestas assumem papel importante e as condições de solo favorecem a agricultura. Na terceira e última dominam extensos vales, formados ao longo do tempo pelo *Riacho Machado* e *Riacho da Carrapateira,* predominando em ambos os casos a renovação periódica de superfície, fenômeno que se repete por ocasião das grandes cheias. As águas, originariamente provindas das regiões montanhosas, tomam a si a grande tarefa ressedimentária no fortalecimento dos condicionantes humíferos que estabilizam a fertilidade do solo.

Na região montanhosa, a ocupar territorialmente cerca de dois terços do Município, desenvolve-se a agricultura diversificada, notadamente com relação ao milho, ao feijão e à produção algodoeira, sendo esta a de maior notabilidade rentábil. Nas chãs, limitadas a platôs de relativa altitude, situam-se as terras vermelho-arrocheadas e argilosas, utilizadas igualmente na agricultura diversificada com real aproveitamento. Nos vales, com destaque para o *Riacho do Machado,* desenvolve-se com surpreendentes resultados a rizicultura, uma das principais fontes na obtenção e carreamento de valores financeiros. Não será sem razão que anualmente se realiza na cidade a tradicional *Festa do Arroz.* E, finalmente, no tocante ao *Vale da Carrapateira,* neste além do arroz prosperam a cana-de-açucar, a mandioca, milho e feijão, além de outras espécies, nestas incluída a bananicultura, contribuindo dessa maneira em prol do fortalecimento das relações econômicas que fazem de Várzea Alegre um dos prósperos Municípios do Ceará.

No setor urbano pouco se tem a desejar em termos de desenvolvimento. Mantêm-se em franca atividade, além do tecido e produtos diversificados, indústrias de transformação (algodão), torrefação de café, cerâmica e transporte interestadual, havendo de quebra o criatório estabular. Nos demais setores destacam-se os Clubes de Serviço e Diversional, Radiodifusão, Loja Maçonica e unidades particulares de assistencialidade sanitária. Vale ressaltar, no entanto, que após a construção e asfaltamento do trecho rodoviário Várzea Alegre-Farias Brito, via Crato, parte das atividades mercantis sofreu considerável declínio, considerando para tanto o poder de atração concentrado nos polos de convergência regional do binômio Crato-Juazeiro.

Topônimo - Não há referência especial, a não ser que Várzea Alegre tenha, realmente, sido precedida de certa clareira natural entre as elevações circundantes *(Aragão - História - Obr. Cit. - Vol. III, 2ª Ed. Pág. 350 - Fichário - Enc. - I. B. G. E. - Obr. Cit. - Pág. 552/555).*

VIÇOSA DO CEARÁ

História - Município localizado na Mesorregião da Ibiapaba. Suas origens, pelo menos em termos indígenas, datam do Século XIV, quando em suas descidas em busca de paz aí se instalaram os Índios Tabajaras. Esses Índios têm como procedência as regiões são-franciscanas, onde parte de suas aldeias e em número considerável se localizavam. Desavenças tribais terão sido os principais motivos do seu desagregamento e consequente formação de outros grupos.

Segundo informações coevas o itinerário percorrido entre o ponto de origem e o estabelecimento final, terá ocorrido por etapas, acostando inicialmente no litoral rio-grandense e em seguida a buscar o oeste do setentrião, alcançando o que posteriormente seriam o Cariri e a Ibiapaba. Durante quase dois séculos e a ignorar que a chamada civilização existia, permaneceram sem ser molestados, vivendo ou vegetando à sombra da Natureza.

No limiar do Século XVI surgiram os primeiros indícios de colonização não propriamente no Ceará, mas em outras Capitanias. Os donatários ou colonizadores que buscavam terras cearenses, desistiam do empreendimento ou, se tentavam, eram repelidos pelas hordas nativas ou destroçados por águas agitadas dos mares desconhecidos.

Domínio Francês - Por volta do ano de 1590, estabeleceram-se na *Grande-Serra* franceses originários do Maranhão, firmando suas bases

junto às principais lideranças da grei Tabajara. Esses franceses, em número de dezesseis milicianos, tinham no comando o seu compatriota de nome Adolf Montbille. Lideravam os nativos o Índio Jurupariaçu e o irmão de nome Irapuã, também conhecido por *Mel Redondo,* se bem que o primeiro tivesse suas possessões no reduto da *Baepina* ou *Ibiapina.* O reduto principal, tronco certamente de passadas gerações, havia tomado como locativo o apelido de Irapuã, chamando-se, então de *Mel Redondo. Ibiapaba* viria posteriormente, quando da aplicação do idioma Tupy, falado pelos indígenas, seria formada a composição toponímica, cujos expoentes envolvem dois elementos: *ibi* = terra + *apaba* = terminar, findar, acabar, donde se obtém lugar onde a serra termina.

Colonização do Reduto - Mesmo sem se conhecer, em profundidade, dos objetivos dessa projeção flamenga, sabe-se que que nas testadas norte da Grande-Serra existia ouro em abundância (Mina da Pedra Verde). Seria, então, esse o móvel da aventura. De qualquer modo, essa presença francesa junto aos seus aliados Tabajaras estimularia o plano de colonização, atraindo de outras procedências novos agregados. Transformou-se o reduto em verdadeira cidade, contendo cerca de doze mil indivíduos e a desenvolver diversos misteres. Até rabinos, calvinistas e católicos se confundiam em suas batalhas de pregação. Deu-se ao lugar certo perfil urbano, com alinhamento de casebres e ruas, dentre estas a *Rua de Paris,* local de tavolagem, embriaguez e desordens ou réplica da vadiagem parisiense e *Rua da Pedra Lipse,* antro prostibular da "cidade". A denominação da rua tem origem no conceito popular segundo o qual se associa, a certas doenças venéreas, a emprego desse brutal medicamento na cura dos engalicados.

Comunicação - No tocante aos índices culturais, de aproveitamento e distribução dos bens nativos e regionais, criou-se o sistema de postas, ligando o planalto serrano ao litoral. Dois pares de Índios eram colocados em espaços de légua em légua, um que descia em busca da praia e outro que retornava. A dupla praiana conduzia nas costas o peixe, o sal e quinquilharias do agrado nativo. A dupla serrana conduzia gêneros alimentícios e frutas. Por ocasião do encontro de cada par, dava-se a troca de produtos, de sorte que ao final de cada jornada não faltavam bens comestíveis de uma ou de outra região.

Expulsão dos Franceses - Esse tipo de civilização perdurou por espaço de quatorze anos, quando para infortúnio dos Tabajaras deu-se o desagregamento do qual se tem como responsável o aventureiro Pero Coelho. Em janeiro de 1604 e em data que a História não registra, montou

seu acampamento ao sopé da montanha, banda leste e a medir cerca de dois quilômetros dos alojamentos franceses. Pero Coelho fazia-se acompanhar de aproximadamente cinco mil indivíduos, entre militares, índios válidos, velhos, mulheres e crianças. Mandou tocar a *corneta mincha,* notificando a se rederem os ocupantes do reduto, porém estes não concordaram. Deu-se o confronto. Do lado de baixo estrondeavam os morteiros. De cima os céus se enegreciam cruzados de flechas. Ao cabo de seis meses, em que baixas se registraram em ambas as facções, triunfou a supremacia lusa. Os franceses, aprisionados e algemados foram conduzidos a Pernambuco, onde deveriam tomar novos destinos. Quanto aos líderes indígenas, estes foram submetidos e levados a juramento de fidelidade ao monarca português, perdendo dos seus domínios a soberania.

Missão Jesuítica - Em 1607 e após o fracasso indígena e o malogro expedicionário de Pero Coelho surgiu a Companhia de Jesus em termos de catequese. Chefiavam a Missão os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira. Após longo martirológio, entre o rio Mossoró e a projeção intermediária do Maranhão, tiveram na Ibiapaba fraternal recepção *Diabo Grande* (Jurupariaçu) e *Mel Redondo* (Irapuã), além da magistral recepção, proporcionaram-lhes os meios de que necessitavam para concretização dos seus ideais. Batizaram os *nhemongaraíbipireíma* (pagãos), uniram em matrimônio os *nhemboaguaçareímbara* (amigados), fizeram pregações, celebração missa diariamente, instituíram aulas de cânticos aos jovens e transformaram em catecúmenos vários neófitos.

Contrariamente a todos esses esforços, aliados à convicção de que a Ibiapaba estaria definitivamente evangelizada, viria o imprevisto. A caminho do Maranhão, distante do reduto Tabajara em apenas seis léguas, seria trucidado pelos Tucurujus o padre Francisco Pinto. Novo período de abandono assume o comando da Ibiapaba, durante quase meio século, quando por determinação do Superior da Missão no Maranhão, o tribuno e inconformado padre Antônio Vieira, tenta resgatar o tempo perdido,

Vieira na Ibiapaba - Prestigiado pelo Governo do Maranhão e a manter estreito relacionamento com os Tabajaras, Vieira empreendeu e realizou sofrida jornada à Ibiapaba (1660). Teve magnífica recepção. Ao deixar o reduto, fato que deverá ter ocorrido no começo de junho de 1660 e a pedido das lideranças indígenas, deixou Vieira, além dos padres Pedro de Pedroso e Gonçalo de Veras, nova organização missionária.

Missão de São Francisco Xavier - Instalada a Missão, ainda com a presença de Vieira no reduto e sob a responsabilidade dos precedentes

coadjutores, tratou-se de sua complementação eclesial, erigindo-se o nicho tosco e abrigando os dois missionários em choupanas de igual estrutura. Houve relativo progresso. Índios de várias Nações, agregados aos Tabajaras em seus fraternais desígnios, colaboraram de modo decisivo no sentido de que a recém-instalada Missão prosperasse, excetuando-se desses o famoso e reacionário Cacique Simão Tamonhobá. Não se sujeitou às regras segundo as quais teria que abjurar do seu regime de mancebia. Missão e recalcitrantes da facção oposta entraram na faixa de colisão. Vieram o desassossego missionário, as increpações malévolas e as constantes ameaças de morte. E, se como isso não bastasse, surgiram as pressões exercidas pelo recém-instalado Governador do Maranhão, Rui Vaz de Siqueira, provocando nas hostes de redenção nativa os maiores atropelos que se poderia imaginar.

Ocupação Militar - Pretextando a colheita de âmbar, produto que jamais a Ibiapaba havia conhecido, instalaram-se no reduto quatrocentos homens em armas, tendo por comandante o atrabiliário cabo Manuel de Carvalho. Essa horda infrene e largada ao talante de suas brutais atitudes, não respeitou idade, religião ou sexo, contanto que os seus objetivos fossem alcançados. Instalou-se o terror, não apenas em decorrência de ações isoladas, como oficialmente através de suplícios vários e até de enforcamentos, tendo como instrumento de vindita o Pelourinho.

Reação Indígena - Diante da resistência, envolvendo a facção tendente ao protecionismo missionário, assim como aos demais índios, paralelamente seus inimigos, resolveram estes recorrer aos préstimos do Morubixaba camocinense D. Simão Taguaibuna. Seria entregar a este a opção de matar dois coelhos de uma só cajadada, expulsando os intrusos milicianos, subjugar os seus desafetos ibiapabanos e expulsar os missionários. Atendeu. Declaram-se em guerra. Deram-se sangrentos combates, reunindo no conflito militares e Índios de várias Nações. Os invasores desertaram. Taguaibuna, então, livre das tropas maranhenses, voltou-se contra os seus desafetos serranos. Dominou o reduto. Mais atropelados que de início, Pedro de Pedroso e Gonçalo Veras resolveram abandonar a Ibiapaba e tomar de volta o caminho do Maranhão, levando no seu cortejo quatrocentas famílias indígenas.

Retorno Missionário - A batalha de retorno ao Jesuísmo na Ibiapaba, não obstante a deserção de seus dois lídimos representantes e o posterior falecimento do padre Pedro de Pedroso, além do longo espaço vazio, não desapareceu das cogitações missionárias. Dois estreantes em terras cearenses

foram nomeados no sentido de preencher a lacuna. O primeiro deles e que deveria permanecer na Ibiapaba, consta como sendo o padre Manuel Pedroso Júnior, sobrinho do seu precedente de nome Pedro de Pedroso. A segunda escolha recaíra na pessoa do padre Ascenço Gago, paulista que muito se destacaria pelos tempos adiante e antes designado para supervisionar os trabalhos catequéticos na sede da Capitania.

A indicação desses dois missionários, ainda dependente de aprovação da Corte, deu-se através do veterano Jesuíta Roque Monteiro Paim, indicação esta a contar com o aval do Capitão-General de Pernambuco. Desse modo e vencidas as barreiras protocolares, chegou-se aos objetivos colimados. Expediente, datado de 20 de julho de 1690, não somente Pernambuco referendou, favoravelmente o petitório, como ainda recomendou a participação jesuítica no processe de assistencialidade social aos nativos. Não era, entretanto, o estágio final, uma vez que em última instância deveria ser ouvido Portugal. Cumprida essa diligência e colocado em apreciação o processo, pronunciou-se favoravelmente o Conselho Ultramarino (08-01- 1691).

Em carta Régia, datada de 13 de março de 1691, endereçada ao Capitão-General de Pernambuco, recomenda a Corte sobre como deverão proceder as autoridades, não apenas do Ceará como também do Rio Grande com relação à obediência missionária, destacando especificamente a subordinação jesuítica. Esta recomendação, no entanto, em que pese o interesse de preservar o bem-estar nativo, não deixaria de produzir afeitos ambivalentes, criando inamistosidade entre o poder eclesial e a temporalidade governamental. Disso faz conhecer o próprio Governador de Pernambuco, conforme expediente endereçado à Corte, relatando os ciúmes ou guerras surdas de preeminência com relação aos Capitães-Mores coloniais e os verdadeiros fins a que se propunham os missionários.

Decisão Final - Em Portaria de 23 de março de 1691, assinada pelo Governador de Pernambuco e endereçada ao Provedor da Real Fazenda, determina aquela autoridade sejam entregues ao padre Manuel Pedroso J únior as provisões de que ncessitaria esse religioso no sentido de levar adiante o seu projeto. Serão, especificamente, meia arroba de pólvora e uma arroba de chumbo, além da quantia de seis mil réis, importância esta que deveria ser aplicada nas despesas de movimentação do contingente entre Fortaleza e a Ibiapaba.

Em reforço complementar, ao disciplinamento da expedição e em expediente datado de 25 de março de 1691, dirige-se o Marquês de Montebelo ao Capitão-Mor do Ceará, recomendando fosse concedido ao

padre Manuel Pedroso o que se fizesse necessário ao sucesso do empreendimento.

Essas recomendações, não obstante a promessa de apoio por parte de algumas aldeias da Ibiapaba, tinham por escopo prevenir contra possíveis obstáculos, levando-se em consideração os naturais polos de resistência. Designou-se, então, uma expedição militar ou escolta de acompanhamento, de sorte que nenhum imprevisto viesse a comprometer o itinerário previsto. Essa expedição deveria constar, ainda nos termos da vontade do Marquês, de cento e cinquenta índios domesticados ou o que nessário se fizesse mister, contanto que os trabalhos de realdeamento nativo fossem realizados.

Deslocamento Missionário - Pedroso Júnior desloca-se de Fortaleza em data precisamente não identificada, porém ainda no curso do ano de 1691, não se sabendo igualmente se o efetivo designado o acompanharia. Sabe-se, entretanto, que ele comandou uma *Bandeira de Pacificação* e que, somente em 1692 são conhecidas as primeiras informações, não apenas sobre o acolhimento indígena como também com relação às invasões de colonizadores paulistas. Dessas possíveis invasões tem-se como resposánsável Francisco Dias de Siqueira, agente provocador e a implantar a insegurança entre os nativos. Essas informações, no entanto, não passavam de rebates falsos, continuando Pedroso Júnior em sua tarefa de evangelização do gentio.

Ascenço Gago - Quanto ao padre Ascenço Gago, a quem inicialmente coubera missionar os silvícolas dos arredores de Fortaleza, suas preocupações ainda se dividiam entre manter em definitivo o domínio jesuítico, contra as pretensões do clero secular e batalhar em oposição aos que relutavam com vistas à exploração nativa. Em arrimo a esse seu entendimento, constava de sua autoria expediente segundo o qual ele se dirigira à Corte denunciando as crueldades praticadas contra o gentio, envolvendo não apenas o Governo do Ceará como também o seu colega do Maranhão. Em razão dessa denúncia e contrariamente ao procedimento governamental, a Corte expediu Carta Régia, documento através do qual o monarca luso determina ao Capitão e Governador-General de Pernambuco sejam adotadas as providências que forem necessárias (23-03-1693).

Dentre as medidas propostas deveriam ser ouvidos em auto de declarações, além do denunciante os governantes do Ceará e do Maranhão, considerando que sobre estes pesavam acusações em relação à pilhagem de índios moradores na Ibiapaba. Não se conhecem maiores resultados dessa auditagem, sabendo-se, no entanto, que em Carta Régia, datada de 23 de novembro de 1693 e endereçada ao Capitão- Governador do Maranhão,

Diogo Coelho de Albuquerque, proíbe a Corte a entrada de *bandeiras* na região ibiapabana.

Essa proibição, pelo menos com relação ao Capitão-General do Maranhão produziu os efeitos que se desejava, porém, no tocante ao preador de índios João Velho do Vales não houve o Régio acatamento, selecionando e tocando como escravos vinte e cinco casais de Tabajaras. Esses índios, embora coagidos e maltratados durante a preagem, retornariam ao seu ponto de origem.

Quanto, finalmente, à questão sobre privilégios missionários, arguída na denúncia, decidiu favoravelmente a Corte, expedindo Carta Régia, documento segundo o qual o direito de missionar os nativos cearenses ficaria sob a responsabilidade dos filiados da Companhia de Jesus, determinando, outrossim, a ingerência do Estado em assuntos missionários (1694).

Missão Itinerante - No curso dos anos, entre 1605 e início de 1700, permaneceu na Ibiapaba o padre Manuel Pedroso Júnior. Ascenço Gago, transferido da sede da Capitania para o reduto ibiapabano (1605), resolveu deixar o seu colega onde já se encontrava e desceu em busca das terras agropastoris do sertão, onde deveria prover os meios de sustentação próprios dos nativos e da Companhia. Seria desenvolver, através do trabalho remunerado indígena (díaria de um tostão), a pecuária e a agrilcultura, contando para tanto com as doações territoriais e as liberalidades beneméritas dos fazendeiros já estabelecidos.

Iapara - Estabeleceu-se no lugar *Igapara,* no contorno de um rio seco (*Sairi)* e em terras impróprias no tocante aos seus objetivos. Demorou-se ano e meio. Construiu capela, erigiu casa de morada, alojamentos indígenas, levantou currais de madeira e conseguiu as primeiras cabeças de gado vacum. Veio o período de estiagem, secando águas e varrendo pastagens, forçando-o a procurar putro local.

Bracutiara - Neste sítio, não muito distante do primeiro e situado nas margens do rio Coreaú, procedeu tal como o fizera antes, divergindo apenas no tempo de permanência. As terras não ofereciam estabilidade agroprodutiva e o rio dependia dos invernos bonaçosos, de modo que nova deserção se processa.

Tabainha - Diversamente das localizações anteriores, essa nova tentativa buscou a chamada *Serrinha de S. Simão,* não tão fria quanto a Ibiapaba, mas climaticamente suportável por índios de várias procedências sertanejas. Reditou-se o procedimento anterior. Não foram obtidos resul-

tados satisfatórios. Os índios ibiapabanos reclamavam da falta de espaço, enquanto que os nativos do sertão reclamavam pela falta de liberdade em seus rotineiros movimentos. Deu-se a defecção gregária. Aos índios serranos transferiu para os pontos de origem. Aos demais, permanecendo ainda por algum tempo na Tabainha, ele os realdeou posteriormente no *Rio da Cruz*, lugar que em breve tomaria o nome de *Macaboqueira* (Granja).

Missão da Ibiapaba - Em seus aspectos funcionais a Missão se instalou, preliminarmente, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1700. Edificou-se, em termos provisórios, a capela, cujo orago dedicou-se em honra de Nossa Senhora da Assunção, constando como data inaugural o dia 15 de agosto desse ano. Vieram em seguida a *Casa dos Padres* (Casa Paroquial) e residência dos itinerantes ou pessoas em trânsito, comumente a se hospedarem em casa dos índios e usurparem a fidelidade conjugal de suas mulheres.

Divisão Urbana do Reduto - Como forma de se evitarem querelas entre graduados indígenas residentes no povoado, resolveu Ascenço Gago redimensionar as áreas de ocupação, utilizando-se dos seguintes critérios: 1) - Quadra Leste - D. Jacobo de Sousa; 2) - Quadra Oeste - D. Salvador Saraiva; 3) - Quadra Sul - D. Simão de Vasconcelos; 4) - Quadra Norte - Igreja e prédios adminstrativos ca Missão. Com esse procedimento, não apenas desapareceriam as discussões sobre posse, como delegava-se a cada proprietário o dever de defender contra a invasão de terceiros os seus respectivos domínios.

Evolução Patrimonial - Montados socialmente os instrumentos de funcionalidade gregária tratou o Padre Ascenço Gago de prover os meios de sustentação missionária. Apelou para a benevolência dos fiéis. Em quisições sucessivas ocorreram as seguintes doações: 1) - Fazenda Tiáia - quatro léguas de terras em quadro, quatrocentos e cinquenta cabeças de gado vacum, 27 cavalos, um escravo angolano chamado José e uma cadela rajada amestrada na captura de onças. Essa doação, acrescida das imagens de São José, Santo Antônio e Nossa Senhora da Assunção, consta como tendo sido feita pelo fazendeiro piauiense Francisco da Cunha, no ano de 1710, e a exigir como retribuição três missas anuais por ocasião dos festejos oficiais de cada titular celeste; 2) - Fazenda Umbuzeiro - Três léguas (adquiridas por compra pelo padre Francisco de Lira). 3) - Fazenda Missão - três léguas (doadas pelos irmãos Manuel e Miguel Machado Freire; 4) - Fazenda Pitinga - duas léguas - (aquisição do padre Francisco de Lira. 5). Outras doações e aquisições em operações de compra e venda

junto ao reduto da Ibiapaba. Essas terras, somente na Fazenda Tiáia, totalizavam doze léguas em quadro, todas destinades às atividades agropastoris e povoadas de densos carnaubais.

Declínio Missionário - Entrou em sobreaviso com o falecimento do padre Ascenço Gago, desfecho que se registra no ano de 1717. Assumiu em seu lugar o padre Francisco de Lira. Faleceu em 1733. Assumiu o padre Manuel Batista. Permaneceu até 1741. Assumiu o padre José da Rocha. Permaneceu até 1753. Assumiu, finalmente, o padre Rogério Canísio, último da série missionária e a sofrer os atropelos pombalinos, tendo como responsável direto o desembargador Bernardo Coelho da Gama e Casco (1759).

Inventário Patrimonial - Por ocasião do arrolamento dos bens patrimoniais da Companhia, o primeiro em valores cadastrais, registrou-se o seguinte volume: 1) - na Fazenda Tiáia -720 vacas de cria, 290 bois, dezoito éguas, 44 cavalos. 2) - Na Fazenda Umbuzeiro - 1.240 vacas de cria, 321 bois, 15 éguas, 16 cavalos, 33 cabras, 40 chibatos (bodes) - 3) - Fazenda Missão - 1.435 vacas de cria, 445 bois, 134 éguas, 43 cavalos, 50 cabras e 37 chibatos. 4) - Fazenda Pitinga - 238 vacas de cria. Resumindo tudo a termos práticos, teremos: a) - 4.709 cabeças de gado vacum; b) - 270 cavalos e éguas; c) - 150 cabras e chibatos. Este inventário patrimonial, que outra finalidade não tinha a não ser a divisão de seus conteúdos entre os apaniguados da usurpação, seria rateado, equipendentemente, entre os participantes da operação, a contar do menor ao maior na escala da ierarquia dominante, exceto com relação à Fazenda Tiáia, adjudicada à Coroa Lusa.

Evolução Política - Ibiapaba desde os albores da colonização, autônoma em todos os seus aspectos e a formar o Estado dentro do próprio Estado Português, teve a sua elevação à categoria de Vila, com o nome de *Vila Viçosa Real*, a partir da Carta Régia, de 14 de setembro de 1758, documento através do qual se delegam semelhantes poderes ao desembargador Gama e Casco. E este, em cumprimento ao disposto no Régio documento, firmou como data inaugural o dia 7 de julho de 1759, restando desse evento a Ata que abaixo se transcreve:

"Termo em que se erigiu e criou essa Aldeia em Vila com o título de *Vila Viçosa Real*. Aos sete dias do mês de julho de mil setecentos e cinquenta e nove, em esta Aldeia da Ibiapaba, no lugar da Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Assunção, defronte das Casas que interinamente hão de servir de Paços do Conselho desta nova Vila, de que fica sendo orago a

mesma Senhora, adonde foi vindo o Dr. Desembargador e Ouvidor Geral da Comarca de Pernambuco, Juiz Executor desta Diligência e sendo ahi comigo o Escrivão do seu cargo e Meirinho Manuel Pereira Lobo, estando junto e convocado, a toque de sino, todo este povo, logo o dito Dr. Desembargador e Ouvidor Geral, em virtude das Ordens Régias que já foram publicadas pelas quais manda Sua Majestade Fidelíssima reduzir a liberdade de suas pessoas, bens e comércio a todos os índios que assistiram neste Continente do Brazil para se regerem e governarem por si, sujeitos só à Jurisdição Real, como forâneos dela, mandando criar em Vila e lugares as Aldeias em que os sobreditos assistem e em virtude das ditas Ordens Régias mandou ele, dito Dr. Desembargado e Ouvidor Geral, na presença de todo esse povo levantar o Pelourinho alto, de madeira, com seus braços, por não haver pedras com suficiência, o que se praticou no referido lugar da Praça desta Vila, que denominou, com todo o seu Termo, Distritos e demais logradouros de que está de posse, com o título de *Vila Viçosa Real*, para daqui em diante se fazerem, junto ao dito Pelourinho todas as arrematações e mais atos judiciais que pertencerem tanto à Justiça quanto à Real Fazenda e tudo o mais que for em beneficio comum deste povo na forma de que se pratica nas demais cidades e vilas destes Reinos a quem o dito Senhor concedeu a graça e privilégios de que todos ficaram entendidos e cientes, dizendo em altas vozes: Viva o Senhor Rei, D. José de Portugal, Nosso Senhor, que a mandou criar, e para que todo tempo conste de todo o referido, mandou fazer este termo, que comigo Escrivão e Meirinho assinou, ordenando se registre, com as ditas Ordens Régias no Livro de Registro da Câmara desta Vila. Eu, Luiz Freire de Mendonça, Escrivão desta Diligência o escrevi e assino. Bernardo Coelho da Gama Casco. Manuel Pereira Lobo"

Em ato subsequente procedeu-se à eleição da Câmara, cuja composição consta dos seguintes membros: 1) - Mestre-de-Campo Filipe de Sousa e Castro - Juiz Ordinário; 2) - Sargento-Mor Antônio da Rocha Franco - Juiz Ordinário; 3) - Agostinho de Brito Passos - Vereador; 4) - Sargento-Mor João de Vasconcelos - Vereador; 5) - Capitão Manuel Machado de Sousa - Vereador; 6) - José de Sousa e Castro - Procurador; 7) - Pedro Machado de Sousa - Escrivão.

A elevação da Vila à categoria de Município, com o nome de Viçosa, ocorreu segundo Lei Provincial nº 1.994, de 14 de agosto de 1882.

Igreja - Calcada em precedentes de efêmera existência, fixou-se a partir de fevereiro de 1700, com inauguração a 15 de agosto do mesmo ano, data consagrada a Nossa Senhora da Assunção, padroeira da cidade.

A Freguesia, dentro da nova configuração política, tem como instrumento de apoio a Provisão de 7 de julho de 1757, sendo seu primeiro vigário o padre Luiz do Rego Barros (Vigararia Geral).

Economia - Fundamenta-se, basicamente, em três fatores de vital importância, tendo como precedentes esponenciais as condições fisiograficas do Município. No primeiro estão inseridas terras frescas e ubérrimas, envolvendo contornos montanhosos e baixios, cujas águas têm como ponto de apoio as vertentes em descontínua perenização. No segundo e no terceiro, não menos favorecidos pela Natureza, concentram-se os vales sertanejos, mantendo de *verde-e-de-seca* os seus componentes de extensão hidrográfica. Nas arestas, ocupadas por tipos de solos diversificados residem as terras argilosas, terras areníferas e planas e serrotes pedregosos, porém a registrar densa vegetação.

Nessa porção concentra-se ponderável cota da economia do Município, donde prosperam a pecuária e a agricultura, havendo como destaque, no que concerne a esta última, a cana-de-açúcar e sua larga produção de aguardente e rapaduras. Nos demais setores agroprodutivos desenvolvem-se os plantios de arroz, de milho, feijão e mandioca, além das chamadas *safras-de-verão*, sazonalmente produzidas nos vales frescos e colhidas antes do período hibernal.

Na porção serrana três aspectos devem ser geologicamente analisados. No primeiro estão concentradas as *serras-raízes*, Serra de São Joaquim, Serra da Timbaúba, Saraiva, Vereda de Dentro, Cordão do Trapiá, Buíra Grande, Uruoca, Formigas, parte da Serra do Covão e Serra das Flores. Nessas projeções e à exceção da Serra da Timbaúba, estruturada em rochas desnudas, prosperam o criatório e a agricultura em geral. Nas demais, extensas áreas são economicamente rentáveis, como por exemplo, Buíra Grande e Uruoca. Nessas, além da cana-de-açúcar, do milho e do feijão, tem-se a produção frutícola, notadamente com relação a banana, o abacate, laranja, primenta-do-reino e espécies diversificadas e em quantidades menos apreciáveis. A partir da sentada, nas chãs em busca do Morro do Chapéu, somente campos improdutivos existem, pelo menos até o encontro com o Boqueirão do Juá e logo a seguir o Brejo dos Pacheco, regiões produtoras da cana-de-açúcar, do milho e da mandioca, além do criatório estabular de bovinos.

Na área inerente ao primeiro tópico, situada no que se poderia classificar de coração do Município, situam-se as terras geologicamente privilegiadas, mesmo nas elevações e boqueirões existentes. Prosperam nesse complexo a fruticultura em geral, a cana-de-açúcar, espécies agrícolas,

além do babaçu cuja produção preenche satisfatoriamente o lugar que ocupa. Em espaços ainda virgens, restam sinais de antiga floresta driática e de esplendor de sedutora atração, de cujos aspectos e na embriaguez vate luso dos *Sermões* diria Vieira em suas elucubrações: *Se paraíso terreal existe será este e não outro.*

Tabelamento de Preços - Semelhante ao procedimento ocorrido na Vila de Icó, resolve a Câmara Municipal de Viçosa, em Resolução baixada pelo seu Presidente, Sargento-Mor Luiz de Barros Amorim tabelar os seguintes bens de comumo (14-08-1786):

1) - sabão - libra - três vinténs

2) - doze bananas graúdas ou quinze miúdas - um vintém.

3) - vinte laranjas da China ou limas - um vintém

4) - uma vela de estearina, contendo dois palmos ou uma de cera de abelhas, contendo vara e meia de comprimento - um vintém

5) - quarenta goiabas - um vintém

6) - um frasco (duas e meia garrafas) de azeire de carrapato (mamona) - uma pataca.

Crime Hediondo - Assassinado barbaramente o padre Martiniano José de Walcacer, vigário interino da Paróquia desde 14 de abril de 1841, crime ocorrido a 19 de setembro de 1842.

Chacina da Tabatinga - Residia no sítio Tabatinga, próximo a Vila, o Major da Guarda Nacional Inácio José Correia, conhecido popularmente por *Macaxeira* (branco). Era proprietário de engenho, com larga produção de aguardente e rapaduras. Na mesma área residia o indivíduo Francisco Gonçalves Costa, conhecido por *Juriti* e membro apximado dessa nação tapuia. Uma porca, de propriedade do índio Gonçalves Costa, funcionara como dique, separando o relacionamento que iria transformá-los em desafetos. O animal focinhava as plantações do Major, este reclamava, porém nuna fora atendido. O major mandou matar a porca. Gonçalves Costa prometeu vingança. Cumpriu. Em meio ao negrume de alta noite, a 6 de outubro de 1878, quando na Casa-Grande todos dormiam, Gonçalves Costa, acompanhado do seu bando, cercou a casa e amontoou bagaço de cana, tomando todas as portas. Deu início ao massacre. Quando o Major, seus familiares e demais pessoas perceberam os rumores sinistros tentaram escapar em desesperada fuga. O chefe da turba e seus comandados os aguardavam do lado de fora. Foram assassinados a golpes de foice e de

terçado, inicialmente, o Major Correia e quatro acompanhantes. O facínora, então, autorizou o incêndio. Morreram incinerados 14 pessoas, inclusive a mulher, um filho homem e três menores, além de um forasteiro que pedira rancho e dormia no alpendre, perfazendo desse modo 19 vítimas fatais.

Levados os facínoras a julgamento, todos foram apenados, cabendo ao chefe do massacre o prêmio de *galés perpétuas,* porém na cadeia de Sobral onde findaria seus dias como artífice, especializando-se em artefatos de couro.

Topônimo - O nome atual, acrescentando *do Ceará*, em virtude de outras *Viçosas* mais antigas, ocorreu segundo Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, tendo como seu defensor intransigente o Tabelião e líder político Francisco Caldas da Silveira *(Aragão - Fichário - História - Obr. Cit. 3ª Ed. - Pág. 190/245 - 351/356).*

PARTE SEGUNDA

Distritos

DISTRITOS

Adrianópole - Vinculado ao Município de Granja. Criado conforme Lei nº 6.387, de 8 de julho de 1962, em substituição ao nome de Tabuleiro, e a ter como padroeiro São Sebastião.

Água Verde - Vinculado ao Município de Guaiúba. Criado conforme Ato Provincial de 18 de novembro de 1885, referendado por Lei nº 8, de (?) de fevereiro de 1893. A igreja local tem como fundadores membros da família Bandeira, e-como padroeiro São Francisco das Chagas.

Aiuá - Vinculado ao Município de Massapê. Chamou-se inicialmente Iponguaçu, conforme–Dec-Lei nº 1.114, de 20 de dezembro de 1943. Criado segundo Lei nº 3.923, de 25 de novembro de 1957. A igreja, dedicada em honra de Nossa Senhora do Carmo, teve como seu edificador o Cônego Teófilo de Vasconcelos (1911).

Traduz-se, tupicamente, por *a* = fruto + *yuá de Juá* = donde se obtém fruto do juazeiro.

Algodões - Vincula-se ao Município de Quiterianópole. Criado conforme Lei nº 3.996, de 27 de dezembro de 1957. A capela, dedicada em honra de São João, tem como edificador Pedro Rafael de Sousa (1940).

Almofala - Vinculado ao Município de Itarema. Criado conforme Lei nº 11.319, de 22 de maio de 1987. Consta como sendo o primeiro realdeamento indígena, agregando parte dos Tremembés até então dispersos em vastas porções litorâneas do setentrião cearense. As operações de assentamento, onde se contruiu pequena igreja, com relativa assistencialidade, couberam a chamada Missão de Nossa Senhora da Conceição de Almofala (V. Missões).

Amanaiara - Vinculado ao Município de Reriutaba e um dos redutos margeantes da ferrovia Sobral-Crateús, onde se instalou uma das Estações itinerantes, cuja inauguração se deu a 3 de dezembro de 1929,

dando ao povoado o nome de Sinimbu. Quis-se, então, homenagear o Senador, Visconde e Ministro do Império, João Lins Cançanção Sinimbu. A igreja tem como padroeiro São José, tendo sido inaugurada a 30 de agosto de 1929. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município na forma da Lei nº 6.964, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido em virtude de Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

A denominação atual, também no estilo de póstumas honrarias, deu-se consoante Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, tendo como personagem central o Padre Francisco Pinto ou, como chamavam os índios, o *Amaná-yara* ou *Senhor das Chuvas*.

Amanari - Vinculado ao Município de Maranguape. Chamou-se inicialmente *Pocinhos*, e a ter como padroeiro São João Batista. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual consta do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município conforme Lei nº 6.789, de 20 de novembro de 1963 e rebaixado a Distrito, antes mesmo de sua instalação, de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Traduz-se, tupicamente, por *amaná* = chuva + *ri* = água corrente e periódica, donde se forma rio cíclico ou dependente das quadras invernosas.

Amaniutuba - Vinculado ao Município de Lavras da Mangabeira. Chamou-se inicialmente *Galinhas*. Criado por força do Dec. nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, passou a denominar-se de *Ouro Branco*, oportunidade em que o Município subordinante passou a ser Baixio. Retornou à jurisdição de Lavras, graças ao Dec. nº 135, de 20 de setembro de 1935.

A igreja, dedicada em honra de São José, teve como construtor José Ricarte Bezerra (1934).

Na batalha de emancipacionista logrou autonomia através da Lei nº 6.622, de 26 de setembro de 1963, porém de efêmero triunfo, tendo sido extinto conforme Lei nº 8.339, de 14 de novembro de 1965, antes mesmo de sua instalação.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *amanijú* = algodão + *tuba* de *tyba* = muito ou região onde o algodão prospera em abundância.

Amarela - Vinculado ao Município de Camocim. Criado segundo Lei nº 6.937, de 3 de julho de 1963, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Amaro - Vinculado ao Município de Assaré. Chamou-se inicialmente *Santo Amaro*, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sua elevação à categoria de Vila deu-se conforme Ato Governamental de 22 de novembro de 1913. Município com o nome de Amaro do Ceará, conforme Lei nº 6.333, de 14 de junho de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

América - Vinculado ao Município de Ipueiras, e a ter como padroeiro São Francisco das Chagas. Criado segundo Lei nº 3.922, de 25 de novembro de 1957. Município conforme Lei nº 6.793, de 20 de novembro de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

Anauá - Vinculado ao Município de Mauriti, e a ter como padroeiro São Félix. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, com o nome de *Espírito Santo*. A denominação atual decorre do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Forma-se tupicamente de *ana* = ao que adere + *uá* = palmito, donde se obtém lugar em que se colhe esse tipo de amido.

Antônio Bezerra - Vinculado ao Município de Fortaleza, e um dos mais antigos redutos da periferia. Chamou-se preliminarmente de *Barro Vermelho*, conforme Lei Provincial nº 1.773, de 23 de novembro de 1878, quando ainda vinculado ao então Município de Parangaba. Com a extinção do Município de origem, conforme Lei nº 1.913, de 31 de outubro de 1921, teve o seu território anexado ao Município de Fortaleza, extinguindo-se, também, os seus privilégios distritais. Readquirida a condição anterior, conforme Lei nº 2.445, de 30 de outubro de 1926, permaneceu vinculado à Capital, e a ter como padroeiro Jesus Maria José. A denominação atual provém de Lei Municipal nº 79, de 28 de junho de 1937, e a ter como finalidade homenagear o Historiador cearense Antônio Bezerra de Menezes.

Antônio Diogo - Vinculado ao Município de Redenção. Chamou-se inicialmente *Canafístula*. Criado conforme Ato Estadual de 11 de

setembro de 1890, e alterado para o nome atual conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, homenagem que presta ao médico sanitarista Antônio Diogo. A igreja data do ano de 1910, graças ao trabalho realizado pelas famílias Silva, Moura, Pinheiro, Agostinho e Gomes da Silva. e tem como padroeira Nossa Senhora de Lourdes.

Antônio Marques - Vinculado ao Município de Maranguape. Chamou-se inicialmente *Santo Amaro*. Criado conforme Lei nº 7148, de 10 de janeiro de 1964. A igreja, dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, tem como edificador o fazendeiro Antônio Marques de Abreu, a quem toponimicamente se homenageou.

Aquinópole - Vinculado ao Município de Jaguaribe. Chamou-se inicialmente *Saco dos Frades*. Criado conforme Lei nº 6.879, de 13 de dezembro de 1963.

Aracatiaçu - Vinculado ao Município de Sobral. Chamou-se inicialmente *Santo Antônio do Aracatiaçu*. Criado por Ato Provincial de 18 de março de 1843. Incorporado ao Município de Uruburetama, consoante Lei nº 534, de 10 de dezembro de 1850. Retornou ao seu ponto de origem como simples povoação de acordo com a Lei nº 857, de 27 de agosto de 1858. Reconquistado seus anteriores privilégios por força da Lei nº 1.079, de 4 de dezembro de 1863, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Incorporado ao Termo de Uruburetama, conforme Lei nº 1.098, de 31 de dezembro de 1863, emigrou jurudicamente para o Termo de Imperatriz conforme Lei nº 1.112, de 27 de outubro de 1864, tendo retornado ao Município de Sobral na forma da Lei nº 1.341, de 25 de outubro de 1870. Tornou-se Município, desmembrado de Sobral, de acordo com a Lei nº 1.661, de 3 de agosto de 1875, com o título de vila e sob a denominação de *Santo Antônio do Aracatiaçu*. Incorporado à Comarca de São Francisco consoante Lei nº 1.672, de 19 de agosto de 1875. Com o advento do Dec-Lei n º 448, de 20 de dezembro de 1938, passou a chamar-se apenas *Santo Antônio*, alterado posteriormente para o nome atual, conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro, de 1943. A Lei nº 4.072, de 7 de maio de 1958, concedeu-lhe o título de Município, sem no entanto haver logrado triunfo, posto como a Lei em referência não produziu os efeitos a que se destinavam. Município novamente, conforme Lei nº 6.754, de 13 de novembro de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Tupicamente provém de *ara* = tempo, dia, época + *caty de katu* = bom, agradável +*açu* = grande, donde se obtém, ciclicamente, bons ventos formados por rajadas tempestuosas.

Aracatiara - Vinculado inicialmente ao Município de Itapipoca, e depois transferido para o Município de Amontada. Chamou-se inicialmente *Lagoa Comprida*,-segundo Lei nº 255, de 30 de novembro de 1936. O Dec-Lei, nº 448, 20 de dezembro de 1938, simplificou o topônimo para *Lagoa*. Alterado para a atual denominação de acordo com o Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A igreja tem como padroeira Nossa Senhora da Piedade.

Em suas relações túpicas, diz-se *aracaty* + *ara* = alto, elevado, donde se forma Aracatiara ou parte superior do Aracatiaçu.

Arajara - Vinculado ao Município de Barbalha (antigo sítio Coité onde Joaquim Pinto Madeira instalou o seu quartel-general). Criado conforme Ato Estadual de 15 de junho de 1904, tendo como sede a povoação chamada *Cajazeiras do Farias*. Com o advento do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, passou a chamar-se *Farias*. Extinto e substituído pelo nome atual consoante Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município na forma da Lei nº 6.728, de 5 de novembro de 1963 e extinto por força da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Tupicamente provém de *ara* = verbo nascer no passado-presente do indicativo + *jara* de *yara* = senhor, numa alusão honorária ao líder-mártir Joaquim Pinto Madeira, vinculando-se o sentido memorialista do homem ao torrão que lhe serviu de berço.

Aranaú - Vinculado ao Município de Acaraú. Chamou-se inicialmente *Timbaúba, São Pedro da Timbaúba* e *Tucunduba*. Criado segundo Lei Municipal nº 94, de 29 de junho de 1923. A atual denominação surgiu com o advento do Dec. nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

A primitiva capela, dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, ruiu em 1924, sendo transferida a imagem da padroeira para o Museu de Sobral. Em segunda capela, dedicada em honra de São João Batista, teve como edificadores João Pereira Brandão e outros. Posteriormente reformada e ampliada, pelos moradores da povoação de nomes João Batista Cruz, Miguel Miranda Monteiro e Raimundo José Brandão,

tendo como data inaugural o dia 10 de setembro de 1925, e a constar como oficiante o padre Francisco Arakém da Frota, vigário de Aracauú.

Tupicamente provém de *ara* = colher + *nanaú* = comer nanás = lugar onde se colhe e come-se ananaz.

Arapá - Vinculado ao Município de Tianguá. Chamou-se inicialmente *Riachão* consoante Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Alterado para *Uberaba* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município, com a denominação de *Monsenhor Aguiar* conforme Lei nº 6.812, de 4 de dezembro de 1964, e extinto consoante Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes mesmo de sua instalação. Consta como padroeira Nossa Senhora da Assunção.

Em *Arapá* se pretendeu homenagear um dos Morubixabas mais importantes da região serrana.

Arapari - Vinculado ao Município de Itapipoca. Chamou-se inicialmente *Vila de São José da Uruburetama*, tendo sido alterado para *Vila Velha* na forma da Lei nº 1.011, de 3 de novembro de 1872. *Vila de São José da Imperatriz* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e-Arapari, na forma do Dec-Lei n º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município consoante Lei nº 6.525, de 5 de setembro de 1963 e extinto segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora das Mercês, teve como doadores patrimoniais os habitantes do *Sítio São José*.

Traduz-se, tupicamente, por alto, elevado, do substantivo *arapá* = elevado, alto + *ri* = água corrente que mana, donde se obtém riacho que flui da montanha.

Araporanga - Vinculado ao Município de Santana do Cariri. Chamou-se inicialmente-*Boa Saúde* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Boa Saúde.

Tupicamente se traduz por = *ara* = saudável + *poranga* = belo, donde se obtém lugar belo e de clima saudável.

Arakém - Vinculado ao Município de Coreaú. Chamou-se inicialmente *Santo Antônio do Olho d'Água* conforme Lei nº 2.078, de 28

de agosto 1884. Modificado para *Santo Antônio* quando da Divisão Territorial Brasileira, realizada em 1911. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e teve por objetivo homenagear o Cacique Araken, habitante do reduto e pai de Iracema, a "Virgem dos Lábios de Mel" na acepção romântica de Alencar. A igreja tem como padroeiro Santo Antônio, construída em 1742, e a ter como fundador o Comissário-Geral Domingos Álvares Ribeiro.

Arara - Vinculado ao Município de Barroquinha. Criado conforme Lei nº 5.628, de 9 de outubro de 1961, quando ainda pertencente ao Município de Camocim.

Tupicamente provém de *arara* = ave nobre então existente na região nordestina.

Arariús - Vinculado ao Município de Cariré. Chamou-se primitivamente *Taquara*, subordinado ao Município de Sobral, pelo menos até o advento da Lei nº 2.074, de 16 de setembro de 1929, que elevou a povoação à categoria de Distrito, e o fez retornar ao Município de Cariré. Distrito novamente consoante Dec. nº 158, de 23 de setembro de 1935 e transferido para o núcleo denominado Recreio. Retornou ao Município de origem, conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, com a denominação de *Arariús* e sede no antigo arraial de Taquara. Tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Provém tupicamente de *arara* = pássaro + *i-ú* = beber água, donde se forma bebedouro dos papagaios.

Aratama - Vinculado ao Município de Assaré. Criado por Ato de 22 de Novembro de 1903, com o nome de Arara, e alterado para a denominação atual conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município segundo-Lei-nº 6.568, de 18 de setembro de 1963, e extinto conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado. Tem como padroeiro São Sebastião.

Traduz-se, tupicamente, por *arara* = pássaro + *retama* = região, donde se obtém lugar das araras.

Araticum - Vinculado ao Município de Ubajara, conforme Lei nº 1.279, de 24 de agosto de 1915, tendo pertencido inicialmente ao Município de Ibiapina. Criado consoante Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A igreja, dedicada em honra de São Vicente de Paula, tem como

precedentes membros das famílias Pereira de Almeida, Aguiar e Prado, constando sua inauguração de 20 de novembro de 1900, e a ter como oficiante o padre Joaquim Severiano.

O nome Araticum advém do fruto silvestre ou espécie vegetal pertencente à família das *anonáceas*.

Aroeiras - Vinculado ao Município de Coreaú e criado segundo Lei nº 6.095, de 9 de dezembro de 1962. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora Santana, tem como referencial de tempo o ano de 1906.

Baixa Grande - Vinculado ao Município de Itapajé. Criado segundo Lei nº 6.602, de 26 de setembro de 1963, e a ter como padroeira Santa Luzia.

Bandeira - Vinculado ao Município de Itatira. Criado segundo Lei nº 1.7180, de 16 de março de 1964, sendo seus primeiros moradores jaguaribanos José Pereira da Silva e outros. A igreja, dedicada em honra de São José, teve como edificador Francisco Umbelino de Sousa (1928).

Barão de Aquiraz - Vinculado ao Município de Campos Sales. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada em honra de São Francisco, tem como fundadores Antônio Ricardo e Antônio Elói, tendo sido inaugurada em 1938.

Barra do Sotero - Vinculado ao Município de Guaraciaba do Norte. Criado segundo Lei nº 6.520, de 5 de setembro de 1963, e a ter como padroeiro São José.

Barra Nova - Vinculado ao Município de Tauá. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, a ter como padroeiro São Sebastião. Essa igreja tem como construtor João Clarentino de Sousa, e consta sua inauguração de 21 de março de 1924.

Barreiras - Vinculado ao Município de Iguatu. Criado segundo Lei nº 7.025, de 27 de dezembro de 1963. São seus fundadores Pedro Francisco de Barros, Francisco Vitor de Melo, João Francisco de Barros e Fidelguino Paulino Maia, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Barrento - Vinculado ao Município de Itapipoca. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Baú - Vinculado ao Município de Iguatu. Criado segundo Lei nº 7.024, de 27 de dezembro de 1963, e a ter como primitivos moradores Porfírio Alves de Oliveira e Pedro Alves Bezerra. A capela, dedicada em honra de São José, tem como fundador o padre José Coelho

Bela Vista - Vinculado ao Município de Itapipoca. Criado segundo Lei nº 7.188, de 16 de março de 1964, e a ter como padroeira Santa Luzia.

Belém - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Criado segundo Lei Municipal nº 1.475/90. Topônimo tem como finalidade homenagear a família Belém, da qual consta como matriarca D. Labibe Belém.

Bitupitá - Vinculado ao Município de Barroquinha. Chamou-se inicialmente *Almas*, quando antes pertencente ao Município de Camocim. Criado segundo Ato Legislativo Estadual de 26 de março de 1892 e Decreto Municipal nº 3, de 30 de março de 1893. Município, conforme Lei nº 6.385, de 4 de julho de 1963, e suprimido-na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes mesmo de sua instalação. Consta como padroeiro São José.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *bitu* = vento de areia + *pitá* = ficar, permanecer, donde se obtém remoção e transposição de dunas em permanente atividade eólica.

Bixopá - Vinculado ao Município de Limoeiro do Norte. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e antes pertencente ao Município de Russas com o nome de *Jatobá*. O nome atual provém do riacho de igual denominação que lhe corre às ilhargas e nasce na *Lagoa José Rodrigues*, Município de Morada Nova.

A capela, dedicada em honra de São José, teve suas obras iniciadas em 1888 e concluídas em 1910, tendo como encarregados de executá-las Francisco Celestino da Costa, Raimundo Lopes de Assis, José Sabino de Moreira e Patrício José Roberto de Freitas. Os custos da obra têm como origens subvenções Imperiais, doadas no sentido de dar emprego aos flagelados locais.

Boa Água - Vinculado ao Município de Morada Nova. Criado segundo Ato Legislativo de 12 de abril de 1913, e a ter como padroeiro São Sebastião.

Boa Esperança --Vinculado ao Município de Tamboril. Criado segundo Lei nº 7.019, de 27 de dezembro de 1963, e a ter como fundadores do reduto Joaquim Felício de Oliveira e Carlos Menor de Sousa. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora do Nazaré, foi edificada em 1943, e a ter como responsável Carlos Menor de Sousa.

Boa Vista - Vinculado ao Muniçipio de Mombaça. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Situa-se na margem direita do rio Banabuiú e exatamente na antiga *Fazenda Caiçara*, então pertencente ao Capitão Pedro da Cunha Lima e adquirida por este Pedro Carneiro da Cunha (21-10-1706).

A capela, dedicada em honra de São Sebastião, teve como doador patrimonial José Mendes da Rocha e guarda como referência de tempo o início do Século XVIII.

Boa Vista do Caxitoré - Vinculado ao Município de Irauçuba. Criado segundo Lei nº 6.476, de 26 de agosto de 1963, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Bonfim --Vinculado ao Município de Sobral. Criado segundo Lei nº 6.482, de 28 de agosto de 1963. A doação patrimonial consta como tendo sido de Trajano Rodrigues de Sousa. A ereção da capela, dedicada em honra de São José, teve por construtor Monsenhor Domingos Araújo Alves Bonfim, com inauguração a 19 de março de 1959, constando como doador da imagem o Capitão José Linhares, residente em Groaíras.

Bonhu - (Antigo nome do rio Palhano). Vinculado ao ao Município de Russas. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Bonito - Vinculado ao Município de Canindé. Criado segundo Lei nº 2.163, de 14 de dezembro de 1953. Consta como seu fundador Raimundo Alves Costa. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora do Rosário, teve por construtor o pedreiro Raimundo Albano e seus cunhados, além de contribuições originárias dos moradores do povoado. Os atos inaugurais da capela, oficiados por Frei Estêvam, datam de 26 de julho de 1925.

Borges - Vinculado ao Município de Jaguaruana. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

Brejinho - Vinculado ao Município de Araripe e antes pertencente ao Município de Assaré. Criado conforme Lei nº 1.359, de 5 de novembro de 1870.

Brejo Grande - Vinculado ao Município de Santana do Cariri. Criado segundo Ato Legislativo de 26 de dezembro de 1912. A capela, dedicada a Santo Antônio, tem como data de sagração o dia 1º de dezembro de 1871.

Cabreiro - Vinculado ao Município de Aracati. Criado por fusão fisiográfica com o Distrito de Lagoa da Cruz segundo Lei n□º 2.677, de 2 de agosto de 1929, e a ter como padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Caiçarinha - Vinculado ao Município de Quixadá. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. O patrimônio eclesiástico teve como doador Licurgo Antônio de Menezes. As obras da capela, dedicada em honra de São Sebastião, foram concluídas em 1864, graças ao trabalho realizado por Francisco de Araújo e auxiliado pelos moradores respectivos. Os atos inaugurais datam do mesmo ano e têm como oficiante o padre Ernesto José Cavalcante, vigário da Paróquia de Canindé,

Caioca - Vinculado ao Município de Sobral. Criado segundo Lei nº 7.150, de 14 de janeiro de 1964. Provém tupicamente de *caia* = fogo, queimado, cozido + *oca* = casa, donde se obtém casa queimada.

Caio Prado --Vinculado ao Município de Itapiúna, e chamado primitivamente *Cangati*. Criado segundo Decreto nº 37, de 2 de agosto de 1890.-Deve-se a formação do povoado à construção da Ferrovia Fortaleza-Crato, instalando-se no local uma Estação de Passageiros. Município conforme Lei nº 6.960, de 19 de dezembro de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. A capela tem como padroeiro São José.

Caipu - Vinculado ao Município de Cariús, e chamado anteriormente de *Poço do Mato*. Criado segundo Ato Estadual de 9 de setembro de

1898, Município conforme Lei nº 6.421, de 27 de julho de 1963, e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado. Consta como padroeiro São Sebastião.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e traduz-se, tupicamente, por *kaá* = mato + *ypu* = queda d'água, poço, donde se obtém Poço do Mato ou sua primitiva denominação.

Calabaço - Vinculado ao Município de Várzea Alegre, e a chamar-se anteriormente *Extrema*. Criado segundo Dec.-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro São Francisco das Chagas.

Camilos - Vinculado ao Município de Meruoca. Criado segundo Lei nº 7.159, de 14 de janeiro de 1964. A capela, dedicada a São José, teve o lançamento de sua pedra fundamental a 28 de setembro de 1936, sendo oficiante o padre Antônio Regino Carneiro.

Campanário - Vinculado ao Município de Uruoca. Chamou-se inicialmente *Jaguarussuí*. Criado segundo Lei nº 6.751, de 5 de novembro de 1963. Município conoforme Lei nº 7.135, de 10 de janeiro de 1964, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A igreja, dedicada em honra de São Sebastião, teve como edificador João Marques de Souza, tendo sido inaugurada em 1938, pelo padre Manuel Vitorino de Oliveira, vigário de Granja.

Canafístula - Vinculado ao Município de Apuiarés. Criado segundo Lei nº 6.446, de 21 de julho de 1963, e a ter como padroeira Santa Terezinha.

Cangati - Vinculado ao Município de Solonópole. Criado segundo Dec-Lei nº 1.540, de 3 de maio de 1935. A capela, dedicada a São Francisco de Assis, tem como referencial de edificação o ano de 1922, graças ao trabalho realizado pelo padre Francisco de Assis Monteiro, com inauguração no ano seguinte.

O nome está literalmente vinculado a certa variedade de bagre encontrado escoadouros de água-doce.

Cangati - Vinculado ao Município de Mombaça. Criado segundo nº Lei nº 6.933, de 18 de dezembro de 1963. A capela, dedicada em honra de Santo Antônio, teve como doador patrimonial o casal Cândido Simão de Freitas e sua mulher Maria Quitéria de Freitas.

O nome está vinculado a certa espécie de bagre encontrado em escoadores de água-doce.

Canindezinho - Vinculado ao Município de Potiretama e antes pertencente ao Município de Iracema. Criado segundo Lei nº 6.878, de 13 de dezembro de 1963, a ter como padroeiro São Benedito.

Canindezinho - Vinculado ao Mu,nicípio de Várzea Alegre, e denominado anteriormente de *Aba da Terra*. Criado conforme Lei nº 1.153, de 22 de janeiro de 1951, e a ter como padroeiro São Francisco das Chagas.

Caponga --Vinculado ao Município de Cascavel.-Criado conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Saúde, teve como iniciante dos trabalhos o pescador José Francisco da Silva (*José Carrapicho)*, utilizando-se dos recursos doados por D. Maria Marcelo, esposa do cidadão Abdon Galdino. A conclusão das obras, realizadas por José Sebastião de Oliveira e outros moradores ocorreu por ocasião do *Natal*-de 1933, evento celebrado pelo padre José Bruno Teixeira, vigário de Cascavel.

Compõe-se tupicamente de *kaá* = mato + *ponga* = emissão de som forte, barulho, o que ressoa, donde se obtém mato no qual o vento provoca ressonante barulho.

Caracará - Vinculado ao Município de Sobral. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a São Francisco, guarda como referencial de tempo o ano de 1860.

Cariutaba - Vinculado ao Município de Farias Brito. Chamou-se inicialmente *Santo Antônio*, e pertencia ao Município de Jucás, conforme Ato Legislativo de 8 de fevereiro de 1913. O Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, transferiu a vinculação distrital para o Muiicípio de Quixará (Farias Brito), com a denominação de *Ingá*. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Elevado à categoria de Município consoante Lei nº 6.431, 29 de junho de 1963, e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

A capela, dedicada em honra de Santo Antônio, data do ano de 1870, tendo sido edificada pelas famílias Alcântara-Fernandes e posteriormente restaurada por outros beneméritos fiéis (1936).

Traduz-se tupicamente por *Cariú* = Nação indígena + *taba* = aldeia - donde se obtém Aldeia dos Índios Cariús ou homenagem que se quis prestar a esses combativos guerreiros.

Carmelópole - Vinculado ao Município de Campos Sales. Chamou-se primitivamente *Limoeiro*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Consta como seu fundador Cândido Marcelino Nogueira, e a capela, dedicada em honra de Nossa Senhora de Lourdes, tem como edificador Antônio Gomes de Oliveira (1938).

Carnaúbas --Vinculado ao Município de Mombaça. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Município conforme Lei nº 6.966, de 19 de dezembro de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado.

Coube a doação patrimonial, constante de quarenta braças de terras em quadro, a Antônio Alves Teixeira, conhecido popularmente por *Antônio Lourenço*. Nesse patrimônio deveria ser edificada a capela, cujo orago seria dedicado em honra a Santo Antônio.

Carnaubinha - Vinculado ao Município de Milhã, tendo pertencido anteriormente a Solonópole (Dec-Lei nº 1.540, de 03-05-1935). São seus fundadores José Nunes, Pedro Lopes e José Antônio de Carvalho (1888).

O patrimônio eclesial, destinado à construção de uma capela e dedicada em honra de Nossas Senhora das Dores tem como doador José Antônio de Carvalho. As obras de construção tiveram início em 1916 e concluídas em 1926, ano em que se deu sua inauguração, sendo oficiante das solenidades o padre Francisco de Assis Monteiro.

Caroataí - Vinculado ao Município de Tianguá. Chamou-se primitivamente *Olinda, Nova Olinda* e *Pitanga*, então vinculado ao Município de Ubajara, constando os dois últimos topônimos, do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1838. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município conforme Lei nº 6.908, de 16 de junho de 1963, e suprimido segundo Lei nº 8.339, 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora de Fátima, teve como referencial de tempo o ano de 1909, e a ter como edificador o padre João Carneiro.

A denominação provém tupicamente de *carotá* = espécie fibrosa de planta silvestre + *i* = diminutivo, donde se obtém coroatazinho.

Carquejo - Vinculado ao Município de Mocambo. Criado segundo Lei nº 2.160, de 12 de dezembro de 1953, e a ter como padroeiro São José. A capela, inaugurada em 1931, tem por oficiante das solenidades o padre Luiz Franzoni.

Carrapateiras - Vinculado ao Município de Tauá. Criado segundo Lei nº 2.471, de 23 de dezembro de 1926. Suprimido conforme Lei nº (?), e restaurado na forma da Lei nº 1.158, de 4 de dezembro de 1936. Município conforme Lei nº 6.484, de 28 de agosto de 1963, e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado.

A capela, dedicada em honra de Santo Antônio, consta como tendo sido construída em 1924, graças ao trabalho realizado por D. Benedita Cavalcante Barreto (Dona Nenên).

Castanhão - Vinculado ao Município de Alto Santo. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município conforme Lei nº 6.654, de 4 de outubro de 1963, e suprimido na forma da Lei º 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado. Consta como padroeiro São José.

Catolé - Vinculado ao Município de Mombaça.–Chamou-se inicialmente *Catolé do Mosquito* (1908), modificado para a atual denominação conforme Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Município segundo Lei nº–6.966, de 19 de dezembro de 1963, e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

O patrimônio eclesial, destinado à construção de uma capela em honra de São Francisco, tem como doador Francisco de Pádua Júnior. Dessa doação, no entanto, não constou a respectiva escritura, pelo menos até 1935, quando na posse do novo proprietário, de nome Manuel Martins Veras e genro do precedente ratificou legalmente o que disposto pelo sogro.

A denominação provém literalmente do coco silvestre de igual nome e existente em várias partes do Brasil.

Catuana - Vinculado ao Município de Caucaia. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de de 1951, absorvendo o Distrito de Cauípe.

A capela, dedicada em honra do Sagrado Coração de Jesus, tem como fundadores Plácido Monteiro Gondim e sua mulher D. Luíza Brasileiro Gondim.

Traduz-se tupicamente por *catu* = bom, bonito + ana = forma nasalada de *ara*, do verbo colher, donde se obtém lugar onde se colhem bons frutos.

Caxitoré - Distrito antes pertencente ao Município de Itapajé, e atualmente vinculado ao Município de Tejussuoca.–Chamou-se primitivamente *Retiro*, nome com que foi elevado à categoria de Distrito conforme Ato Provincial de 15 de junho de 1871. A transferência para o atual Município de subordinação ocorreu segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município conforme Lei nº 6.426, de 15 de julho de 1963, e suprimido em virtude de Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, e a ter como padroeira a Imaculada Conceição de Maria.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e provém, tupicamente de *caxi* = dança (em dialeto Tapuia) + *toré* = flauta de bambu, donde se obtém lugar no qual os índios se exercitavam no *caxi* ao som do *toré*.

Cemoaba - Chamou-se inicialmente *Natividade, depois, Belém* e teve como subordinante o Município de Uruburetama, sendo finalmente transferido para Tururu. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Município conforme Lei nº 6.949, de 8 de dezembro de 1963, e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de ser instalado. Consta como padroeira Nossa Senhora da Natividade.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se tupicamente por *cemo* = nascer, amanhecer + *aba* = pluma, donde se obtém amanhecer suave.

Cipó dos Anjos - vinculado ao Município de Quixadá. Criado segundo Lei nº 7.104, de 8 de janeiro de 1964, e a ter como padroeiro São Francisco de Assis.

Cococi - Vinculado ao Município de Parambu. Fazenda transformada diretamente em Município conforme Lei nº 3.858, de 17 de outubro de 1957 e simbolicamente instalado a 23 do mesmo mês e ano. Suprimido segundo Lei nº 9.397, de 15 de setembro de 1970.

A primitiva capela, iniciada em 1740 e concluída em 1748 pelo Coronel Francisco Alves Feitosa, tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Vincula-se etimologicamente ao "Kiriry", dialeto próprio dos índios dessa Nação e não absorvido pelos nossos estudos. o que não nos permite honestamente defini-lo.

Coité --Vinculado ao Município de Mauriti. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Historicamente remonta à primeira metade do Século XVIII, e a ter como localização a *Ribeira do Riacho dos Porcos*. Constam como proprietários o fazendeiro Luiz Furtado Leite de Almeida e sua Mulher D. Beatriz de Souza da Silveira.

A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, foi edificada em data da qual não temos registro, assim como identificação não possuímos com relação ao edificador, uma vez que do mesmo objeto constam os nomes dos padres José Furtado de Lacerda e Luiz Furtado Maranhão.

Colina --Vinculado ao Município de Pacoti. Criado segundo Lei nº 7.269, de 27 de maio de 1964, e a ter como padroeira Nossa Senhora Aparecida.

Croatá - Vinculado ao Município de São Gonçalo do Amarante. Criado segundo Lei nº 6.512, de 5 de setembro de 1963, e a constar como seus fundadores Inácio Ferreira da Costa, Vicente Ferreira da Costa Sampaio e José Ferreira da Costa Sampaio. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora do Nazaré, tem como fundador Antônio Bolívar (1918).

Cruxati - Vinculado ao Município de Itapipoca. Chamou-se primitivamente *Esperança*, depois, *Barrenta*, donde evoluiu para o nome atual. Criado conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro São Francisco de Assis.

Em suas relações toponímicas, inseridas no disposto do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, não se definem, etimologicamente, suas origens, o que pressupõe sejam de procedência tapuia.

Cruzeirinho - Vinculado ao Município de Icó. Chamou-se inicialmente *Bebedouro*, depois, *Bonfim*. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro São José. A

denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

Cuncas - Vinculado ao Município de Barro e anteriormente a Milagres. Criado segundo Lei nº 1.169, de 7 de agosto de 1865. Temos informações sobre a capela, mas incompletas, uma vez que falta o nome do padroeiro.

Curati - Vinculado ao Município de Tamboril. Criado inicialmente com o nome de *Lagoinha* conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. *Pajeú* consoante Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Atribui-se essa denominação ao nome de uma tribo habitante da região, cujos índios eram conhecidos por Curatis, inimigos do Paiacus. Consta como padroeiro do Distrito Bom Jesus dos Passos.

Curupira - Vinculado ao Município de Ocara, quando ainda denominado de *Panelas. São Sebastião*, posteriormente, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A capela tem por edificador João do Rego Falcão, e como padroeiro o Menino Jesus de Praga.

Em suas relações toponímicas traduz-se, literalmente, pela figura mitaica de um dos muitos duendes que povoavam a mente ingênua do índio.

Custódio - Vinculado ao Município de Quixadá. Criado segundo Lei nº 364, de 2 de setembro de 1937. O patrimônio eclesial teve como doador o Dr. Bernardo Piquet Carneiro e sua mulher D. Adélia Barreira Piquet Carneiro. A capela, dedicada a São José, teve como construtor o Prior do Mosteiro de Santa Cruz, D. Vanderilo Herpierra. O nome representa homenagem dedicada a um dos primeiros habitantes do lugar.

Daniel de Queiroz - Vinculado do Município de Quixadá. Chamou inicialmente *Junco*, depois, *Muxiopó*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A igreja local tem como padroeira Nossa Senhora de Lourdes. O nome atual tem como finalidade homenagear o pai da escritora Raquel de Queiroz.

Domingos da Costa - Vinculado ao Município de Boa Viagem. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

Dom Maurício - Vinculado ao Município de Quixadá. Chamou-se inicialmente *Serra de Santo Estêvam. Estêvam* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e tem como finalidade homenagear D. Maurício Prickzy, um dos fundadores do refúgio beneditino.

O lugar, que praticamente se resume aos prédios de ocupação religiosa, possui como padroeiras Senhora Santana e Nossa Senhora da Conceição.

Dom Quintino - Vinculado ao Município do Crato. Chamou-se inicialmente *Ipueira*. Criado segundo Lei Estadual de 16 de julho de 1906. Município conforme Lei nº 6.696, de 18 de outubro de 19763 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e tem como finalidade homenagear D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro Bispo da Diocese do Crato. A capela, edificada em 1927, tem como edificador o Coronel Raimundo de Sousa Costa (Raimundo Chico) e como padroeiro São José.

Ebron - Vinculado ao Município de Acopiara. Chamou-se inicialmente *Areias*, e a ter como fundador José Teixeira Marinho. Criado segundo Lei nº 7.153, de 14 de janeiro de 1964. A capela, edificada pela família Marinho, tem como padroeira Nossa Senhora da Visitação.

Ema - Vinculado ao Município de Iracema. Criado segundo Lei nº 6.883, de 13 de janeiro de 1963. Suas origens prendem-se à Construção do açude público do mesmo nome, cujas obras tiveram como responsável Sebastião de Abreu (1932). A capela tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Ematuba - Vinculado ao Município de Independência. Criado com o nome de *Bom Princípio* segundo Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1938. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município conforme Lei nº 6.954, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A igreja tem como fundador Manuel Ferreira de Melo, e como padroeiro São José.

Encantado - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Criado segundo Lei nº 2.158, de 9 de dezembro de 1953, e a ter como padroeiro São José.

Engenheiro João Tomé - Vinculado ao Município de Ipueiras. Chamou-se inicialmente *Charito*. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Município segundo Lei nº 6.794, de 20 de novembro de 1964 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. Reduto formado em torno da fazenda pertencente a família Mendes, e a ter como padroeira Santa Luzia. O nome atual provém da Lei nº 2.207, de 19 de dezembro de 1953 e a ter como finalidade homenagear o Engenheiro da Ferrovia Sobra-Crateús, Dr. João Tomé de Sabóia e Silva.

Engenheiro José Lopes - Formado em torno da Ferrovia Fortaleza-Crato e vinculado ao Município de Senador Pompeu. Chamou-se inicialmente *Jirau*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Possui igreja mas, com relação ao padroeiro ou padroeira, faltam-nos informações.

Esperança - Vinculado ao Município de Canindé. Criado segundo Lei nº 2.163, de 14 de dezembro de 1953, e a ter como fundador Pedro Alves de Mesquita. A capela, dedicada em honra de Santa Luzia, teve como primeiro vigário Frei Diogo.

Espinhos - Vinculado ao Município de Guaraciaba do Norte. Chamou-se inicialmente *Várzea do Espinho*. Criado segundo Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929. Município na forma da Lei nº 6.968, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A igreja tem como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Feiticeiro - Vinculado ao Município de Jaguaribe. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Município na forma da Lei nº 6.307, de 21 de maio de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Feitosa - Vinculado ao Município de Caririaçu. Chamou-se inicialmente *Serrote, depois, Vila Feitosa*. Constam como seus primitivos

habitantes Pedro Alves Feitosa, Miguel Alves Feitosa e familares do tronco Trajano Borges.-Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município segundo Lei nº 6.510, de 9 de setembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora Santana, tem como fundadores Cirilo Alves Feitosa e seus filhos Pedro e Manuel Alves Feitosa. Consta como data inaugural 9 de setembro de 1930, sendo oficiante dos solenes atos o padre Francisco das Chagas Barroso.

Felizardo - Vinculado ao Município de Ipaumirim. Chamou-se inicialmente *Olho d'Água*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, teve como edificador Vicente Felizardo Ferreira, um dos primeiros habitantes do reduto (1914).

Flamengo - Vinculado ao Município de Saboeiro. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município na forma da Lei nº 6.321, de 29 de maio de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A Freguesia está subordinada ao Bispado de Iguatu.

Flores - Vinculado ao Município de Russas. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município na forma da Lei nº 6.473, de 18 de agosto de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada em honra do Sagrado Coração de Jesus, tem como referência inaugural o ano de 1936.

Flores - Vinculado ao Município de Ipu. Criado segundo Lei nº 7.264, de 27 de maio de 1964, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Gameleira de São Sebastião - Chamou-se inicialmente *Gameleira dos Paus*. Vinculado ao Município de Missão Velha. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada em honra de São Sebastião, teve como responsável o padre Francisco de Vasconcelos Pereira Maltez (Século XIX).

Gázea - Vinculado ao Município de Ipueiras. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, a ter como padroeiro Santo Antônio.

General Tibúrcio - Vinculado ao Município de Viçosa do Ceará. Suas origens remontam aos tempos pré-coloniais, quando no reduto habitavam somente índios. Chamava-se *Pé da Serra*. Por ocasião da permanência do Desembargador Cristóvam Reimão na Ibiapaba, ocorrência que tem registro nos anos finais do Século XVII, autorizou ele a construção da *Ladeira Viçosa- Pé da Serra*, tendo como executor de sua resolução o Capitão-Mor dos Índios D. Filipe de Castro (falecido em 1730). A Ladeira, então e segundo a *Lei de Usos e Costumes*, passou a denominar-se de *Ladeira do Tubarão*, alusão que se fazia ao "voraz" Desembargador, consonante certamente com algumas de suas qualidades profissionais ou individuais. Com o evoluir do tempo, *Tubarão* abandonou a *Ladeira* e invadiu os domínios da povoação indígena. Morreu o *Pé da Serra*. *Tubarão* passou de boca-em-boca, firmou-se e terminou como sede distrital conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Progrediu. Entre 1934 e 1946, seu único período florescente, abatiam-se diariamente seis bovinos, além de suínos e caprinos. Caiu. Voltou à *Maldição da Pedra Verde* e a riqueza fugaz de *Teresa Fuenga*, acrescidas da tuberculose que dizimou dois terços da população. De um *Chibato* três quartos iriam para a salgadeira. Município conforme Lei nº 6.478, de 28 de agosto de 1963, instalado aleatoriamente e eleito o primeiro Prefeito, foi suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Nossa Senhora da Penha e sua capela possuem remota e lendária história. Data do final do Século XVIII. Missionava no reduto indígena o itinerante Frei Vidal da Penha. Hospedou-se na cabana de um dos chefes nativos. No amanhecer do primeiro dia foi colhido por agradável surpresa. O chefe da aldeia, que madrugara, retornava meio assustado e a trazer nas mãos qualquer coisa que seus olhos nunca tinham visto. Era a pequenina imagem de Nossa Senhora da Penha - explicou o frade - ou a sagrada réplica da Mãe do *Grande Tupã*. O chefe indígena a encontrara no tronco oco de uma árvore. O índio, assim como os demais do reduto, ficou maravilhado. Acomodou no caritó os dez centímetros de *gente* ou santa esculturada em barro cozido.

No dia seguinte e para surpresa geral, a santinha não amanhecera no caritó. Frei Vidal mandou que o índio retornasse ao tronco oco. Houve nova surpresa. A santinha estava no mesmo local. O frade, então, na qualidade de intérprete dos sagrados desejos, explicou aos índios sobre o que pretendia a Mãe de Tupã. Seria a edificação de sua morada terrena. Os índios entenderam a mensagem, bandearam-se rumo às costaneiras da *Grande-Serra* e retornaram com o material de que necessitavam.

Conduziam madeira, talas de buriti, cipós e palhas de palmeira. Construíram a igrejinha tosca. O próprio frade organizou o altar. Entronizaram a santa imagem.

No dia seguinte ocorreu diferente surpresa. A imagem havia sido colocada de frente para o sul e achava-se voltada para o norte, certamente a contemplar os límpidos céus do setentrião. Frei Vidal da Penha entendeu a mais esse desejo do nume de sua devoção. Ordenou se refizesse o posicionamento da capela, colocando a frente conforme a-implícita vontade da misteriosa-imagem. Diante desse último retoque e após fincar defronte do nicho o seu tradicional cruzeiro, deu-se por finda a missionária tarefa e Frei Vidal tomou novo destino.

Vieram os naturais desgastes do tempo. A capela entrava em ruínas. Os índios a reconstruíam. Em 1824 e em paga de compromisso anteriormente assumido pelo republicando Joaquim de Andrade Pessoa Anta, a palhoça seria substituída por taipa e telhas. Pessoa Anta contratou a reforma com o seu parente Guilherme Fontenele, rico fazendeiro e morador no sítio *Covas*. Destinou ao custeio da obra, vinte mil réis em dinheiro e uma égua parideira em igual valor. Disso se tem notícia, graças ao seu angustiado testamento, feito às vésperas do fuzilamento e recomendando a Guilherme sobre o cumprimento de sua promessa.

Em 1986, quando já reformada por diversas vezes a capela, o desastroso inverno provocou o desabamento do teto e rachaduras nas paredes. O vigário da Paróquia (Viçosa) apelou para os fiéis do Distritos. Parece que somente infiéis moravam no lugar. Não foi ouvido. Surgiu, então, de Fortaleza, o industrial Dário Pereira Aragão, que lá residira quando criança e tudo se resolveu a contento. Gastou na reforma cerca de oitenta mil cruzeiros, pouco mais que o valor utilizado pelo tetravô Guilherme Fontenele. Tetravô e tetraneto, distantes no tempo em 164 anos, reconstroem a capela da santinha fujona.

O nome atual provém de homenagem que se quis prestar ao General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, e a ter como instrumento de apoio a Lei nº 366, de 1º de outubro de 1937.

Guanacés - Vinculado ao Município de Cascavel. Chamou-se inicialmente *Bananeiras*. Criado conforme Ato Legislativo de 20 de outubro de 1890. Município na forma da Lei nº 6.309, de 21 de maio de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, consta como tendo sido inaugurada a 25 de janeiro de 1948.

O nome atual provém da Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *gua* = lagoa, enseada + *anacés* - tribo da região, donde se obtém enseada ou lagoa dos Anacés.

Guararu - Vinculado ao Município de Caucaia. Chamou-se primitivamente de *Araras*, depois, *Primavera*. Criado conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, literalmente, como forma de homenagem que se presta ao Cacique Guararu.

A capela, dedicada em honra de Santa Teresa, teve como fundadores membros da família do Comendador Vulpiano Cavalcante de Araújo.

Guia - Vinculado ao Município de Boa Viagem. Criado segundo Lei nº 6.961, de 19 de dezembro de 1963, a ter como padroeira Nossa Senhora da Guia.

Guriú - Vinculado ao Município de Camocim. Criado inicialmente conforme Ato Legislativo de 14 de setembro de 1890 e ratificado na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 30 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro Santo Antônio. Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *guri* = bagre + *i-ú* = beber água, donde se forma bebedouro de bagres.

Holanda - Vinculado ao Município de Tamboril, e inicialmente habitado por Domingos Pompeu e Manuel Bandeira. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome de *Timbaúba*. O nome Atual provém do Dec-Lei nº 448 de 20 de dezembro de 1938. A capela, dedicada em honra de São João Batista, data do ano de 1901 e teve como construtor Monsenhor Holanda.

Iapi - Vinculado ao Município de Independência e anteriormente chamado de *Vertente*. Criado na forma do Decreto nº 42, de 13 de agosto de 1890. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *xexéu*, ave da família dos *icterídeos*. A capela, dedicada a São Vicente Ferrer, tem como fundadores membros da família Galvão.

Iara - Vinculado o Município de Barro. Chamou-se inicialmente *Cangati*, alterado para *Boa Esperança* pelo padre Ibiapina, em torno do ano de 1860. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933

e ainda vinculado ao Município de Aurora. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A transferência de jurisdição, mudando de aurora para o Município de Barro, provém da Lei nº 1.153, de 22 de setembro de 1951. Município consoante Lei nº 6.619, de 26 de setembro de 1963 e extinto na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

Em suas relações etimológicas, provém, tupicamente, de *y* = rio +*ara* = alto, elevado, donde se obtém parte superior dos terrenos alagáveis.

Ibiapaba - Vinculado ao Município de Crateús.–Chamou-se inicialmente *Lagoa das Pedras*, passando à denominação de *Barrinha* conforme Ato Estadual, de 17 de fevereiro de 1913, o mesmo que tranformou o povoado em Distrito. A denominação atual provém da Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929, tendo como finalidade homenagear o primitivo nome da *Grande-Serra*. Extinto, sem confirmação de data e restaurado conforme Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município conforme Lei nº 6.926, de 18 de dezembro de 1963, tendo sido suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação.

A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, tem como fundadoras D. Gonçala de Paiva Melo e outras senhora habitantes no lugar.

Ibicatu - Vinculado ao Município de Várzea Alegre. Chamou-se inicialmente *Fortuna*. Criado, com o nome de *Vacaria*, consoante Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *yby* = terra, chão, solo + *catu*-= bom, bonito, donde se obtém solo privilegiadamente fértil.

Ibicuã - Vinculado ao Município de Piquet Carneiro. Chamou-se inicialmente *São Bento*. Criado com o nome de *Miguel Calmon*, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município em virtude de Lei nº 6.824, de 3 de dezembro de 1963, tendo sido suprimido antes de sua instalação, conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *yby* = terra, chão + *cuã* = cintura, donde se obtém faixa de terra entre contornos montanhosos.

Ibicuitaba - Vinculado ao Município de Icapuí e antes pertencente ao Aracati. Chamou-se inicialmente *Areias*. Criado conforme Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *yby* = terra, chão, solo + *cuí* = farinha, areia fina, + *taba* = aldea, donde se forma aldeia de solo arenífero e densamente fino *(Areias)*. A capela tem como orago Nossa Senhora do Rosário e pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, com sede Icapuí.

Iborepi - Vinculado ao Município de Lavras da Mangabeira. Chamou-se inicialmente, *Riacho Fundo*. Criado na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Tupicamente provém de *i* = água + *boré* = trombeta nativa + *pi* = tocar instrumento de sopro, donde se obtém *Iborepi* ou riacho no qual os índios colhiam o material próprio dos seus instrumentos de sopro.

A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora das Candeias, tem como fundador Antônio Tonico Ferreira (1877).

Ibuaçu - Vinculado o Município de Boa Viagem. chamou-se inicialmente *Socorro*, nome com que foi criado conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e forma-se, tupicamente, de *ibu* = vertente-+ *açu* = grande, donde se obtém olho d'água grande.

A capela, dedicada em honra de Santo Antônio, tem como referenciais de início e término, respectivamente, os anos de 1800 e 1865. Instituiu-se a Freguesia conforme Lei Provincial de 29 de agosto de 1865.

Ibuaçu - Vinculado ao Município de Granja. Sua primeira manifestação colonialista ocorreu em virtude de cessão constante de uma sesmaria, doada em 1702, ao Capitão-Mor dos Índios D. José de Vasconcelos.

Em termos de colonização branca, coube esse privilégio ao Capitão e Mestre-de-Campo Pedro da Rocha Franco, o maior latifundiário do Município de Granja. Português de origem, importado especialmente para desposar a *Dona Fidalga* Vitória Rodrigues Câmara, sobrinha ou *sóbrinha do* padre Ascenço Gago. Dizem-na filha dos amores secretos do missionário com uma neta de D. Filipe de Castro, Capitão-Mor dos Índios da Ibiapaba. *Sobra* ou sobrinha, tem-se como verdades historicamente

comprovadas a importação de Rocha Franco, sua condição originária de mancebo pobre, o casamento com cerca de um terço das Sesmarias do Município e a numerosa prole através da qual se daria o entrelaçamento familiar de maior influência social da região.

Quanto à elevação do reduto a condição de Distrito, sabe-se que esta se insere no Recenceamento Geral de 1911, com o nome de *Santo Antônio do Ibuaçu* e igualmente padroeiro do lugar.

Em suas relações etimológicas provém, tupicamente,-de *ibu* = água que mana + *açu* = grande, elevado, donde se obtém olho d'água grande cujas nascentes são originárias da montanha próxima.

Ibuguaçu - Vincula-se ao Município de Granja. Chamou-se inicialmente *Ubatuba*, nome com que foi transformado em Distrito, consoante se lê em Divisão Territorial Brasileira, de 1911, contando ainda com o referendo inserido no Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *ibu* = fonte que mana + *guá* = bacia +*açu* = grande, elevado, donde se obtém água manante do alto da serra, projetada em forma de cachoeira e a formar esplêndido reservatório ou a famosa *Bica da Pirapora*.

O patrimônio eclesial, atribuído a Nossa Senhora da Conceição, tem como doadores Amaro José Fontenele e sua mulher D. Luíza Margarida de Castro Fontenele (1866). A capela, edificada pelo casal doador do patrimônio e sob a direção do padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, teve como início e término de obras, sucessivamente, os anos de 1866/88.

Icaraí - Vinculado ao Município de Amontada, antes ao Município de Itapipoca, e a ter como padroeira Nossa Senhora dos Navegantes. Chamou-se inicialmente *Pernambuquinho*. Criado segundo Lei nº 1.271, de 29 de maio de 1934. Município na forma da Lei nº 6.447, de 29 de julho de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e traduz-se tupicamente, por *y* = rio + *cará* = peixe + î = diminutivo, donde se obtém riacho dos carás.

Icozinho - Vinculado ao Município de Icó. Chamou-se inicialmente *Santa Maria*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Santa Ana. Município na forma da Lei nº 6.481, de 28 de agosto de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339,

de 14 de dezembro de 1965. O n ne atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e tem :omo finalidade homenagear os índios Icozinhos, Aldeia vinculada aos :us radicais nativos *Icós*.

Ideal - Vinculado ao Mun.ípio de Aracoiaba. Criado segundo Lei nº 6.702, de 21 de outubro de 1963, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Graças.

Igarói - Vinculado anteriormente ao Município de Icó e transferido para a jurisdição de Orós, consoante Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956. Chamou-se inicialmente *Água Fria*. Criado conforme Dec. nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Graças.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e forma-se em composição mista Tupy-Francês de *iga* = água + *roi* = frio, donde se forma Água Fria.

Ingazeiras - Vinculado ao Município de Aurora. Criado segundo Ato Legislativo de 27 de abril de 1898. Município conforme Lei nº 6.477, de 28 de agosto de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Inhamuns - Vinculado ao Município de Tauá. Chamou-se anteriormente *Vera Cruz* e depois, *Nova Cruz*, tendo sido criado na forma do Dec - Lei º 448, de 20 de dezembro de 1938. Consta como seu fundador Antônio Alves de Lima. Município na forma da Lei nº 6.663, de 14 de outubro de 1963 e suprimido segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, teve como responsável José Caçula Pedroca. Os trabalhos finais datam de 1920, com inauguração a 24 de junho de 1921.A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e fundo memorialista, conservando a denominação regional.

Inhussu - Vinculado ao Município de S. Benedito. Chamou-se *Campo Grande*. Criado segundo Lei nº 1.786, de 23 de dezembro de 1789, com o nome de *Curunhu*. Município, com o nome de *Inhussu da Ibiapaba*, segundo Lei nº 6.352, de 1º de julho de 1963. Alterado para *Joaquim Bastos* na forma da Lei nº 6.970, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido consoante Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. Tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e compõe-se, tupicamente, de *i* = água + *nhu* = campo + *ussu* = grande, donde se obtém riacho do campo grande.

Ipueira dos Gomes - Vinculado ao Município de Canindé. Criado segundo Lei nº 7.166, de 14 de janeiro de 1964, tendo como fundador do reduto Ezequiel Gomes da Silva. A capela, dedicada em honra de Nossa Senhora das Graças, tem como referencial de construção o ano de 1949.

Irajá - Vinculado ao Município de Hidrolândia. Chamou-se inicialmente *Fortuna*, depois *Batoque* e *Frade*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município na forma da Lei nº 6.688, de 18 de outubro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a São Raimundo, teve como construtor Frei José.

A denominação atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e traduz-se, tupicamente, por *ira* = mel, abelha + *y-a* = que jorra, água, leite ou mel, donde se obtém lugar abundante em mel de abelha.

Irapuá - Vinculado ao Município de Crateús. Criado conforme Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929. Extinto segundo Decreto-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e restaurado na forma da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1.951, e a ter como padroeiro Bom Jesus. Em sua formação toponímica compõe-se, tupicamente, de *ira* = mel + *puã* ou *puá* = redondo, donde se obtém morro, cujo aspecto fisiográfico, assemelha-se a *cupira*.

Iratinga - Vinculado ao Município de Itapajé. Chamou-se inicialmente *São Miguel*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Miguel. Município consoante Lei nº 6.701, de 21 de outubro de 1963 e extinto conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém da Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e forma-se, tupicamente, de *ira* = abelha + *tinga* = cinzento, esbranqueçado, donde se obtém abelha cinzenta.

Itacima - Vinculado ao Município de Guaiúba por efeito de transferência do Município de Pacatuba, segundo Lei nº 6.792, de 20 de novembro de 1963, e a manter a denominação de *Torre*. Município conforme Dec-Lei nº .156, de 4 de dezembro de 963 e extinto na forma

da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. Consta como padroeiro São José.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *itá* = pedra + *acima* = liso, polido, donde se obtém lugar das pedras lisas.

Itaguá - Vinculado ao Município de Campos Sales. Constam como seus primeiros habitantes Protásio Rodrigues Amorim e outros. Chamou-se inicialmente *Poço da Pedra*, depois *Itaipu* (DL - 448, de 20-12-1938). Criado consoante Lei nº (?), de 5 de setembro de 1836. Pertencera inicialmente ao Município de Saboeiro (1860). Em 1870, juntamente com Brejo Seco (Araripe), passou a integrar o Município de Assaré, retornando a Saboeiro segundo Resolução nº 1.359, de 5 de novembro do mesmo ano. Retornou ao Município de Assaré, consoante Dec. nº 193, de 20 de maio de 1931, de-onde emigrou para a jurisdição de Campos Sales, conforme Dec- Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Município segundo Lei nº 6.788, de 21 de novembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, tem como data de conclusão 27 de julho de 1777.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *itá* = pedra + *guá* = bacia fluvial, donde se obtém poço da pedra.

Itaipaba - Vinculado ao Município de Pacajus. Chamou-se *Lagoa das Pedras* conforme se vê em Divisão Territorial Brasileira de 1936/37, tendo como precedentes gregários membros da famíla Nogueira. Município segundo Lei nº 6.946, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Santo Antônio de Pádua, teve como doador patrimonial Martinho Nogueira e como celebrante da primeira missa o Cônego Eduardo Araripe.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e se estrutura, tupicamente, em *itá* = pedra + *y* = rio, água e *paba* do verbo acabar, findar, donde se obtém lugar no qual se forma o reservatório denominado de Lagoa das Pedras.

Itapebussu - Vinculado ao Município de Maranguape. Chamou-se inicialmente *Cruz*, alterado para *Cruz do Lajedo*, e *Lajedo* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Município na forma da Lei nº 6.328, de 6 de junho de 1963 e suprimido segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. Tem-se como padroeiro São Miguel.

A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em seus componentes toponímicos traduz-se, tupicamente, por *itá* = pedra + *peba* = achatado = *ussu* = *grande*, donde se obtém solo de estruturação rochosa e em lageamentos de grande extensão.

Itapeí --Vinculado ao Município de Beberibe. Chamou-se inicialmente *Ingá*, depois, *Cruzeiro*, quando ainda pertencente ao Município de Cascavel. Criado segundo-Dec-Lei nº 1.156, de 4 de setembro de 1933. Município na forma da Lei nº 6.947, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada em honra de São João Batista, teve como edificadores Raimundo Ribeiro e Joaquim Ribeiro. Os atos inaugurais datam de novembro de 1888 e têm como oficiante o padre Aprígio.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *itá* = pedra + *peí (*de *peîî)* = caminho de uso frequente por sobre pedras, donde se obtém caminho das pedras.

Itãs - Vinculado ao Município de Itapiúna, antes pertencente a Baturité. Criado segundo Lei nº 3.559, de 20 de maio de 1957. Sua transferência para Itapiúna ocorreu por força do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro São Francisco. Traduz-se tupicamente por conchas ou colheres de pedra.

Jaburuna - Vinculado-ao Município de Ubajara. Chamou-se inicialmente *Pavuna*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira-Nossa Senhora do Bom Parto, sendo edificador da capela José Fernandes Costa.

Traduz-se, tupicamente, por *jaburu* = ave pernalta + *una* = preto, donde se forma jaburuna.

Jacampari - Vinculado ao Município de Boa Viagem.-Chamou-se inicialmente *Olinda*. Criado conforme LMunicipal nº 1, de 10 de junho de 1892. Extinto juntamente com o Município de origem, conforme Dec. nº 193, de 20 de maio de 1931, teve o seu território anexado ao Município de Quixeramobim. Restaurado o supra citado Município de Boa Viagem, a ele foi reanexado, conforme Lei nº 260, de 28 dezembro de 1936. A denominação atual, provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de de dezembro de 1943, permanecendo inalterado.

Traduz-se, tupicamente, por *jacã* de *yacã* = braço de rio + *pari* = jiqui ou armadilha de pesca, donde se obtém parte do rio onde os nativos empreendiam suas atividades pesqueiras.

Jacarequara (*coara, cuara*) - Vinculado ao Município de Cascavel, criado consoante Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro São João Batista. Em sua composição etimológica traduz-se, tupicamente, por jacaré de *yacaré* + *cuara* = buraco, donde se obtém morada dos jacarés.

Jacaúna - Vinculado ao Município de Aquiraz Chamou-se inicialmente Iguape, criado conforme Lei nº 2. de 12 de janeiro de 1893. Extinto o Município de origem, conforme Dec. nº 193, de 20 de maio de 1931, com ele foi transferido para o Município de Cascavel, retornando com a restauração de Aquiraz, conforme Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1936, tendo como padroeiro São Pedro. Deve-se ressaltar, no entanto, ter sido o Iguape o povoado no qual se instalou a primeira Câmara da Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1700).

A denominação atual, tem por fim homenagear o guerreiro índio do mesmo nome e companheiro de Soares Moreno, constando como instrumento de apoio, o Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

Jaibaras - Rio, Açude vinculados ao Município de Sobral. O Açude inicialmente chamado de *Jaibaras*, depois *Ayres de Sousa* foi inaugurado a 6 de maio de 1936, ficando com o nome Jaibaras o povoado, cuja vila teve os seus atos inaugurais conforme Lei de criação, nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Francisco.

Traduz-se, tupicamente, por *jaíba* de *yaíba* = águas agitadas + *ara* = partícula que exprime a idéia de habitante do lugar, donde se obtém índios violentos, cujas aldeias se situavam no local.

Jamacaru - Vinculado ao Município de Missão Velha. Chamou-se inicialmente *Goianinha*. Criado com o nome atual em virtude do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A capela, dedicada a Nossa Senhora das Dores, teve como edificador o padre Félix Aurélio Arnaud Formiga, no Século XIX. Município conforme Lei nº 5.983, de 26 de agosto de 1962 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. Em sua formação toponímica traduz-se, literalmente, por *mandacaru*, planta nativa e própria dos lugares pedregosos e de solos irregulares.

Jandragoeira - Vinculado ao Município de Indpendência, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Criado segundo Lei nº 7.103, de 8 de janeiro de 1964, sendo considerado seu fundador Antônio Américo Moreira.

Jardim-Mirim - Vinculado ao Município de Jardim. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São José. sendo um dos seus primeiros habitantes o Coronel João da Cruz Neves (João da Cruz do Roncador). Município conforme Lei nº 6.818, de 4 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

João Cordeiro - Vinculado ao Município de Santana do Acaraú, e a ter como padroeira Nossa Senhora de Fátima, sendo construtor da capela o padre Joviniano Loyola Sampaio. Chamou-se inicialmente *Serrota*. Criado segundo Lei nº 7.022, de 27 de dezembro de 1963. Toponimicamente quis-se prestar homenagem ao político abolicionista João Cordeiro.

José de Alencar - Vinculado ao Município de Iguatu. Criado com o nome de *Alencar* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro São Sebastião. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e tem como finalidade-homenagear o Presidente José Martiniano de Alencar.

Juá - Vinculado ao Município de Iraussuba. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município conforme Lei nº 6.724, de 31 de outubro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, data de 1872, inaugurada em 1875, e a ter como oficiante o padre José Silvino, vigário de Santo Antônio do Aracatiaçu. Essa capela consta como tendo sido restaurada e ampliada pelo padre Antônio Fernandes, auxiliado materialmente pelos irmãos Antônio e Domingos Inácio, além de Sebastião Barbosa Ribeiro (1912).

Juatama - Vinculado ao Município de Quixadá. Chamou-se inicialmente *Juá*. Criado, com o nome de *Floriano Peixoto*, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. *Floriano* na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

O nome atual, provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *juá* = fruto do juazeiro + *retama* = região, donde se obtém lugar no qual esse fruto abunda.

Juazeiro de Baixo - Vinculado ao Município de Morada Nova. Chamou-se inicialmente *Juazeiro da Quininha* (sua primeira moradora). Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Bom Parto, teve como doadores patrimoniais Quininha Rabelo (70m de frente por 50 de fundo) e Francisco Saraiva Rabelo (30m de frente e 50 de fundo). A conclusão das obras datam de 1937 e a ter como responsável Manuel Melquíades Rabelo.

Jubaia - Vinculado ao Município de Maranguape. Criado conforme Lei nº 1.776, de 23 de novembro de 1878, com sede no lugar *São José da Cachoeira*. Em sua rota andeja, a sede do Distrito foi transferida para o núcleo de *Palmeiras* (Palmácia), conforme Dec. nº 10, de 14 de abril de 1890 e para Maranguape conforme Lei 1.153, de 22 de novembro de 1951, mundando de São José da Cachoeira para a denominação atual. A capela, dedicada a São Pedro, resultou do trabalho da própria comunidade, destacando-se o apoio de José Ângelo de Souza Oliveira, Raimundo Rosa, Iquinha Domingos, Leonor de Castro Borges e Amélia Alves.

A denominação traduz-se, túpica e literalmente, por lugar de pouso ou mansão agrádável (Theodoro Sampaio).

Justiniano de Serpa - Vinculado ao Município de Aquiraz. Criado com o nome de *Lagoa Seca*, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1938, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Alterada a denominação para *Serpa* na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e a ter como finalidade homenagear o Ex-Presidente Justiniano de Serpa.

Lacerda - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Chamou-se inicialmente *São João*. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, com o nome atual, e a ter como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora. O locativo tem como finalidade homenagear o então Ministro Sebastião de Lacerda, nome igualmente atribuído a Estação Ferroviária local.

Lagoa do Mato - Vinculado ao Município de Itatira. Chamou-se inicialmente *Paraíso*. Criado segundo Lei nº 2.209, de 19 de dezembro de 1953. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, tem como doador patrimonial Hervêncio Honorato da Silva e como construtor Antônio Honorato da Silva. Concluída e inaugurada em 1901, e a ter como oficiante das solenidades o padre Manuel Cordeiro, vigário de Canindé.

Lambedouro - Vinculado ao Município de Viçosa do Ceará. Criado, com o nome de *Oiticica*, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Santa Luzia, tem como doador patrimonial Antônio Félix de Siqueira e como responsável pela autorização eclesiástica o padre José Carneiro da Cunha (26-11-1912), oficiante dos atos inaugurais (24-06-1913).

O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a reunir em sua gênese locativa o extenso *Vale do Lambedouro*, próspero e economicamente bonançoso.

Lameiro - Vinculado ao Município do Crato. Criado segundo Ato Provincial de 14 de fevereiro de 1859. Em suas origens territoriais, têm-se como primeira cedente vendedora Rita da Luz e como adquirente Matias Pereira de Holanda (1811) que, por sua vez, vendeu a Tristão Gonçalves Pereira de Alencar (1816). Esse bloco, altamente priviligeado, passou a ser fragmentado em 1842. Houve, como novos adquirentes José do Monte Furtado, Coronel Francisco de Leon Franca Alencar (pai de Nelson Alencar). Entre os anos de 1883 a 1901, Nelson Alencar adquiriu novas propriedades nos locais adjacentes. Aproveitou as águas até então dispersadas, plantou cana-de-acúcar, montou engenho-de-ferro, produziu aguardente e rapaduras, podendo ser considerado pioneiro no desenvolvimento *metropolitano* do Crato.

A capela, dedicada a São José Operário, tem suas origens nos *Padres Missionários Redentoristas* Miguel e Geraldo, originários de Garanhuns (1949).

Lima Campos - Vinculado ao Município de Icó. Chamou-se inicialmente *Estreito*, e a ter como padroeiro São Sebastião. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, tendo como fato novo o início de construção do Açude e aqueduto destinado a transposição e armazenamento de água no reservatório. Município segundo Lei nº 6.667, de 14 de outubro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de

dezembro de 1965. O nome atual tem como finalidade homenagear o engenheiro Artur Fragoso de Lima Campos, responsável pelas obras respectivas.

Livramento - Vinculado ao Município de Ipueiras. Criado segundo Lei nº 3.922, de 25 de novembro de 1957. Município conforme Lei nº 6.965, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Livramento, tem como doadores patrimoniais Francisco Benjamim Lopes, João Mendes da Silva, Lourenço José de Sousa, Francisco Felício dos Santos, João Castriciano de Pinho e Francisco Felício dos Reis, totalizando seis posses de terras adquiridas da família Vieira. As obras de construção têm como referencial de conclusão o ano de 1896.

Macambira -Vinculado ao Município de Poranga. Chamou-se inicialmente *Santana*, quando pertencente ao Município de Ipueiras. Criado conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro 1943, teve a sua denominação alterada para o nome atual por força da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951.

Macaoca - Vinculado ao Município de Madalena. Chamou-se inicialmente *São José de Castro*, quando ainda pertencente ao Município de Quixeramobim, e a ter como padroeiro São José. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, oportunidade em que se alterou a denominção, simplificando-a para *Castro*. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica traduz-se, tupicamente, por *macaba* = macaubeira + *oca* = casa, donde se obtém "Casa da Macaubeira", ou nome que se popularizou em virtude do referencial deixado por algum exemplar dessa árvore no local.

Macaraú - Vinculado ao Município de Santa Quitéria. Chamou-se inicialmente *Arraial da Barra do Rio dos Macacos*. Criado segundo Resolução Imperial de 5 de outubro de 1837 e extinto, porteriormente, por não possuir "Casa de Oração". Restaurado, e a ter como padroeira Nossa Senhora Santana, conforme Leis Provinciais de nº 13 e 527, de 6 de dezembro de 1849 e 6 de dezembro de 1850, respectivamente. Município, com o nome de *Entre Rios*, conforme Lei nº 52, de 29 de agosto de 1890 e suprimido por força de Lei nº 1.794, de 9 de outubro de 1920. Município em segundo turno, conforme Lei 4.750, de 26 de janeiro de 1959 e

suprimido, finalmente, de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembhro de 1965.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *macaba* = macaubeira + *ara* = fruto + *ú*, do verbo comer, donde se obtém lugar onde se come o fruto da macaubeira.

Malhada Grande - Vinculado ao Município de Santa Quitéria. Criado segundo Lei nº 6.577, de 20 de setembro de 1963. Município conforme Lei nº 6.886, de 13 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Mangabeira - Vinculado ao Município de Lavras da Mangabeira. Constam como seus primitivos habitantes Antônio Félix Vieira, Custódio Alves Martins e Manuel Vieira da Costa Neto. Chamou-se inicialmente *Arraial de São José*. Criado com o nome de *Vila de São José*, conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

A capela, dedicada a São Sebastião, tem como precedente Manuel Vieira da Costa Neto e como fator circunstancial a graça alcançada por ocasião do Cólera. Seria, então, em caso do reduto não ser acometido pela epidemia. Satisfeito no seu petitório, Costa Neto deu início às obras de construção, tendo como referencial de conclusão o ano de 1863.

Manituba - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Chamou-se inicialmente *Algodões*. Criado conforme Dec-Lei nº 1156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Dores. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *mani* = algodão + *tuba* de *tyba* = muito, donde se obtém região produtora de algodão.

Mapuá - Vinculado ao Município de Jaguaribe. Chamou-se inicialmente *Boa Vista*. Criado conforme Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro Santo Antônio. Município conforme-Lei nº 6.308, de 21 de maio de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *mba* (pronúncia *ma*) = coisa + *puá* - redondo, arredondado, donde se obtém morro de forma arredondada.

Marapupá - Vinculado ao Município de Mauriti. Chamou-se *inicialmente São Félix*. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Município conforme Lei nº 6.931, de 18 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por *mará* = objeto + *pu* = barulho, estrondo e *pa* = todos, donde se obtém local em que existem objetos, cuja queda produz barulho (buriti).

Marinheiros - Vinculado ao Município de Itapipoca. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Pedro.

Marrecas - Vinculado ao Município de Tauá. Criado segundo Lei nº 831, de 22 de setembro 1856. Município conforme Lei nº 6.472, de 18 de agosto de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A Igreja, dedicada a Sagrada Família, data do ano de 1725, tendo como edificador Manuel Cândido Pereira.

Marrocos - Vinculado ao Município de Juazeiro. Chamou-se inicialmente *Juncos*. Criado segundo Decreto-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A Capela, dedicada a São Raimundo Nonato, teve como edificador Raimundo Cesário de Alencar(1923). Após seu falecimento (sem deixar filhos), parentes com direito de sucessão demoliram o pequeno templo e venderam madeira e tijolos, além do sítio no qual o referido templo era encravado, tendo adquirente Raimundo Valério Pinheiro. Com o falecimento deste, os filhos reuniram-se e edificaram no mesmo local outra capela, dedicando-a ao primitivo sacro-habitante (1978).

O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e tem como finalidade homenagear o líder político José Marrocos.

Marruás - Vinculado ao Município de Tauá. Chamou-se inicialmente Carnaúba, quando ainda pertencente a Mombaça. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de agosto de 1933. Sua transferência para o Município de Tauá, ocorreu segundo Decreto nº 1.404, de 13 de dezembro de 1934. Consta como fundadora da capela D. Rita Maria, proprietária da Fazenda *Campo Preto*, faltando, entretanto, o nome do padroeiro(1828).

Mata Fresca - Vinculado ao Município de Aracati. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Abadia.

Matias - Vinculado ao Município de Pentecoste. Chamou-se inicialmente *Cruz do Matias*. Criado segundo Decreto nº 1.540, de 3 de maio de 1935, quando ainda pertencente ao Município de Uruburetama. O nome atual provém do Dec.-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

Matriz - Vinculado ao Município de Ipueiras. Chamou-se inicialmente *São Gonçalo*, quando ainda pertencente ao Município de Ipu, *Mororó*, quando já de Ipueiras conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.-Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. O nome atual provém da Lei nº 6.440, de 21 de julho de 1963

Messejana - Vinculado à região metropolitana de Fortaleza. Chamou-se inicialmente *Paupina*, quando a partir da terceira década, peimeira metade so Século XVII, abrigava junto da Lagoa várias Aldeias indígenas, dessas se destacando o grupo nativo liderado pelo Cacique João Soares Algodão (Jacaúna). Chamou-se *Vila Nova Real de Messejana da América*, quando elevada a Vila e Município, respectivamente, segundo Ato do então poderoso Desembargador Bernardo da Gama Casco, evento que se registra a 1º de janeiro de 1760, vindo a ocorrer as seguintes modificações: 1) - suprimido pelo Conselho de Província conforme Resolução de 6 de maio de 1833; 2) - restaurado segundo Resolução de 13 de dezembro de 13 de dezenmbro de 1833; 3) - suprimido conforme Lei nº 188, de 22 de dezembro de 1839: 4) - restaurado segundo Lei nº 1.173, de 23 de novembro de 1878: 5) - suprimido na forma da Lei nº 1.913, de 31 de outubro de 1921; 6) - restaurado, como Distrito, de acordo com a Lei nº 2.445, de 30 de outubro de 1926.

A Freguesia, dedicada em honra de Nossa Senhora da Conceição, quando ainda vinculada ao recém-implantado sistema de *Vigaragia-Geral*, instalou-se a 15 de maio de 1759. Transferida para Maranguape conforme Lei nº 485, de 4 de agosto de 1849. Criada, em segundo turno, de acordo com a Lei nº 1.445, de 12 de outubro de 1871, tendo sido canonicamente instalada a 20 de fevereiro de 1873, e como primeiro vigário o padre José Ferreira da Ponte.

Em suas relações toponímicas traduz-se de acordo com os seguintes critérios: a) - *paú* = ilha fluvial + *pina* = *pelado*, donde se obtém *Paupina*-ou, envolvendo de um lado a Lagoa e do outro o córrego paralelo, certa faixa de terra sem-vegetação ; b) - *Mecejana* - Vila do Concelho de Aljustrel do Condado de Beja, Portugal (*Jaime de Seguier - Dicionário - Ed. 1940 -Pág. 1.570).*

Miguel Xavier - Vinculado ao Município de Caririaçu. Chamou-se inicialmente *Valença*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município de acordo com a Lei nº 6.511, de 5 de setembro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a São Vicente Ferrer, consta como tendo sido edificada no século XIX e reconstruída posteriormente pelo vigário da Paróquia de Caririaçu.

Mineirolândia - Vinculado ao Município de Pedra Branca. Chamou-se inicialmente *Socorro*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Município conforme Lei nº 6.412, de 9 de julho de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Miragem-- Vinculado ao Município de Caririaçu. Chamou-se inicialmente *Todos os Santos*. Criado com o nome de *Santos* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Saúde, teve como edificador o padre Francisco das Chagas Barros (1935).

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e tem como objeto de inspiração a bela visão sertaneja que do alto da serra se descortina.

Mirambé - Vinculado ao Município de Caucaia. Chamou-se inicialmente *Taquara*, depois, *Itarema*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição. A denominação atual, provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

Traduz-se, tupicamente, por *mira* de *myra* = gente + *ambé* = cipó, donde se forma *cipó-gente* ou apelido pelo qual eram conhecidos os primitivos moradores e membros da família Batista, a quem se deve a fundação do reduto.

Missão Nova - Vinculado ao Município de Missão Velha. Chamou-se inicialmente *Santo Antônio dos Cariris Novos* e *Santo Antônio da Missão Nova*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Santo Antônio, tem como edificador João Mendes Lobato (Século XV

Missi - Vinculado ao Município de Irauçuba. Chamou-se inicialmente *Pão de Açúcar*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro São José. O nome atual provém do Dec-Lei nº 44, de 20 de dezembro de 1938.

Mondubim - Vinculado ao Município de Fortaleza. Criado quando ainda pertencente ao então Município de Parangaba, conforme Lei Provincial nº 1.773, de 23 de outubro de 1878. Extinto o Município de Parangaba, na forma da Lei nº 1.913, de 31 de outubro de 1921, Mondubim foi anexado ao Município de Fortaleza e recriado Distrito, de acordo com o Dec-Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora Perpétuo Socorro.

Em suas relações toponímicas, traduz-se literalmente, por *mondubim*, também conhecido por *amendoim*, conforme a terminologia nativa.

Monte Alegre - Vinculado ao Município de Canindé. Chamou-se inicialmente *Ipu*. Criado segundo Lei nº 7.166, de 14 de janeiro de 1964. A capela, dedicada a Sagrada Família, teve como doador patrimonial Manuel Januário de Lima e como edificadores Frei Matias de Ponteranica e Estanislau Martins, ocorrendo sua inauguração a 3 de agosto de 1913 e a ter como oficiante Frei Angelo de Vignola. Os trabalhos de recuperação e ampliação tiveram como responsável Frei Eduardo (1949).

Monte Nebo - Vinculado ao Município de Crateús. Chamou-se inicialmente *Pau Branco*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Município na forma da Lei nº 6.936, de 20 de dezembro de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Mumbaba - Vinculado ao Município de Massapê. Criado segundo Lei nº 6.802, de 25 de novembro de 1963, e a ter como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

Mundaú - Vinculado ao Município de Trairi. Criado conforme Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A capela, dedicada a São Pedro, tem como doadora patrimonial D. Maria da Glória e como edificador o Major Manuel Carneiro (1857). Consta como oficiante das solenidades de sagração o padre Pedro, também no ano de 1857. Soterrada essa capela,

em razão do assoreamento das dunas, construiu segundo exemplar o padre José Romualdo de Souza Soares, vigário de Caucaia. Município de acordo com a Lei nº 447, de 12 de novembro de 1963 e extinto na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Traduz-se, túpica e literalmente, por ancoradouro dos ladrões, o que viria a ser o local onde os navegadores piratas costumavam hibernar.

Muribeca-Vinculado o Município de Santa Quitéria. Criado conforme Lei nº 7.020, de 27 de dezembro de 1963, e a ter como padroeiro São João Batista. Em sua formação toponímica, traduz-se por *mberu* = mosca + *beca* = importuna, donde se obtém mosca que importuna.

Muriti - Vinculado ao Município de Crato. Criado com o nome de *Buriti*, conforme Dec.Lei nº 193, de 20 de maio de 1931. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, tem como edificador Antônio Ferreira Lobo (1890). O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua formação toponímica, provém de buriti, coco, o mesmo que muriti, donde resulta idêntico significado.

Mutambeiras - Vinculado ao Município de Santana do Acaraú. Chamou-se inicialmente *Mutambinha*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Gonçalo (Século XIX). Município na forma da Lei nº 6.762, de 14 de novembro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Naraniú - Vinculado inicialmente ao Município de Lavras da Mangabeira e transferido para Várzea Alegre na forma da Lei nº 729, de 6 de agosto de 1860. Chamou-se inicialmente *São Caetano*. Criado na forma do Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a São Caetano, teve como doadores patrimoniais João da Cunha Gadelha e sua mulher Maria Manuela Pereira das Neves e o Tenente-Coronel Bernardo Duarte Pinheiro.

O nome atual, provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Em sua composição toponímica traduz-se, tupicamente, por *narã* = laranja + *y-ú* = riacho onde se come laranja.

Nhuporanga -Vinculado ao Município de Caridade. Chamou-se inicialmente *Campos Belos*. Criado por Ato Provincial de 28 de agosto de

1894, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Dores. Município conforme Lei nº 6.957, de 19 de dezembro de 1963 e extinto na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *nhu* = campo + *poranga* = belo, o que na prática reedita a denominação anterior.

Nossa Senhora do Livramento - Vinculado ao Município de Monsenhor Tabosa. Criado segundo Lei nº 6.898, de 16 de dezembro de 1953, e a ter como padroeira a inspiração toponímica.

Nova Betânia - Vinculado ao Município de Farias Brito. Chamou-se inicialmente *Barreiros*. Criado segundo Lei nº 2.194, de 15 de dezembro de 1953, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Graças. Município na forma da Lei nº 6.887, de 16 de outubro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Nova Fátima - Vinculado ao Município de Ipueiras. Chamou-se inicialmente *Engenho dos Capuxus*. Criado segundo Lei nº 6.758, de 13 de novembro de 1963, a ter como padroeira Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Nova Floresta - Vinculado ao Município de Jaguaribe. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município conforme Lei nº 6.405, de 4 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Oiticica - Vinculado ao Município de Crateús. Criado conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Graças.

Olho d'Água da Bica - Vinculado ao Município de Tabuleiro do Norte e antes pertencente ao Município de Limoeiro do Norte. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Saúde. Município conforme Lei nº 6.967, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Oliveira - Vinculado ao Município de Tamboril. Chamou-se inicialmente *Rodilho*. Criado segundo Lei nº 4.197, de 6 de setembro de

1958. A capela, dedicada a São Francisco Xavier, teve como doadores patrimoniais Francisco Adelino de Melo e Deolina Ferreira Viana e como edificador Sebastião Vidal de Araújo (1922). Os atos inaugurais tiveram como oficiante o padre Manuel Vitorino de Oliveira, vigário de Tamboril.

Padre Cícero - Vinculado ao Município de Juazeiro do Norte. Chamou-se inicialmente *Palmeirinha*. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus. O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951 e a ter como finalidade homenagear o Padre Cícero.

Padre Linhares - Vinculado ao Município de Massapê. Chamou-se inicialmente *São Luiz*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Luiz. Município conforme Lei nº 6.889, de 13 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Padre Vieira - Vinculado ao Município de Viçosa do Ceará. Chamou-se inicialmente *Pé do Morro*. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A capela, dedicada a São Francisco de Assis, teve como edificadores José Firmino de Siqueira, Manuel José da Silva, Inácio Ribeiro, Manuel Tristão Pacheco e Lívio Pacheco sob a orientação do padre José Carneiro da Cunha, vigário da Paróquia de Viçosa. O nome atual teve como finalidade homenagear o Vieira de *Os Sermões*.

Palestina - Vinculado ao Município de Orós. Criado segundo Lei nº 7.168, de 14 de janeiro de 1964, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Palestina do Norte - Vinculado ao Município de Meruoca. Criado segundo Lei nº 7.167, de 14 de janeiro de 1964. A capela, dedicada a São Francisco de Assis, teve como doadores patrimoniais (50x80 braças), Joaquim de Albuquerque Rodrigues e sua mulher D. Antônia Alice dos Santos Rodrigues, conforme escritura de 4 de julho de 1887, lavrada no Cartório de Zacarias Tomaz da Costa Gondim (Sobral). A pedra fundamental, teve como referencial de lançamento o dia 3 de setembro de 1887, em solenidade oficiada pelo padre Diogo José de Sousa Lima. Constam como edificadores da capela Manuel de Oliveira Feitosa e sua mulher Francisca de Sales Lima.

Palmatória - Vinculado ao Município de Itapiúna. Criado segundo Lei nº 3.599, de 20 de maio de 1957, e a ter como padroeiro São Félix de Valois.

Panacuí - Vinculado ao Município de Marco. Chamou-se inicialmente *Tucunduba*. Criado segundo Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931, quando ainda pertencente ao Município de Santana do Acaraú. Transferido para a jurisdição atual segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Município de acordo com a Lei nº 6.905, de 16 de dezembro de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e traduz-se, tupicamente, por *panacu* = cesto + *i* = diminutivo, donde se obtém cesto pequeno.

Parajuru - Vinculado ao Município de Beberibe, teve como fundadores Raimundo Inácio dos Santos, João Ferreira, João Marcelino de Sousa, Raimundo Juventino do Vale, João Antônio dos Santos e Candido Lobão. Chamou-se inicialmente *Paripueira*, quando ainda vinculado ao Município de Aracati (Lei Municipal nº 5, de outubro de 1837). *Barrinha*, quando pertencente ao Município de Cascavel segundo Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929. Sua vinculação ao Município de Beberibe, tem como instrumento de apoio a Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município na forma da Lei nº 6.439, de 21 de julho de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

A capela, dedicada ao Bom Jesus dos Navegantes, tem como referencial de conclusão o ano de 1926.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *pará* = rio + *juru* de *yuru* = boca, donde se forma boca ou embocadura do rio.

Parangaba - Vinculado ao Município de Fortaleza. Chamou-se inicialmente *Aldeia do Bom Jesus da Porangaba*, fundada pelo missionário Jacob Cócleo na segunda metade do Século XVII, e a ter como finalidade reagregar os excedentes indígenas do *Rio Siará*. Com o advento das reformas pombalinas, expulsando do Brasil a Companhia de Jesus e sequestrando seus bens, assumiu o domínio da nova ordem o clero secular, transformando as antigas Missões em Vigararias Gerais (1759).

Dentro dessa nova ordem e a dar dimensões mais amplas aos antigos e populosos redutos, ocorreram as seguintes alterações: 1) - Vila e Município, simultaneamente, com a denominação de *Arronches*, segundo Ato Régio de 25 de outubro de 1759; 2) - Suprimido conforme Resolução datada de 6 de maio de 1833; 3) - restaurado segundo Provisão de 13 de dezembro do mesmo ano; 4) - suprimido na forma da Lei nº 2, de 13 de maio de 1835; 5) - restaurado, com o antigo nome de *Porangaba*, conforme Lei nº 2.097, de 25 de novembro de 1885; 6) - suprimido na forma da Lei nº 1.913, de 31 de outubro de 1921; 7) - restaurado, na categoria de Vila e com a denominação de *Parangaba*, de acordo com a Lei nº 2.455, de 30 de outubro de 1926.

A Freguesia, instituída logo após a transferência de domínio, tem como instrumento de apoio as mesmas regras disciplinadoras da reversão clerical do ano de 1759, assumindo o vicariato dessa projeção o padre Antônio Coelho do Amaral. Suprimida, conforme Lei nº 16, de 2 de junho de 1835 e restaurada segundo Lei nº 1.728, de 13 de agosto de 1876, tendo sido instituída canonicamente conforme Provisão de 16 de março de 1877. A igreja, dedicada ao Bom Jesus dos Aflitos, tem como edificadores os missionários Jacob Cócleo e Francisco Casalli, ainda nos albores da relocalização indígena na então recém-criada Aldeia. Reconstruída e ampliada pelo Tenente de Ordenanças Albano da Costa dos Anjos e o Coronel Francisco da Silva Albano (1880), nascendo dessa reforma a Igreja-Matriz.

O primitivo nome, produto de composição túpica, exprime o sentido de beleza e traduz-se, literalmente, por *Bela Vista*. Parangaba, admitido por corruptela do original, tem apenas como finalidade evitar a repetição toponímica, considerando a existência de outro mais antigo em São Paulo.

Parapuí - Vinculado ao Município de Santana do Acaraú. Chamou-se inicialmente *São Francisco do Estreito*. Criado segundo Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931 e simplificado para *Estreito* na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Município segundo Lei nº 6.761, de 13 de novembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a São Francisco de Assis, tem como edificador Manuel Joaquim Cajazeira (1885). Reformada posteriormente pelo padre Joviniano Loyola Sampaio (1956).

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *pará* = *rio* + *puí* = rápido, donde se obtém rio de veloz correnteza.

Parazinho - Vinculado ao Município de Granja. Chamou-se inicialmente *Pará do Livramento*. Suas origens têm como ponto de apoio segundo a qual, achando-se em perigo certo navegador, valeu-se de Nossa Senhora do Livramento, prometendo erigir em sua honra uma capela, desde que salvo, e no local mais adequado daquele em que se desse a abordagem. Salvou-se e cumpriu. Criado, conforme se consigna em Divisão Territorial Brasileira de 1911. Município na forma da Lei nº 6.377, de 13 de novembro de 1963 e suprimido segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

A segunda capela, a manter como padroeira Nossa Senhora do Livramento, teve como doador patrimonial o Capitão Domingos Machado Freire (uma légua de terras em quadro). A planta da capela consta como sendo de autoria do arquiteto italiano Agostinho Odízio Bolmes, sendo inaugurada por D. José Tupinambá da Frota, a 16 de janeiro de 1944.

Paripueira - Vinculado ao Município de Beberibe, antes pertencente ao Município de Cascavel com o nome de *São Bernardo*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e transferido para a jurisdição atual na forma da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Penha. Município segundo Lei nº 6.457, de 9 de agosto de 1963 e suprimido conforme Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

O nome atual provém, tupicamente, de *pari* = armadilha de uso pesqueiro + *puêra* = ao que já foi ou teve, donde se obtém vestígios de antigo pesqueiro.

Passagem - Vinculado ao Município de Chaval. Criado segundo Lei nº 7.018, de 27 de dezembro de 1963, a ter como padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Passagem - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

Pasta - Vinculado ao Município de Solonópole. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada a São Sebastião, tem como edificador José Felizardo Bezerra (1926).

Patriarca - Vinculado ao Município de Sobral. Chamou-se inicialmente *São José*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro

de 1951. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, teve como edificador Félix da Cunha Linhares (1718) e reconstruída pelo Capitão Domingos da Cunha Linhares (1736).

Pavuna - Antiga aldeia de índios Potiguares, da qual era chefe Tomé da Silva Campelim (1708).Vinculado ao Município de Pacatuba. Criado segundo Lei nº 1.284, de 8 de outubro de 1869, juntamente com o Município de sua vinculação, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Traduz-se tupicamente por lagoa de águas escuras.

Pecém - Vinculado ao Município de São Gonçalo do Amarante. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Município conforme Lei nº 6.664, de 14 de outubro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

A capela, dedicada de início a São Luiz de Gonzaga e posteriormente a São Pedro, tem como reformador o padre José Romualdo de Souza Pereira, vigário de Caucaia (1924).

Pedras - Vinculado ao Município de Morada Nova. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, a ter como padroeira Nossa Senhora das Graças da Medalha Milagrosa.

Pedrinhas - Vinculado ao Município de Icó. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeira Nossa Senhora das Dores. Município conforme Lei nº 6.605, de 26 de setembro de 1963 e suprimido segundo Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Peixe Gordo - Vinculado ao Município de Tabuleiro do Norte. Criado segundo Lei nº 7.023, de 27 de dezembro de 1963, a ter como padroeiro São Francisco de Assis.

Pernambuquinho -Vinculado ao Município de Guaramiranga. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 14 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro Senhor do Bonfim. Município conforme Lei nº 6.932, de 18 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Pessoa Anta - Vinculado ao Município de Granja. Chamou-se inicialmente *São Miguel* e a ter como um dos seus primeiros moradores Bonifácio Vieira. Criado segundo Decreto nº 690, de 3 de abril de 1940.

Refere a lenda, que por ocasião da grande seca 1877/79, retirantes encontraram morta e abandonada sobre lageiros uma criança do sexo masculino. Morrera de sede e de fome. Sepultaram-na no local próximo. Tornou-se milagrenta, segundo a crêndice popular, porém sem nenhum referencial de nome ou identificação. Deram-lhe arbitrariamente o nome de Miguel, nome em torno do qual se processariam os prodígios e consequentemente as romarias.

Nasceria desse achado macabro a capela, tendo como doadores patrimoniais os pais de D. Guilhermina Vieira Passos (50 braças), conforme escritura particular de 2 de julho de 1905. Em segunda doação, atribuída por D. Rosa Generosa Fontenele, houve como complemento uma *posse* na *Fazenda Jenipapo,* acervo no qual seria edificada a capela dedicada em honra de São Miguel, cujos trabalhos de conservação couberam ao longo do tempo ao já octogenário comerciante José Saldanha de Brito Neto (Zé Cadete) e sua mulher D. Benvinda Rodrigues uma das mais belas jovens dos seus floridos anos (falecida).

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como finalidade homenagear o Coronel João de Andrade Pessoa Anta, um dos mártires da *Revolução do Equador.* A sede do Distrito, a exemplo de outras que sofreram o mesmo processo de degradação memorialista, acha-se atualmente localizada em povoação de mais recente agregamento.

Pindoguaba - Vinculado ao Município de Tianguá. Chamou-se inicialmente *Palmeirinha.* Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A capela, dedicada a São João Batista, teve como edificadora D. Maria da Rocha (1910). O nome atual provém do Dec.Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e traduz-se, tupicamente, por vale das palmeiras.

Pirabibu - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Chamou-se inicialmente *Canafistula.* Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro Jesus, Maria e José. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, traduz-se, tupicamente, por *pirá* = peixe + *bibu* = roncador, donde se obtém peixe roncador.

Pitombeiras - Vinculado ao Município de Itapajé. Criado segundo Lei nº 3.895, de 1957, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Purificação.

Município conforme Lei nº 6.435, de 17 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Pitombeiras - Vinculado ao Município de Cascavel. Criado segundo Lei Provincial nº 1.733, de 25 de agosto de-1876 e instalado em 1881. Município conforme Lei nº 6.309, de 21 de maio de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a São Luiz de Gonzaga, abriga eclesiasticamente uma Paróquia, cuja fundação tem como instrumento de apoio o Decreto nº 34, de 1º de janeiro de 1949 e como signatário o Arcebispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa.

Poço - Vinculado ao Município de Brejo Santo. Chamou-se inicialmente *Cachoeirinha*. Criado segundo Lei º 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada a Senhora Santana, tem como edificador Pedro de Oliveira Santos (Século XIX). Arruinada, posteriormente e reedificada pelo padre João Casimiro Viana, Vigário de Brejo Santo (início do Século XX).

Poço Comprido - Vinculado ao Município de Jaguaribara. Chamou-se inicialmente Ipabussu. Criado segundo Dec-Lei nº 169, de 31 de março de 1935, quando ainda pertencente ao Município de Jaguaretama, e a ter como padroeiro São Vicente Ferrer. Município conforme Lei nº 6.703, de 21 de outubro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém da Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951.

Podimirim - Vinculado ao Município de Milagres, constando como seus primeiros moradores Antônio de Souza Preza e sua mulher D. Maria Alves de Oliveira. Chamou-se inicialmente *Rosário*. Criado segundo Lei nº 1.184, de 30 de dezembro de 1913, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Rosário. Município conforme Lei nº 6.870, de 11 de dezembro de 1963, com o mome de *Ribeiro Campos*, e extinto na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e traduz-se, tupicamente, por *podi* = chapada, lugar plano e alto + *mirĩ* = diminuitivo, donde se obtém pequena chapada.

Ponta da Serra - Vinculado ao Município de Crato. Criado segundo Lei nº 3.931, de 26 de novembro de 1937. O primitivo nicho de orações,

dedicado a São José, teve como edificador José Bernardo Vieira, vindo posteriormente a capela, cujas obras têm por colaboradores Moisés Xenofonte de Oliveira, José Valdivino da Cruz e outros. A primeira missa tem como referencial de tempo a data de 25 de dezembro de 1930, sendo oficiante Monsenhor Francisco de Assis Feitosa.

Poti - Vinculado ao Município de Crateús. Criado conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro São José. Em suas relações toponímicas, tem como finalidade homenagear o herói *Poty* ou D. Antônio Filipe Camarão.

Prata - Vinculado ao Município de Bela Cruz. Criado segundo Lei nº 4.439, de 30 de dezembro de 1958, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Livramento.

Quatiguaba - (cuá, coá) -Vinculado ao Município de Viçosa do Ceará. Criado conforme Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, teve como edificador o padre José Carneiro da Cunha e seus paroquianos, tendo sido inaugurada a 24 de dezembro de 1892. Traduz-se, tupicamente, por *quá = buraco + ti* = contorno montanhoso + *guaba* = vale, donde se obtém vale do boqueirão.

Quincoê -Vinculado ao Município de Acopiara. Chamou-se inicialmente-*São José*. Criado conforme Lei nº 1.275, de 29 de maio de 1934. A capela, dedicada a São José, tem como edificador Manuel Filipe Cavalcante de Oliveira.-O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e traduz-se, originariamente, em dialeto de formação Tapuia e não assimilável.

Quincuncá - Distrito do Município de Farias Brito - chamou-se, primitivamente, Araticum. Distrito, com o nome de São José de Quincuncá, conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e simplificado para Quincuncá, na forma do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Município, na forma da Lei nº 6.509, de 5 de setembro de 1963 e extinto, na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. A capela, dedicada a São José, tem como edificador José Rodrigues da Silva (1904). Os atos inaugurais datam de 19 de março de 1904, e a ter como oficiante o padre Cícero Romão Batista.

Em sua formação toponímica, traduz-se, literalmente, por vocábulo não assimilável em Tupi.

Quitaiús - Vinculado ao Município de Lavras da Mangabeira. Chamou-se inicialmente *São Francisco* conforme Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. *Rosário* conforme Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Município na forma da Lei nº 6.962, de 19 de dezembro de 1963 e extinto na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, teve como edificadora Maria José Alves (1878). O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e tem como finalidade homenagear uma aldeia Tapuia da região.

Quixariús - Vinculado ao Município de Campos Sales. Chamou-se inicialmente *Morro Vermelho, Morro Negro e São Domingos*. Criado segundo Ato Legislativo de 28 de janeiro de 1915. Transferido para o Município de Saboeiro conforme Lei nº 163, de 28 de setembro de 1936 e reconduzido ao ponto de origem na forma do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

A capela, dedicada a Jesus, Maria e José, tem como edificadores Domingos Francisco de Andrade, João Paes de Castro e Leonardo Francisco de Andrade (1888).

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e tem como finalidade homenagear Tapuias-aldeados na região.

Rinaré - Vinculado ao Município de Banabuiú. Chamou-se inicialmente *Água Boa* e *Boa Água*. Criado segundo Lei nº 406, de 10 de novembro de 1937, e a ter como padroeiro São Pedro. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *ri* = água manante + *na-ré* = sabor diferente, donde se forma água boa.

Roldão - Vinculado ao Município de Morada Nova. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Sebastião.

Sacramento - Vinculado ao Município de Ipaporanga e antes pertencente ao Município de Nova Russas. Criado segundo Lei nº 7.106, de 8 de janeiro de 1964, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Desterro.

Sambaíba - Vinculado ao Município de Granja. Criado segundo Lei nº 6.721, de 5 de novembro de 1963. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, tem como fundadora D. Maria da Penha, viúva de Inácio Teles de Menezes. As obras de construção têm como referência de tempo o ano de 1880 e conclusão a 25 de dezembro de 1890, data em que igualmente ocorreram os atos inaugurais. Consta como oficiante o padre Antônio Thomaz Teixeira Galvão.

Vale ressaltar, no entanto, que este tanto quanto outros Distritos do Município, sofreram do poder Municipal condenáveis mutilações históricas, fato que se registra em função da transferência de sede reduto sem radicais no tempo.

Santa Ana - Vinculado ao Município de Pacoti. Criado segundo Lei nº 7.269, de 27 de maio de 1964, e a ter como padroeira Nossa Senhora Santana.

Santa Fé - Vinculado ao Município de Crato. Chamou-se inicialmente *Arraial da Conceição*. Criado segundo Decreto-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, teve como doador patrimonial o Coronel Joaquim Teixeira (40 braças em quadro) e como edificadores membros da família Limaverde (1899), constando como oficiante das solenidades inaugurais o padre Joaquim Severiano de Maria, vigário da Paróquia do Crato.

Santa Felícia - Vinculado ao Município de Acopiara. Chamou-se inicialmente *Umari*. Criado segundo Lei nº 7.153, de 14 de janeiro de 1964. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, teve como doador patrimonial Joaquim Batista de Oliveira e como edificador Miguel Alves de Oliveira.

Santa Luzia - Vinculado ao Município de Uruburetama. Criado segundo Lei nº 7.011, de 23 de dezembro de 1963, e a ter como padroeira Santa Luzia.

Santo Antônio - Vinculado ao Município de Acopiara. Criado segundo Lei nº 7.153, de 14 de janeiro de 1964, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Santo Antônio - Vinculado ao Município de Barro. Criado segundo Lei nº 7.067, de 31 de dezembro de 1963, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Santo Antônio -Vinculado ao Município de Crateús. Chamou-se inicialmente *Santana*. Criado segundo Ato Legislativo de 17 de fevereiro de 1913. A capela, dedicada a São Francisco de Assis, teve como edificadores membros da família Azevedo. O nome atual provém da Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929.

Santo Antônio da Pindoba -Vinculado ao Município de Ibiapina. Chamou-se inicialmente *Gameleira* e *Murereiba*. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro Santo Antônio.

Santo Antônio dos Fernandes -Vinculado ao Município de Meruoca. Criado segundo Lei nº 7.167, de 14 de janeiro de 1964. A capela, dedicada a Santo Antônio, tem como edificadores Francisco Eudes Fernandes e José Gentil Fernandes, obra cuja planta consta como sendo de autoria de Pedro Frutuoso do Vale. Os atos inaugurais datam de 20 de julho de 1947, tendo sido presididos por D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral.

São Domingos -Vinculado ao Município de Caridade. Criado segundo Lei nº 7.155, de 13 de janeiro de 1964, e a ter como padroeiro São Domingos.

São Filipe -Vinculado ao Município de Brejo Santo. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada a São Filipe, teve como edificadores Luiz Inácio de Medeiros, Raimundo Moreira Luna e Firmino Moreira Luna.

São Francisco -Vinculado ao Município de Quiterianópole e antes ao de Independência. Criado segundo Lei nº 3.996, de 27 de dezembro de 1957. Município segundo Lei nº 6.951, de 19 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a São Francisco, teve como edificador Antônio Anísio da Frota (1950.

São Francisco -Vinculado ao Município de Meruoca. Criado segundo Lei nº 7.158, de 13 de dezembro de 1964. A capela, dedicada ao Cristo Rei, teve como doadora patrimonial D. Abigalina Ferreira Gomes. A pedra fundamental, lançada a 30 de dezembro de 1936, tem como oficiante das solenidades o padre Antônio Regino Carneiro. Os atos inaugurais, presididos por D. José Tupinambá da Frota, data de 25 de dezembro de 1939.

São Gerardo -Vinculado ao Município de Redenção. Chamou-se inicialmente *Acarape do Meio*. Criado segundo Dec-Lei nº 193, de 20 de maio de 1931. A capela, dedicada a São Gerardo, tem como edificadores os irmãos Luiz e Antônio Bessa. O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

São Gonçalo do Umari -Vinculado ao Município de Mombaça. Criado segundo Lei nº 6.933, de 18 de dezembro de 1963. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Paz, teve como doador patrimonial Osterne Coriolano Cavalcante (8 taferas no sítio Umari).

São João de Deus -Vinculado ao Município de Russas. Chamou-se inicialmente *Lagoa do Velho*. Criado segundo Lei nº 7.016, de 27 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a São João de Deus, consta como tendo sido inaugurada em 1951 e como oficiante das solenidades o padre Pedro de Alcântara Araújo.

São Joaquim -Vinculado ao Município de Umirim e antes pertencente ao Município de Uruburetama. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Joaquim. Município conforme Lei nº 6.448, de 21 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

São Joaquim do Salgado -Vinculado ao Município de Senador Pompeu. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Joaquim.

São José -Vinculado ao Município de Iracema. Chamou-se inicialmente *São José dos Fama*. Criado segundo Lei nº 6.877, de 13 de dezembro de 1963. A centenária capela, dedicada a São José, teve como edificador o aracatiense José dos Fama, além dos colaboradores D. Edwirge Fama, João Rodrigues de Macedo e outros.

São José -Vinculado ao Município de Jaguaruana. Criado segundo Lei nº 6.876, de 13 de dezembro de 1962, e a ter como padroeiro São José.

São José de Solonópole -Vinculado ao Município de Solonópole. Chamou-se inicialmente *Flores Novas*. Criado segundo Lei nº 6.069, de 28 de setembro de 1902, e a ter como padroeiro São José. Município

Biblioteca Pública G... Pinheiro
Setor do Ceará

conforme Lei nº 6.420, de 9 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.156, 4 de dezembro de 1933.

São José dos Lontra - Vinculado ao Município de Ipueiras. Chamou-se inicialmente *Santana* e *Macambira*. Criado segundo Lei nº 2.922, de 25 de novembro de 1957. A capela, dedicada a São José, teve como edificador o padre José de Lima Ferreira (13-09-1910).

São Pedro - Vinculado ao Município de Nova Russas. Criado segundo Lei nº 6.760, de 13 de novembro de 1963, e a ter como padroeiro São Pedro.

São Sebastião - Vinculado ao Município de Cariús. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeiro São Sebastião. Município conforme Lei nº 6. 914, de 17 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

São Vicente - Vinculado ao Município de Mombaça. Criado segundo Lei nº 6.933, de 18 de dezembro de 1963, e a ter como padroeiro São Vicente.

Sapó - Vinculado ao Município de Santana do Acaraú. Chamou-se inicialmente *Fazenda do Sapó*. Criado segundo Lei nº 7.021, de 27 de dezembro de 1963. A capela, dedicada a Jesus, Maria e José, teve como edificador Antônio Carneiro da Silva (1906)/

Sapupara - vinculado o Município de Maranguape. Chamou-se inicialmente *Tabatinga*. Distrito já incluído na Divisão Territorial de 1911. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, teve como edificadores os irmãos Pedro e Raimundo Gurgel do Amaral Tabosa

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *sapó* = raiz + *apara* = torto, entrevado, donde se obtém certo tipo de raízes reversas ou de-caule recurvado.

Sebastião de Abreu - Vinculado ao Município de Pentecoste. Chamou-se inicialmente *Serrota*. Criado segundo Lei nº 6.419, de 7 de junho de 1963.

Serrota - Vinculado ao Município de Senador Sá. Criado segundo Lei nº 3.762, de 23 de agosto de 1957, a ter como padroeira Nossa Senhora Santana.

Serrote - Vinculado ao Município de São Gonçalo do Amarante. Chamou-se inicialmente *Serrote dos Barrosos*, e constam como seus fundadores Pedro Barroso Cordeiro, Joaquim de Cunha Alcântara, Joaquim Juvêncio Barroso e Luiz Moreira Barroso. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. A capela, dedicada a Nossa Senhora de Fátima, teve como edificador o padre José Sinval Facundo (1953).

Sitiá - Vinculado ao Município de Banabuiú e antes ao de Quixadá. Chamou-se inicialmente *Barra do Sitiá*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.153, de 4 de dezembro de 1933, a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Sítios Novos - Vinculado ao Município de Caucaia. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, tem como referencial de construção o ano de 1867.

Siupê - Vinculado ao Município de São Gonçalo do Amarante. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Nossa Senhora da Soledade, tem como doador patrimonial Antônio Bezerra de Menezes e como edificadores o Sargento-Mor Antônio Marques Leitão e sua mulher D. Apolônia da Costa, Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, Antônio da Costa Leitão e o Tenente João Marques da Costa.

Soledade - Vinculado ao Município de Itapajé. Criado segundo Lei nº 6.602, de 26 de setembro de 1963, e a ter como padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Suassurana - Vinculado ao Município de Iguatu. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeiro São João Batista (1911). Município conforme Lei nº 6.647, de 9 de outubro de 1963 e suprimido de acordo com a Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Sucesso - Vinculado ao Município de Tamboril. Chamou-se inicialmente *Pinheiro*, e são considerados seus fundadores Ciro Otávio de Sousa, João José de Castro e Conrado Conegundes Mota. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Nossa Senhora do Bom Sucesso. Município conforme Lei nº 6.379, de 2 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

Sussuânia - Vinculado ao Município de Guaraciaba do Norte, sendo considerado fundador do reduto o padre Bernardino de Oliveira Memória. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Saúde (1899)

Tabainha - Vinculado ao Município de Tianguá. Chamou-se inicialmente *Santa Luzia*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Santa Luzia. A denominação atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943 e tem como referência a antiga *Missão da Tabainha* instalada e desativada na *Serrinha de D. Simão* pelo padre Ascenço Gago (1700).

Tabuleiro - Vinculado ao Município de Antonina do Norte, do Bispado do Crato. Criado segundo Lei nº 7.151, de 14 de janeiro de 1964.

Tanque - Vinculado ao Município de Maranguape. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeira Santa Teresinha.

Taperoaba - Vinculado ao Município de Sobral. Chamou-se inicialmente *Santa Maria*. Criado segundo Divisão Territorial Brasileira de 1911. Município conforme Lei nº 6.458, de 9 de agosto de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, teve como edificador o padre Catão Porfírio Sampaio, vigário de Itapajé, ocorrendo os atos inaugurais a 26 de agosto de 1912.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupica e gramaticalmente, por *taba* = aldeia + *pûera* = que já foi e não é mais + *oca* = casa + *aba* = índio, donde se obtém habitação indígena em ruínas e abandonada.

Tapuiará - Vinculado ao Município de Quixadá. Criado segundo Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A capela, dedicada a Santo Antônio, tem como doadores patrimoniais os Irmãos Rabelo, conforme escritura particular datada de 15 de outubro de 1909.

Em suas relações toponímicas provém , tupicamente, de *tapuia* = índio + *rá* = pintado, manchado ou afetado por manchas parasitárias (lupo), donde se obtém tribo na qual residiam índios caracteristicamente acometidos por esse tipo de enfermidade.

Targinos - Vinculado ao Município de Canindé. Chamou-se inicialmente *Esperança, Várzea da Carnaúba, Campos Elíseos, Campos, Ipueira dos Targinos e Jatobá*. Criado segundo Lei nº 1.271, de 29 de maio de 1934. A capela, dedicada a Santo Antônio de Pádua, teve como doadora patrimonial D. Izabel Carlota Targino da Silveira (25 braças em quadro) e como edificadores o franciscano Frei Estêvam, Ervêncio Silveira Góis, Antônio Silveira Góis, Luiz de Oliveira e Miguel Antônio de Oliveira.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como finalidade homenagear a família Targino da qual consta como radical étnico o Coronel Targino José de Góis.

Timônia - Vinculado ao Município de Granja. Chamou-se inicialmente *Pitimbu*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Santa Luzia, teve como edificador Luiz Machado de Siqueira (1910). O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como referencial toponímico o rio cujas nascentes têm origem na *Lagoa do Ubari* (Município de Viçosa).

Tipi - Vinculado ao Município de Aurora. Criado segundo Lei nº 3.931, de 26 de novembro de 1957, e a ter como subordinação eclesiástica o Bispado do Crato.

Trapiá - Vinculado ao Município de Santa Quitéria. Criado segundo Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951. Capela, dedicada a São Luiz de Gonzaga, teve como edificador Delfino Rodrigues de Mesquita, ocorrendo sua inauguração a 18 de dezembro de 1909.

Trici - Vinculado ao Município de Tauá. Chamou-se inicialmente *Flores*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

Município consoante Lei nº 6.395, de 3 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela data de 17 de outubro de 1762 e a ter como edificador o Capitão Manuel da Silva Carmo. O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

Trussu - Vinculado ao Município de Acopiara. Chamou-se inicialmente *Bom Sucesso* e *Bom Sucesso do Trussu*. Criado segundo Lei Provincial nº 2.005, de 6 de setembro de 1882, a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Município, conforme Lei nº 6.378, de 2 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Tucuns - Vinculado ao Município de Crateús. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora.

Tuína - Vinculado ao Município de Massapé. Chamou-se inicialmente *Remédios*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, teve como edificador o padre Diogo José de Souza Lima (1878).

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e tem como finalidade homenagear o chefe índio de nome Tuína.

Ubaúna - Vinculado ao Município de Coreaú. Chamou-se inicialmente *Trapiazinho*. Criado segundo Ato Legislativo de 21 de outubro de 1904, quando ainda pertencente ao Município de Massapê. Extinto. Restaurado segundo Decreto nº 129, de 20 de setembro de 1935 e transferido para a jurisdição atual. Município conforme Lei nº 6.378, de 2 de julho de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a São Francisco, teve como edificador David Machado Portela (1855), com inauguração a 22 de agosto de 1883.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como finalidade homenagear o cacique Ubaúna, um dos mais respeitáveis clãs da gentilidade ibiapabana.

Uiraponga - Vinculado ao Município de Morada Nova. Chamou-se inicialmente *Livramento*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Município conforme Lei nº 6.959, de 19 de dezembro

de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada a Nossa Senhora do Livramento, teve como doadores patrimoniais Pedro de Souza (meia légua) e Antônio Bezerra de Menezes (meia légua), nos anos de 1735 e 1765 sucessivamente.

O nome atual provém do Dec-Lei nº 1.114, de 20 de dezembro de 1943, e traduz-se, tupicamente, por *uirá* de *guirá* = pássaro + *ponga* = canto de percussão, donde se obtém araponga o assemelhado.

Umarituba - Vinculado ao Município de São Gonçalo do Amarante e antes pertencente ao Município de Caucaia. Chamou-se inicialmente *Umari*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A capela, dedicada a São Pedro, teve como edificador Pedro Moreira de Araújo (1932).

O nome atual provém do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e traduz-se, tupicamente, por *umari* = planta nativa do Ceará e pertencente à família das leguminosas que vertem água (mandacaru) + *tuba* = muito, donde se obtém planta abundante em água.

Umburana - Vinculado ao Município de Mauriti. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Município conforme Lei nº 6.913, de 17 de dezembro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de de 1965. A capela, dedicada a Senhora Santana, teve doador patrimonial e edificador o Major Joaquim Antônio Furtado. Reconstruída, ampliada e acrescida de Casa Paroquial, graças ao trabalho perseverante do dedicado Major, essa nova capela guarda como referencial de tempo o ano de 1896.

Uruquê - Vinculado ao Município de Quixeramobim. Criado segundo Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, e a ter como padroeiro São José.

Várzea - Vinculado ao Muniípio de Cedro. Chamou-se inicialmente *Várzea da Conceição*. Criado segundo Dec-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Município conforme Lei nº 6.661, de 14 de outubro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Várzea do Jiló - Vinculado ao Município de Ipu. Criado segundo Lei nº 7.010, de 26 de dezembro de 1963, e a ter como padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Vazante -Vinculado ao Município de Aracoiaba. Criado segundo Lei Provincial nº 20, de 6 de setembro de 1882 e Ato Provincial de 25 de fevereiro de 1885. Município na forma da Lei nº 6.686, de 16 de outubro de 1963 e suprimido na forma da Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965. A capela, dedicada São João Evangelista, teve como edificador Antônio Joaquim de Oliveira, considerado fundador do povoado.

Ventura -Vinculado ao Município de Alcântaras. chamou-se inicialmente *Ventura Grande e São José de Ventura.* Criado segundo Lei nº 3.961, de 10 de dezembro de 1957. A capela, dedicada a São José, teve como doadores patrimoniais Joana Ricardo de Araújo e Alexandre Ricardo de Araújo, conforme escritura datada de 3 de outubro de 1906. Constam como edificadores Joaquim Antônio de Araújo e o padre Custódio Arcanjo de Vasconcelos (1906).

Vila Soares -Vinculado ao Município de Apuiarés. Chamou-se inicialmente *Várzea Grande.* Criado segundo Lei nº 6.445, de 21 de julho de 1963, e a ter como padroeira Nossa Senhora da Saúde.

F I M

Publicações do Autor

01 - Bar-Nabé - 2ª Ed. - Ampliada
02 - Um Casal em Férias - 2ª Ed. - Ampliada
03 - Bravos da Missão - 2ª Ed. - Reescrita
04 - Sombras do Asfalto
05 - Violência e Terrorismo
06 - História do Ceará - Vol. I - 3ª Ed. Revista
07 - História do Ceará - Vol. II - 2ª Ed. Revista
08 - História do Ceará - Vol. III - 2ª Ed. Revista
09 - História do Ceará - Vol IV
10 - História do Ceará - Vol. V
11 - Sessé-Marly (Romance)
12 - Maçonaria no Ceará
13 - Pedra Verde - 2ª Ed. (Romance)
14 - Guerra da Honra Ofendida - Brasil-Paraguai
15 - Pilares da Economia Brasileira
16 - Pena de Morte (contra)
17 - Escravidão e Abolicionismo
18 - Saco de Memórias
19 - Terceiro Milênio (Ficção)
20 - SEFAZ-CE - Sec. da Fazenda
21 - Índios do Ceará
22 - Gramática Tupy
23 - Fortaleza Bi-Ville
24 - Cronologia dos Municípios Cearenses

BARRACA DO ESCRITOR CEARENSE
Rua São Paulo, 80 - Centro
CEP 60055-140 - Fortaleza-CE
Fone: (085) 253.3588

AUTORIA DO ESCRITOR
R. BATISTA ARAGÃO

01 - Bar-Nabé - 2ª Ed.
02 - Um Casal em Férias - 2ª Ed.
03 - Bravos da Missão - 2ª Ed.
04 - Sombras do Aşfalto
05 - Violência e Terrorismo
06 - História do Ceará - Vol. I - 3ª Ed.
07 - História do Ceará - Vol. II - 2ª Ed.
08 - História do Ceará - Vol. III - 2ª Ed.
09 - História do Ceará Vol. IV
10 - História do Ceará = Vol. V - 2ª Ed.
11 - Sessé-Marly (Romance)
12 - Maçonaria no Ceará
13 - Pedra Verde - 2ª Ed. (Romance)
14 - Guerra da Honra Ofendida - Brasil-Paraguai
15 - Pilares da Economia Brasileira
16 - Pena de Morte (contra)
17 - Escravidão e Abolicionismo
18 - Saco de Memórias
19 - Terceiro Milênio (ficçãc
20 - SEFAZ-CE - Sec. da Faz
21 - Índios do Ceará
22 - Gramática Tupy
23 - Fortaleza Bi-Ville
24 - Cronologia dos Municípios Cearenses

105026
L0000105054